

The background of the entire cover is a vibrant, stylized illustration of various tropical leaves. The leaves are in shades of green, teal, and light green, set against a background of soft pink and light orange washes. The leaves are layered and overlapping, creating a dense, lush appearance. The overall style is modern and artistic.

CSO -NL INE

REVISTA
ELETRÔNICA
DE
CIÊNCIAS
SOCIAIS

DOSSIÊ

BOURDIEU HOJE:
ESTUDOS SOBRE
CULTURA, CIÊNCIA
E EDUCAÇÃO

n.32
2020

ISSN 1981 - 2140

CSOnline

Revista Eletrônica de Ciências Sociais

EQUIPE EDITORIAL

Brenda Rodrigues Barreto Silva
Cristian Oliveira Bernardo
Gabriel Tisse da Silva
João Paulo Louzada Vieira
Laura Mostaro Pimentel
Luiza Cotta Pimenta
Raquel dos Santos Duque

REVISÃO

A responsabilidade final sobre a revisão dos textos da CSOnline –
Revista Eletrônica de Ciências Sociais é dos próprios autores.

PROJETO GRÁFICO

Raquel Medeiros

CAPA

Luan Oliveira

CONSELHO CONSULTIVO

Cássio Brancaleone (UFFS)
Eduardo Salomão Condé (UFJF)
Eduardo Magrone (UFJF)
Elizabeth Pissolato (UFJF)
Euler David Siqueira (UFRRJ)
Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA)
Inácio Manuel Cruz (FIC)
José Alcides Figueiredo Santos (UFJF)
Juliana Anacleto (UFLA)
Jurema Gorski Brites (UFSM)
Leonardo Andrada (UFJF)
Marcella Beraldo de Oliveira (UFJF)
Marcelo Ayres Camurça Lima (UFJF)
María Elvira Díaz-Benítez (UFRJ)
Paulo Cesar Pontes Fraga (UFJF)
Rogéria Campos de Almeida Dutra (UFJF)
Rubem Barboza Filho (UFJF)

Sumário

Dossiê “Bourdieu hoje: Estudos sobre cultura ciência e educação”

APRESENTAÇÃO

Michel Nicolau Netto; Henrique Grimaldi Figueredo, Juliana C. Miraldi 07

A VERDADE EM JOGO – ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA EPISTEMOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU

Fábio Ribeiro 10

O INTERESSE PELO DESINTERESSE – CONTRIBUIÇÕES DE BOURDIEU PARA A REFLEXÃO DA ESCRITA NO CAMPO ACADÊMICO

Camila Ribeiro de Almeida Rezende 25

QUANDO A CIÊNCIA ENCONTRA A AUTO-ANÁLISE: A HERANÇA DE PIERRE BOURDIEU PARA UMA SOCIOLOGIA DA AUTODEFESA

Alexandre Manzoni 45

SUCESSO ESCOLAR E DESIGUALDADE SOCIAL: O PODER DO CAPITAL SUBJETIVO

Jorge Morgan de Aguiar Neto 65

QUAL O SENTIDO DA ESCOLA? REFLEXÕES BOURDIEUSIANAS A PARTIR DE UMA PESQUISA SOBRE JOVENS BOLSISTAS NO RIO DE JANEIRO

Pedro Henrique Barboza Machado; Sara Esther Dias Zarucki Tabac 89

DISPUTAS PELO ESTABELECIMENTO DO CAMPO CIENTÍFICO CATARINENSE: DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE FLORIANÓPOLIS À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Larissa Zancan Rodrigues; Clayton Barbosa Ferreira Filho 113

O QUE TEM O *ROCK* A VER COM BOURDIEU? CONTRIBUTOS ACERCA DA APLICAÇÃO DA TEORIA DOS CAMPOS AO *ROCK* ALTERNATIVO PORTUGUÊS (1980–2010)

Paula Guerra 135

A ARTE ENTRE ESTILISTAS E CHEFS: OS REPERTÓRIOS DA ARTE E A DELIMITAÇÃO DAS FRONTEIRAS NA GASTRONOMIA E NA MODA

Bárbara Venturini Ábile; Juliana C. Miraldi; Michel Nicolau Netto; Talitha A. Ferreira 161

Artigos de fluxo contínuo

O QUE PROCURA? A DIGITALIZAÇÃO DO DESEJO E AS PERFORMANCES DE MASCULINIDADES NO APLICATIVO GRINDR

Ramon Silva Costa 188

ENTRE CINEMA E ANTROPOLOGIA: PARENTESCO E ANIMISMO EM “MIDSOMMAR”, DE ARI ASTER

Rafael Siqueira Machado; Adrielle Luchi Coutinho Bove 214

GÊNERO E CRIMINALIDADE: O PROTAGONISMO FEMININO ÀS AVESSAS?

Marlene Helena de Oliveira França 237

OS ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIROS: DO CONGRESSO NACIONAL AOS MUNICÍPIOS

Matheus J. Zago; Anna Paula de Moraes Bennech; Edilson J. Graciolli 264

PODER E TERRITÓRIO: UMA AVALIAÇÃO DOS PADRÕES DE COMPETIÇÃO POLÍTICA NO ESTADO DO PARÁ

Carlos Augusto da Silva Souza; Acrisio Pereira Victorino 280

TRÊS CONCEPÇÕES ACERCA DOS DESASTRES

Sintilla Abreu Cartaxo; Ricardo Ramos Shiota 296

Entrevista

INTERNACIONALISMO COMO TEMA E COMO PROJETO DE VIDA – ENTREVISTA COM ROSANA PINHEIRO-MACHADO

Danira Morais da Silva; Gustavo Fernandes Paravizo Mira; Leonardo Francisco de Azevedo 316

Resenha

Resenha: OLIVEIRA, R. P. Sem revoluções: os dilemas das democracias neoliberais andinas. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. 117p.

Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz 345

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ “BOURDIEU HOJE: ESTUDOS SOBRE CULTURA CIÊNCIA E EDUCAÇÃO”

Michel Nicolau Netto¹

Henrique Grimaldi Figueredo²

Juliana Closes Miraldi³

Este Dossiê organizado por Michel Nicolau Netto, Henrique Grimaldi e Juliana Miraldi com o apoio do Grupo de Estudos em Bourdieu da Unicamp (GEBU) tem como objetivo contribuir com os debates acadêmicos que repensam a atualidade dos resultados obtidos pela sociologia desenvolvida por Pierre Bourdieu. Partimos de searas já consagradas da teoria bourdieusiana tais como os estudos referentes à cultura, educação e ciência a fim de apresentar aos leitores pesquisas (finalizadas ou em andamento) que em comum tem como característica evidenciarem as contribuições e os limites contemporâneos da obra bourdieusiana.

Fábio Ribeiro, em “A verdade em jogo: elementos para uma análise da epistemologia de Pierre Bourdieu”, se insere no debate sobre a epistemologia bourdieusiana e propõe um olhar inovador ao estabelecer como foco das suas análises a concepção de ciência na obra de Bourdieu. A partir desse recorte, Ribeiro revisita figuras centrais da história da filosofia das ciências francesa como Gaston Bachelard, Georges Canguilhem e Alexandre Koyré, notando como as discussões ali gestadas afetaram o pensamento sociológico de Bourdieu e se desdobraram em posições teóricas a respeito da concepção relacional de ciência, a crítica a um realismo ingênuo e à sociologia espontânea, bem como aos aspectos normativos e morais da ciência.

Insera-se também em um debate epistemológico o artigo de Camila Ribeiro de Almeida Rezende, “O interesse pelo desinteresse: contribuições de Bourdieu para a reflexão da escrita no campo acadêmico” no qual a autora questiona as condições de

¹ Professor do Departamento Sociologia do IFCH/Unicamp. Doutor em Sociologia pela Unicamp, com estágio de doutorado na Humboldt Universität de Berlim, tem pós-doutorado em Sociologia pela Unicamp, tendo sido visiting scholar no ILAS/Columbia University, em Nova Iorque, em 2014. É membro do Grupo de Estudos de Práticas Culturais Contemporâneas GEPRACC, PUC-SP, e líder do Grupo de Estudos em Pierre Bourdieu GEBU, Unicamp.

² Doutorando em Sociologia pelo IFCH/Unicamp. Pesquisador visitante na École des Hautes Études en Sciences Sociales, França (2021–2022). Editor executivo da Todas as Artes – Revista Luso-Brasileira de Artes e Cultura sediada no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Portugal e membro do Grupo de Estudos em Pierre Bourdieu da Unicamp (GEBU). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp bolsa nº 2019/10315–5.

³ Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora visitante na Faculty of Arts and Social Science da Open University, Reino Unido (2017–2018). Participa do Grupo de Estudos em Bourdieu da Unicamp (GEBU).

produção do conhecimento científico sob a perspectiva da violência simbólica presente na materialidade da escrita. Rezende assume o papel estruturante do discurso acadêmico e evidencia, no seu próprio processo de escrita, as relações de poder que orientam as tomadas de posição científicas. Nesse trabalho de interlocução textual, a autora faz emergir a posição do sujeito da escrita, do “eu”, como articulador de um jogo de interesse pelo desinteresse que se expressa tanto na posição neutra e universal da produção do conhecimento quanto nos aspectos técnicos e formais do estilo do enunciado científico.

Alexandre Manzoni, em “Quando a ciência encontra a auto-análise: a herança de Pierre Bourdieu para uma sociologia da autodefesa”, propõe uma socioanálise das condições de produção do campo científico no Brasil contemporâneo. Manzoni identifica que as rearticulações políticas dos últimos anos e seus efeitos sobre as diferentes posições de classe, aliadas aos cortes orçamentários e as reformas administrativas recentes, tiveram efeitos negativos sobre a autonomia do campo científico nacional e sobre as condições de trabalho dos pesquisadores. Incorporando a sua análise uma reflexão sobre a teoria das classes presente em Bourdieu, o autor argumenta pela necessidade de uma sociologia da autodefesa do campo científico.

O artigo de Jorge Morgan de Aguiar Neto, “Sucesso escolar e desigualdade social: o poder do capital subjetivo”, traz como problemática central as transformações no sistema de ensino superior nacional. Nele o autor recupera a discussão bourdieusiana sobre o papel determinante da origem social e do processo educacional na produção dos *habitus*, a fim de problematizar como mudanças políticas estruturais – como a ampliação do sistema de ensino universitário nacional – impactam a inserção de agentes advindos de classes populares na universidade. A partir das críticas de Bernard Lahire ao conceito de *habitus* de Bourdieu e de uma ampla pesquisa qualitativa, Aguiar Neto argumenta sobre a pertinência da noção de capital subjetivo para as análises sociológicas que visam compreender as condições de sucesso e fracasso escolar entre jovens de diferentes posições de classe.

O tema das desiguais condições de inserção de jovens no sistema de ensino é também mobilizado por Pedro Barboza Machado e Sara Zarucki em “Qual o sentido da escola? Reflexões bourdieusianas a partir de uma pesquisa sobre jovens bolsistas no Rio de Janeiro”. Os autores investigam a trajetória de seis jovens advindos de camadas populares do Rio de Janeiro que através de bolsas de estudo cursaram o ensino médio em duas escolas

privadas da cidade. Machado e Zarucki não deixam de se ater às transformações recentes da conjuntura nacional, mas focam sua análise nas trajetórias educacionais e nos efeitos subjetivos que as possibilidades e as estratégias de pertencimento a um grupo social provocaram nesses entrevistados.

Larissa Zancan Rodrigues e Clayton Barbosa Pereira Filho, em “Disputas pelo estabelecimento do campo científico catarinense: do Instituto Politécnico de Florianópolis à Universidade Federal de Santa Catarina”, propõem uma análise sociológica das disputas históricas que constituíram o campo científico catarinense entre 1910 e 1960. Amparados por documentos de época e pesquisas bibliográficas, os autores demonstram como as elites locais, diretamente vinculadas ao campo político catarinense e sujeitas às conjunturas políticas nacionais, direcionaram esforços e mobilizaram capitais específicos a fim de fomentar a implementação primeiramente do Instituto Politécnico de Florianópolis e, em seguida, da Universidade Federal de Santa Catarina.

O trabalho de Paula Guerra mobiliza discussões que atravessam os debates sobre cultura, gosto e estilos de vida explorando o conceito de campo desenvolvido por Bourdieu para compreender a posição social e as regras de interação que orientam as dinâmicas do rock alternativo em Portugal. No artigo intitulado “O que tem o rock a ver com Bourdieu? Contributos acerca da aplicação da teoria dos campos ao rock alternativo português (1980–2010)”, Guerra nos apresenta resultados de uma pesquisa extensa, amparada por entrevistas em profundidade que apontam o rock alternativo como um gênero musical que adquire significativa projeção nacional diante do contexto português pós-revolucionário, no qual o país promove políticas direcionadas à modernização.

Michel Nicolau Netto, Bárbara Ábile, Talitha Ferreira e Juliana Miraldi, em “A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras na gastronomia e na moda”, analisam a produção de fronteiras simbólicas entre o campo das artes visuais e o campo da moda e da gastronomia. Partindo de dois estudos de caso, os autores notam que, dadas as condições objetivas dos encontros analisados, a produção dessas fronteiras não ameaça ou fragiliza a autonomia do campo da arte, ao contrário, elas têm como efeito reforçar a legitimidade do seu repertório simbólico. Nesse sentido, a arte legitimada pelo campo da arte mantém-se como um capital cultural distintivo justamente porque seus limites e seu poder são afirmados nesses encontros.

Apresentação

Fato é que os fenômenos sociais encontram na contemporaneidade limites e tensões outras, assim como esquemas completamente inauditos de organização e manifestação. Mesmo ante aos extensos desafios colocados para as ciências sociais por fatores tão recentes, os trabalhos reunidos neste dossiê nos permitem constatar que a obra de Bourdieu ainda se mantém jovem tanto em abordagem – carregando em si uma alta criatividade conceitual sem abrir mão da rigorosidade científica – quanto como operação epistemológica de leitura, catalogação e problematização em diferentes frentes temáticas. Somando às vozes de ontem, apresentamos algumas vozes do hoje que se dedicaram a repensar, testar e por vezes atualizar os debates gestados através da praxeologia bourdieusiana. Desejamos a todos uma ótima leitura!

A VERDADE EM JOGO – ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA EPISTEMOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU

Fábio Ribeiro¹

Resumo

A partir de uma leitura da relação entre a obra de Pierre Bourdieu e figuras centrais da filosofia e história da ciência francesas, como Gaston Bachelard, Georges Canguilhem e Alexandre Koyré, o artigo oferece elementos que permitem o esclarecimento de questões centrais no pensamento do sociólogo. Entre elas, estão a concepção relacional da ciência social, a crítica a um realismo ingênuo e à sociologia espontânea, e a normatividade e o aspecto moral da ciência. O artigo faz parte de um projeto mais amplo de reflexão sobre a concepção da ciência em Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu. Epistemologia. Gaston Bachelard. Georges Canguilhem. Alexandre Koyré.

Truth at stake – elements for an analysis of Pierre Bourdieu's epistemology

Abstract

Based on a reading of the relationship between the work of Pierre Bourdieu and central figures of French philosophy and history of science, such as Gaston Bachelard, Georges Canguilhem, and Alexandre Koyré, the paper presents elements that allow us to clarify central issues in the sociologist's thought. Among others, there is the relational conception of social science, the critique of naive realism and spontaneous sociology, and normativity and the moral aspect of science. The paper is part of a broader project of reflection on the concept of science for Pierre Bourdieu.

Keywords: Pierre Bourdieu. Epistemology. Gaston Bachelard. Georges Canguilhem. Alexandre Koyré.

¹ Doutor em sociologia pela USP e tradutor acadêmico profissional. Foi pesquisador visitante na Universidade de Southampton em 2019 e 2020. E-mail: frs@usp.br

Se a obra de Pierre Bourdieu continua a se mostrar incrivelmente fecunda em termos práticos e empíricos, há (comparativamente) menor ênfase em suas contribuições epistemológicas para as ciências sociais de modo geral – talvez porque os próprios sociólogos sintam-se menos à vontade para elaborar análises nesse sentido.

Um modo não muito bourdieusiano de nos aproximarmos desse debate é a investigação das influências que Bourdieu admite em seus escritos metodológicos e epistemológicos. Ao menos preliminarmente, esse é um exercício de história das ideias em vez de uma construção de um objeto de pesquisa nos moldes que Bourdieu defende, que deve iniciar com a descrição do campo e seus atores (ver GRENFELL, 2018, pp. 284–92). É preciso conhecer o campo antes de retratá-lo.

Minha escolha é apontar uma luz para o pensamento de Bourdieu através da análise de três intelectuais anteriores a ele: Gaston Bachelard, Georges Canguilhem e Alexandre Koyré. Esses autores, bastante em voga em meados no século XX, são menos conhecidos hoje em dia. Mas, na reconstrução contínua do pensar histórico, uma nova luz sobre o passado sempre tem seu lugar. Como dizia o próprio Koyré, “nada muda mais rápido do que o passado imutável” (KOYRÉ, 1973 [1966], pp. 392). Evidentemente, há conexões óbvias que o próprio Bourdieu relatou: por exemplo, toda a obra *O ofício de sociólogo* (BOURDIEU *et al.*, 1983 [1968]) é fortemente influenciada por Bachelard, e sua ligação pessoal com Canguilhem é notória (BOURDIEU, 2004). A estratégia utilizada é investigar como o olhar particular sobre a ciência desenvolvido por esses autores aparece reelaborado no olhar bourdieusiano sobre o mundo.

O foco num “olhar” em vez de, por exemplo, uma teoria, visão de mundo ou até um “pensamento” representa uma abordagem um pouco heterodoxa à prática, à ciência e até à própria escrita acadêmica. “Olhar”, evidentemente, é um termo visual, e a maneira usual de conceber os cinco sentidos é muito passiva. Os órgãos sensoriais “recebem” informações que são processadas pelo cérebro e depois incorporadas à ação, seja física ou mental. Portanto, quando nós enquanto cientistas olhamos um experimento, uma configuração histórica, um processo social, etc., estamos supostamente “vendo” alguma coisa de modo puro e não distorcido que então processaremos com nossa abordagem teórica, tradições culturais e visões de mundo.

Entretanto, Bourdieu nos aconselha a evitar esse procedimento básico e ingênuo. Isso porque não devemos simplesmente olhar o “objeto”, mas também olhar *nós mesmos enquanto olhamos*, enquanto parte do exercício contínuo de reflexividade necessária para a prática científica. O olhar científico é tanto interno quanto externo, e nosso objeto precisa ser objetivado. Portanto, esse olhar, o novo olhar, a *metanoia*, é um olhar *ativo* – não apenas o que olhamos, mas como olhamos.²

Isso significa que a relação que investigo entre Bourdieu e a filosofia da ciência francesa precisa ser analisada em três níveis diferentes: o teórico, o metateórico/metodológico; e também o “nível do olhar”, por assim dizer.³ Parece-me que para compreender completamente a importância desses filósofos precisamos não apenas avaliar suas contribuições teóricas e históricas, mas também o modo como eles enxergam a ciência – que é antitético tanto ao olhar realista ingênuo dos leigos quanto ao olhar positivista e/ou realista dos próprios filósofos e cientistas de modo geral.

O que segue abordará quatro conjuntos de questões diferentes, mas inter-relacionadas: (1) a noção da ciência como descontínua e polêmica; (2) a luta contra o realismo ingênuo; (3) conceber o real como relacional; (4) a normatividade e o aspecto moral da ciência. Tudo isso será relacionado às formulações teóricas iniciais de Bourdieu, especialmente a introdução a *O ofício do sociólogo* (BOURDIEU *et al.*, 1983 [1968]).

1

Bachelard, Koyré e Canguilhem podem ser imediatamente diferenciados da maioria de seus contemporâneos por defenderem uma versão descontínua da história da ciência. Isso significa que eles recusam a concepção costumeira de que a ciência “progride” como uma flecha ascendente, através do acúmulo de cada vez mais conhecimento de modo não problemático. Uma abordagem descontínua pode parecer bastante óbvia no século XXI, mas esses autores escreveram trinta anos antes de *A estrutura das revoluções científicas* de Thomas Kuhn (1996 [1962]) disseminar essa ideia no mundo acadêmico através da noção de ciência normal e

² Se aceitarmos a hipótese de Martin Jay de que as principais correntes da filosofia francesa no século XX representam uma “denigração da visão”, então a ênfase de Bourdieu num “olhar” torna-se ainda mais anômala no campo intelectual francês (JAY, 1993). Sobre a metanoia de Bourdieu, ver GRENFELL (2010).

³ Apesar desses níveis serem apresentados do menos para o mais abstrato, pode-se sugerir uma observação interessante: o nível mais abstrato, o olhar, também é aquele ligado mais diretamente à prática, de modo um tanto recursivo.

revolucionária. Na época em questão, esse era um contraste agudo tanto em relação ao positivismo (em suas variedades francesa e anglo-germânica) e o marxismo (ainda comprometido com um evolucionismo derivado da dialética hegeliana).⁴

Isso não pode ser esquecido: o positivismo dominante afirmava que a ciência nasceu após o Renascimento ao se extirpar das pressuposições teológicas e metafísicas da filosofia medieval e depois prosseguiu através de uma acumulação normalmente tranquila de teorias e verdades que claramente superavam, mas também incorporavam, as anteriores. Enquanto o marxismo ortodoxo, embora reconhecesse o conflito e as diferenças através da dialética, ainda pressupunha que todo novo estágio da história abrangeria todos os avanços dos anteriores. Apesar disso, eis o que Koyré dizia:

Se os 'modernos' somos nós (...) o resultado é que essa relatividade do moderno significa uma mudança da posição das instituições e dos problemas do passado em relação a esses 'modernos' de algum outro período. A história não é imutável. Ela muda conosco. Bacon era moderno enquanto o 'estilo' de pensamento era empirista; numa época de ciência cada vez mais matemática, como a nossa, ele não é mais. Hoje em dia é Descartes o primeiro filósofo moderno. Isso porque cada período histórico, cada momento da evolução reescreve a história e busca novamente seus ancestrais (KOYRÉ, 1973 [1966], p. 17).⁵

E Bachelard:

Para mostrar melhor que a caminhada da abstração não é uniforme, não hesitaremos em empregar às vezes um tom polêmico ao insistir sobre o caráter de *obstáculo* apresentado pela experiência supostamente concreta e real, supostamente natural e imediata. Para descrever bem o trajeto que vai da percepção considerada exata à abstração felizmente inspirada pelas objeções da razão, estudaremos vários ramos da evolução científica. Como as soluções científicas a problemas diferentes jamais estão no mesmo estado de maturação, não apresentaremos uma sequência de tabelas completas (...) (BACHELARD, 2011 [1938], p. 8-9).

Com mais vigor:

Para que tenhamos qualquer garantia de ter a mesma posição sobre uma ideia particular, é preciso pelo menos que no passado não

⁴ O marxismo só apresentaria suas próprias versões descontínuas da história depois que os *Grundrisse* de Marx (2011 [1858]) tornaram-se mais conhecidos. Na França, isso foi articulado por Claude Lefort (1978).

⁵ Todas as traduções são minhas.

fôssemos da mesma posição. Se duas pessoas quiserem se entender realmente, é preciso que antes tenham se contradito. A verdade é filha da discussão, não da simpatia (BACHELARD, 2012 [1940], p. 134).

Assim, em vez da visão panorâmica adotada por outras abordagens, aqui estamos nas engrenagens da ciência, por assim dizer. E isso nos leva a algo ainda mais próximo de Bourdieu: o foco em polêmicas. Bourdieu defende a “razão polêmica” contra “grandes teorias” como as de Parsons ou Gurvitch: “Nada se opõe mais completamente à razão arquitetônica das grandes teorias sociológicas, capazes de digerir todas as teorias, todas as críticas teóricas e até todas as empirias, do que a razão polêmica que (...) conduziu às teorias modernas da física” (BOURDIEU *et al.*, 1983 [1968], p. 45).

Mais uma vez, isso faz parte do olhar: analisar e propor polêmicas não é uma questão teórica, nem mesmo metodológica – mas é algo que nos faz olhar para as coisas de modo diferente. Assim, quando por exemplo Koyré decifra a metafísica newtoniana ao analisar a polêmica entre Newton, Clarke e Leibniz (KOYRÉ, 1957, caps. 9–11), não estamos muito distantes de Bourdieu quando este diz que “se existe uma verdade, ela é que a verdade é o que está em jogo nas lutas” [*est un enjeu de lutttes*] (BOURDIEU, 1998 [1992], p. 484).

Talvez essa posição de que a verdade é uma luta entre atores e grupos sociais jamais tenha sido mais importante do que hoje em dia. Ela também é heterodoxa, distante de teorias tradicionais da verdade como correspondência e até como coerência. E ela provavelmente tem suas raízes no modo como Bachelard enxergava a verdade – como a retificação de erros:

Ora, o espírito científico é essencialmente uma retificação do saber, um aumento dos quadros do conhecimento. Ele julga seu passado histórico ao condená-lo. Sua estrutura é a consciência de seus erros históricos. Cientificamente, pensamos o verdadeiro como retificação histórica de um longo erro, pensamos a experiência como a retificação da ilusão comum e primeira. Toda a vida intelectual da ciência atua dialeticamente nesse diferencial do conhecimento, na fronteira do desconhecido. A própria essência da reflexão é compreender o que não compreendemos (BACHELARD, 2013 [1934], pp. 177–78).

Essa é uma concepção de verdade muito pragmática. Ela não tem nenhuma pretensão de universalidade ou transcendência como a maioria das versões da verdade como correspondência, e nenhum grau de coerência pode fazer uma teoria ser verdadeira – Koyré

observa que a dinâmica de Aristóteles era perfeitamente coerente, mas completamente falsa (KOYRÉ, 1973 [1966], p. 179). A verdade é determinada através da prática científica, da transformação da experiência ingênua em evidências racionais, como veremos com mais detalhes posteriormente.

Bourdieu concorda, de modo geral:

É preciso submeter a prática científica a uma reflexão (...) que se aplica não à ciência feita, à ciência *verdadeira* cujas condições de possibilidade e de coerência e os títulos de legitimidade seriam preciso estabelecer, mas à ciência *sendo feita*. Uma tarefa parecida, propriamente epistemológica, consiste em descobrir na própria prática científica, incessantemente confrontada com o erro, as condições pelas quais podemos extrair o verdadeiro do falso, passando de um conhecimento menos verdadeiro para um mais verdadeiro (BOURDIEU *et al.*, 1983 [1968], p. 20).

Tudo isso significa que não existe nenhuma distinção epistemológica relevante entre a sociologia e as outras ciências – e o olhar também é o mesmo. A especificidade da sociologia vem de outra coisa:

Do fato de que a fronteira entre o conhecimento de senso comum e a ciência é, na sociologia, mais indecisa do que em outras, impõe-se com uma urgência particular a necessidade da ruptura epistemológica. Mas como o erro é indissociável das condições sociais que o tornam possível e às vezes inevitável, seria preciso ter uma fé ingênua nas virtudes da predicação epistemológica para omitir uma interrogação sobre as condições sociais que tornariam possível ou até inevitável a ruptura com a sociologia espontânea e a ideologia e que fariam da vigilância epistemológica uma instituição do campo sociológico (BOURDIEU *et al.*, 1983 [1968], p. 95).

2

O romancista francês Édouard Louis, que ganhou fama por sua série de romances autobiográficos sobre as agruras de crescer como um homem gay numa pequena aldeia francesa, recentemente disse o seguinte numa entrevista:

Para mim, [um] romance significa construção, construção literária, e eu não acredito que a construção leve necessariamente à ficção. Um sociólogo como Pierre Bourdieu construía gráficos, por exemplo, então isso é tipicamente um ato de construção, mas essas construções te dão maior consciência da realidade do que simplesmente andar na rua e olhar ao redor. (...) Eu realmente acredito que nossas sociedades funcionam devido a um esforço

constante de não enxergar a realidade. (...) Pierre Bourdieu e Michel Foucault me ensinaram algo muito importante: que não há verdade sem raiva (LOUIS, 2019).

Quando Louis menciona “um esforço de não enxergar a realidade”, ele aponta para o núcleo da obra de Bourdieu já presente em seus escritos iniciais, mas que também permanece com ele no decorrer de sua carreira: um tipo de ciência que busca, antes de mais nada, criticar o senso comum e aquilo que ele chama de “sociologia espontânea”, a sociologia pré-científica.

É evidente que a totalidade de *A formação do espírito científico* de Bachelard (2013 [1938]) trata dos obstáculos epistemológicos que devem ser superados através de rupturas para que um espírito verdadeiramente científico surja a partir de um espírito pré-científico. Sua preocupação é em maior parte pedagógica: como devemos ensinar as crianças para que adquiram o espírito científico necessário nos dias de hoje, um espírito capaz de lidar com teorias altamente abstratas e matemáticas? Bourdieu também se preocupa com isso, mas, como a citação no final da seção anterior mostra, para ele a sociologia está num lugar diferente das ciências naturais analisadas por Bachelard.

Aqui a ponte entre Bachelard e Bourdieu foi construída por Canguilhem. Podemos interpretar sua obra como uma tentativa de trazer o olhar bachelardiano sobre as ciências naturais para a biologia e as ciências da vida, que são menos exatas, menos formalizadas, menos dedutivas, menos matemáticas. Para Canguilhem, isso tem a ver com a questão da formação de conceitos e com um fato básico que, embora a princípio simples, tem ramificações de enorme complexidade para as ciências que ele estuda: o erro ocupa um lugar diferente na biologia do que na física ou na química. Forças físicas e reações químicas não podem “errar” – nós podemos cometer erros em nossa abordagem científica a elas, mas os fenômenos em si nunca são “errados”. Isso não se aplica à vida. A vida pode cometer erros em vários níveis, de doenças autoimunes a problemas na replicação do DNA, para não falar de erros ecológicos de maior escala. A análise de Canguilhem sobre o patológico é exatamente isso: como transformamos o erro num conceito, e quais são as consequências disso?⁶

Entretanto, a sociologia apresenta uma complicação ainda maior: não encontramos somente o erro na ação e nos processos sociais,

⁶ Para deixar completamente claro, trato aqui com o erro em sua forma ontológica e não a epistemológica que se relaciona ao conceito de verdade discutido anteriormente.

mas também a mentira. Os atores sociais podem, com ou sem consciência, esconder o que fazem, como fazem e por que fazem de si mesmos e/ou de outros atores. Esse é o aspecto crítico da sociologia, e é por isso que Bourdieu precisa começar com a noção de reflexão de Bachelard e levá-la ao seu extremo: sua análise da reflexividade e a metanoia.

É interessante notar que Koyré analisa o nascimento da física moderna como uma passagem filosófica da epistemologia aristotélica a uma (neo)platônica – especificamente, a passagem do ser e da natureza que não podiam ser conhecidos através da matemática (no começo, da geometria) a um ser e uma natureza que podiam. Isso, é claro, tem paralelos diretos com a iniciativa de Durkheim de utilizar matemática e estatística para estudar fatos sociais, e o uso que Bourdieu faz de gráficos e tabelas para tornar campos sociais, o capital, e outros conceitos *visíveis* quando antes não o eram.

A noção de observar o observador também já pode ser encontrada em Bachelard,⁷ e está na fonte de seu projeto de psicanálise do espírito científico: “antes de ensinar a descrever objetivamente, seria preciso então psicoanalisar o observador, expor cuidadosamente as explicações irracionais reprimidas” (BACHELARD, 2011 [1938], p. 54). Isso está no coração de qualquer atividade científica:

Nós propomos fundamentar a objetividade sobre o comportamento de outra pessoa, ou, ainda, (...) pretendemos escolher o olho de outra pessoa – sempre o olho de outra pessoa – para enxergar a forma (...) abstrata do fenômeno objetivo: diga-me o que você vê e eu te direi o que é. É apenas esse circuito, aparentemente insensato, que pode nos dar alguma segurança de que abstraímos completamente nossas visões preliminares (*ibid.*, p. 287).

Bourdieu declara sua filiação a esse projeto desde o começo: “Não seremos capazes de dar toda a força à ação polêmica da razão científica sem prolongar a ‘psicanálise do espírito científico’ através de uma análise das condições sociais onde as obras sociológicas são produzidas” (BOURDIEU *et al.*, 1983 [1968], p. 14).

A “razão” também é um conceito importante aqui. Apesar da sociologia de Bourdieu ser prática, ela não é empirista, e isso está

⁷ Como um outro exemplo de como esses pensadores já anteciparam vários aspectos da filosofia da ciência pós-popperiana no mundo anglo-germânico, eis Canguilhem: “Claude Bernard chega perto de supor que é possível descobrir um determinismo do fenômeno, independente do determinismo da operação de conhecimento, e (...) é obrigado a reconhecer a alteração (...) que o conhecimento faz com que o fenômeno conhecido sofra através da preparação técnica que ele implica” (CANGUILHEM, 1966, p. 93).

relacionado às ideias de Bachelard e Koyré sobre o papel da teoria. A ciência não procede apenas através da razão, mas ela também não é um simples catálogo de fatos e dados empíricos – o procedimento científico consiste em aplicar esses dados empíricos à teoria para abstraí-los através da razão. Há uma diferença fundamental entre “experiência” e “experimentos”. É por isso que existe uma “teoria da prática”:

Dizer com Bachelard que *o fato científico é conquistado, construído, constatado* é recusar tanto o empirismo que reduz o ato científico a uma validação e o convencionalismo que opõe a ele somente a preliminar da construção. (...) A comunidade sociológica hoje tende a esquecer a hierarquia epistemológica dos atos científicos que subordina a validação à construção e a construção à ruptura: ao se tratar de uma ciência experimental, o simples recurso à prova experimental é apenas uma tautologia se não for acompanhado por uma explicitação dos pressupostos teóricos que fundamentam uma verdadeira experimentação, e essa própria explicitação não tem nenhuma virtude heurística se não for acompanhada pela explicitação dos obstáculos epistemológicos que se apresentam sob uma forma específica em cada prática científica (BOURDIEU *et al.* 1983 [1968], p. 24-25).

Com base nisso, Bourdieu desenvolve sua crítica da sociologia espontânea, que não reproduzirei aqui (*ibid.*: 27-49). Basta dizer que ela tem vários pontos de conexão com a crítica de Bachelard ao espírito pré-científico e não perdeu sua força – especialmente hoje em dia, quando essa sociologia espontânea é talvez mais perigosa e danosa do que era enquanto Bourdieu viveu. No passado, esse tipo de conhecimento pré-científico era mais local e circulava com lentidão. Hoje em dia, ele é avassalador. Mas ainda assim, isso tem uma semelhança curiosa com outra era onde crenças irracionais estavam em ascensão:

No mundo da ontologia aristotélica, há uma infinidade de coisas que não são possíveis, portanto, uma infinidade de coisas que sabemos de antemão serem falsas. Quando essa ontologia é destruída [no Renascimento] e antes que uma ontologia nova tenha sido estabelecida, o que só vai ocorrer no século XVII, não temos nenhum critério que permita decidir se o relato que recebemos sobre este ou aquele ‘fato’ é verdadeiro ou não. O resultado é uma credulidade sem limites (KOYRÉ, 1973 [1966], p. 51).

3

Estamos atravessando um período de transição semelhante? Creio que possamos dizer algo nesse sentido com Bourdieu, que defende

uma ontologia *relacional* contra a ontologia substancialista que domina as ciências sociais:

A leitura 'substancialista' e ingenuamente realista considera cada prática (por exemplo, a prática do golfe) e cada consumo (por exemplo, a culinária chinesa) em si mesma e por si mesma, independentemente do universo das práticas substituíveis e ela concebe a correspondência entre posições sociais (ou as classes pensadas como conjuntos substanciais) e os gostos ou as práticas como uma relação mecânica e direta (BOURDIEU, 1994, pp. 17-18).

Contra isso, temos: "(...) em cada momento de cada sociedade, um conjunto de posições sociais que é unido por uma relação de homologia a um conjunto de atividades (...) ou de bens (...), eles próprios caracterizados relacionalmente" (*ibid.*, p. 19).

Também podemos encontrar as raízes dessas concepções na obra dos filósofos que venho descrevendo. Bachelard já nos avisa: "é vão buscar o conhecimento do simples em si mesmo, do ser em si mesmo, porque é o composto e a relação que suscitam as propriedades, é a atribuição que esclarece o atributo" (BACHELARD, 2013 [1934], p. 165).

Isso depende em grande parte do método empregado pelos cientistas, e aqui invoca-se novamente a vigilância epistemológica durante a prática científica:

O cientista acredita mais no *realismo* da medida do que na *realidade* do objeto. O objeto pode então mudar de natureza quando mudamos o grau de aproximação. Pretender esgotar de um só golpe a determinação quantitativa é deixar escapar as relações do objeto. Quanto mais numerosas são as *relações* do objeto com outros objetos, mais instrutivo é seu estudo. Mas como as relações são numerosas, elas estão submetidas a interferências e portanto a investigação discursiva das aproximações torna-se uma necessidade metodológica. A objetividade afirma-se assim ao lado da mensuração enquanto um método discursivo, e não além da mensuração enquanto intuição direta de um objeto (BACHELARD, 2011 [1938], p. 254).

Koyré nos dá um exemplo perfeito do que é a mensuração científica:

Os instrumentos de Tycho Brahe, como todos os instrumentos de astronomia antes de Galileu, eram (...) instrumentos de mensuração (...) de fatos observados simplesmente. Os instrumentos galileanos (...) são instrumentos no sentido mais forte do termo: são encarnações da teoria. O telescópio galileano não é um simples aperfeiçoamento da

luneta 'batava'; ele é construído a partir de uma teoria óptica; e ele é construído para um objetivo científico específico, a saber, para revelar a nossos olhos coisas que são invisíveis a olho nu. Temos aqui o primeiro exemplo de uma teoria encarnada na matéria que nos permite ir além dos limites do observável (KOYRÉ, 1973 [1966], p. 59).

Evidentemente, como Bourdieu trabalhou como sociólogo, ele não tinha acesso a instrumentos materiais no sentido de Koyré – mas quem poderia negar que seus *conceitos* eram “uma teoria incorporada com um objetivo científico”? Conceitos como “habitus”, “campo”, “capital” e assim por diante não são simples palavras que tentam abranger uma explicação ou um fenômeno, mas termos *relacionais* que pretendem nos dar acesso a essa nova ontologia, e, ao mesmo tempo, à metanoia necessária para compreendê-la adequadamente. Bourdieu descreve os construtos teóricos da seguinte maneira:

Efetivações sistemáticas de um sistema de relações verificadas ou por verificar, [eles] estão restritos a um procedimento de verificação que não pode deixar de ser sistemático; produtos conscientes de um distanciamento em relação à realidade, eles sempre retornam à realidade e permitem medir nessa realidade as propriedades que apenas sua irrealidade permite isolar completamente através da dedução (BOURDIEU *et. al.*, 1983 [1968], pp. 79–80).

Entretanto, não devemos pensar que a ciência trata de relações entre coisas todas no mesmo nível. Se as ciências naturais trabalham com uma hierarquia causal, na vida social as coisas são muito mais complicadas. Mais uma vez, é Canguilhem quem abre a porta para Bourdieu através de sua análise da normatividade na biologia.

4

Canguilhem precisa discutir a normatividade e os valores na biologia devido à possibilidade de erros, como mencionado anteriormente. Ele postula a normatividade biológica em contraste direto com as ciências físicas:

A mecânica moderna, ao fundamentar a ciência do movimento no princípio da inércia, torna efetivamente absurda a distinção [aristotélica] entre movimentos naturais e movimentos violentos, já que a inércia é precisamente a indiferença em relação às direções e variações do movimento. Ora, a vida está muito longe de tal indiferença em relação às condições que lhe são impostas, a vida é polaridade. (...) Quando os dejetos da assimilação não são mais

excretados por um organismo e obstruem ou envenenam o meio interior, tudo isso ocorre segundo a lei (física, química, etc.), mas nada disso segue a norma que é a atividade do próprio organismo. Esse é o fato simples que desejamos designar ao falar de normatividade biológica. (...) Existem normas biológicas sadias e normas patológicas, e as últimas não têm a mesma qualidade das primeiras (CANGUILHEM, 1966, p. 79).

Mas essas normas não devem ser lidas de forma fixa e substancialista. Seu caráter sadio ou patológico é relativo, e algo que é patológico num certo ambiente ou momento porque leva a uma diminuição de fertilidade ou estabilidade pode muito bem ser superior num ambiente ou momento diferente, tornando-se assim “normal”. Isso importa porque Canguilhem quer rejeitar a ideia do senso comum de que o patológico é sempre algo caótico, desordenado, ou simplesmente “errado”: “o patológico não é a ausência de norma biológica, ele é uma outra norma que é comparativamente [em relação à norma sadia] repelida pela vida” (*ibid.*, p. 91).

Estamos agora muito próximos do lado ético da vida social, já que Canguilhem nos mostra que “ser normal” é também ser capaz de criar valor, de produzir normatividade:

O ser humano, mesmo fisicamente, não se limita a seu organismo. Como o ser humano prolongou seus órgãos através de ferramentas, seu corpo passa a ser visto como o meio de todos os meios de ação possíveis. (...) Assim, não compreenderemos bem como, nos meios apropriados ao ser humano, o mesmo indivíduo se encontra em momentos diferentes como normal ou anormal a não ser que compreendamos como a vitalidade orgânica floresce no ser humano como plasticidade técnica e desejo de dominação do meio. (...) A saúde é um modo de abordar a existência ao se sentir não apenas possuidor ou portador de valores, mas também se necessário criador de valores, instaurador de normas vitais (*ibid.*, pp. 133-34).

Canguilhem também se preocupa em observar que as normas diferem das leis quando se trata de eficácia causal. Enquanto as leis causais nas ciências naturais necessariamente têm seus efeitos, quando se trata de normas o que encontramos é um espaço de possibilidades que também inclui as possibilidades de não seguir as normas. Se as leis determinam o que é possível e impossível, o próprio conceito de norma implica que seu oposto também pode acontecer – e é por isso que ele se refere às normas como “polaridades”. Quando se trata de vida, erros existem.

Se juntarmos a isso a possibilidade de mentira que a vida social apresenta, o aspecto moral da ciência e da prática científica

chega ao primeiro plano. Revelar leis, normas e práticas sociais numa ontologia relacional é um ato moral em si mesmo, e isso significa que a necessidade de reflexividade e de um olhar crítico é ainda mais urgente. As ideias e conceitos de Bourdieu não podem ser compreendidas adequadamente sem elas. Bachelard já abordara isso de um ponto de vista pedagógico:

É esse conhecimento do objeto que (...) examinaremos em toda sua generalidade, assinalando tudo aquilo que possa perturbar sua pureza, tudo que possa diminuir seu valor educativo. Acreditamos assim trabalhar pela moralização da ciência, pois estamos intimamente convencidos que o homem que segue as leis do mundo já obedece a um grande destino (BACHELARD, 2013 [1938], p. 26).

E essa tarefa ética precisa ser compartilhada pela comunidade científica, é uma empreitada intersubjetiva, do mesmo modo como Bourdieu sempre enfatizou que a reflexividade é também uma característica compartilhada, algo que nenhum cientista pode fazer sozinho ou sozinha (ver BOURDIEU, 2001). Com a verve de Bachelard: “quem é ensinado precisa ensinar” (BACHELARD, 2013 [1938], p. 292). Mas o momento mais arriscado é exatamente o do ensino, com suas possibilidades de mentira:

A linguagem sociológica que, mesmo em seus usos mais controlados, sempre recorre a palavras do léxico comum tomadas numa acepção rigorosa e sistemática e que, devido a esse fato, torna-se equívoca no momento em que não mais se dirige aos especialistas, empresta-se, mais do que qualquer outra, a utilizações fraudulentas: os jogos de polissemia, autorizados pela afinidade subterrânea entre os conceitos mais refinados com os esquemas comuns, favorecem as compreensões ambíguas e os mal-entendidos (BOURDIEU *et al.* 1983 [1968], p. 42).

Cuidado para não transformar a sociologia em profecia, diz Bourdieu. Em sociedades onde qualquer indivíduo isolado pode se sentir extremamente impotente mas também extremamente validado em seus pontos de vista devido a uma identificação fácil com grandes massas de pessoas de pensamento semelhante, a tentação de confiar no profeta, no demagogo e até no “cientista” para “fazer o que precisa ser feito” pode ser difícil demais de resistir. E o perigo é ainda maior quando essas crenças são estruturadas de modos substancialistas e imutáveis. Aqui está a união entre o epistemológico, o ético e o político. O olhar crítico e reflexivo que Bourdieu defendia é necessário mais do que nunca.

5

Este artigo argumentou que uma fonte muito importante, e muitas vezes desconsiderada, da sociologia e do modo de pensar de Bourdieu pode ser encontrada nas obras da tradição francesa de filosofia da ciência – também muitas vezes desconsiderada, especialmente fora da França. Suas contribuições históricas e filosóficas – com efeito, a relação que ela estabelece entre história e filosofia – tiveram um papel fundamental para uma visão mais sutil da ciência como prática, contra tanto o positivismo quanto o racionalismo. Bourdieu utilizou a obra desses autores, de muitas maneiras diretas e indiretas, para construir sua própria visão da ciência e da sociologia, uma visão mais radical. Desde o começo onde ele já indicava que queria continuar a psicanálise do espírito científico de Bachelard, até sua morte quando ele trabalhava sobre a reflexividade coletiva do campo científico, Bourdieu sempre teve os escritos desses filósofos como parte de seu habitus intelectual. Sem eles, ainda estaríamos presos ao olhar antiquado. Por exemplo, muitas das questões que discuti neste artigo poderiam ser ligadas a esta citação de Canguilhem:

O benefício de uma história das ciências bem fundamentada nos parece ser revelar a história na ciência. A história, ou seja, em nossa opinião, o senso da possibilidade. Conhecer é menos tropeçar no que é real do que validar um possível ao torná-lo necessário. A partir desse ponto, a gênese do possível é tão importante quanto a demonstração do necessário. A fragilidade da primeira não a priva de uma dignidade que a segunda obtém através de sua solidez. A ilusão poderia ter sido uma verdade. Talvez um dia a verdade revele-se como ilusão (CANGUILHEM, 2015 [1965], p. 58).

Numa análise comparativa como esta, é preciso bastante cautela. Não se deve tirar conclusões apressadas ao expor semelhanças entre Bourdieu e os filósofos que analiso (e também até ao expor semelhanças entre a época de Bourdieu e a atual). Trato de períodos diferentes que apresentam espaços sociais diferentes, configurações de capital diferentes, habitus preponderantes diferentes, campos diferentes, e assim por diante. É fácil ver, por exemplo, que embora jamais devamos considerar Bachelard, Koyré e Canguilhem ingênuos, eles de fato escrevem de modo mais otimista quanto às possibilidades da ciência, filosofia e história do que fez Bourdieu. Isso não é trivial. A tarefa diante de nós nunca é apenas percorrer novamente velhos caminhos, e sim utilizar o passado para nos ajudar a criar novas possibilidades para o futuro. A metanoia de que precisamos agora não é exatamente a mesma que Bourdieu propôs.

A verdade em jogo – elementos para uma análise da epistemologia de Bourdieu

A grande quantidade de metáforas visuais utilizadas direta e indiretamente no decorrer deste texto não foi algo que planejei, mas creio ser uma coincidência feliz. Sabe-se muito bem que a virada na carreira de Bourdieu foi seu período na Argélia. Foi lá que ele percebeu que o marxismo não era o bastante, o existencialismo, a fenomenologia e o estruturalismo não eram o bastante, e que ele precisava de alguma outra coisa. Mas antes de poder chegar a essa conclusão, ele precisou *ver*. Nós também.

Bibliografia

- BACHELARD, Gaston (2011 [1938]). *La formation de l'esprit scientifique*. Paris: Vrin.
- BACHELARD, Gaston (2012 [1940]). *La philosophie du non*. Paris: PUF.
- BACHELARD, Gaston (2013 [1934]). *Le nouvel esprit scientifique*. Paris: PUF.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude & PASSERON, Jean-Claude (1983 [1968]). *Le métier de sociologue*. 4ª edição. Den Haag: Mouton.
- BOURDIEU, Pierre (1994). *Raisons pratiques*. Paris: Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (1998 [1992]). *Les Règles de l'art*. Paris: Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (2001). *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'agir.
- BOURDIEU, Pierre (2004). *Esquisse pour une auto-analyse*. Paris: Raisons d'agir.
- CANGUILHEM, Georges (1966). *Le Normal et le pathologique*. Paris: PUF.
- CANGUILHEM, Georges (2015 [1965]). *La Connaissance de la vie*. Paris: Vrin.
- GRENFELL, Michael (2010). "Being Critical: The Practical Logic of Bourdieu's Metanoia", *Critical Studies in Education*, 51(1), pp. 85–99.
- GRENFELL, Michael (2018). "Metodologia", in Grenfell, Michael (org.). *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais*. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, pp. 276–295.
- JAY, Martin (1993). *Downcast Eyes: The Denigration of Vision in Twentieth-Century French Thought*. Berkeley: University of California Press.
- KOYRÉ, Alexandre (1957). *From the Closed World to the Infinite Universe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- KOYRÉ, Alexandre (1973 [1966]). *Études d'histoire de la pensée scientifique*. Paris: Gallimard.
- KUHN, Thomas S. (1996 [1962]). *The Structure of Scientific Revolutions*. 3ª edição. Chicago: University of Chicago Press.
- LEFORT, Claude (1978). *Les formes de l'histoire*. Paris: Gallimard.
- LOUIS, Édouard (2019). *On the NYR Daily This Week*, entrevista com Matt Seaton. Newsletter. *The New York Review of Books*, 09/02/2019. Disponível em <https://email.nybooks.com/t/y-26F0F10A68357A5D>, último acesso 03/07/2020.
- MARX, Karl (2011 [1858]). *Grundrisse*. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo.

O INTERESSE PELO DESINTERESSE – CONTRIBUIÇÕES DE BOURDIEU PARA A REFLEXÃO DA ESCRITA NO CAMPO ACADÊMICO

Camila Ribeiro de Almeida Rezende¹

Resumo

A escrita acadêmica não apenas transmite o conhecimento – ela o cria. É um sistema simbólico, um instrumento estruturado e estruturante do conhecimento e da comunicação que cria ativamente as epistemologias. Por ser um sistema simbólico, ela cumpre a função política de imposição ou de legitimação da dominação. Diante disso, este artigo está interessado na dominação do interesse pelo desinteresse de expor e demarcar o "eu" na escrita acadêmica – resultante do interesse do campo científico em expressar a ciência de forma neutra, impessoal, universal e acabada. O interesse de escrever sobre essa temática foi acionado pelas leituras das escritas de Pierre Bourdieu – escritas que carregam uma estética de repetição e de jogos de palavras, que jogam o jogo acadêmico a sério, que apresentam as regras do próprio jogo fazendo da sociologia uma arma contra o desconhecimento do reconhecimento – contra a violência simbólica. Essa violência é silenciosa, suave, insensível e invisível às suas próprias vítimas. Ela também está impregnada na cultura do campo acadêmico e pode ser notada nos aspectos técnicos e formais de seu estilo de escrita – na sua forma. A partir de uma análise bibliográfica da teoria de Bourdieu e da objetivação participante – da socioanálise proposta por ele – pretendo apresentar algumas reflexões sobre a violência simbólica presente na forma da escrita acadêmica, utilizando como base para a escrita deste artigo a minha própria práxis enquanto leitora da teoria bourdieusiana e enquanto escritora e pesquisadora da escrita acadêmica.

Palavras-chave: Bourdieu. Escrita acadêmica. Violência simbólica. Conhecimento. Campo acadêmico.

The interest in disinterest – Bourdieu’s contributions to the reflection of writing in the academic field

Abstract

Academic writing doesn't just convey knowledge – it creates it itself. It is a symbolic system, a structured and structuring instrument of knowledge and communication that actively creates epistemologies. Because it is a symbolic system, it fulfills the political function of imposing or legitimizing domination. Hence, this paper is focused on dominating the interest in disinterest of exposing and demarcating the "I" in academic writing – resulting from the interest of the scientific field in expressing science in a neutral, impersonal, universal and finished way. My interest in writing about this theme was triggered by the reading of Pierre Bourdieu's writings – writings that carry an aesthetics of repetition and play on words, that play the academic game seriously, that present the rules of the game itself, making sociology a weapon against ignorance of recognition – against symbolic violence. This violence is silent, smooth, insensitive and invisible to its own victims. It is also steeped in the culture of the academic field and can be seen in the

¹ Camila Ribeiro de Almeida Rezende: Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Mestra em Artes, Cultura e Linguagens pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Assessora de escrita acadêmica no Centro de Assessoria de Publicação Acadêmica (CAPA) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: camilararezende@gmail.com

O interesse pelo desinteresse contribuições de Bourdieu para a reflexão

technical and formal aspects of its writing style – in its form. From a bibliographic analysis of Bourdieu’s theory and participant objectification – from the socio-analysis proposed by him – I intend here to present some reflections on the symbolic violence existent in the form of academic writing, using my own praxis as the basis for writing this article as reader of Bourdieusian theory and as a writer and a researcher of academic writing.

Keywords: Bourdieu. Academic writing. Symbolic violence. Knowledge. Academic field.

El interés por el desinterés – las contribuciones de Bourdieu a la reflexión de la escritura en el ámbito académico

Resumen

La escritura académica no solamente transmite conocimiento, sino lo crea. Es un sistema simbólico, es un instrumento estructurado y estructurante del conocimiento y de la comunicación, que crea activamente epistemologías. Por ser un sistema simbólico, cumple la función política de imponer o legitimar la dominación. En este orden de ideas, el presente artículo se interesa en dominar el interés por el desinterés del “yo” por la escritura académica – resultado del interés del campo científico por expresar la ciencia de una manera neutral, impersonal, universal y terminada. El interés por escribir sobre este tema a nacido en las lecturas de los escritos de Pierre Bourdieu, escritos estos que llevan una estética de repetición y juegos de palabras, que enredan en serio el juego académico, que presentan las reglas del juego en sí, haciendo de la sociología un arma en contra de la ignorancia del reconocimiento – contra la violencia simbólica. Esta violencia es silenciosa, sutil, insensible e invisible para sus propias víctimas. También está inmersa en la cultura del campo académico y se puede ver en los aspectos técnicos y formales de su estilo de escritura, en su forma. A partir de un análisis bibliográfico de la teoría de Bourdieu y de la objetivación participante – del socio-análisis propuesto por él – se presentar algunas reflexiones sobre la violencia simbólica presente en la forma de la escritura académica, utilizando mi propia praxis como base para escribir este artículo – tanto leyendo la teoría bourdieusiana como escribiendo e investigando la escritura académica.

Palabras clave: Bourdieu. Escritura académica. Violencia simbólica. Conocimiento. Campo académico.

Uma introdução sobre a falta de elegância e o embaraço

“A ruptura com o estilo acadêmico implica a ruptura com o estilo de vida que ele supõe e exprime.”

(Pierre Bourdieu, 1989, p. 272).

O estilo da escrita acadêmica não é uma mera impressão e expressão dos aspectos técnicos e formais estruturados e estruturantes das práticas científicas – é, antes de tudo, uma expressão do *habitus*, do *gosto* e do *estilo de vida* de quem escreve. Quando direcionamos nossa atenção para a forma da escrita no campo acadêmico – e sua direta relação com a cultura, com a educação e com a práxis científica – as contribuições de Bourdieu tornam-se pertinentes e atuais, pois são capazes de evidenciar a violência simbólica presente tanto no processo de escrever, quanto no processo de escolher “como” apresentar a escrita para o campo acadêmico. Diante disso, me dedicarei neste artigo a fazer algumas reflexões sobre tais questões e também buscarei aplicá-las na estrutura formal da minha própria escrita.

É por isso que apresentarei para você, a partir de agora, uma Outra² forma de escrita acadêmica – uma que não tenha a falsa pretensão de neutralidade. Essa Outra forma eu denomino de “forma egoísta”. Ela é capaz de combater a violência simbólica dos dominantes, pois “a neutralidade científica pode assim contribuir para conferir ao discurso esse acréscimo de violência que dá à polêmica filtrada do ódio acadêmico o apagamento metódico de todo sinal exterior de violência.” (BOURDIEU, 2017, p. 49). Como assim? Quais são esses sinais exteriores de violência?

Tomando um exemplo irrefutável: acho que no sistema escolar, a linguagem legítima está em afinidade com uma certa relação ao texto que nega (no sentido psicanalítico do termo) a relação com a realidade social da qual o texto fala. Se os textos são lidos por pessoas que os leem como se não os lessem, é em grande parte porque as

² A palavra Outro demarcada com sua primeira letra maiúscula eu aprendi com Simone de Beauvoir: “O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela [a mulher] é o Outro.” (BEAUVOIR, 2000, p. 10). Neste artigo também demarcarei a palavra Outra com o “O” maiúsculo para destacar a alteridade – uma tentativa de desestabilizar a universalidade, a neutralidade e a unidade que caracterizam recorrentemente a escrita acadêmica. Outras formas se apresentarão em minha escrita – Outros Eus irão concorrer nesta exposição – Eus mais egoístas como você irá descobrir à medida que for me lendo. Irei demarcar também em *italico* palavras que representam conceitos da teoria bourdieusiana – para lhe lembrar que não discorrerei sobre elas pois não é a minha intenção e, nem há espaço para isso neste artigo. Ressalto que minha escrita é para as leitoras e leitores de Bourdieu já iniciados.

peças são formadas para falar uma linguagem na qual elas falam para dizer que não dizem o que estão dizendo. Uma das propriedades da linguagem legítima é justamente a de *dês-realizar* o que diz. (BOURDIEU, 1983b, p. 87-88).

Eu desejo³ realizar o que eu digo em minha linguagem. Para isso, começo assumindo – neste espaço que é da introdução – que meu desejo neste artigo é fazer um elogio à beleza estética da escrita de Bourdieu. É gritar com minha escrita que sou apaixonada, amo e *gosto* – ao extremo e com intensidade – de sua escrita. Algo que, a princípio, pode parecer inadequado para um texto com fins de publicação em periódico científico – que exige de nós uma postura crítica e não passional. O “certo” seria camuflar esse meu desejo e sutilmente usar artifícios retóricos convincentes para expressá-lo de forma tácita – buscando a neutralidade “científica” já legitimada. Eu deveria induzir sua leitura lentamente até a percepção das nuances desse desejo – e não o escancarar violentamente diante dos seus olhos – apenas deixar sutilmente algumas evidências dele para que você o “pescasse” entre as entrelinhas. Eu deveria ter feito isso. Entretanto, por que não fiz o que eu deveria fazer?

Diante do desafio à honra, ele[ela] fez o que devia fazer, o que em tal caso faz um homem [ou uma mulher] honrado [honrada] de verdade, e ele [ela] o fez de maneira particularmente satisfatória [...]. Aquele[aquela] que responde às expectativas coletivas, que, sem qualquer cálculo, ajusta-se de imediato às exigências inscritas em uma situação, tira todo o proveito do mercado de bens simbólicos. Tira proveito da virtude, mas também proveito do desembaraço, da elegância. E ele [ela] é tanto mais elogiado [elogiada] pela consciência comum por ter feito, como se fosse natural, algo que era, como se diz, a única coisa a fazer, mas que ele poderia não ter feito. (BOURDIEU, 1996b, p. 171).

Ao invés de fazer o que eu deveria, eu fiz o que eu poderia. Decidi não tirar proveito do mercado de bens simbólicos das publicações acadêmicas. Decidi escrever uma escrita sem elegância e embaraçada – que não nega (no sentido psicanalítico do termo) a moção e a emoção que experimento diante da leitura da escrita desse autor – que é Bourdieu. A consciência comum nos cobra uma postura ética que é também estética – ela reverbera na escrita acadêmica, altera seu conteúdo e principalmente sua forma.

³ O que eu compreendo por desejo neste artigo? “Afirmamos que o campo social é imediatamente percorrido pelo desejo, que é o seu produto historicamente determinado e que a libido não precisa de nenhuma mediação ou sublimação, de nenhuma operação psíquica, de nenhuma transformação, para investir as forças produtivas e as relações de produção. Existe apenas o desejo e o social, e nada mais. Mesmo as forças mais repressivas e mortíferas da reprodução social são produzidas pelo desejo [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 33).

Quando eu escrevo algo para dizer que não digo o que estou dizendo, eu dêo-realizo o que desejo dizer – e assim ocupo um espaço mais seguro e lucrativo. Isso ocorre quando apago todos sinais exteriores da polêmica filtrada do ódio acadêmico em minha escrita, mas também quando apago todos os sinais passionais dela – todos os sinais das emoções que possam deixá-la deselegante e embaraçosa.

Até aqui, neste ponto de encontro da introdução, você já deve ter percebido meu esforço para deter a sua atenção para a forma – a forma da escrita no campo acadêmico –, para o “como” nos expressamos. Estou tentando ativar seus sentidos para percebermos juntas (ou juntos) a dinâmica da nossa imaginação ao imaginarmos a recepção de nossos textos no campo acadêmico – a *violência simbólica* sutil presente em cada uma de nossas escolhas. Por exemplo, quando faço uma *objectivação participante*⁴ da minha própria experiência de escrever este artigo, percebo que sinto medo ao imaginar como você irá receber o meu texto, como interpretará a forma e o conteúdo dele. O que achará da minha escrita? E, conseqüentemente, o que achará de mim? O que tem para achar? Por que ao avaliar a minha escrita você estará “me” avaliando? Percebo, então, que a escrita não é um produto alienado, ela não é algo que se separa de mim – ela é minha expressão e impressão no tempo, imprime e exprime meu *gosto*, meu *estilo de vida*, minha ideologia, minhas emoções, meu capital. A minha escrita e a sua escrita tornam-se científicas quando entram em campo e jogam o jogo acadêmico, quando disputam a *legitimidade* e o *reconhecimento* – quando buscam a *distinção*, a crítica do Outro cientista, o seu julgamento.

Isto significa que, num campo científico fortemente autônomo, um produtor particular só pode esperar o reconhecimento do valor de seus produtos ('reputação', 'prestígio', 'autoridade', 'competência' etc.) dos outros produtores que, sendo também seus concorrentes, são os menos inclinados a reconhecê-lo sem discussão ou exame. De fato, somente os cientistas engajados no mesmo jogo detêm os meios de se apropriar simbolicamente da obra científica e de avaliar seus méritos. (BOURDIEU, 1983a, 127).

⁴ O que Bourdieu entende por isso? “Aquilo a que chamei a objectivação participante (e que é preciso não confundir com «a observação participante»), análise de uma – falsa – participação num grupo estranho) é sem dúvida o exercício mais difícil que existe, porque requer a ruptura das aderências e das adesões mais profundas e mais inconscientes, justamente aquelas que, muitas vezes, constituem o «interesse» do próprio objecto estudado para aquele que o estuda, tudo aquilo que ele menos pretende conhecer na sua relação com o objecto que ele procura conhecer.” (BOURDIEU, 1989, p. 51).

Quais meios você detém para se apropriar simbolicamente da obra científica? Quais são os seus *gostos*? Quais são as suas *disposições estéticas* para a fruição da escrita no campo acadêmico? Qual é o seu *estilo de vida*? Qual o seu estilo de escrita? Você gosta das mesmas escritas que eu? Como você escreve? Você está engajada ou engajado no mesmo jogo que eu? Como você joga? Quais são as regras que aprendeu? Quem lhe ensinou?

Aquele que escreve ocupa uma posição no espaço descrito: ele sabe disso e sabe que seu leitor o sabe. Ele sabe que este tenderá a relacionar a visão construída que propõe à posição que ele ocupa no campo, e a reduzi-la tanto num ponto de vista como noutra; ele sabe que verá nas menores nuances da escrita – um *mais*, um *talvez* ou, simplesmente, o tempo dos verbos empregados – indícios de prejulgamentos; ele sabe que corre o risco de reter, de todos os esforços investidos para produzir uma linguagem neutra, despojada de toda vibração pessoal, não mais que o efeito de monotonia, julgando que se paga muito caro pelo que afinal é apenas uma forma de autobiografia. É provável que o esforço do sujeito conhecedor para anular-se como sujeito empírico, para desaparecer atrás do protocolo anônimo de suas operações e de seus resultados, esteja antecipadamente destinado ao fracasso [...]. (BOURDIEU, 2017, p. 47-48, grifos do autor).

Eu tento evitar o fracasso de evitar fazer uma autobiografia. Mas essa evitação me faz sentir medo. O medo “é uma paixão que deriva inteiramente da imaginação, que representa... não aquilo que sentimos, mas aquilo que a seguir podemos possivelmente sofrer.” (SMITH 1982, p. 30). Sinto medo que você diga: “isso não é uma escrita acadêmica, você não é uma escritora acadêmica, não é uma cientista, não é uma socióloga, não é uma artista”. Diante disso, posso não escrever conforme desejo por medo de perder meu suposto *status* acadêmico – que se compõe não só pela forma e conteúdo de minha escrita, mas pelo meu *éthos* nela. Posso não escrever por causa da vergonha – essa emoção que é especificamente social: “a vergonha funciona em termos de suposição do olhar de outrem como sendo o próprio, de tomar o ponto de vista de outrem. Deste modo, a vergonha afeta aqueles que a sentem de acordo com as expectativas sociais.” (BARBALET, 1998, p. 153).

Qual a sua expectativa diante de um artigo sobre Bourdieu? Qual a minha expectativa ao escrever um artigo sobre Bourdieu? Lhe convido a ruminar essa longa citação direta – que esteticamente é uma heresia contra o campo acadêmico, interpretada como preguiça intelectual, ou uma falta de

capacidade para parafrasear. Essa forma nos decepciona, ela não atende nossas expectativas em um artigo – perceba e rumine:

Os dominantes consagram-se às *estratégias de conservação*, visando assegurar a perpetuação da ordem científica estabelecida com a qual compactuam. Essa ordem não se reduz, conforme comumente se pensa, à *ciência oficial*, conjunto de recursos científicos herdados do passado que existem no *estado objetivado* sob forma de instrumentos, obras, instituições etc., e no *estado incorporado* sob forma de hábitos científicos, sistemas de esquemas gerados de percepção, de apreciação e de ação, que são o produto de uma forma específica de ação pedagógica e que tornam possível a escolha dos objetos, a solução dos problemas e a avaliação das soluções. Essa ordem engloba também o conjunto das instituições encarregadas de assegurar a produção e a circulação dos bens científicos ao mesmo tempo que a reprodução e a circulação dos produtores (ou reprodutores) e consumidores desses bens, isto é, essencialmente o sistema de ensino, único capaz de assegurar a ciência oficial a permanência e a consagração, inculcando sistematicamente *habitus* científicos ao conjunto dos destinatários legítimos da ação pedagógica, em particular a todos os novatos do campo da produção propriamente dito. Além das instâncias especificamente encarregadas da consagração (academias, prêmios etc.), ele compreende ainda as revistas científicas que, pela seleção que operam em função de critérios dominantes, consagram produções conformes aos princípios da ciência oficial, oferecendo, assim, continuamente, o exemplo do que merece o nome de ciências, e exercendo uma censura de fato sobre as produções heréticas, seja rejeitando-as expressamente ou desencorajando simplesmente a intenção de publicar pela definição do publicável que elas propõe. (BOURDIEU, 1983a, p. 137-138, grifos do autor).

Será que a forma que escolhi para expressar um conteúdo bourdieusiano reflexivo sobre a escrita no campo acadêmico é publicável? Será que será publicado? Afinal de contas “O que será que será? [...] O que não tem certeza, nem nunca terá. O que não tem conserto, nem nunca terá. [...] O que não tem vergonha nem nunca terá.” (BUARQUE, 1976)⁵. Não sei. Só sei que que é preciso “evitar as aparências da cientificidade, contradizer mesmo as normas em vigor e desafiar os critérios correntes do rigor científico [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 42-43). Pois como aprendi com o próprio Bourdieu: “as aparências são sempre pela aparência. A verdadeira ciência, na maior parte das vezes, tem má aparência e, para fazer avançar a ciência, é preciso, frequentemente, correr o risco de não

⁵ Trecho *bricolado* da canção “O que será?” composta por Chico Buarque em 1976.

O interesse pelo desinteresse contribuições de Bourdieu para a reflexão

se ter todos os sinais exteriores da cientificidade (esquece-se que é fácil simulá-los). (BOURDIEU, 1989, p. 42-43).

É sobre essa facilidade de simular a “forma”, a “aparência” de ciência na escrita acadêmica que buscarei refletir no porvir deste texto. Para isso, farei mais três movimentos retóricos com minha escrita: 1) tentarei seduzir o seu olhar para perceber a beleza formal da escrita de Bourdieu; 2) tentarei lhe convencer que há muita violência simbólica na forma legitimada da escrita no campo acadêmico – uma forma que quanto mais se apresenta “desinteressada” em demarcar a presença do “eu” mais lucra na economia antieconômica do campo (nesse movimento você compreenderá o título do artigo); e 3) tentarei concluir com um convite para-a-doxa – o para-doxo de enfrentar o ortodoxo e interagir com o heterodoxo escrevendo academicamente nossos sentimentos cientes. Se movimente, me acompanhe nos próximos movimentos...

Um elogio à beleza das repetições de palavras que se repetem repetidamente na escrita de Bourdieu

Por que a escrita de Bourdieu é bela? É bela porque Bourdieu não gostava da beleza – ele não era ingênuo, ele sabia que o “*datum* do qual parte a reflexão sociológica não é a capacidade universal de apreender a beleza, mas o sentimento de incompreensão ou de indiferença experimentado, diante de certos objetos consagrados como belos, por aqueles desprovidos da disposição e da competência estéticas.” (BOURDIEU, 1996b, p. 209-210). Ele *gostava* da incompreensão e da indiferença da beleza, gostava de investigar a *disposição estética* – esse condicionamento condicionado pelo *habitus*, pelo *gosto* e pelo *estilo de vida*. O elogio então que faço à beleza da forma da escrita de Bourdieu não é ingênuo – *naif* – é um elogio que leva em consideração a minha própria *disposição estética* para apreender a beleza em sua produção.

A sua escrita é marcada por repetições e jogos de palavras. Uma estética que cativa pelas sutilezas e nuances, cheias de detalhes e combinações que nos levam a observar a forma, que nos fazem capturar os pormenores – os menores vestígios de reflexões impregnadas na disposição e na ordem das palavras que compõem suas frases. Perceba três exemplos de citações que jogam esse jogo de palavras: 1) “[...] pessoas que, acostumadas a

falar o que pensam pensar, não sabem mais pensar o que falam.” (BOURDIEU, 2007, p. 467); 2) (esta próxima citação é famosa – a definição de *habitus*): “[...] estrutura estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante.” (BOURDIEU, 1983a, p. 61); 3) Observe somente mais esta (que já apresentei anteriormente e que vou repeti-la): “Se os textos são lidos por pessoas que os leem como se não os lessem, é em grande parte porque as pessoas são formadas para falar uma linguagem na qual elas falam para dizer que não dizem o que estão dizendo.” (BOURDIEU, 1983b, p. 87-88)

Existem outros inúmeros exemplos que eu poderia apresentar – as produções de Bourdieu são vastas e o seu estilo é marcante. Entretanto, vou me deter à apenas essas três meras ilustrações para não me prolongar. Minha intenção é especificamente demonstrar que a repetição de palavras nas obras de Bourdieu não é uma deficiência de vocabulário dele, não é uma falta de domínio das regras do jogo acadêmico, não é reflexo de uma confusão, e muito menos uma tentativa de cansar suas leitoras e leitores – pelo contrário: “Aqueles que têm a certeza de encarnar a norma linguística podem se permitir transgressões que são uma maneira de afirmar seu controle da norma e sua distância em relação aos que a ela se dobram cegamente.” (BOURDIEU, 1983a, p. 176). A sua estética de repetições aciona e captura a nossa atenção nos fazendo ler e reler seus parágrafos várias vezes, até sentirmos o prazer prolongado da participação – o prazer de participarmos da fruição de seu texto como “iniciados”.

Algumas de suas escritas solicitam uma Outra temporalidade de leitura. A temporalidade que somente pessoas com qualidades bovinas seriam capazes de experimentar, pois: “Verdade seja que, para elevar assim a leitura à dignidade de ‘Arte’ é mister, antes de mais nada, possuir uma faculdade hoje muito esquecida [...] uma faculdade que exige qualidades bovinas, e não as de um homem fim-de-século. Falo da faculdade de ruminar.” (NIETZSCHE, 1976, p. 16). Não é fácil adquirir essa faculdade. Bourdieu – tanto em seu conteúdo quanto em sua forma de escrita – se preocupou em ruminar a faculdade: a faculdade científica de facultar o que é a faculdade da ciência, o que é a faculdade, o que é a ciência, o que é a arte e o que é a escrita, o que é o campo acadêmico, o que é a escrita no campo acadêmico. Para conseguir ruminar, ler e escrever sobre isso é necessário ser um filólogo da palavra:

Filólogo quer dizer professor de leitura lenta: acaba-se por escrever também lentamente. Agora isso não só faz parte de

meus hábitos, mas até meu gosto se adaptou a isso – um gosto maldoso talvez? – Não escrever nada que não deixe desesperada a espécie dos homens “apressados”. De fato, a filologia é essa arte venerável que exige de seus admiradores antes de tudo uma coisa: manter-se afastado, tomar tempo, tornar-se silencioso, tornar-se lento – uma arte de ourivesaria e um domínio de ourives aplicado à palavra, uma arte que requer um trabalho sutil e delicado e que nada realiza se não for aplicado com lentidão. [...] Essa própria arte não acaba facilmente com o que quer que seja, ensina a ler bem, isto é, lentamente, com profundidade, com prudência e precaução, com segundas intenções, portas abertas, com dedos e olhos delicados.” (NIETZSCHE, 2007, p. 20-21).

Admirar, contemplar e sentir prazer com a forma da escrita e com os jogos de repetições de palavras de Bourdieu não é uma qualidade inata. É fruto da *disposição estética*. Bourdieu nos explica que “todo bem cultural, texto literário, obra pictórica ou musical, é objeto de apreensões que variam segundo a *disposição* e a competência cultural dos receptores, ou seja, hoje, segundo a instrução possuída e a antiguidade de sua aquisição.” (BOURDIEU, 1996a, p. 417). Desse modo, produzimos e apreendemos textos acadêmicos mediante a nossa *disposição* e competência cultural – que são medidas pela avaliação do modo de aquisição de nossa instrução e pela quantidade de tempo que a possuímos. Para ilustrar o modo que ocorre essa aquisição, Bourdieu descreve a noção de *capital cultural herdado* – aquele que se adquire no seio familiar – e o *capital cultural adquirido* – aquele que se adquire posteriormente, por exemplo, na escola. Descobrimos que há um abismo violento entre essas duas maneiras de adquirir capital cultural quando percebemos que “a música não são os discos e a eletrola dos vinte anos, graças aos quais descobrimos Bach e Vivaldi, mas o piano da família, ouvido desde a infância e vagamente praticado até a adolescência”, quando percebemos também que “a pintura não são os museus, de repente descobertos no prolongamento de um aprendizado escolar, mas o cenário do universo familiar.” (BOURDIEU, 1983a, p.97). É assim que percebemos que a escrita acadêmica não pode ser ingenuamente pesquisada e refletida como uma escrita restrita ao campo acadêmico – que apenas adquirimos quando começamos a participar desse campo. A escrita acadêmica, como todo bem cultural, é objeto de apreensões que variam segundo a *disposição* e a competência cultural dos seus praticantes e de seus receptores – ela varia segundo o seu modo de aquisição (herdado ou adquirido) e

segundo a sua antiguidade (quando se iniciou essa aquisição). As escritoras e escritores acadêmicos que desde o ceio familiar tiveram um cenário propício a ética e a estética acadêmica escrevem com a vantagem do modo e do tempo – diferentemente daqueles que foram adquirindo uma familiaridade com o universo acadêmico aos poucos.

A partir dessa percepção bourdieusiana, podemos avançar no entendimento da *disposição estética* que Bourdieu refletiu para a arte – mas agora aplicando tal reflexão à experiência de produção e recepção da escrita no campo acadêmico – pois são as condições de existência do agente que escreve e do agente que lê que possibilitam a decifração e decodificação da prática da escrita acadêmica, assim como ocorre nas práticas artísticas. Desse modo, as *disposições* são para Bourdieu um conjunto de regras incorporadas de maneira inconsciente pelas pessoas, e por isso, muitas vezes, ditas “naturais” e “inerentes” ao indivíduo. Essas *disposições* perpassam os setores éticos, estéticos, cognitivos e físicos. Elas são adquiridas por meio de experiências e também em instituições sociais – como a família e a escola – produzindo assim, nossa identidade. É a *disposição estética* que possibilita um interesse maior pela forma – pelos aspectos estéticos, formais, estilísticos das obras – é ela que permite o primado absoluto da forma sobre a função, a preferência pela técnica e não pelo conteúdo, pois ela é uma “capacidade generalizada de neutralizar as urgências ordinárias e de colocar entre parênteses os fins práticos.” (BOURDIEU, 1983a, p. 87). Quem disfruta de uma *disposição estética* disfruta de uma experimentação formal dos bens culturais e da existência.

Sobre essa experimentação formal Bourdieu explica: “a experimentação formal – que, na literatura ou no teatro, leva à *obscuridade* – é na opinião do público popular, um dos indícios do que, às vezes, é vivenciado como o desejo de manter a distância o não-iniciado ou de falar a outros iniciados ‘passando por cima da cabeça do público’.” (BOURDIEU, 2007, p. 36). Quem não possui essa *disposição* sente-se excluído, afastado. É por isso que afirmei antes que há um prazer de participarmos da fruição dos textos de Bourdieu como “iniciados”. Há uma sensação de distinção, pois sentimos que ele não está falando por cima de nossas cabeças – sentimos que compreendemos o que ele está dizendo.

Essa noção de *disposição estética* é extremamente importante para percebermos a controvérsia da condição do ensino, da

O interesse pelo desinteresse contribuições de Bourdieu para a reflexão

aprendizagem e da práxis da escrita no campo científico. Pois a escrita acadêmica só adquire sentido, só tem interesse e só é conhecida para quem é dotado do código segundo o qual ela é codificada. O ato de fusão afetiva que dá “o prazer do amor pela arte [ou pela escrita acadêmica], pressupõe um ato de conhecimento, uma operação de decifração e decodificação, que implica o acionamento de um patrimônio cognitivo e de uma competência cultural.” (BOURDIEU, 1996a p.10).

Diante de tudo isso pretendo prosseguir no próximo movimento com a noção de *interesse pelo desinteresse* – uma noção, que ao meu ver, é muito valiosa para refletirmos criticamente a epistemologia da escrita acadêmica, a sua cultura, a sua ciência e a sua educação.

O interesse pelo desinteresse do “eu” na escrita acadêmica

O que Bourdieu tem a nos dizer sobre isso?

[...] o interesse “puro”, desinteressado, é um interesse pelo desinteresse, forma de interesse que convém a todas as economias dos bens simbólicos, economias antieconômicas, nas quais, de alguma maneira, é o desinteresse que “compensa”. [...] Têm-se, assim, testemunhos vindos de responsáveis pelas grandes revistas americanas de física que contam que seus pesquisadores lhes telefonam dia e noite, angustiados, porque se pode perder o benefício de vinte anos de pesquisa por cinco minutos de atraso. Compreende-se que nessas condições se esteja longe da visão hagiográfica da ciência que é desmentida por tudo o que se conhece da verdade da pesquisa: os plágios, o roubo de ideias, as querelas de prioridades e tantas outras práticas que são tão antigas quanto a própria ciência. Os eruditos são interessados, têm vontade de chegar primeiro, de serem os melhores, de brilhar. (BOURDIEU, 2004, p.31).

Se os eruditos são interessados, se eles têm vontade de chegar primeiro, de serem os melhores e de brilharem – precisamos então analisar com calma as implicações presentes nesse *interesse pelo desinteresse*. Perceba que Bourdieu nos alerta para a lógica “antieconômica” que impera no campo acadêmico. A lógica do campo científico preza a abdicação dos investimentos pessoais em prol do coletivo. Essa abdicação permite que aqueles que se mostrem desinteressados, que não busquem seus benefícios

individuas e egoístas, lucrem nessa economia simbólica do campo acadêmico – pois na lógica dessa economia é o *desinteresse* que compensa. Nessa perspectiva, Bourdieu nos esclarece que ao introduzirmos a noção de *capital simbólico* (e de lucro simbólico) na reflexão acerca da escrita acadêmica, nós radicalizamos uma visão ingênua, e nos tornamos capazes de enxergar que “as ações mais santas – a ascese ou o devotamento mais extremos poderão ser sempre suspeitas (e historicamente o foram, por certas formas extremas de rigorismo) de ter sido inspiradas pela busca do lucro simbólico de santidade ou de celebridade etc.” (BOURDIEU, 1996b, p.150).

Seguindo essa lógica de reflexão, conseguimos identificar o *interesse pelo desinteresse* presente na escrita acadêmica: o seu estilo⁶ busca ser desinteressado – portanto – impessoal, universal, neutro e objetivo. Essa escrita asséptica de sujeito e de intenções particulares – que quer contribuir para um bem maior – é a mesma que quando se apresenta como desinteressada consegue lucrar bastante no mercado simbólico acadêmico. Pois no campo científico “é melhor aparecer como desinteressado do que como interesseiro, como generoso, altruísta, do que como egoísta.” (BOURDIEU, 1996b, p.154–155).

Percebemos então que o funcionamento do *interesse pelo desinteresse* na escrita acadêmica é baseado na priorização, valorização e apreciação do conteúdo em detrimento da forma. Se há uma busca pela padronização do estilo acadêmico, pela universalidade da forma, da estética – o conteúdo seria a única coisa capaz de diferenciar e distinguir os produtores e os seus produtos, os criadores e suas criaturas. O que distingue um escritor acadêmico do outro, o que demarca a sua posição no campo é o seu conteúdo – o tema da sua pesquisa – e não a forma, a estética, o estilo de escrita que escolheu produzir. Essa forma pode até ser percebida, mas não é aquilo que demarca o seu diferencial no campo. Diferentemente do campo da arte – onde encontramos a prática da arte pela arte – ainda não temos no campo acadêmico a escrita acadêmica pela escrita acadêmica. Destaco então, que as implicações dessa dinâmica de diferenciação pelo conteúdo (e não pela forma) são as estratégias de universalização

⁶ Já observamos com Bourdieu que o estilo da escrita não é apenas um aspecto formal, é um estilo de vida impregnado daquele que escreve, pois a “ ‘seriedade’, na ciência como alhures, é uma virtude tipicamente social, e não é por acaso que é atribuída prioritariamente aos que, tanto no estilo de vida como no estilo de seus trabalhos, oferecem as garantias de previsibilidade e de calculabilidade características das pessoas ‘responsáveis’, ponderadas, organizadas.” (BOURDIEU, 2017, p. 55–56).

“que fundamentam todas as normas e todas as formas oficiais (com tudo o que elas possam ter de mistificação), e que se apoiam sobre a existência universal do lucro da universalização.” (BOURDIEU, 1996b, p.154–155).

Todos saem lucrando com a universalização da forma, pois os conteúdos são sempre conformado às receitas recorrentes dos cursos de escrita acadêmica disseminados nas instituições e produzidos pelos *interessados* em manter a ordem estabelecida pelos dominantes. Nesses cursos, eles ensinam a “arte da escrita acadêmica”, a “arte de publicar”, “a arte da objetividade, da clareza, da estruturação do texto”. Entretanto, todas essas “artes” foram ensinadas pelos “fariseus da ciência que sabem se ornar dos signos mais variados da cientificidade” (BOURDIEU, 2017, p. 56) e que sabem plantar e colher os frutos dos benefícios simbólicos do campo. Eles lucram nesse mercado ensinando *o interesse pelo desinteresse*, ensinando-nos a abdicar de marcar a nossa escrita com o “egoísmo” da exposição de nossas singularidades de estilos de vida-escrita. Esses fariseus pregam uma ética estética que nos inculca que as inovações científicas são estritamente aquelas dos conteúdos, e que não há muito o que inovar nas formas.

Tal como a/o artista na arte, a/o escritora no campo científico precisa ser capaz de produzir (e não meramente reproduzir) uma forma de escrita acadêmica. Para isso, ela/e precisa “recusar qualquer constrangimento ou exigência externa, precisa afirmar a sua mestria sobre aquilo que o[a] define e que lhe pertence em particular, quer dizer, a forma, a técnica.” (BOURDIEU, 1989, p. 296). Sobre a técnica, a forma, Bourdieu nos alerta que: “é evidente que a necessidade social só pode se exercer ocultando-se sob a aparência da necessidade técnica. [...] as exigências e os controles impostos visam preparar seu próprio enfraquecimento ao fornecer os instrumentos de trabalho, que são a condição da verdadeira liberdade intelectual.” (BOURDIEU, 2017, p. 131). A liberdade intelectual resulta da capacidade de dominar a técnica da escrita acadêmica – questionar os seus procedimentos, refletir criticamente a sua constituição, a sua prática, assumi-la como uma operação científica decisiva para a existência da ciência. Desse modo, Bourdieu defende que é preciso “«Escrever bem o medíocre»: esta fórmula de Flaubert, que também é válida para Manet, afirma a autonomia da forma em relação ao tema.” (BOURDIEU, 1989, p. 297). Por isso, aquilo que está em jogo nessa luta pela autonomia da forma em relação ao conteúdo/tema, não é simplesmente a contestação da ABNT, da gramática, da formatação – é a

contestação desse efeito ilusório da forma: “todo discurso com pretensão científica sobre o mundo social deve contar com o estado das representações que concernem à cientificidade e das normas que ele deve praticamente respeitar para reproduzir o efeito de ciência.” (BOURDIEU, 2017, p. 54).

As nuances presentes na forma da escrita acadêmica – o que correntemente descrevemos como estilo, estética – as escolhas de palavras, vocabulários, os detalhes das metáforas, as expressões utilizadas, o jogo e ou as brincadeiras com as palavras, o uso ou a evitação das repetições, trocadilhos, impressões e expressões pessoais – emocionais –, a exibição dos impasses da escritora e do escritor, a escolha de ordenação do texto, a retórica, os agenciamentos e aliciamentos utilizados na escrita, a forma de criticar ou elogiar outros autores, a exposição do esboço, do embrionário, do confuso – são características que ressaltam o individual, o singular do agente que escreve. É por meio dessas características, pela escolha de ressaltá-las que a escritora ou escritor são julgados como egoístas. Pois ao priorizarem a forma em detrimento do conteúdo, eles usam a escrita que deveria ser “acadêmica” – impessoal e neutra – para se autopromoverem, se destacarem com suas expressividades. Ao invés de abdicarem de sua marca pessoal em prol de uma contribuição genuína para a ciência – aquela que não espera nada em troca – eles produzem uma escrita de si, autobiográfica, expressando seus *gostos, estilos de vida* e interesses pessoais. Assim, eles ressaltam uma *distinção*, mostram de forma egoísta que querem brilhar com a escrita – querem ser reconhecidos, diferenciados, contemplados, admirados – tal como os artistas. Em contrapartida, os fariseus acadêmicos – os dominantes – produzem e defendem uma escrita desinteressada desses “louros” egoístas e individuais. A escrita acadêmica para eles é apenas uma ferramenta para um fim maior – precisa ser desprovida de todas as tentações vulgares e pecaminosas de uma autoexpressão emocionada. Precisa expurgar de si todo esse mal para conseguirem triunfar com uma ciência “bem intencionada”, uma ciência universal expressa numa escrita universal, desinteressada de um benefício próprio de autopromoção. O que está implicado, implícito, inculcado nesses valores universais da escrita acadêmica?

Ao dissociar o sucesso mundano e a consagração específica e ao assegurar lucros específicos ao desinteresse daqueles que se dobram a suas regras, o campo artístico (ou científico) cria

as condições de constituição (ou de emergência) de um genuíno interesse pelo desinteresse (equivalente ao interesse pela generosidade nas sociedades onde a honra é um valor importante). No mundo artístico, como mundo econômico às avessas, as “loucuras” mais antieconômicas são, de certo modo, “racionais”, já que o desinteresse é aí reconhecido e recompensado. (BOURDIEU, 1996b, p.183).

No mundo acadêmico – um mundo econômico às avessas – as loucuras são racionais. Loucamente irei caminhar agora para uma conclusão. Me acompanhe:

Um movimento de conclusão – o paradoxo do ortodoxo e do heterodoxo

“Aquilo de que estou certo é que a posse das armas necessárias para cada um se poder defender contra a dominação cultural, contra a dominação que se exerce através da cultura e em seu nome, deveria fazer parte da cultura. Tratar-se-ia de uma cultura capaz de pôr a distância a cultura, de a analisar e não de a inverter ou, mais exatamente de lhe impor uma forma invertida.”
(Pierre Bourdieu, 2003, p. 16)

Existem escritoras e escritores acadêmicos que apesar de desejarem brincar, jogar e ousar com a forma da escrita acadêmica, sentem medo de passar vergonha – de parecerem idiotas. “Isso explica um círculo vicioso realmente maluco, em que os estudantes repetem os piores excessos estilísticos que aparecem nas revistas acadêmicas, aprendem que são esses mesmos excessos que diferenciam seus trabalhos daquilo que qualquer idiota sabe e diz [...]” (BECKER, 2015, p.69). Esse comportamento descrito por Howard Becker, foi caracterizado por Bourdieu como o gosto burguês: “enquanto as frações ‘intelectuais’ exigem, de preferência, que o artista proceda a uma contestação simbólica da realidade social e da representação ortodoxa exibida pela arte ‘burguesa’” – o burguês espera o contrário: “espera que seus artistas, escritores e críticos – assim como seus costureiros, joalheiros ou decoradores – mostrem emblemas de distinção que, ao mesmo tempo, sejam instrumentos de denegação da realidade social.” (BOURDIEU, 2007, p.273).

Se a forma legitimada da escrita acadêmica é uma denegação da realidade social, se ela busca *desdizer* o que diz, é porque ela está dominada por esse gosto burguês. Quando as escritoras e escritores consultam o padrão de gosto nas revistas acadêmicas para decidirem “como” irão escrever, eles encontram uma estética de distinção aparentemente *desinteressada* que denega a sua própria realidade social. Diante da *violência simbólica* que experimentam nessa estética ética do campo acadêmico, eles se esforçam para encarnar em seus corpos de escritas a distinção tão sonhada que aprenderam a venerar – a mesma distinção que os violentam, que os fazem perceber que “a escrita acadêmica é mais complexa que a escrita usual. Durante o curso somos sempre lembrados que temos uma monografia e que a nossa escrita não é suficiente.” (graduanda em psicologia, 25 anos, 2019). Essa última frase que apresentei como uma citação, eu retirei do banco de dados da pesquisa de campo que estou *praxiologizando* no doutorado – que tem por tema de investigação as dificuldades que escritoras e escritores enfrentam com a escrita acadêmica.

Por que apresento esse dado apenas, e logo agora, no final deste artigo? Pois meu interesse e desejo de escrita era divagar pelas minhas próprias palavras e pelas palavras e citações de Bourdieu – eu não desejei uma legitimação através dos meus dados. Por que? Porque ainda estou em meu percurso de formação. Não sei quando esse processo irá terminar. Enquanto ele está ocorrendo prefiro escrever com um “ar” ensaístico. Sei que corro muito risco nessa escolha, pois “deveria” escrever com meus dados empíricos “deixando aos ensaístas ou aos compiladores o privilégio das generalidades intemporais que não engloba nenhuma outra referência histórica que não suas leituras ou experiências pessoais.” (BOURDIEU, 2017, p. 58).

Mas, porém, entretanto e, todavia, este artigo nunca daria conta de todo o meu desejo de escrita acadêmica. A verdade é que “não há desejo que não corra para um agenciamento. O desejo sempre foi, para mim, se procuro o termo abstrato que corresponde a desejo, diria: é construtivismo.” (DELEUZE, 2001). Este artigo faz parte de algo maior, é um construtivismo de teorias, emoções, dados, pesquisa, sociologia, práxis, arte, educação, ensino, paixão – é um construtivismo de muitos Outros desejos. E não se engane, eu “nunca desejo algo sozinho[a], desejo bem mais, também não desejo um conjunto, desejo em um conjunto. [...] Desejar é construir um agenciamento, construir um conjunto, conjunto de uma saia, de um raio de sol...” (DELEUZE, 2001). Eu escrevo este artigo para você

– combino palavras que imprimem e expressam minha paixão por Bourdieu para excitar a sua imaginação e sua paixão (ou criticidade) por ele – para construirmos, em conjunto, uma saia (guarida, amparo, proteção) onde os raios de sol possam penetrar e aquecer nossa cumplicidade nesse universo acadêmico.

Antes de terminar, quero que saiba que eu ainda sinto medo – imagino alguém me criticando: “é muito fácil militar por uma Outra forma de escrita acadêmica, mas, quem realmente pode escrever de Outra forma? Quem tem poder?”

Concluo então com uma resposta imaginária a essa crítica que também busca problematizar o paradoxo entre a disputa do ortodoxo e do heterodoxo – o heterodoxo precisa do ortodoxo assim como o ortodoxo precisa do heterodoxo – não é um jogo de quem ganha ou quem perde, pois “não acho que quem ganhar ou quem perder, nem quem ganhar nem perder, vai ganhar ou perder. Vai todo mundo perder.” (DILMA, 29.set.2010)⁷. Vai todo mundo perder pois precisamos escrever. Precisamos de todas as escritas para fazermos uma ciência ciente – tanto as ortodoxas quanto as heterodoxas. Mas, precisamos, antes de tudo, urgentemente, com prioridade, pensar criticamente a epistemologia da escrita acadêmica, pois “não temos que escolher entre o obscurantismo e o cientismo. ‘Entre os dois males’, dizia Karl Kraus, ‘recuso-me a escolher o menor’.” (BOURDIEU, 2003, p.21).

Por favor, não se esqueça: não podemos expandir e fazer progredir a ciência do mundo social “a não ser sob a condição de forçar o retorno do reprimido, neutralizando a neutralização, negando a contestação sob todas as suas formas, das quais a maior é a desrealização pela radicalização hiperbólica de certo discurso revolucionário.” (BOURDIEU, 2007, p. 467). Por que? Porque a revolução somente começa quando somos capazes de perceber, descobrir, conhecer e reconhecer a cegueira das nossas paixões:

[...] as objetivações do jogo intelectual inspiradas por essas paixões intelectuais permanecem necessariamente parciais e cegas para si mesmas: o ressentimento do amor decepcionado leva a inverter a visão dominante, satanizando o que ela diviniza. Pelo fato de que aqueles que as produzem não estão em condições de apreender o jogo enquanto tal e a posição que aí ocupam, as “revelações” da denúncia tem um ponto cego, que não é mais do que o ponto (de vista) a partir do qual são feitas; não podendo revelar nada sobre as razões e as razões de ser das condutas visadas, que aparecem

⁷ Trecho da fala da Dilma Rousseff em 29 e setembro de 2010.

O interesse pelo desinteresse contribuições de Bourdieu para a reflexão

apenas para a visão global do jogo, não fazem mais que trair suas próprias razões de ser. (BOURDIEU, 1996a, p. 219).

Revolucionar não é inverter uma posição, um visão, uma prática, uma estética – revolucionar é nos confrontarmos constantemente e hiperbolicamente com as causas da desigualdade, da dominação, do poder, da violência simbólica. É nos esforçarmos desesperadamente para não nos tornarmos “pessoas que, acostumadas a falar o que pensam pensar, não sabem mais pensar o que falam.” (BOURDIEU, 2007, p. 467).

Referências

- BARBALET, Jack. **Emoção, teoria social e estrutura social**. Uma abordagem macrossocial. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- BECKER, Howard. **Truques da escrita**: para começar e terminar teses, livros e artigos. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte**: Gênese e Estrutura do Campo Literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. 2 ed. 1 reimp. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Edunesp, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983a. p. 82-121.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983a. p. 122-155.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983b.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papiрус, 1996b.
- DELEUZE, Gilles. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Entrevista com G.Deleuze. Editoração: Brasil, Ministério da Educação, TV Escola, 2001. Paris: Éditions Montparnasse, 1997, VHS, 459min.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**: Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**. Lisboa: Guimarães e Cia. Editores, 1976.

O interesse pelo desinteresse contribuições de Bourdieu para a reflexão

NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora**: Reflexões sobre os preconceitos morais. Tradução: Antonio Carlos Braga. Editora Escala: São Paulo, 2007.

SMITH, Adam. **The Theory of Moral Sentiments**. Oxford: Oxford University, 1982.

QUANDO A CIÊNCIA ENCONTRA A AUTO-ANÁLISE: A HERANÇA DE PIERRE BOURDIEU PARA UMA SOCIOLOGIA DA AUTODEFESA

Alexandre Manzoni¹

Resumo

O presente artigo interpreta o cenário do campo científico no Brasil contemporâneo à luz da teoria sociológica de Pierre Bourdieu. Nesse esforço, se debruça sobre o modo como Bourdieu produz uma teoria das classes, sugerindo que sua sociologia reorganiza o esquema marxiano na questão dos interesses. Reconstitui o modo como Bourdieu faz do habitus um conceito operativo, e aponta em que medida o habitus é cingido pela classe social. Na sequência, opera a análise referente a articulação estabelecida entre a classe e o habitus, evidenciando o quanto essa ligação atua na composição das *categorias de percepção* de mundo dos agentes. O artigo elege o conceito de *auto-análise coletiva* ou *socioanálise coletiva* de Bourdieu, colocando o campo científico brasileiro sob o crivo analítico. A interpretação elaborada indica que as rearticulações políticas dos últimos anos, em especial das classes médias, resultaram numa fragilização do campo científico brasileiro. Junto a isso, as reformas administrativas e cortes orçamentários do Estado colocam os pesquisadores em situação de conflito pela escassez de recursos. Por fim, o texto relembra algumas saídas produzidas por Pierre Bourdieu no contexto francês, quando a ciência está sob o ataque do neoliberalismo. Isso para fomentar, no horizonte de debates entre pesquisadores e cientistas brasileiros, a possibilidade de esboçar uma sociologia de autodefesa da autonomia do campo científico.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu. Auto-análise. Ciência. Classe social. Habitus.

When science meets self-analysis: Pierre Bourdieu's heritage for a sociology of self-defense

Abstract

This article interprets the scenario of the scientific field in contemporary Brazil in the light of Pierre Bourdieu's sociological theory. In this effort, he looks at how Bourdieu produces a theory of classes, suggesting that his sociology reorganizes the Marxian scheme in the matter of interests. It reconstructs the way in which Bourdieu makes habitus an operative concept, and points out the extent to which habitus is restricted by social class. In the sequence, the analysis regarding the articulation established between the class and the habitus operates, showing how much this connection acts in the composition of the agents' world perception categories. The article chooses Bourdieu's concept of collective self-analysis or collective socio-analysis, placing the Brazilian scientific field under analytical scrutiny. The elaborated interpretation indicates that the political rearticulations of the last years, especially of the middle classes, resulted in a weakening of the Brazilian scientific field. Along with this, the administrative reforms and budget cuts of the State put researchers in a conflict situation due to the scarcity of resources. Finally, the text recalls some outputs produced by Pierre Bourdieu in the French

¹ Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na linha de pesquisa Sociedade e Conhecimento. E-mail: xandy.manzoni@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4610-0678>.

Quando a ciência encontra a auto-análise

context, when science is under the attack of neoliberalism. This is to encourage, in the horizon of debates between Brazilian researchers and scientists, the possibility of sketching a sociology of self-defense of the autonomy of the scientific field.

Keywords: Pierre Bourdieu. Self-analysis. Science. Social class. Habitus.

Cuando la ciencia encuentra el autoanálisis: la herencia de Pierre Bourdieu para una sociología de autodefensa

Resumen

El presente artículo interpreta el escenario del campo científico en el Brasil contemporáneo a la luz de la teoría sociológica de Pierre Bourdieu. En este esfuerzo, se desenvuelve sobre el modo como Bourdieu produce una teoría de las clases, sugiriendo que su sociología reorganiza el esquema marxista en la relación de los intereses. Reconstituye el modo como Bourdieu hace del habitus un concepto operacional, y apunta en qué medida el habitus es ceñido por la clase social. En la secuencia, trabaja el análisis referente a la articulación establecida entre la clase y el habitus, evidenciando cuánto esta conexión actúa en la composición de las *categorías de percepción* de mundo de los agentes. El artículo elige el concepto de *autoanálisis colectivo* o *socioanálisis colectivo* de Bourdieu, poniendo el campo científico brasileiro bajo el críbo analítico. La interpretación elaborada indica que las rearticulaciones políticas de los últimos años, en especial de las clases medias, resultaron en una fragilización del campo científico brasileiro. Con ello, las reformas administrativas y los cortes de los presupuestos del Estado colocan a los investigadores en una situación de conflicto por la escasez de recursos. Por fin, el texto recuerda algunas salidas producidas por Pierre Bourdieu en el contexto francés, cuando la ciencia está bajo el ataque del neoliberalismo. Esto para fomentar, en el horizonte de debates entre investigadores y científicos brasileiros, la posibilidad de bosquejar una sociología de autodefensa de la autonomía del campo científico.

Palabras llave: Pierre Bourdieu. Autoanálisis. Ciencia. Clase social. Habitus.

Introdução

Pierre Bourdieu (1930–2002) nasceu na cidade de Denguin, na França. De origem campesina, filósofo de formação, construiu a maior parte da sua carreira acadêmica como sociólogo, chegando a ocupar o lugar de docente na École de Sociologie du Collège de France, instituição acadêmica mais prestigiada de seu país. No Collège de France Bourdieu foi consagrado como um dos maiores intelectuais do século XX. Filho de um funcionário público de baixo escalão de uma província interiorana francesa, galgou posições no campo científico até atingir o topo da pirâmide na aristocracia intelectual.

Filho único, Bourdieu viveu parte da infância, toda a adolescência e o início da vida adulta entre dois internatos. Primeiro no liceu de Pau entre os anos de 1941 e 1947 e depois no liceu de Louis-le-Grand em Paris, entre os anos de 1948 e 1951 (CATANI, 2008). O frio que passou no inverno, a vergonha ao usar o banheiro do internato, as humilhações e reprimendas por parte dos agentes das instituições nas quais conviveu, as inúmeras advertências e suspensões recebidas, a incompreensão dos pais, a falta de amigos pelo estigma de interno, a solidão nas férias, são memórias que marcaram com aflição e tristeza a vida de Bourdieu (CATANI, 2008).

Pela tinta da caneta de seus detratores foi escrita a acusação de que o sociólogo teria contaminado a disciplina acadêmica com os ressentimentos da sofrida trajetória pessoal. As mágoas de Bourdieu, segundo alguns, resultaria num modelo de análise sociológica determinista (THIRY-CHERQUES, 2006). Em sua obra *Esboço de auto-análise* (2005), Bourdieu descreve as condições de possibilidade do campo universitário da França na sua inserção na década de 1950. Numa situação de desajuste no Khâgne do Liceu Luis-le-Grand, percebendo sua posição dissidente em relação aos herdeiros da filosofia consagrada, postulou que “compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se faz” (BOURDIEU, 2005, p. 40).

Pierre Bourdieu veria nas condutas de seus colegas, postulantes (ou pretendentes) ao desígnio de filósofos a emanção de um espírito corporativo, cujas corporalidades exteriorizavam a crença de uma “essência superior” (BOURDIEU, 2005).

Produtos puros de uma instituição escolar triunfante, que concedia a sua “elite” um reconhecimento incondicional, transformando, por exemplo, um concurso escolar de recrutamento (a agregação em

Quando a ciência encontra a auto-análise

filosofia) numa instância de consagração intelectual [...], essas espécies de crianças-prodígios se viam conferir por decreto, aos vinte anos de idade, os privilégios e as obrigações do gênio (BOURDIEU, 2005, p. 57).

Entendendo que participar desse espaço de produção de conhecimento exigia disposições que lhe eram ausentes, iniciava sua migração da filosofia para o campo da sociologia. Todavia, o impacto de suas experiências faria com que sua teoria se voltasse para a objetivação dos agentes e instituições responsáveis pela produção das classificações legítimas do universo social. Bourdieu passaria a vida orientando seu trabalho por uma feroz desnaturalização dos consensos. Por considerar a sociologia bourdieusiana uma das formas mais radicais de contrassenso, este artigo pretende instigar uma apropriação de sua obra como uma ciência em estado de guerra.

Nesse esforço, nos debruçamos sobre o modo como Bourdieu produz uma teoria das classes, e sugerimos que sua sociologia reorganiza o esquema marxiano na questão dos interesses. Apontamos o quanto Bourdieu faz do habitus um conceito operativo, cingido de forma profunda pela classe social. Operamos uma análise intencionada, cujo desejo se traduz na exposição dos vínculos entre classe e habitus para a composição das categorias de percepção de mundo dos indivíduos.

O artigo elege o conceito de auto-análise coletiva ou socioanálise coletiva para colocar o campo científico brasileiro sob o crivo analítico. A interpretação elaborada indica que as rearticulações políticas dos últimos anos, em especial das classes médias, resultaram numa fragilização do campo científico brasileiro. Junto a isso, as reformas administrativas e cortes orçamentários do Estado colocam os pesquisadores em situação de conflito pela escassez de recursos.

Por fim, o texto relembra algumas saídas produzidas por Pierre Bourdieu no contexto francês, quando a ciência está sob o ataque do neoliberalismo. Isso tudo para fomentar, no horizonte de debates entre pesquisadores e cientistas brasileiros, a possibilidade de esboçar uma sociologia de autodefesa da autonomia do campo científico.

A releitura bourdieusiana: classe, habitus e categorias de percepção

Em sociologia, são inúmeros os empreendimentos teóricos que buscaram responder sobre a questão das classes perguntas como: o que é uma classe social? Quais elementos a constituem? Como uma classe social se reproduz? A obra de Pierre Bourdieu não foi indiferente ao tema. Associando teoria e pesquisa, o sociólogo elaborou sobre as classes o que, para alguns de seus intérpretes, se traduz no “âmago de seu projeto científico” (WACQUANT, 2013, p. 87).

Comprando a ideia de que sua teoria das classes sociais se desenvolve como uma síntese (WACQUANT, 2013) vemos que de Karl Marx o autor incorpora os aspectos conflitivos presentes em sua análise do modo de produção capitalista (MARX, 2017). De Émile Durkheim, Bourdieu internaliza as representações coletivas (DURKHEIM, 2010) e, da sociologia de Max Weber, a relevância das especificidades culturais para formação econômica de um grupo (WEBER, 2004). Entretanto, pelo fato de Bourdieu enfatizar que as apreciações dos agentes são tributárias de bases objetivas acerca das divisões sociais, sejam elas motivadas por relações de trabalho, disputas políticas ou quaisquer que sejam os termos, entendemos que Marx se constitui como o principal interlocutor de Bourdieu na questão das classes.

Se para Marx o que possibilitava a delimitação de uma classe social era a identidade de renda e/ou fonte de renda dos seus integrantes, vivendo os operários, os capitalistas e os proprietários de terras respectivamente de salário, lucro e renda do solo, ou seja, os primeiros da exploração de sua força de trabalho, os segundos de seu capital e os terceiros de sua propriedade fundiária (MARX, 2017), para Bourdieu, demarcar uma classe social requer o acréscimo das dimensões simbólicas que orientam as práticas de cada grupo social. É assim que Bourdieu elege em seu quadro de análise o *corpo vivido* não apenas como o lugar de encarnação da história material, mas também como locus de exteriorização dos comportamentos de classe, tornando a sociologia capaz de objetivar o fato de que classe social faz a vida acontecer para além do trabalho.

Uma leitura visceral de *A distinção* (2007) mostra que a obra mais importante de Bourdieu reorganiza o esquema marxista na questão dos interesses. Em sua análise, o que está em jogo no mundo social são os enfeixes relacionais, considerando tanto aspectos estruturais quanto a agência dos indivíduos. A sociologia bourdieusiana abandona o princípio determinista presente no marxismo de que as

Quando a ciência encontra a auto-análise

condições materiais de vida se sobrepõem a todas as condições sociais. Isso se dá a partir do distanciamento de Bourdieu em relação as apreciações feitas por Marx sobre as *lutas sociais e reprodução das classes*.

No quadro marxiano, as lutas sociais são vistas a partir de uma premissa predatória, em que a *luta de classes*, numa perspectiva material, engloba todos os conflitos nas mais diversas instâncias da vida. Ao passo que a reprodução das classes se constituiria como um espelhamento imediato entre as condições materiais de existência e a posição social de cada indivíduo. Em Bourdieu, as lutas sociais adquirem dimensões setoriais, que não se vinculam diretamente e/ou principalmente a disputas materiais. Como sugere um dos capítulos de *A distinção* intitulado *A luta contra a desclassificação*, estão em disputa nestas lutas os recursos específicos de cada espaço social, que Bourdieu conceitua como *Campos*.

Os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas). Há leis gerais dos campos: campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião possuem leis de funcionamento invariantes [...]. Cada vez que se estuda um novo campo, seja o campo da filologia no século XIX, da moda atual ou da religião da Idade Média, descobre-se propriedades específicas, próprias a um campo particular, ao mesmo tempo que se faz avançar o conhecimento dos mecanismos universais dos campos que se especificam em função de variáveis secundárias. [...] sabe-se que em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar as formas específicas (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Já a reprodução social, para Bourdieu, depende tanto das posições objetivas ocupadas pelos agentes nos campos, quanto de dimensões simbólicas (culturais, políticas, artísticas) presentes nesses espaços, que se autonomizam de uma origem econômica tal qual exposta no esquema marxista. Todavia, cabe salientar que Bourdieu se distancia simultaneamente das compreensões que enxergam na estrutura social o produto de um agregado de vontades e ações individuais, sendo este o motivo pelo qual rechaça a conceituação de classe nos termos weberianos (WACQUANT, 2013).

As classes sociais, para Bourdieu, escapam do determinismo econômico, mas o mesmo não pode ser dito sobre os indivíduos,

Quando a ciência encontra a auto-análise

cujas vidas não escapam das determinações impostas pelas classes, considerando a força das visões de mundo por elas produzidas (BOURDIEU, 2004a). O autor entende a classe como um domínio superior em relação a outros marcadores sociais (étnicos, sexuais, religiosos etc.), um domínio capaz de delinear vastas esferas da vida como, por exemplo, o consumo cotidiano, as preferências políticas, a relação com as instituições de ensino (BOURDIEU, 2004a).

Para o sociólogo, o próprio fato de a classe existir como tal e com tal relevância, resulta de um labor, de lutas para determinar a classe como o principal meio de ver e viver, acima de todos os marcadores concorrentes (BOURDIEU, 2004a). A classe, pela sua lente, se faz na carne como uma marca corpórea indelével.

Ao sofisticar o espectro marxiano, o sociólogo vê a classe composta por uma dimensão que inclui os aspectos materiais, tais como propriedades e bens, e outra que versa sobre os *estilos de vida* e as *classificações* implicadas pela socialização de classe. Pelos estilos de vida os agentes demonstram sua consciência prática relativa aos gostos de classe (BOURDIEU, 2007). Para Bourdieu, as classes só podem ser constituídas e mantidas como tal a partir da inculcação de *categorias de percepção* de mundo, convertidas pelos agentes em representações da realidade social (BOURDIEU, 2004a).

Sua sociologia etnográfica se volta para a resolução de problemas concretos originados no campo pesquisado, tais como: as expectativas de sucesso e fracasso escolar nas diferentes classes (BOURDIEU; PASSERON, 2015); a recusa do camponês diante da fotografia abstrata (BOURDIEU, 2011); o gosto alimentar de pobres e ricos (BOURDIEU, 2007); as disputas institucionais entre cientistas (BOURDIEU, 2004b); etc. Por isso, a socioantropologia bourdieusiana se lança a produção de conceitos com os quais possa operar a análise dos problemas construídos no contato com fenômenos tangíveis.

Em seus trabalhos, a classe atua como uma matriz que congrega coletivamente os agentes que dela fazem parte, servindo como princípio de conduta e visão de mundo nas mais diversas instâncias da existência. Nos escritos do autor, o humano figura como um animal simbólico pois, a forma como ele habita e transforma o mundo depende de seus sistemas de comunicação, de suas formas de conhecimento (ciência, filosofia etc.) e de suas crenças mitológicas e religiosas – neste último caso se evidencia a influência durkheiminiana acerca dos elementos mágicos do social (DURKHEIM, 1996).

Quando a ciência encontra a auto-análise

Em sua teoria empírica, a alquimia entre o social e o simbólico se concretiza no corpo do agente. Na esteira bourdieusiana, toda a interiorização de categorias de percepção produzidas numa classe depende da internalização de um *habitus*, ou melhor, de um *habitus de classe* (BOURDIEU, 2004a).

O *habitus* se constitui como um sistema de disposições (psíquicas e corporais) duráveis e transferíveis, tanto conscientes quanto inconscientes. Atua como elemento gerador de práticas e representações, sendo responsável pela interiorização das estruturas sociais, em que pese a particularidade das formas de existência em cada grupo (BOURDIEU, 2004a). O *habitus* se refere a um sistema de orientação das convicções, sejam elas latentes ou evidentes, de maneira a estruturar o conjunto dos juízos e ações dos agentes (CICOUREL, 2007).

A definição de *habitus* bourdieusiana “foi pensada como um expediente para escapar do paradigma objetivista do estruturalismo sem recair na filosofia do sujeito e da consciência” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 33). Por meio do conceito de *habitus* ele explica como a história individual e coletiva se faz corpo e pensamento tendo em vista dois domínios: primeiro, pelo modo como o corpo se insere em diferentes espaços a partir das condições materiais do indivíduo, seu grau de instrução, sua profissão e origem familiar; segundo, pela forma como são incorporadas as disposições, o senso estético, as categorias de julgamento social etc.

O *habitus* não é coerente, estático ou único. Refere-se, sobretudo, a um conjunto dinâmico de possibilidades de ação dos agentes, estimulados por esquemas de comportamento adquiridos em todas as experiências anteriores. Ele se traduz como um gesto ordenado sem ordenamento. Em si mesmo não é determinante, mas rege o indivíduo como um estoque de condicionantes de relevâncias distintas, acionado à revelia de qualquer reflexão prévia.

Desconsiderando o *habitus* como determinante, devido a multiplicidade de disposições que o compõe, Bourdieu elege o conceito de agente ao invés do conceito de sujeito para se referir aos indivíduos (THIRY-CHERQUES, 2006). Pois, na medida em que estes atuam a partir do senso prático e das categorias de percepção, internalizam novas disposições, já que os efeitos da ação se submetem ao tempo e ao espaço. Significa dizer que na ação dos indivíduos, o *habitus* exerce a *exteriorização da*

Quando a ciência encontra a auto-análise

interioridade, retornando ao agente na forma de reestruturação das disposições (BOURDIEU, 2004a).

O habitus se manifesta em diferentes gradações, em conformidade com a intensidade pela qual cada parte da sociedade foi depositada no indivíduo (WACQUANT, 2007). No percurso de um ator social, cada constrangimento e exigência de uma ação específica funcionam como uma forma de treinamento corporal e psicológico incessante, desaguando nas formas de ser, sentir e agir de cada pessoa (BOURDIEU, 2002). O habitus se manifesta como uma segunda natureza pois, se trata de uma condição sociohistórica interiorizado de modo inconsciente (THIRY-CHERQUES, 2006).

No limite, o habitus rege as condutas com liberação ou censura, levando em conta os princípios que orientam a classe de origem dos atores. Esse mecanismo é responsável pelo modo como os currículos de vida passam a ser desejáveis ou indesejáveis em cada grupo social, produzindo a ilusão da escolha pessoal e, ao mesmo tempo, as distinções pelo habitus cujo valor da escolha consagra (BOURDIEU, 2007). O sociólogo aponta que, em geral, os agentes das diversas classes não têm como objeto de desejo experiências radicalmente destoantes daquelas vividas na trajetória pessoal ou pelos integrantes da mesma classe (BOURDIEU, 2007). Pensando o habitus como elemento de classe, significa dizer que:

[...] conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes (BOURDIEU, 2004a, p. 136).

A partir do habitus aprendemos os signos da linguagem, adquirimos apreço pela leitura, temos preferência por determinado estilo musical, militamos em defesa de uma narrativa sobre o mundo (científica, religiosa, filosófica etc.). Por seu intermédio, o mundo se apresenta aos indivíduos, é ele quem acomoda as influências sociais, seja na performance corporal, na conduta moral ou nas formas de consumo (BOURDIEU, 2004a).

Embora seja um conceito e, como tal, carregado de dimensões abstratas, ele foi a forma encontrada por Bourdieu para nomear o processo inconsciente pelo qual os indivíduos regem o cotidiano em estado prático. Seja pelas posturas que assumimos nos diferentes ambientes, por expressões faciais que indicam nossos

Quando a ciência encontra a auto-análise

estados emocionais, pelas habilidades corporais que adquirimos numa atividade física, ou pela nossa capacidade intelectual de internalizar o mundo social a partir de classificações objetivas.

O habitus faz com que coletividades compartilhem um conjunto de crenças mais ou menos coesas para produzir o que chamamos de “realidade” (BOURDIEU, 2001). É pela retenção do habitus como uma herança social profunda, que Bourdieu reformula o problema implicado na dominação de classes, ao pôr em xeque o substrato ontológico que rege a modernidade sob a batuta burguesa (BOURDIEU, 2007).

Quando lemos Bourdieu precisamos ter em mente que sua sociologia é uma Sociologia do Conhecimento. E como tal, interroga a repercussão dos sentidos emanados a partir das categorias produzidas por uma determinada base social. Pergunta básica desta disciplina se daria nos seguintes termos: por que pensamos da forma como pensamos e agimos do modo como agimos?

Um retorno a análise praxiológica das classes elaborada por Bourdieu dá conta de que, no núcleo da sua sociologia, ele desenvolve a apreciação de que os esquemas mentais inculcados numa sociedade, nesse caso uma sociedade burguesa, se solidificam como realidades históricas que duram no tempo na forma de instituições e disposições, capazes de circular socialmente por meio de sistemas simbólicos. É por isso que a sua *teoria da prática* está voltada para a objetivação dos agentes classificadores, os produtores das dimensões simbólicas, responsáveis pela produção das categorias pelas quais as classes pensam e veem.

Na análise dos sentidos das categorias ele realiza uma análise histórica da conformação desses sentidos. Responde a questões de fundo como: qual a origem dessas categorias? Quais seus remanescentes? Em que contexto passaram a ser produzidas? Possibilitando ao conjunto da sua obra a apreensão da multiplicidade de sentidos realizados pelo trabalho de categorização, e as repercussões provocadas por esse labor na constituição de estruturas simbólicas de poder.

Façamos o quadro analítico bourdieusiano falar por meio de um exemplo. Sabemos que nas sociedades ocidentais comumente as pessoas acreditam em coisas como “representatividade política”. Discutir o conjunto dos fundamentos ontológicos de uma

Quando a ciência encontra a auto-análise

sociedade burguesa, na qual se acredita em coisas como “representatividade política”, nos coloca diante de uma estrutura social que aceita um conjunto de máximas do tipo: o poder pode ser representado; existe uma relação estreita entre eleitor e eleito; o eleito, autorizado por um conjunto de poderes, representa os interesses de seus eleitores. Poderíamos estabelecer diálogo com esses enunciados a partir de um conceito de “democracia” bastante limitado, em que cada eleitor, tendo direito ao voto, seria mais ou menos livre para optar por uma entre as visões de mundo concorrentes.

Na perspectiva bourdieusiana, não devemos assumir os princípios normativos de uma representação originada pelo voto pois, corremos o risco do voluntarismo com a *amnésia da gênese* pela qual esse modelo político hegemoniza a visão de mundo das classes dominadas como sinônimo de democracia. Assumir tal postura significa jogar o jogo na visão de mundo dominante, se valendo das categorias (representatividade, democracia etc.) elaboradas para manter o status de determinados grupos.

As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social. Em consequência, levam os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes, e até mesmo antagonistas: o sentido da posição como sentido daquilo que se pode ou se não pode “permitir-se a si mesmo”, implica uma aceitação tácita da posição, um sentido dos limites (“isso não é para nós”) ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar – e isto, sem dúvida, de modo tanto mais firme quanto mais rigorosas são as condições de existência e quanto mais rigorosa é a imposição do princípio de realidade (daí o profundo realismo que caracteriza frequentemente a visão do mundo dos dominados e que, funcionando como uma espécie de instinto de conservação socialmente constituído, só pode parecer conservador em referência a uma representação exterior, portanto normativa, do “interesse objetivo” daqueles que ele ajuda a viver ou a sobreviver) (BOURDIEU, 2004a, p. 141).

É por isso que Bourdieu vai chamar a sociologia de um *esporte de combate* pois, em sociologia não se discute a partir da narrativa normativa, a arma do sociólogo é justamente olhar por trás da máquina de produção de enunciados e mostrar que aquilo que está subjacente a um conjunto de máximas são recursos. Por trás dos enunciados, dos discursos, está o dinheiro, o prestígio, a

Quando a ciência encontra a auto-análise

autoridade, a consagração. É vida e morte que está por trás das categorias dominantes produzidas pelos juízos dos julgadores.

[...] este trabalho de categorização, quer dizer, de explicitação e de classificação, faz-se sem interrupção, a cada momento da existência corrente, a propósito das lutas que opõem os agentes acerca do sentido do mundo social e da sua posição nesse mundo, da sua identidade social, por meio de todas as formas do bem dizer e do mal dizer, da benção ou da maldição e da maledicência, elogios, congratulações, louvores, cumprimentos ou insultos, censuras, críticas, acusações, calúnias, etc. (BOURDIEU, 2004a, p. 142).

O produto dessa análise nos induziria a dizer que as ideias encarnadas pelos agentes se articulam a seus interesses particulares. Contudo, as ideias internalizadas e as maneiras de agir não são necessariamente conscientes dirá Bourdieu. Portanto, o que existe por baixo da casca, quando aplicamos o quadro de análise bourdieusiano, é mais do que interesses particulares. Há uma crença coletiva de que o voto na figura do eleito se traduz na representação do conjunto de interesses de todos os seus eleitores. Isso evidencia uma metafísica subjacente ao modo como a crença é produzida. Poderíamos dizer que esse é um modo de religião ocidental, uma forma de magia política, em que interesses tão diversos se cristalizam na figura do eleito.

Quando fazemos sociologia ao modo de Bourdieu, questionamos mais do que as dimensões individuais dos interesses. Ao observarmos o status ontológico de uma sociedade deixamos de particularizar, e nos dando conta de que existem bases metafísicas implícitas, que fazem com que as pessoas acreditem num conjunto de aparatos conceituais. Porque, na articulação dessas categorias provenientes de uma determinada sociedade, não apenas as pessoas dão sentido a suas vidas, como as classes orientam seus comportamentos pelos signos sociais que elegem como sagrados.

Em defesa do campo científico

Diante do plano de austeridade brasileiro que chega as universidades com as reduções de verbas às instituições de

Quando a ciência encontra a auto-análise

fomento à pesquisa como a CAPES² e o CNPq³, articulamos a teoria bourdieusiana para repensarmos enquanto cientistas as nossas experiências e o futuro das instituições acadêmicas no Brasil. Para isso, fazemos uso de um conceito chave de Bourdieu, o conceito de *auto-análise coletiva* ou *socioanálise coletiva*. A partir desse conceito perguntamos: como analisar o momento de fragilidade e contestação da ciência? Em especial da sociologia e demais ciências humanas no Brasil.

Em *Os usos sociais da ciência* (2004b), Bourdieu elabora um discurso para uma instituição de pesquisa francesa, o INRA. Essa instituição tem de um lado um conjunto de pesquisadores que fazem a pesquisa dita “pura”, cujo trabalho não possui relação com aquilo que é exigido pelo mercado (BOURDIEU, 2004b). De outro lado, há um conjunto de pesquisadores que fazem a pesquisa denominada “aplicada”, voltada para questões práticas, metodicamente generalizáveis, que não precisam analisar fundamentos epistêmicos (BOURDIEU, 2004b).

O conceito de auto-análise bourdieusiano traduz o que sua teoria acrescenta a epistemologia bachelardiana da qual é herdeiro, a ideia de que as dimensões epistêmicas da ciência dependem de uma socioanálise coletiva dos espaços de produção científica. Ele mostra que o campo científico precisa ser analisado sociologicamente (BOURDIEU; CHAMBOREDON, PASSERON, 2010), não se trata de um avanço em termos epistemológicos, o que as instituições de produção científica precisam para produzir ciência é de autonomia (BOURDIEU, 2004b).

O que isso significa no Brasil contemporâneo? Significa que as instituições científicas terão sua autonomia defasada, sobretudo as ciências “puras”. Remontando o discurso do sociólogo ao INRA podemos compreender a gravidade da situação brasileira. A obra aponta que a dinâmica da ideologia no interior do campo científico reforça a manutenção de uma ortodoxia, e o que acontece nas instituições acadêmicas quando os recursos são escassos é uma relação de conflito entre os cientistas (BOURDIEU, 2001, 2004b). Aqueles que fazem pesquisa aplicada se consideram

² CARVALHO, Letícia. Capes corta 5.613 bolsas a partir deste mês e prevê economia de R\$ 544 milhões em 4 anos. G1, São Paulo, 2 de set. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/09/02/capes-deixa-de-oferecer-5613-bolsas-a-partir-deste-mes-e-preve-economia-de-r-544-milhoes-em-4-anos.ghtml>>. Acesso em: 30 de set. de 2020.

³ ESCOBAR, Herton. CNPQ diz que não terá verba para investir em pesquisa em 2019. Estadão, São Paulo, 9 de ago. de 2018. Disponível em: < <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,cnpq-diz-que-so-tera-verba-para-bolsas-em-2019,70002438970>>. Acesso em: 30 de set. de 2020.

Quando a ciência encontra a auto-análise

os sujeitos produtivos, enquanto os que trabalham com pesquisa pura se arrogam como os verdadeiros cientistas (BOURDIEU, 2004b).

O cientista ortodoxo tem um *sentido do jogo* mais adequado para uma disputa em âmbito institucional, possui maiores chances de continuar fazendo ciência. Especialmente quando a ciência é contestada, considerando que esse cientista faz pesquisas sob a ordem estabelecida, faz a ciência dita “normal” (BOURDIEU, 2004b). Esse pesquisador se dedica a aplicação de um conjunto de métodos, não questiona as categorias em jogo, trabalha com aplicação do que já está consagrado. Seu ofício é pôr em movimento a máquina de produção de enunciados e evidências científicas reconhecidas, não o de questionar problemas epistêmicos subjacentes.

Em contrapartida, o cientista mais transgressor, que passa anos decompondo dimensões ideológicas implícitas, questões de fundo ontológicas, filosóficas e epistemológicas, terá de enfrentar o estigma de quem não produz nada útil. Não produz coisas que se conectam com demandas sociais e de mercado e, portanto, não aglutina rendimentos. Ao mesmo tempo, esse cientista prolifera objetos científicos complexos, na medida em que não vincula seu esforço imediatamente a demandas. Produz inúmeras renovações, mas restritas a pequenos grupos de já iniciados na sua disciplina (BOURDIEU, 2004b).

Podemos perguntar, a partir disso, quem recebe recursos para fazer pesquisas num cenário de escassez. Dificilmente são aqueles que fazem pesquisas transformadoras, no geral, são aqueles que relacionam sua pesquisa com os interesses externos ao campo científico.

O paradoxo dos campos científicos, entretanto, é que eles produzem, ao mesmo tempo, essas pulsões destrutivas e o controle dessas pulsões. Se você deseja triunfar sobre um matemático, é preciso fazê-lo matematicamente pela demonstração ou refutação. Evidentemente, há sempre a possibilidade de que o soldado romano corte a cabeça de um matemático, mas isso é um “erro de categoria”, diriam os filósofos. Pascal veria nisso um ato de tirania que consiste em utilizar numa ordem um poder que pertence a outra ordem (BOURDIEU, 2004b, p. 32).

As lógicas de produção exteriores ao espaço científico dialogam melhor com os indivíduos que fazem pesquisa aplicada se comparados com aqueles que pesquisam objetos estritos à ciência. Portanto, quem recebe recursos em momentos de retração de

Quando a ciência encontra a auto-análise

gastos são os pesquisadores ortodoxos, pelas afinidades que possuem com as exigências externas ao campo como, por exemplo, a produção de pesquisas eleitorais ou de políticas públicas.

Aos herdeiros da ciência normal é confiada a manutenção do paradigma científico e, reciprocamente, os herdeiros dessa ciência confiam no paradigma (BOURDIEU; PASSERON, 2015). Estes cientistas corrigem as lacunas das teorias dominantes de modo a fazê-las funcionar normalmente, são *administradores científicos*, fazem a ciência normal e estão propensos a identificar as inconsistências do paradigma que professam (BOURDIEU; PASSERON, 2015). Em contrapartida, aqueles que ingressam na ciência como não herdeiros, nas condições de desajuste com a norma científica, questionam a maneira pela qual os herdeiros protegem um objeto canônico (BOURDIEU, 2001).

Há um esforço de desnaturalização por parte daqueles que não herdam a episteme dominante, que chegam de fora e não se ajustam a uma tradição de pensamento (BOURDIEU; PASSERON, 2015). Os “estrangeiros” percebem que os fatos científicos eleitos como significativos não são todos, nem os principais fatos que podem dar sentido a uma interpretação (BOURDIEU, 2001). Esses indivíduos denunciam o que os herdeiros não enxergam, o fato de que existem elementos de distorção ontológica nas perspectivas sobre a “realidade” construídas desde as narrativas científicas. A tendência é de que vejam nas exclusões acerca de um sem número de questões, tão ou mais importantes quanto aquelas mobilizadas pelo investimento metódico, a intenção de manter uma visão de mundo hegemônica (BOURDIEU, 2001).

O que está em jogo para os herdeiros é a manutenção de uma ortodoxia, eles são os guardiões da chave mestra, os gramáticos da ordem que consertam as deformidades teóricas de modo a evitar a destruição de uma *doxa* (BOURDIEU, 2001, 2007). A vocação do herdeiro é o sacerdócio, ele protege numa luta de vida ou morte a conservação do paradigma, porque isso permite exigir dos participantes da *illusio* do campo que interpretem o “livro sagrado” como sempre se interpretou (BOURDIEU, 2001). Isso é o que faz com que a Bíblia positivista ou o Alcorão funcionalista continuem sendo lidos como de costume (BOURDIEU, 2001).

Em *Meditações Pascalianas* (2001), Bourdieu nos mostra que a geração de *maio de 1968*, encarnada por figuras como Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze, levou o pensamento

Quando a ciência encontra a auto-análise

francês a uma transformação radical que impactou o campo intelectual no mundo. Tratava-se de uma série de pensadores “exóticos”, que chegavam na academia francesa (dadas as proporções) num momento correlato ao do Brasil no implemento das políticas de cotas.

Isso indicava a expansão das possibilidades de o campo científico e filosófico absorver grupos marginais, com perfis distintos dos herdeiros. Portanto, um grupo de estranhos, em desavença aos padrões de produção de conhecimento, elaborou desde a França uma revolução no pensamento ocidental moderno, e Bourdieu analisa o fato para mostrar a relação conflituosa entre os pesquisadores no campo científico (BOURDIEU, 2001).

Bourdieu nos coloca diante do fato de que os sujeitos excêntricos profanam as formas dominantes de fazer ciência, e quanto maior o número de indivíduos com biografias dissonantes mais profundas e radicais são as articulações coletivas de traição do paradigma, na tentativa dos desajustados em utilizar as brechas do objeto consagrado para destruí-lo (BOURDIEU, 2001). O que acontece com os herdeiros quando o campo científico é habitado por pensadores marginais é que eles precisam se adequar as mudanças ocorridas no modo de produção da ciência, tendo em vista o esboroamento do paradigma dominante.

Se levarmos a cabo a análise sugerida por Bourdieu, percebemos que as políticas de ações afirmativas atingiram a estrutura de reprodução das classes médias no Brasil. Até o momento das políticas de cotas, a estrutura acadêmica brasileira era o lugar de “eleição dos eleitos” (BOURDIEU, 2005), lugar de distribuição dos diplomas que permitiam a essas classes a sua preservação material, estética e moral como classes distintas (BOURDIEU, 2007).

Ao ingressarem grupos cuja composição racial e de classe destoava do habitual padrão dos herdeiros, uma relação guerreira se evidenciou. A análise bourdieusiana reorganiza o materialismo marxiano, mas mantém seu sentido no que diz respeito ao conflito. Se torna indispensável perceber que, solapado um interesse de classe, a retaliação por parte do grupo cuja ofensa atingiu é inescapável e, portanto, a ciência como um todo precisava se blindar da vingança, do *retorno do recalçado* (BOURDIEU, 2005).

Desconsiderando os fatos, muitos acadêmicos acreditam que as universidades estão sob o consenso de que são o lugar de desenvolvimento da ciência, e que todos reconhecem as

Quando a ciência encontra a auto-análise

instituições científicas como lugar de produção de conhecimento. Revela-se, no entanto, imprudente pensar o campo científico pela concepção do que seja a ciência, porque a definição de ciência aos olhos do cientista carrega dimensões idealistas. Muitos cientistas esperam que as pessoas vejam a ciência como uma forma de conhecimento sofisticada, entretanto, para quem está fora do campo a ciência vale o que traz de retorno imediato e material, sendo antes um *lazer escolástico* intrigante e incompreensível do que uma forma de conhecer (BOURDIEU, 2001).

Todavia, para as classes médias brasileiras, as instituições universitárias sempre foram um meio de legitimação, via diploma, para obterem boas remunerações e cargos de prestígio, afinal de contas, essa é a "República dos bacharéis". Outra parte da tragédia é que o pensamento de senso comum, leigo ou erudito, enxerga as classes sociais por um recorte de renda.

Portanto, muitos cientistas brasileiros, mesmo aqueles que habitam as disciplinas sociológicas, consideraram a diminuição das desigualdades de renda no Brasil como uma forma de ascensão das classes baixas ao status de "classe média". Abstraíram o fato de que classe se faz de berço, numa socialização específica, por determinada cosmologia, com certa expectativa e com um tipo de gosto que a distingue das demais classes (BOURDIEU, 2007).

O que precisa ser discutido não é o quanto as classes baixas consomem, mas como é a luta para se impor como classe superior, que expressa no estilo de vida dos seus integrantes a majestade da diferença. Distinção é consagração, é existência encarnada numa identidade social sublimada (BOURDIEU, 2007). A modernidade, segundo Bourdieu, é regida por uma lógica em que os indivíduos, sobretudo nas classes médias, se pensam por um princípio de existência que valoriza a distinção (BOURDIEU, 2007). A distinção é a justificação das existências humanas em sociedades burguesas, cuja razão de ser não existe em princípio (BOURDIEU, 1988).

A distinção consagra aquele que se diferencia não porque ele acumula mais economicamente que o outro, mesmo nos termos de uma sociedade estratificada em classes. Mas porque este, e não aquele, expressa simbolicamente pela forma de seu consumo material e imaterial a singularização individual ou coletiva em termos morais e estéticos (BOURDIEU, 2007). O que o processo de integração dos grupos minoritários no campo científico aleijou foi a concentração da ciência nas mãos das classes médias, colocando em risco o monopólio da distinção.

Quando a ciência encontra a auto-análise

As cotas agrediram o núcleo de produção de evidências fantasmáticas do quanto as classes médias são superiores no plano intelectual e estético. Desvalorizou seus títulos de nobreza comportamental e humana expressados pela corporalidade e pensamento, internalizados pelos habitus de classe e científico (BOURDIEU, 2007). Por este motivo, as classes médias brasileiras ressentidas encarnaram uma corporalidade ultrarreacionária, militando em voga de um governo capaz de restituir suas categorias de percepção de mundo pela restrição ao acesso dos “outros” nas instituições de consagração.

Aplicar a auto-análise ao campo científico nos coloca diante do fato de que os cientistas, ao invés de pensarem a dinâmica pela qual a estrutura acadêmica reproduz a cosmovisão de grupos específicos, se envolvem em disputas pela legitimidade entre a ciência pura e a ciência aplicada. Investem seu tempo em contendas metodológicas superficiais, abstraindo as dimensões políticas de institucionalização epistêmica.

Bourdieu sugere que tanto os cientistas inovadores, geralmente vinculados a pesquisa pura, quanto os cientistas ortodoxos, voltados a pesquisa aplicada, são indispensáveis. Os primeiros pelo fato de pensarem questões de fundo, capazes de armar o conjunto das ciências contra os impasses do campo de pesquisa, e os segundos porque suas articulações externas permitem uma defesa política do campo científico (BOURDIEU, 2004b).

Uma interrogação de Bourdieu bastante justa é sobre quem pode financiar o processo de fazer científico. Em sua perspectiva, não pode ser o mercado, considerando que ele restringe a autonomia do campo pelas demandas. Ciência exige autonomia para suas condições de produção, portanto, o Estado deve financiar a ciência, tendo em vista os diferentes fundamentos que orientam o público e o privado (BOURDIEU, 1998, 2004b).

Entretanto, na atual conjuntura, teremos de lidar com o fato de que o Estado brasileiro foi sequestrado pelas forças obscuras do neoliberalismo. E que os grupos de pesquisa são pressionados a atender os interesses do setor privado. Dentre outras coisas, o que o neoliberalismo destrói no seu processo predatório é a autonomia do campo científico, e Bourdieu também tem contribuições para pensarmos *táticas para enfrentar a invasão neoliberal* (BOURDIEU, 1998).

Quando a ciência encontra a auto-análise

Em *Contrafogos* (1998), Bourdieu tenta estabelecer diálogo com movimentos sociais e demais setores dependentes do Estado, não para fazer uma militância científica vulgar, mas porque percebe que as forças nefastas que destroem a ciência são as mesmas que precarizam toda a estrutura social, desde o acesso a consumos básicos pelas classes populares até a esfera das relações pessoais. Em vista disso, recomenda que a ciência, principalmente a sociologia, se articule politicamente para defender a autonomia do campo (BOURDIEU, 1998). Embora sua análise esteja localizada numa realidade sociohistórica distinta, em relação a dinâmica do campo científico, nos parece apropriado articular seus conceitos em defesa da ciência brasileira num momento de obscurantismo.

Considerações finais

Em vista do exposto, consideramos que a sociologia e as demais ciências humanas no Brasil precisam reconhecer que seus trabalhos estão sob um estado de conflito permanente, por disputas tanto em relação ao Estado quanto em relação ao mercado. É indispensável a solidificação de uma ciência capaz de se manter autônoma à revelia de qualquer governo, mas para isso, o primeiro passo do campo científico é observar como as distintas classes sociais se valem da ciência.

O que sugerimos ao campo científico brasileiro é uma socioanálise coletiva que permita a manutenção das condições de autonomia e das trajetórias dissonantes. Uma defesa das múltiplas formas de fazer ciência, de modo que nenhuma pesquisa sem retorno imediato seja considerada inepta, não diz respeito apenas àqueles pesquisadores cujo objeto não dialoga com setores externos ao campo, se refere a uma defesa da ciência de modo geral. Aqui faz brilhar a atualidade da teoria bourdieusiana, que nos provoca a constituir uma sociologia da autodefesa do campo científico.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Quando a ciência encontra a auto-análise

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**: precedido de três estudos de etnologia Cabila. Oeiras: Celta, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Lições da aula**. São Paulo: Ática, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: para uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 2011.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2015.

CARVALHO, Letícia. Capes corta 5.613 bolsas a partir deste mês e prevê economia de R\$ 544 milhões em 4 anos. **G1**, São Paulo, 2 de set. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/09/02/capes-deixa-de-oferecer-5613-bolsas-a-partir-deste-mes-e-preve-economia-de-r-544-milhoes-em-4-anos.ghtml>>. Acesso em: 30 de set. de 2020.

CATANI, Afrânio Mendes. Pierre Bourdieu e seu esboço de auto-análise. **EccoS Revista Científica**, vol. 10, p. 45-65 jul., 2008.

CICOUREL, Aaron V. As manifestações institucionais e cotidianas do habitus. **Tempo Soc.**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 169-188, jun. 2007.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ESCOBAR, Herton. CNPQ diz que não terá verba para investir em pesquisa em 2019. **Estadão**, São Paulo, 9 de ago. de 2018. Disponível em: <<https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,cnpq-diz-que-so-tera-verba-para-bolsas-em-2019,70002438970>>. Acesso em: 30 de set. de 2020.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, vol. 1, 2017.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40 n. 1, p. 27-53, fev., 2006.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o habitus. **Educação & Linguagem**, São Paulo, v. 10, n. 16, p. 63-71, jul., 2007.

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, n.96, p. 87-103, jul., 2013.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. Unb, 2004.

SUCESSO ESCOLAR E DESIGUALDADE SOCIAL: O PODER DO CAPITAL SUBJETIVO

Jorge Morgan de Aguiar Neto¹

Resumo

Este artigo destaca as contribuições de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron que constituem o ponto de partida para problematizarmos a maneira como a desigualdade social e cultural repercute no meio universitário brasileiro. O artigo está dividido em três partes. Na primeira, discutimos as reflexões dos autores sobre a reprodução das estruturas sociais e culturais na escola e na universidade, bem como o conceito de *habitus*, que ajuda a demarcar o objeto da pesquisa. Na segunda, fazemos um contraponto aos primeiros autores com base no trabalho de Bernard Lahire, que desenvolve a teoria do *homem plural* tendo como foco conceitos de Bourdieu e a análise do sucesso escolar. Finalmente, confrontamos essas reflexões com os dados obtidos através de uma pesquisa qualitativa, realizada junto a estudantes de origem popular que, oriundos da escola pública, conseguiram ascender ao ensino superior e se encontram matriculados em cursos de prestígio. Ao buscar contribuir para a compreensão de como se configura o sucesso escolar entre os grupos de jovens desfavorecidos, nosso trabalho traz elementos que podem servir como referência para o desenvolvimento de políticas públicas de educação duradouras, inclusivas e consequentes.

Palavras-chave: Estudantes de origem popular. *Habitus*. Ensino superior. Sucesso escolar. Desigualdades escolares.

Educational attainment and social inequality: the power of subjective capital

Abstract

This article points out the contributions of Pierre Bourdieu and Jean-Claude Passeron, which are the starting point for problematizing the way social and cultural inequality has repercussions for the higher education context in Brazil. This article is divided into three parts. In the first part, the authors' reflections on the reproduction of social and cultural structures in school and university are discussed, as well the concept of *habitus*, which help to specify the object of this research. In the second part, a contrast between the mentioned authors and Bernard Lahire's work is presented. His work is based on the theory of *the plural actor* and focused on Bourdieu's concepts and on the analysis of educational attainment. In the third part, there is a comparison between those reflections and the data collected through some qualitative research carried out with public school students who have managed to achieve higher education and are now enrolled in prestigious courses. Thus, aiming at contributing to the understanding of how groups of disadvantaged young students achieve educational attainment, this work shows elements that can be a reference for the development of lasting, inclusive and consequent policies for public education.

¹ Possui Doutorado em Ciências Sociais (PUCRS), Mestrado em Ciências da Educação (Université de Paris Ouest Nanterre), Mestrado em Sociologia (UFRGS) e Graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia (UnB). A atuação docente e científica se concentra nas seguintes áreas: sociologia da educação, sociologia urbana, sociologia e antropologia aplicada à saúde, antropologia cultural e política. E-mail: jmorganrs@hotmail.com

Keywords: Public school students. *Habitus*. Higher education. Educational attainment. Educational inequality.

Éxito escolar y desigualdad social: el poder del capital subjetivo

Abstracto

Este artículo destaca las contribuciones de Pierre Bourdieu y Jean-Claude Passeron que constituyen el punto de partida para discutir la forma en que la desigualdad social y cultural afecta el entorno universitario brasileño. El artículo se divide en tres partes. En el primero, se discuten las reflexiones de los autores sobre la reproducción de las estructuras sociales y culturales en la escuela y la universidad, así como lo concepto de *habitus*, que ayuda a demarcar el objeto de la investigación. En el segundo, hacemos un contrapunto a los primeros autores a partir del trabajo de Bernard Lahire, quien desarrolla la teoría del hombre plural centrándose en los conceptos de Bourdieu y el análisis del éxito escolar. Finalmente, confrontamos estas reflexiones con los datos obtenidos a través de una investigación cualitativa, realizada con estudiantes de origen popular que, provenientes de la escuela pública, lograron ascender a la educación superior y están matriculados en cursos de prestigio. En busca de contribuir a la comprensión de cómo se configura el éxito escolar entre los grupos de jóvenes desfavorecidos, nuestro trabajo aporta elementos que pueden servir de referencia para el desarrollo de políticas de educación pública duraderas, inclusivas y consecuentes.

Palabras clave: Estudiantes de origen popular. *Habitus*. Enseñanza superior. Éxito escolar. Desigualdades escolares.

Introdução

O futuro da educação no Brasil segue sendo uma incógnita. Afinal, a educação enquanto sinônimo de equidade social e distribuição de oportunidades tem sofrido, na modernidade, fortes reveses. Primeiramente, em função dos cortes financeiros promovidos pelos governos neoliberais no contexto do ensino escolar público. Depois, pelo atual engessamento do campo científico que decai por conta da desvalorização, da ideologização e da insegurança profissional que atinge o campo da educação, notadamente a educação universitária. Todavia, mesmo tendo sua missão afetada, a imagem do sistema educacional brasileiro se mantém associada ao propósito da igualdade de oportunidades, sendo a escola e a universidade percebidas como elementos centrais para o desenvolvimento do país e seus cidadãos.

O projeto de uma escola secular e republicana, que busca dar oportunidades iguais para que todos possam obter formação profissional e mobilidade social têm sido historicamente abordado, no contexto francês, por diferentes ângulos e opiniões (BOUDON, 1973; DUBET, 1991, 2020; REGO, 2011). As contribuições de Pierre Bourdieu mostrando a transformação dessas dinâmicas são muitas e variadas. Dentre elas, interessa-nos aquelas em que o autor põe em prática os seus principais conceitos e princípios, problematizando as posições sociais e os processos culturais que contribuem para efetivar a manutenção das estruturas econômicas e sociais existentes no ambiente escolar, instituição que acaba, segundo o autor, criando os meios que legitimam os interesses dos grupos dominantes. Sua interpretação desse problema o leva a descrever os mecanismos da *violência simbólica* (BOURDIEU, [1970] 2014) exercido pela escola, que constitui o ponto de partida para discutirmos, neste artigo, a maneira como as desigualdades sociais e culturais repercutem no ambiente universitário.

Entendemos que esse problema teórico, quando investigado mais detalhadamente, aponta para questões que dizem respeito à expansão educacional vivida no Brasil nos últimos anos (2004–2017), quando tivemos a entrada massiva de jovens de origem popular no ensino superior (BARROS, 2015; XXXXX XXXX, 2019a, 2019b)². Essa

² Em relação ao avanço na distribuição das oportunidades educacionais e do aumento dos números das matrículas no ensino superior. O Brasil conseguiu, entre 2004 e 2017, diminuir significativamente as desigualdades educacionais ao aumentar a participação das classes populares no sistema educativo, notadamente no ensino universitário. Os efeitos positivos dessa mudança foram sentidos, sobretudo, no acesso à educação de jovens na faixa etária dos 18 aos 24 anos, que teve seu auge entre 2004 e 2014, período em que tivemos uma rápida aceleração da expansão universitária: quando o número das matrículas nos cursos de graduação saltou de 4,2 milhões em 2004 para 7,8 milhões de estudantes em 2014 (MEC/INEP, 2018). Esse aumento, no entanto, a partir de 2018, decai

experiência de expansão da educação, como sabemos, já foi vivenciada por países com tradição centralizada, onde o Estado nacional liberal tentou uniformizar o sistema de oferta educativa e democratizar a educação pública, como é o caso da França analisada por Bourdieu. Nesse país, a segregação escolar ou, mais especificamente, a seletividade social produzida nas e pelas escolas e liceus, durante os processos de expansão escolar, culminou em processos de diferenciação interna que acabaram por prejudicar os mais pobres no ensino superior, alterando substancialmente o sistema de distribuição de oportunidades educacionais e de mobilidade social (GURGAND & MAURIN, 2006). Isso ocorreu porque a falta do capital econômico, social e cultural colocou os estudantes das classes populares, quando já dentro da instituição, numa situação de inferioridade em um sistema escolar que (re)produz as desvantagens sociais ao mesmo tempo em que as justifica através de regulamentos e classificação.

Mesmo que esse fenômeno já tenha sido amplamente discutido, no Brasil, sua natureza singular exige que ele seja retomado a cada momento histórico e contextual em que a educação é usada para impulsionar a ideia de um equilíbrio social (SANTOS, 2009; PIOTTO, 2014; MONT'ALVÃO, 2015; PEREIRA, 2019). Dessa forma, neste artigo, mais especificamente, problematizaremos até que ponto o *habitus* refletido nos capitais social e cultural repassados pela família são suficientes para garantir o êxito dos filhos das classes desfavorecidas, o peso dessas variáveis nas trajetórias dos estudantes durante a passagem do ensino médio para a universidade e, finalmente, o tipo de sucesso que obtêm os estudantes por terem entrado na universidade em cursos com as maiores notas de corte. Esse debate, que parte da discussão das premissas de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, contará igualmente com as contribuições de Bernard Lahire, que nos ajuda a questionar e contra-argumentar alguns aspectos defendidos pelo primeiro, em que ele destaca a escola, os estudantes e o sucesso/fracasso escolar.

Em um segundo momento, após problematizarmos os limites dos conceitos e noções bourdiesianos a partir de argumentos de Lahire, confrontamos essas reflexões com os dados obtidos em nossa

pela ausência de uma política de educação, com falta de políticas de promoção e assistência educacional aos estudantes de baixa renda (bolsas, alojamentos, etc.). Para termos uma ideia da desaceleração das matrículas, em quatro anos, o Brasil reduziu os investimentos em educação em 56%, quando passamos de 11,3 bilhões (2014) para 4,9 bilhões (2018) destinados à educação. De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica, tivemos, nesse período, uma queda de 1,2% no número das matrículas presenciais do ensino público.

pesquisa de campo, realizada junto a estudantes de origem popular que, oriundos da escola pública, conseguiram ascender ao ensino superior, matriculando-se em cursos de grande demanda e prestígio (XXXXXX, XXXX, 2019a). Essa pesquisa apresenta “retratos” de indivíduos em um tempo e espaço específicos de sua transição, que reflete a saída do ensino médio e a entrada na universidade.

Pierre Bourdieu e a reprodução das estruturas sociais e culturais nos sistemas educativos

A sociologia da educação desenvolvida por Bourdieu apresenta uma teoria original que, por ser crítica ao sistema escolar, se torna basilar para o entendimento das questões que envolvem as desigualdades escolares (NOGUEIRA E NOGUEIRA, 2002). Ao definir a escola como a instituição por meio da qual as elites conseguem legitimar seus privilégios e interesses, Bourdieu expõe uma faceta da escola e da universidade até então não muito investigada, ajudando a entender melhor os desafios estudantis e tornando-se um importante interlocutor no âmbito das ciências sociais.

É a partir deste objeto – o estudante universitário – que Bourdieu apresenta um vasto cabedal de relações, compreendidas como particulares às interações e socializações vividas pelos estudantes franceses dos anos 1960. Em sua análise, o pesquisador procura quebrar as relações aparentes do social e fazer emergir apenas o agente, ou seja, o sujeito que pensa e fala, mas que, de acordo com Bourdieu, em função de sua condição de grupo ou classe, não possui consciência das estruturas que o controlam internamente e que repercutem seja em suas práticas, seja em seus discursos, nada podendo fazer para ir contra a esse destino pessoal. Trata-se de uma *teoria da prática* que tem sido bastante aceita, mesmo que seus críticos sejam unânimes em dizer que seus argumentos reduzem a vida social à lógica do interesse e da consciência de classe, desprezando assim o indivíduo.

Veremos que Bourdieu e Passeron elaboram juntos uma síntese da função reprodutora da escola, segundo a qual as desigualdades em relação à escola não são vistas como desigualdades de acesso nem tampouco de falta de recursos econômicos por parte das famílias, mas como desigualdades existentes e reproduzidas no interior da escola que só podem ser explicadas pelo pertencimento a uma dada classe social, ou seja, a uma origem.

Na obra *Os Herdeiros* ([1964], 1985), discutem sobre esses "eleitos", constatando que, dentro do sistema de ensino superior, as desigualdades serão mantidas durante todo o percurso do estudante pelo sistema educacional; mostram como a escola transforma as desigualdades sociais e culturais em *desigualdades escolares* que, posteriormente, serão ampliadas quando os estudantes entram na universidade. Assim, as categorias sociais mais representativas nesse nível de ensino, em função do peso de seus capitais, são aquelas mais bem estruturadas – as elites. A tese dos autores de que a escola sustenta uma dominação por meio do *habitus* é fundamentada em duas premissas: primeira, as aspirações e as expectativas subjetivas dos indivíduos em relação à escola são moldadas pelas condições objetivas nas quais os atores são socializados, fenômeno denominado de *causalidade do provável* (NOGUEIRA & CATANI, 1998); segunda, há um peso da bagagem cultural (os capitais) na definição dos destinos e das trajetórias escolares dos indivíduos que precisa ser levado em conta.

Para os autores, tanto o fracasso como o sucesso escolar estão atrelados às orientações recebidas no interior da família, tratando-se, por isso, de um produto ou reflexo (cultural) do meio familiar. A segurança e a insegurança gerada nesse ambiente mostram maior ou menor acordo entre o *habitus* do agente e as exigências do sistema de ensino, revelando um paradoxo: a escola, em vez de produzir "igualdade" criando oportunidades por meio do acesso aos saberes, que são também culturais, privilegia determinados saberes e exclui outros, favorecendo a aprendizagem de alguns, que vão se identificar mais facilmente com a cultura escolar, e dificultando para outros, que não criarão laços de representação e afetivos com a escola (DRUEZ, 2016)³.

Nesse sentido, a ação da escola vai ainda mais longe, pois tende a minimizar a cultura transmitida em detrimento da cultura herdada, isto é, da herança simbólica carregada pelo estudante⁴.

³ No Brasil, por exemplo, podemos pensar na situação de estudantes negros(as) matriculados(as) em escolas privadas, em que são, ainda hoje, minoria. Seu capital simbólico, sua história, sua religião, seus heróis etc., não têm o mesmo espaço nas salas de aula ou no material didático dado às representações de uma cultura eurocêntrica, com as quais os(as) brasileiros(as) brancos(as), de classe média e alta, se identificam.

⁴ A diferença entre uma cultura transmitida pela escola e uma cultura herdada do berço está não apenas na bagagem cultural em si, mas *na maneira como essa cultura é passada adiante*. Há, nesse sentido, uma hierarquização tanto da cultura quanto do modo de assimilação e, em ambos os casos, as classes dominantes são privilegiadas. Tomemos, por exemplo, o letramento plurilíngue (a aquisição de língua(s) estrangeira(s)) em nosso país. Crianças de classe média alta aprendem línguas não apenas em cursinhos particulares (em um ambiente propício para isso), como em viagens, junto aos próprios familiares e aos objetos culturais que adquirem, chegando na escola com uma proficiência naturalizada, facilitando a reflexão mais abstrata que é proposta na aula de língua estrangeira oferecida dentro da escola. Crianças de classe média baixa e pobres recebem um ensino,

Dessa forma, o objetivo da escola, nesse contexto, não é equalizar, mas separar por classes, tipos e culturas, mesmo que isso seja feito em sintonia com os tons da democracia (JOURDAN & NAULIN, 2011).

Na obra *A Reprodução* ([1970], 2014), a escola francesa é apresentada como uma instância onde as desigualdades sociais transformadas, então, em desigualdades educacionais voltam a ser desigualdades quando as classes populares, ao saírem desse ambiente, se encontram à própria sorte. Essa “função perversa” da escola diz respeito a uma cultura de classe que a ideologia do dom tenta mascarar. As relações de força presentes nessa ação pedagógica encontram-se dependentes das relações de força presentes na estrutura social, sendo essa a única maneira de a escola conseguir se constituir como instituição autônoma capaz de reproduzir essa mesma estrutura. Consequentemente, a ação pedagógica da escola não apenas torna possível a reprodução da cultura dominante, mas a reproduz culturalmente também na sua relação com os grupos sociais. Para os autores, a cultura escolar coincide, dessa forma, com a cultura da classe dominante, transformando-se em cultura legítima, objetiva e indiscutível. A escola, nesses termos, mantém um ciclo vicioso: tende a ignorar as desigualdades sociais e os ambientes de socialização típicos das classes de baixa renda (populares), passando a se pautar por uma visão classificatória e excludente, que nega outras culturas que, por sua vez, nunca se tornam capitais. Refletida em ações pedagógicas, a cultura escolar acaba assegurando às classes dominantes o monopólio cultural que promove, logrando impor, o que Bourdieu denomina de arbitrário cultural, sua cultura como a cultura legitimada.

Esse processo desencadeado na escola e vivido, de maneira mais visível, na universidade sanciona uma diferenciação social difícil de ser revertida, já que passa pela história e cultura familiares, isto é, por uma reprodução na qual os indivíduos não possuem total consciência. A escola emerge, assim, como uma “caixa preta” que transforma a hierarquia social legítima, baseada na herança familiar, em uma hierarquia que é legitimada pelas qualificações concedidas com base no mérito pessoal, mostrando que essa “violência simbólica” pode atingir tanto os dominados como os dominantes (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2002, 2015). Por isso, ao mesmo tempo que propaga a ideia libertadora de que está aberta

normalmente, de uma língua estrangeira, em um ambiente não propício e de maneira abstrata, desvinculada de situações reais de comunicação, o que dificulta sua assimilação. Esse, provavelmente, seja um dos capitais que mais distinga, atualmente, jovens ingressantes no ensino superior.

a todos os jovens, a escola omite as diferenças culturais, os conflitos de classe, impedindo que as classes populares se insiram no ensino superior, através de avaliações, seleções, exames etc., que são determinantes no processo de consagração social.

Ao conceder ao capital cultural um papel predominante na reprodução das classes, Bourdieu tenta se distanciar da influência marxista dos anos 1960. Nesse sentido, dentre os diferentes tipos de capital detidos pelos indivíduos (econômico, cultural, social e simbólico), o capital cultural e seus modos de transmissão tornam-se, em função da sua importância analítica, fundamentais para se tratar da reprodução das classes no ambiente escolar (BOURDIEU, 1998; NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2009). Do ponto de vista praxiológico, a teoria bourdieusiana defende que o conhecimento acumulado pelos pais e que é repassado aos filhos, na forma de uma cultura de classe, acaba, no futuro, se tornando a peça fundamental para o sucesso ou o fracasso do estudante universitário e seu grupo de origem. Esse estado particular da estrutura repassado através da transmissão familiar seria, inclusive, uma das causas pela qual as ações das disposições escolares são valorizadas e reproduzidas pelas classes populares como elementos de êxito e conquista, o que constitui uma séria contradição da organização do sistema de ensino francês, tendo em vista que esse sistema se apresenta como igualitarista e democrático.

O conceito de *habitus* e sua relação com o sucesso / fracasso escolar

A interpretação de Bourdieu do *habitus* como “um sistema de disposições duráveis” e do seu funcionamento como uma “estrutura estruturante” nos mostra que esse conceito pode se relacionar tanto com o social como com o(s) indivíduo(s). Trata-se de um conceito chave para entendermos o movimento de interiorização das disposições e das representações sociais que estão relacionadas aos ambientes de socialização ou, dito de outro modo, ao processo de assimilação das práticas sociais e culturais que, de acordo com o autor, levam à internalização da objetividade (ALVES, 2014). Nesse sentido, o conceito de *habitus* permite ver como a reprodução funciona: estruturas internalizadas pela socialização, transformando-se em disposições quando expressas (práticas, linguagem, estilos de vida, valores, gostos etc.), que são sancionadas ou não pela escola, garantindo posições

favoráveis ou não no espaço social, uma vez que, para ocorrerem, dependem da cultura escolar do estudante.

Nessas condições, o *habitus* deve ser considerado o resultado das experiências passadas e dos sistemas de socialização, funcionando como uma matriz de percepções, disposições e ações que dá condições para que o estudante possa realizar tarefas, se integrar e defender seus interesses. Além disso, como estrutura estruturante, o *habitus* acaba controlando o corpo do indivíduo muito mais do que sua consciência, ditando suas práticas e as regras para a ação – suas disposições (BOURDIEU, 1985, 2014). Dentre os efeitos da dinâmica promovida pelo *habitus*, veremos que, quanto maior for o grau de inculcação na escola, menor será a necessidade do uso da coação física sobre os indivíduos, estando o conceito associado a uma prática que será sempre disposicional. Visto por esse ângulo, o *habitus* forja, no interior dos grupos, os condicionamentos que, quando relacionados ao ambiente escolar – um campo específico –, desaguam na interpretação do sucesso e do fracasso escolar. Por dar conta tanto da formação do indivíduo quanto da formação do coletivo, o conceito nos ajuda a (re)pensar a relação do aspecto social e do aspecto individual a partir de uma mediação entre os condicionantes sociais e a subjetividade dos sujeitos, que constituem, em grande medida, classes sociais de sucesso e classes sociais de fracasso.

A sociologia disposicionalista de Bernard Lahire e a compreensão das trajetórias escolares de estudantes de origem popular

Bernard Lahire, apontado como um forte concorrente à sucessão de Bourdieu, busca, por sua vez, apreender a complexidade social e escolar por outras vias, de outra ótica. O autor percorre um caminho teórico diferente daquele de Bourdieu, tanto que, no início de sua carreira acadêmica, chegou a intitular sua obra como uma "sociologia psicológica", sem ter, no entanto, a pretensão de se ocupar do objeto sociológico a partir dos conceitos dessa disciplina irmã (LAHIRE, 2012b). O autor parte da premissa de que há diferentes maneiras através das quais as disposições são transmitidas no cotidiano. Diferentemente de Bourdieu, a equivalência entre social e coletivo para Lahire permite demonstrar que o social também atua numa escala individual, de ordem psíquica e subjetiva (AMÂNDIO, 2016).

Seus trabalhos acerca do sucesso e do fracasso escolar de crianças de meios populares na escola primária colocam o autor na

dianteira da análise da cultura escrita e das interpretações do ambiente escolar (LAHIRE, 1993, 1997, 2003). A teoria de Lahire não se apresenta, portanto, como uma teoria geral, mas como a interação entre as investigações empíricas e as questões teóricas que são pontos permanentes de debate e da reflexão sociológica. Para Lahire, a grande lacuna na obra de Bourdieu está em não olhar, mais detidamente, para a constituição dos indivíduos em sua forma particular, ou seja, não perceber a fabricação do *habitus* enquanto um caso individual, olhando-o apenas em seu aspecto coletivo. A partir dessa observação, o autor desenvolve uma postura metodológica que o afasta definitivamente de Bourdieu, a qual denomina de “sociologia de escala individual” (LAHIRE, 2005a:12).

Lahire indaga-se sobre como famílias com condições socioeconômicas semelhantes acabam gerando filhos com desempenhos escolares diferentes. Na busca de uma resposta objetiva para essa questão, o autor destaca, por meio de histórias de vida, a forma como as variações ocorrem e como se diferenciam de um ambiente para outro, de indivíduo para indivíduo, colocando em xeque a interpretação de Bourdieu, que acredita fortemente na reprodução, como se essa ocorresse, homogeneamente, em cadeia, para todas as faixas e grupos da sociedade. Sem refutar a teoria da reprodução em si, Lahire sustenta que a teoria de Bourdieu mascara as práticas socializadoras e inovadoras que as famílias pobres desenvolvem como estratégias disposicionais, revelando que tais práticas se originam de diferentes contextos de educação e de diferentes vivências no sistema escolar e social, não seguindo e não sendo geradas por apenas um único *habitus* (LAHIRE, 2001, 1997). De acordo com o autor, esse erro interpretativo mostra que Bourdieu não aprofundou a constituição ou fabricação do *habitus* enquanto um caso individual, desprezando essa possibilidade ao insistir que o *habitus* é um conhecimento adquirido, um capital que indica somente a disposição incorporada, quase postural e identitária do grupo e da classe de origem.

De tal perspectiva, não podemos pensar o indivíduo apenas pelo princípio da conduta ou do local a que este se encontra transitoriamente filiado. Diferentemente de Bourdieu, Lahire conclui que é através das variações culturais e de suas práticas que os estudantes aprendem na escola (a partir da escrita e da linguagem) que podemos identificar e confirmar sua diversidade e complexidade. O *homem plural* de Lahire (2002, 2012a), em

oposição à herança defendida por Bourdieu, conseqüentemente nada mais é do que a representação daquele estudante que não participa apenas de um único universo socializador, nem vive sob a batuta de uma única ordem moral: as características e as experiências pessoais que marcam sua trajetória escolar são múltiplas e diversas e, por isso, em boa medida imprevisíveis.

De acordo com Lahire, o esquema apresentado por Bourdieu revela um tipo de interpretação que empurra o pesquisador para uma observação mais finalística das estruturas sociais, impondo um enfoque determinista da análise das dinâmicas sociais. Da perspectiva reprodutivista, o conceito de *habitus* não permite explicar as variações de comportamentos e disposições existentes no âmbito de um mesmo grupo de origem. No entanto, essa seria uma abordagem superficial da questão, pois há aproximação entre a compreensão dos autores: tanto para Bourdieu como para Lahire, nem todos os contextos sociais devem ou podem ser considerados campos, da mesma forma que as práticas sociais não podem advir única e exclusivamente do cruzamento de um *habitus* e de um campo⁵. Assim, a concepção de que origens sociais semelhantes produzem *habitus* homólogos, compreendidos como uma fórmula geradora de práticas e ações dos sujeitos, não se sustenta teoricamente. Em oposição a essa ideia, Lahire dá primazia à valorização do passado incorporado e aos contextos nos quais os indivíduos circulam e aprendem.

É importante observar, porém, que, para esse autor, a sociologia da escala individual ou disposicionalista, como é conhecida, não deve ser confundida com uma sociologia psicológica, que exigiria outro embasamento e outros instrumentos de análise. Mas deve se apropriar de métodos de pesquisa mais flexíveis do que a abordagem sociológica em larga escala, de modo que possa captar a informação particular, não a genérica. Veremos assim que, ao interpretar os casos de sucesso escolar, que não eram até então aprofundados pela macrossociologia, Lahire demonstra que esses casos não são exclusivos de uma única classe, podendo surgir onde menos esperamos encontrá-los.

Nesse sentido, o debate teórico aqui proposto, que encaminha nossa pesquisa de campo, nos interessa, sobretudo, pelo fato de que o Brasil viveu, nos últimos tempos, um quadro de expansão universitária que mudou o perfil do estudante. A heterogeneidade se tornou comum e mais evidente no ambiente das universidades

⁵ Para Bourdieu, a própria escola não pode ser percebida como campo, mas como uma instituição; a universidade também é uma instituição, que não se confunde com o campo acadêmico.

brasileiras, uma situação que, em razão de sua contemporaneidade, carece de estudos amplos e variados para sua descrição⁶.

Os estudantes de sucesso escolar no contexto nacional: qual sucesso? como ocorre?

Voltando ao ponto inicial, vimos que o período de expansão universitária, ocorrido entre 2004 e 2017, alargou a mobilidade educacional, expandindo as possibilidades de acesso ao sistema de ensino superior por parte das classes populares (PEREIRA, 2019, AGUIAR NETO, 2019a). Porém, esse dilatamento não alterou a conjuntura desigual na educação de base nem tampouco as desigualdades socioeconômicas das famílias, que, no caso brasileiro, dependem de uma estrutura material e de políticas públicas para formar seus filhos no nível universitário e conseguir ascender socialmente⁷. A fim de avaliar os reflexos da expansão educacional nas classes populares e da igualdade de oportunidades educacionais, nosso estudo se ateve a estudantes que, superando a expectativa (em razão das estatísticas negativas), conseguiram ingressar em cursos universitários disputados e com as maiores notas de corte, tais como a Medicina, o Direito, a Psicologia, a Administração, as Engenharias, a Arquitetura, entre outros, sendo considerados, por conta disso, de “sucesso escolar”. Mas quem são esses estudantes? Como se relacionam com a escola? Qual a relação de sua família com a instituição escolar? Quais os projetos e estratégias familiares para assegurarem sua longevidade escolar? Eles se consideram estudantes de sucesso?

O universo dos participantes é composto por estudantes matriculados em uma graduação, em 2018/2019, no estado do Rio Grande do Sul, cujas instituições de ensino foram destacadas pelo Censo da Educação Superior de 2017–2018. Foram entrevistados sete estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – instituição pública, situada na capital, fundada em 1934, com 29.637 alunos em 88 cursos – e sete estudantes da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) – instituição comunitária, situada no interior do Estado, fundada em 1993, com 10.718 alunos em 67 cursos. Trata-se de jovens oriundos do ensino fundamental e

⁶ Cabe frisar ainda o paralelo que pode ser feito com a situação dos estudantes e o contexto universitário analisados por Bourdieu e Passeron na França, que também, à época, vivia um momento de expansão do ensino superior.

⁷ Outras pesquisas também verificaram essa característica, como, por exemplo, Gonçalves e Ramos (2019).

médio público, na faixa etária entre 18 e 19 anos, ou seja, com idade equivalente à média de entrada dos estudantes no sistema universitário.

Privilegiamos uma abordagem qualitativa, conforme a abordagem da microssociologia proposta por Lahire (1997, 2002), com base na coleta via formulários escritos e entrevistas com cada discente, para poder tratar das relações estabelecidas por eles através do *valor* ou da *qualidade* que atribuíam às experiências vividas, vistas principalmente em comentários apreciativos, bem como na recorrência de determinados assuntos, que constituem padrões ou ideias emergentes e que respondem às questões apresentadas. O *corpus* documental foi organizado e analisado com a ajuda das ferramentas do *software* NVivo 11⁸, que permitiu uma leitura mais sistemática das informações coletadas face a face. As respostas das entrevistas foram transcritas e, depois, cruzadas com as informações fornecidas por escrito no formulário. Desse material pode-se abstrair dois diferentes modelos de leitura: uma leitura linear das respostas obtidas de cada participante, que compõem uma espécie de narrativa, e uma leitura por tópico, ou seja, temática, que reúne a transcrição das falas de todos os participantes sobre determinado tema, como a composição familiar, a educação fundamental, o ensino médio, trajetórias escolares, estratégias, entre outras questões. Os dados extraídos dos formulários ajudam a contextualizar o grupo de participantes, ao passo que as transcrições servirão de ilustração para nossos comentários mais analíticos.

Dos quatorze estudantes da amostra, (11) se declararam brancos e (3) negros, desses estudantes, (4) se declararam com renda mensal de 1 a 2 SM, uma renda muito baixa; (5) estudantes declararam renda mensal de 3 a 4 SM, uma renda considerada média: jovens que recebendo ajuda financeira através de mesada ou ajuda de custo. Depois, (5) estudantes declararam renda mensal de 4 a 5 SM, uma renda relativamente alta dentro do esperado, e que destoa do conjunto analisado, mas que não pode ser descartada, visto que esses estudantes contemplam o principal critério da amostra, ou seja, todos eles são oriundos do ensino fundamental e médio da escola pública e estão matriculados em cursos concorridos e prestigiados do sistema universitário⁹.

⁸Qualitative Data Analysis Software – NVIVO 11. Disponível em: <
<https://www.qsrinternational.com/nvivo-qualitative-data-analysis-software/home> >. Acesso:
14/08/18.

⁹ Não tivemos ocorrências ou identificação de estudantes índios ou indivíduos de origem oriental de baixa renda nesses cursos.

Em relação à formação escolar dos pais, nenhum deles alcançou o ensino superior. Os pais desses estudantes ocupam profissões técnicas de, no máximo, nível médio ou profissões baseadas em habilidades manuais, tais como motorista, marceneiro, encanador, agricultor. Tal situação confirma uma assertiva em relação à sua posição social e profissional, identificada tanto por Bourdieu ([1970], 2014) como por Lahire (1993, 1997): pais com menor escolaridade ocupam profissões de menor renda e qualificação. As mães desses estudantes, por sua vez, apresentam profissões como chefe de cozinha, empregos de renda média (técnicos) ou, no máximo, quando têm curso superior, como professoras do ensino fundamental ou auxiliares técnicas.

Não seria exagero classificar, desse modo, a maior parte desses estudantes, em função da diversificação de renda/profissão/posição dos progenitores, como de “classe média baixa”, ou seja, no limite do que podemos considerar classe média. No tocante aos estudantes da universidade federal (UFRGS), pode-se dizer ainda que, uma parte deles depende de bolsas e auxílios, como a PRAE, o PIBID, entre outros, para se manterem ativos no ambiente acadêmico. Situação distinta daquela dos estudantes da universidade comunitária (UNISC) aqui levantados, em que as famílias tiveram que se organizar antecipadamente para custear os estudos dos filhos, utilizando-se muitas vezes da poupança, da aposentadoria ou da ajuda de parentes mais próximos. No cômputo geral, nossos entrevistados apresentam situações financeiras diferenciadas, bem como organizações familiares distintas, compondo um grupo heterogêneo sob diversos aspectos.

Penetrando em suas falas, percebemos que o núcleo familiar, em meio a essas distinções, é identificado positivamente como fonte de incentivo e segurança, que legitima os sonhos e suas disposições, visto pelos aspectos da união e do comprometimento escolar, como nos relata Iara¹⁰:

“A lembrança que tenho da minha infância é que meus pais sempre trabalharam muito, mas sempre tentaram [...] dar atenção para nós. Por isso acredito que os dois sempre estiveram presentes na minha vida escolar”.

As mães e avós constituem, por sua vez, um denominador comum: são, normalmente, uma sólida referência para a escolarização dos

¹⁰ Todos os nomes foram inventados, funcionando apenas como etiquetas denominativas para os entrevistados.

filhos e/ou netos¹¹, mostrando-se mais presentes em sua formação estudantil. A influência feminina no letramento pode ser identificada na fala de João, que afirma que foi sua avó que despertou nele o gosto pela leitura: “[...] *A minha avó é doméstica [...], mas só agora ela conseguiu terminar os estudos com muito esforço [...], e sofrimento [...], e mesmo assim me incentivou a ler e estudar [...]*; e também em Lara, segundo a qual, a mãe, “*Além de [ela] falar para a gente estudar, ela sempre estava fazendo alguma coisa ligada ao ensino, um curso, alguma especialização de cozinha, [...]*”. São estudantes, como podemos observar, ligados às experiências de socialização, que têm no hábito da leitura e no comportamento proativo dos membros da família, o impulsionamento necessário para alavancar a carreira escolar.

A natureza desses estímulos e da “ação pedagógica” exercida pela família pode também se dar pelo apoio material. Membros da família que são vistos trabalhando para suprir as necessidades materiais da escola, fazem com que, seguidamente, os contextos escolar e familiar sejam valorizados, como podemos ver no discurso de Ana:

“A minha família não tinha privilégio, não tinha dinheiro, mas [...] os meus irmãos sempre me apoiaram quando eu precisei. Eles se esforçaram para me ajudar, por exemplo, antes de entrar na universidade, eu consegui fazer um semestre de cursinho que meu irmão ajudou a pagar.”

Assim, ao mesmo tempo que as maneiras como a organização das famílias dão forma a diferentes tipos de encaixes, elas também dão origem a diferentes *estilos de sucesso escolar* (LAHIRE, 1993, 2007). Portanto, parece haver, como resultado desse processo de construção do outro, uma identificação com os estilos moldados pela atitude participativa do grupo, sobretudo em relação à visão que sustenta sua manutenção na escola, e que se traduzem em estímulos emocionais precoces – um capital subjetivo – que os influencia e os conduz na vida estudantil. Tal capital subjetivo, que aponta para suas disposições, pode ser percebido na expressão da motivação por parte dos estudantes, como vemos na fala de Juraci:

“[...] a minha escola de ensino fundamental [...] fica num bairro carente, um bairro que tem o maior índice de violência da cidade, [...]. Percebendo isso, eu vi que a saúde daquela população era

¹¹ Outras pesquisas também verificaram essa característica. Ver, por exemplo, Silva (1999); Santos (2009); Castro (2012); Gonçalves e Ramos (2019).

afetada de alguma forma por aquelas dificuldades todas [...]. Eu penso um dia em usar a minha profissão para promover o bem, fazer uma coisa boa para aquela gente. Como médico, eu vou poder fazer isso porque sei que eles vão me respeitar."

A instituição escolar é, dessa forma, bastante apreciada pelas famílias, bem como pela vizinhança e pelos parentes, tornando a relação desses estudantes com as práticas educativas positiva, diferentemente do que sugeria Bourdieu ([1964] 1985), que pensava que somente os estudantes da classe média e das elites são propensos a tal feito. Para ele, haveria, de início, uma oposição natural à cultura escolar nos meios populares que criaria um fosso entre a cultura da casa e a cultura da escola, o que não se verificou no grupo observado. A resposta de Lia dá pistas do modo como as famílias de origem popular se interessam pela nova realidade dos filhos no ensino superior:

"[...] a minha família é pequena e vem do campo [...]; eles me apoiam e esperam de mim que eu me torne uma boa biomédica [...]. Quando eu vou lá, eles me perguntam sobre o curso, sobre o hospital, os laboratórios, essas coisas [...], nunca deixam de perguntar[...]"

Assim, se é verdade que a herança familiar compõe um *habitus* que ajuda a definir as condutas dos jovens diante do ambiente escolar, é verdade também que, quando são criadas oportunidades, as famílias do campo ou de baixa renda vão buscar esse investimento escolar mesmo que não tenham a experiência escolar e o capital cultural esperados. Dessa forma, o fato de estarem inseridos no sistema de ensino superior não é decorrência de uma ação fortuita, mas de uma estratégia consciente relacionada à perseverança e ao aproveitamento das oportunidades, que vão se concretizando em focos de interesse nos processos de transmissão e de patrimônio cultural: "[...] o meu objetivo é me formar e sair para advogar [...] quero seguir a carreira pública e ser funcionária pública [...]. Tudo que faço aqui dentro tem como objetivo o concurso da Polícia Civil [...]", relata Maria.

Os casos identificados não ficam restritos a um estereótipo em que coincidem faixa de renda e grupo étnico-racial; ou seja, não correspondem exatamente àqueles que se encontram na parte mais pobre da sociedade e que, quando presentes na universidade e nos cursos de grande prestígio social e científico, poderiam ser considerados realmente *casos improváveis de sucesso escolar*, sendo a renda (ou, a falta dela) um fator determinante de sua

vulnerabilidade. As situações são múltiplas, como pode ser observado no relato de Juraci:

“[...] por ser negro, eu considero que eu tive o privilégio que muitos meninos do meu bairro não tiveram que era não ter que trabalhar [...], diferente do meu vizinho da mesma idade que trabalhava para ajudar em casa [...]. Sabe, foi privilégio ter um pai que me incentivava e uma mãe presente [...], uma situação melhor que a situação dos outros meninos da rua [...]”.

Essas falas são ilustrativas de estudantes que, provavelmente, já ocupavam a camada “alta” da escola pública, situando-se entre uma classe baixa ou média baixa em termos de renda (capital econômico), e que tiveram condições de aproveitar as oportunidades abertas pelas políticas públicas durante o período de expansão do ensino, contando com uma estrutura familiar de apoio e incentivadora de práticas de letramento.

Essa perspectiva nem sempre é observada pelos próprios estudantes. Seus relatos apontam para um sucesso percebido como algo eminentemente pessoal – um mérito próprio e/ou da família –, sendo as diferenças escolares compreendidas por esses estudantes como naturais ou naturalizadas. Como dizem Bourdieu e Passeron ([1970] 2014), na perspectiva do “culto do dom”, trata-se de um estudante empoderado, tal como expõe, com naturalidade, o discurso de José:

“[...] Eu ainda não reprovei em nada [...], mas muitos dos meus colegas que entraram junto comigo no curso e que vieram do ensino médio já ficaram para trás [...]. Não me acho arrogante por saber que eu sei mais que os outros [...]; desde pequeno eu sabia que era diferente [...]”.

Dentro deste novo ambiente socializador, é à ideia de mérito, traduzida, muitas vezes, em suas palavras por *esforço, dedicação, estudo*, entre outras, que tendem a se apegar.

As entrevistas são reveladoras também da relação desses estudantes com a “alta cultura”, aspecto também tratado por Bourdieu. Por mais diferentes que sejam os contextos da França dos anos 1960 e do Brasil do século XXI, o que o teórico observou pode se aplicar bem à realidade escolar brasileira moldada pelo pensamento escolar francês, verificado também dentro da universidade. A escolha do curso universitário constitui, desse modo, mais um dos traços comuns a esses estudantes de sucesso escolar: diferentemente de outros, esses jovens não estão inscritos nos cursos

em que lhes foi possível entrar, mas nos cursos que *escolheram* estar, demonstrando apreço a eles e confiança no que o valor do diploma pode proporcionar em termos de condições de trabalho e ascensão social. O testemunho de João revela bem esse sentimento:

“[...] para um estudante preto e gay chegar aonde eu cheguei [...], um curso de Medicina [...], ele tem que realmente se dar bem na escola e com a família [...]. Sabe, depois que eu saí do ensino médio e entrei na universidade, eu superei muita coisa na minha vida [...], e agora no curso estou fazendo novos amigos que eu quero levar onde eu vivo [...] para eles verem como é a realidade da Restinga [...]”.

Ao mesmo tempo – e por paradoxal que possa parecer – a expansão no campo universitário, tal como foi realizada, evidencia, por sua vez, que não houve uma democratização profunda da sociedade capaz de alterar a forma como esses estudantes se distribuem no sistema escolar: dentro dessa lógica, os estudantes de origem popular continuam sendo uma minoria nos cursos mais concorridos e disputados, consciência que adquirem nos bancos universitários. As palavras de Lara expõem com clareza essa dificuldade de se movimentar no contexto social e educacional brasileiro:

“[...] A minha formação foi toda em um colégio estadual [...], era uma escola central que tinha uns 500 alunos, mas que nem sempre tinha professores para todas as matérias, então, era bem difícil estudar lá. [...] Essas coisas eu acredito que atrapalharam a minha formação escolar [...], acho que saí da escola com menos conteúdo do que é o obrigatório, por isso, eu tive que fazer cursinho para compensar [...]”.

Ao se depararem com a realidade na academia, com situações em que, muitas vezes, não são os mais capazes ou preparados, os estudantes deixam de perceber as diferenças escolares como naturais, passando a vê-las como *estruturais*, sendo suas dificuldades e lacunas atribuídas ao professor, à universidade, à falta de recursos financeiros etc. Como diz Lara em sua fala:

“[...] hoje eu vejo que, pela Arquitetura ser um curso que exige tempo integral, eu não consigo fazer tudo que me cobram [...], isso atrapalha [...], me afeta muito [...], tem muita gente aqui dentro que é filha de arquiteto ou de engenheiro e que já sai empregada, [...] eles têm as melhores oportunidades [...]; mas para a gente que é mais pobre, tudo aqui dentro é mais difícil [...]”.

Em outros casos, porém, as restrições que dificultam sua ascensão estão identificadas como as limitações da escola pública, sobretudo no nível médio, como atesta Caio:

“[...] até hoje eu tenho dificuldade para escrever uma redação em português e para compreender os textos em inglês [...]. A maioria dos estudantes do curso não tem essa dificuldade [...]. O meu ensino médio foi muito fraco [...], na verdade, eu tive três anos de inglês no ensino médio que não me servem para nada.”.

Entendemos que as entrevistas corroboram a ideia de que o capital subjetivo, enquanto propulsor de mobilidade, está relacionado à maneira como os estudantes conseguem mobilizar suas disposições para a ação, transformando-as, no caso daqueles mais resilientes, em mobilidade social e profissional. O que ocorre é que, ao passarem pelo sistema educacional, eles tendem a ajustar suas expectativas pessoais às possibilidades objetivas de sucesso que vão se tornando cada vez mais difíceis após saírem do ensino médio, distanciando-se à medida em que ascendem escolarmente. Ana traduz, em sua entrevista, a transitoriedade do sentimento de sucesso escolar:

“[...] Eu não era bem-sucedida quando cheguei na universidade; [...] eu fiquei bem frustrada, foi quando eu atrasei no primeiro ano e foi difícil, fiquei desolada. Mas eu me considero bem-sucedida se me comparo com as meninas do colégio, elas ainda moram fora, a maioria já se casou, as outras eu acho que elas não saem mais de lá. [...] A gente vê que não é todo mundo igual realmente. Aqui na universidade a gente vê que tem gente com mais facilidade, mais privilégios, e o fato de eu ainda não ter desistido de tudo e ter continuado tentando fez a diferença em relação às minhas amigas de infância”.

Em outras palavras, observamos que o sucesso escolar, da perspectiva desses estudantes, é o sucesso visto retrospectivamente, não de seu tempo presente, de sua experiência universitária. Quanto a esta, o período de expansão do ensino superior parece ter sido curto demais para que fosse possível desenvolver, dentro do ambiente escolar brasileiro, uma lógica de que a universidade também é um bem público e/ou de que os cursos de prestígio – concorridos, com médias muito altas – não são patrimônio, ou não deveriam ser, de famílias e, sobretudo, de classes sociais. Falamos, mais amplamente, nesse caso, de uma cultura escolar e de uma experiência pública por parte dos estudantes de origem popular que talvez não tenha tido tempo suficiente de se

desenvolver, diferentemente das instituições e dos estudantes franceses analisados por Bourdieu, Passeron e Lahire.

Considerações Finais

Apoiados nas críticas que Lahire faz da teoria da reprodução e em uma abordagem metodológica microssociológica, relatamos nossa pesquisa que acaba confirmando a importância da teoria bourdieusiana e o conceito de *habitus* para o estudo das desigualdades, mas que confirma a existência de um tipo de “capital subjetivo”, não previsto na teoria bourdieusiana, que favorece o êxito escolar, tornando-se determinante para o indivíduo se desenvolver no ambiente universitário e profissional. Entendemos também que as correlações desiguais na distribuição dos capitais, ao contrário do que imaginavam Bourdieu e Passeron, revelam diferentes estratégias escolares que são assumidas individualmente, com sentido único, apontando para como esses estudantes vindos de uma mesma classe de origem apreendem e se adequam à cultura escolar e, depois, universitária, o que nos distancia de uma interpretação coletivista, vinculada a um único *habitus* familiar e escolar.

Ao nosso ver, por um lado, as variáveis de ordem psicológica e contextual, desprezadas por Bourdieu, quando somadas às características da família (renda), da comunidade, da relação com os professores, das estratégias de aprendizagem e das características próprias dos capitais necessários para se fazer presente no ambiente de disputa, permitem explicar, com maior profundidade, como o sucesso e/ou fracasso escolar se constituem de maneira tão diversa e distinta nos meios populares. Por outro lado, insistimos que a análise e a teoria apresentada por Bourdieu e Passeron, não podem ser menosprezadas, afinal, ajudam a explicar como os capitais relacionados ao sistema de ensino e à classe de origem atuam na (re)produção dos processos de desempenho. Dessa maneira, a diversidade encontrada no ambiente universitário entre os indivíduos de uma mesma categoria social – no caso de nossa pesquisa, estudantes universitários oriundos da escola pública – não anula a ação do *habitus* proposta pelo autor e, mais globalmente, da teoria da reprodução; mas evidencia a importância de se olhar, de modo complementar, para as particularidades, os desvios, as exceções.

Nesse sentido, entendemos que os casos aqui apresentados constituem situações de exceção ou, simplesmente, casos *de*

sucesso escolar – relativamente ao ensino médio sobretudo –, uma vez que se trata de estudantes que, não apenas enfrentam uma condição socioeconômica de desvantagem se comparados a seus colegas de curso, como superam os pais em relação ao nível de escolaridade e, talvez, além de superarem seus pais, superam os irmãos dentro do contexto escolar. Ainda assim, não configuram, no entanto, casos de *transfuga social*¹², como identifica Lahire, ou seja, de indivíduos que tendem a alcançar uma consciência e um *status* social, cultural e profissional superior a seus progenitores e parentes, uma vez que são universitários e não têm sua carreira e profissão definidas.

Dessa forma, a noção de capital subjetivo identificada nesse texto destaca o caráter pessoal que envolve as ações e as disposições, tendo em vista que é desenvolvido a partir das experiências e das trocas culturais e simbólicas estabelecidas pelos indivíduos com o núcleo socializador e com a sociedade. Trata-se de uma noção que não separa o capital social e cultural das subjetividades dos sujeitos, que são individuais, permitindo revelar as influências de um capital que atua em todas as esferas da vida social e, portanto, dentro e fora das esferas familiar e escolar, ajudando a definir e (re)pensar as situações de desigualdades e de distribuição das oportunidades escolares. Por isso, os indícios que obtivemos no campo nos levam a crer que o sucesso escolar em meio popular está diretamente ligado à maneira como os estudantes, através desse capital subjetivo organizam seu capital social e cultural e, como isso, somado às suas experiências pessoais adquiridas no ambiente escolar e nas interações sociais, produz estruturas mentais e sociais resilientes e empoderadas, cujo objetivismo lhes permite romper com os sentimentos de exclusão e vulnerabilidade intrínsecos ao ambiente popular, transformando essas estruturas sociais incorporadas em ações que lhes atribuem papel de destaque em um contexto socioeconômico em que são minoria.

Para concluir o debate, é importante frisar que a conquista desses estudantes, mesmo que nem sempre reconheçam, é fruto igualmente das políticas públicas que favoreceram as camadas de baixa renda. Assim, esses indivíduos, mesmo que pudessem contar com um capital subjetivo potencializado, não deixaram de ser sustentados por um projeto político e ideológico inclusivo. Na verdade, ambas as forças parecem contar nessas trajetórias, o que mostra que a posição desses estudantes não é irrestrita, nem

¹² Fonte: Diálogos Transatlânticos: Bernard Lahire y Gabriel Kessler. Canal Encuentro. TV Argentina, jun/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TZ6AuYTHUk>

onipotente. Resta saber, no entanto, em que medida conseguem obter sucesso em sua próxima etapa – seja na carreira acadêmica ou científica, seja na inserção no mercado de trabalho – e, assumindo esses lugares, quais as repercussões dessa mobilidade, não apenas para suas famílias, mas para a sociedade de maneira geral, ou seja, que efeito surtirão para o capital subjetivo das gerações mais jovens.

Referências

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **Dos habitus de classe aos patrimônios individuais de disposição: reflexões sobre a prática de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 18, nº 42, p. 294–327, mai/ago, 2016.

AGUIAR NETO, Jorge Morgan de. Da escola pública à universidade: trajetórias de sucesso escolar. **Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, PUCRS, 2019a.

AGUIAR NETO, Jorge Morgan de. **Trajetória escolar entre estudantes da escola pública na universidade: um problema sensível?** Revista Barbároi – Departamento Ciências Humanas, Ed. UNISC, n. 54, Edição Especial, 2019b.

AMÂNDIO, Sofia Lai. **O fio Constitutivo da Sociologia empírica de Bernard Lahire**. Revista Sociologia, Problemas e Práticas, nº 76, p. 33–49, 2014

BARROS, Aparecida S.X. Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades. **Revista Educação e Sociologia**, Campinas, v. 36, n.131, p. 361–390, abr/jun, 2015.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2018** – (DEEP): Principais Resultados, Brasília (DF), (MEC), 2019.

BORBA, Thamires. Miele. Desigualdade na educação superior: acesso e permanência de bolsistas PROUNI na PUC/RS (**Dissertação de Mestrado**) **Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Porto Alegre, RS, Pontifícia Universidade Católica, 2017.

BOUDON, Raymond. **L'inegalité des chances**, Paris, Ed. Armand Colin, 1973.
BOURDIEU, Pierre; **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Les héritiers; les étudiants et la culture**. Paris: Éditions de Minuit, [1964], 1985.

BOURDIEU, Pierre. Estrutura, habitus e prática. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Sur l'État. Cours au Collège de France (1989–1992)**. Paris: Raisons d' Agir/Seuil, 2012

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 2004.

Sucesso escolar e desigualdade social: o poder do capital subjetivo

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**, Ed. Vozes, São Paulo, [1970], 2014.

CASTRO, Vanessa. **Determinantes do sucesso educacional: um olhar sobre as trajetórias educacionais de sucesso**. Revista Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v. 7, n1/2, jan/dez, 2012.

DRUEZ, Elodie. **Réussite, racisme et discrimination scolaire** : l'expérience des diplômés d'origine subsaharienne en France. Rev. Terrains e Travaux n° 29, Paris, p. 21-41, 2016/2.

DUBET, François. Les lycéens. Éditions du Seuil, avril, 1991.

DUBET, François. O que é uma escola justa? Caderno Pesquisa. São Paulo, v. 34, n.123, p. 539- 555, dez. 2004. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf> >. Acesso em: 23 fev. 2020.

GONÇALVES, Fernando Gonçalves; RAMOS, Marília Patta. **Sucesso no Campo Escolar: condicionantes para entrada na universidade no Brasil**. Revista Educação Sociedade, Campinas, v. 48 e0188393, 2019.

GURGAND, Marc ; MAURIN, Éric. ; **Démocratisation de l'enseignement secondaire et inégalités salariales en France**. Annales Histoire et Sciences Sociales, p. 845-859, 2006.

JOURDAN, Anne. NAULIN, Sidonie, **Héritage et Transmission dans la Sociologie de Pierre Bourdieu** Réseau Canopé Idées Économiques et Sociales, n° 166, p. 6-14, 2011.

LAHIRE, Bernard. **Culture écrite et inégalités scolaires**. Sociologie de l' "échec scolaire" à l'école primaire. Lyon, Press Universitaires de Lyon, 1993.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. Tradutores: Ramon Américo Vasques e Sônia Goldefefer, São Paulo, Ed. Ática, 1997.

LAHIRE, Bernard. **Le travail Sociologique de Pierre Bourdieu : Dettes et Critiques**, Colection Poche Sciences Humaines et Sociales Ed. La Découvert, p 332, 2001.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural – Os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, p. 19-46., 2004.

LAHIRE, Bernard. Patrimônios Individuais de Disposições. Para uma sociologia da escala individual. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, n° 49, p. 11-42, Lisboa, Portugal, 2005.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LAHIRE, Bernard. **la Raison Scolaire. Ecole et pratiques d'écriture entre savoir et pouvoir**, Presses Universitaires de Rennes, Ed. Paideia (ESS), 2007.

LAHIRE, Bernard. **Do homem plural ao mundo plural**. Entrevista concedida a Sofia Amândio. *Análise Social*, 202, v. XLVII, p: 195-208, 2012a.

LAHIRE, Bernard. De la teoria del habitus a una sociologia psicológica. **Revista de Investigación Educativa**, núm. 14, enero-junio, p. 75-105, 2012b.

Sucesso escolar e desigualdade social: o poder do capital subjetivo

LAHIRE, Bernard. **A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização**. Em: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. especial, dez., 2015. Pp. 1393-1404. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41nspe/1517-9702-ep-41-spe-1393.pdf>.

MONT'ALVÃO, Arnaldo. Diferenciação institucional e desigualdades no ensino superior. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, nº88, jun/2015.

NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; CATANI, Afrânio. (Orgs.) **Pierre Bourdieu**. Escritos em Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Martins. Os Herdeiros: Fundamentos para uma sociologia do Ensino Superior. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v 36, nº 130, p. 47-62, jan/mar, 2015.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Martins. **Bourdieu e a educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Martins. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Revista Educação e Sociedade**, ano XXIII, nº78, abr/mai, 2002.

PEREIRA, Lucinéia de Souza. O estudante de camadas populares na universidade pública: permanência garantida? **Cadernos de Pedagogia**, v. 12, n. 24, p. 16-29, jan/fev, 2019.

PIOTTO, Débora Cristina. **Camadas Populares e Universidades Públicas: trajetórias e experiências escolares**. Ed. Pedro & João Editores, São Carlos (SP), 2014.

SANTOS, Dyane Brito Reis. Para além das Cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. **Tese de Doutorado (Departamento de Educação)** – Universidade Federal da Bahia – UFB, Salvador (BA), 2009.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2002, n.20, pp.60-70. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05> > acesso em 30 de jul de 2020.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Uma abordagem sobre o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nos cursos de saúde** – Universidade Federal da Bahia – ano 2017a.

SANTOS, Dyane Brito Reis. Curso de branco: uma abordagem sobre o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nos cursos de Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, in **Revista Contemporânea de Educação**, v.12, n ° 23, 31– 50p., 2017b.

SILVA, Jailson de Souza. “Por que uns e não outros?” Caminhada de estudantes da Maré para a universidade. **Tese de Doutorado (Departamento de Educação da PUC)**, Rio de Janeiro (RJ), Ed. Pontifícia Universidade Católica (PUCRJ), Tese de Doutorado, 1999.

REGO, Tereza Cristina (org.); **Educação, escola e desigualdade**. Editora Vozes, São Paulo, SP: Revista Educação; Editora Segmento, Coleção Pedagogia Contemporânea, 2011.

QUAL O SENTIDO DA ESCOLA? REFLEXÕES BOURDIEUSIANAS A PARTIR DE UMA PESQUISA SOBRE JOVENS BOLSISTAS NO RIO DE JANEIRO

Pedro Henrique Barboza Machado¹

Sara Esther Dias Zarucki Tabac²

Resumo

Neste artigo apresentaremos uma pesquisa realizada com seis jovens de camadas populares que, através de bolsas de estudos, cursaram a etapa do ensino médio em duas escolas privadas no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. Tal estudo valeu-se de importantes reflexões bourdieusianas, como as discussões feitas sobre os conceitos de “excluídos do interior”, “capital cultural” e “capital social”. Para cumprir tal proposta, o escrito apresenta a pesquisa em linhas gerais e localiza-a dentro de fenômenos sociais mais amplos pelos quais a sociedade brasileira atravessa. A partir disto, importantes achados da pesquisa são destacados, como o valor conferido à experiência escolar e as estratégias desenvolvidas pelos jovens para obterem êxito em suas trajetórias. Por fim, o presente trabalho apontará caminhos para pensarmos as potencialidades e outros custos subjetivos embutidos na experiência dos bolsistas, na tentativa de conduzirem suas trajetórias educacionais frente às possibilidades de pertencimento a um grupo social.

Palavras-chave: Estudantes bolsistas. Trajetórias. Processo de escolarização. Desigualdades escolares.

What is the meaning of the school? Bourdieusian reflections from a research on young scholarship holders in Rio de Janeiro.

Abstract

In this article, we will present a research carried out with six youths from low-income groups who, through scholarships, attended high school in two private schools in the Tijuca neighborhood, in the city of Rio de Janeiro. Such a study drew on important Bourdieusian reflections, such as discussions about the concepts “excluded from the countryside”, “cultural capital”, and “social capital”. To fulfill this proposal, the paper presents the research in general lines and locates it within the broader social phenomena through which Brazilian society goes. From this, important research findings are highlighted, such as the value given to school experience and the strategies developed by young people to succeed in their trajectories. Finally, the present work will point out ways to think about the potentialities and other subjective costs embedded in the experience

¹ Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Ciências Sociais-UERJ; Mestre em Ciências Sociais pelo PPCIS-UERJ; Integrante do Grupo de Pesquisa Ciências Sociais e Educação (ICS-UERJ); Professor de Sociologia no Ensino Médio na rede particular do estado do Rio de Janeiro. E-mail: pedro.barbozamachado@gmail.com.

² Doutoranda em Ciências Sociais PPCIS/ UERJ. Bolsista CAPES. Mestre em Ciências Sociais PUC-Rio (2012). Especialista em Sociologia Urbana UERJ (2016), Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais PUC-Rio (2009). Pesquisadora nos grupos do CNPq: LEPES – Laboratório de Pesquisas e Estudos em Educação Superior da UFRJ e ICS – Ciências Sociais e Educação da UERJ. Atualmente realiza pesquisas sobre o problema das desigualdades de oportunidades educacionais e a inserção profissional dos egressos do ensino superior, mais especificamente os formados na Licenciatura em Ciências Sociais. E-mail: sara.zarucki@gmail.com

Qual o sentido da escola? Reflexões bourdieusianas a partir de uma pesquisa

of the scholarship holders, in an attempt to conduct their educational trajectories in the face of the possibilities of belonging to a social group.

Keywords: Scholarship students. Trajectories. Schooling process. School inequalities.

¿Cuál es el significado de la escuela? Reflexiones Bourdieusianas de una investigación sobre jóvenes becarios en Rio de Janeiro.

Resumen

En este artículo presentaremos una investigación realizada con seis jóvenes de grupos de bajos ingresos que, a través de becas, cursaron el bachillerato en dos escuelas privadas del barrio de Tijuca, en la ciudad de Rio de Janeiro. Dicho estudio se basó en importantes reflexiones bourdieusianas, como discusiones sobre los conceptos "excluidos del interior", "capital cultural" y "capital social". Para cumplir con esta propuesta, el trabajo presenta la investigación en líneas generales y la ubica dentro de los fenómenos sociales más amplios por los que atraviesa la sociedad brasileña. De ahí se destacan importantes hallazgos de la investigación, como el valor que se le da a la experiencia escolar y las estrategias que desarrollan los jóvenes para triunfar en sus trayectorias. Finalmente, el presente trabajo señalará formas de pensar sobre las potencialidades y otros costos subjetivos incrustados en la experiencia de los becarios, en un intento por conducir sus trayectorias educativas frente a las posibilidades de pertenencia a un grupo social.

Palavras chave: Estudiantes becados. Trayectorias. Proceso de escolarización. Desigualdades escolares.

Introdução

Há mais de quatro décadas textos de Pierre Bourdieu (1930–2002) são recebidos pelo público brasileiro. Enaltecidas ou desprivilegiadas, as ideias do autor são alvo de intensos debates. Refletir sobre a obra bourdieusiana não é tarefa simples e contém riscos. A dificuldade começa na busca de originalidade. Difícil abordar sua figura, enquanto intelectual, e sua obra, sem transitar por caminhos percorridos, tamanho é o conhecimento produzido a respeito. Risco também porque a boa releitura requer criticidade e não repetição servil, muitas vezes percebida.

Passando em revista a recepção da obra de Bourdieu no país, Renato Ortiz escreve que “ler Bourdieu no Brasil não é o mesmo que fazê-lo na França” (ORTIZ, 2013). Adaptando essa afirmativa, também podemos admitir que ler Bourdieu atualmente não é o mesmo que fazê-lo há dez ou até mesmo quarenta anos. A receptividade de uma obra não está imune aos contextos políticos e sociais dos lugares onde ela aporta. Assim foi com a obra bourdieusiana no ambiente intelectual brasileiro. Ainda seguindo Ortiz, vemos que durante a década de 1970, época das primeiras traduções, a obra encontrava resistência em muitos círculos intelectuais. Aquele cenário, dominado pela dura atmosfera da ditadura civil-militar, era muitas vezes dicotomizado entre uma perspectiva sociológica que privilegiava a questão da ordem com outra que observava mais detidamente a questão do conflito. As ideias de Bourdieu eram alocadas majoritariamente no primeiro grupo. Tendo o campo da educação como receptor mais constante de seus trabalhos, as ideias do autor eram contrastadas e muito criticadas à luz das propostas desenvolvidas pelo pedagogo Paulo Freire (1921–1997), onde uma intervenção prática era colocada de um modo mais explícito.

Entretanto, a partir da década seguinte o cenário é alterado. De “discreta” e “limitada”, a obra de Bourdieu tornou-se cada vez mais difundida. Aqui também é necessário recorrer ao contexto. Ortiz (2013) levanta dois aspectos relevantes para compreendermos o porquê dessa receptividade. De um lado, o crescente processo de institucionalização das Ciências Sociais. A partir da leitura de textos de Bourdieu, todo um ferramental teórico era fornecido que auxiliava na compreensão dessa “sociologia mais institucionalizada”. Por outro, era a própria abordagem que o autor francês dava ao fenômeno do “poder” que encontrava recepção cada vez maior numa sociedade que aos poucos saía de um período ditatorial e revivia o debate amplo na sociedade

civil. Desde então, suas contribuições no campo das Ciências Sociais são constantemente utilizadas como parâmetros para reflexões feitas quando se observam candentes questões em nosso país – seja na esfera cultural, científica ou da educação.

Destacamos, desse breve recorrido, o fato de que os modos através dos quais seus escritos foram apropriados não foram estáticos e nem imunes ao contexto político. Grande desafio, portanto, é pensar como podemos manusear a obra de Bourdieu de maneira criativa e crítica o suficiente para utilizarmos sua teoria enquanto ferramenta a inspirar pesquisas que olhem para os dilemas da sociedade brasileira atual. A proposta deste dossiê de passar em revista sua obra, levantando bônus e ônus dessa teoria tão complexa e plural, pode ser lida como um convite a esse intento.

O presente texto vai ao encontro dessa proposta uma vez que mobiliza contribuições feitas por Bourdieu, notadamente na esfera da educação, para pensar um fenômeno social específico: a entrada de estudantes bolsistas, advindos de camadas populares, em escolas privadas que atendem a um público notadamente de classe média. Tal fenômeno foi objeto de estudo de uma pesquisa empreendida entre os anos de 2018 e 2019. Esta pesquisa será apresentada neste escrito, destacando as contribuições bourdieusianas para seus achados. Para cumprir este objetivo, o texto está organizado em cinco partes. Na primeira temos uma apresentação geral da pesquisa, destacando seu objeto, objetivos e metodologia. Na segunda seção localizaremos o processo social mais amplo na qual a investigação insere-se, utilizando para isso referencial em leis e planos brasileiros, bem como as contribuições de Bourdieu ao debate. Nas partes intituladas “A questão do lazer” e “O valor da escola”, destacaremos importantes achados da investigação. Ao final apresentamos as conclusões, sublinhando potencialidades e outros custos subjetivos embutidos na experiência dos bolsistas.

A pesquisa com estudantes bolsistas: indagações, objetivos e metodologia.

A investigação que serviu de base para as reflexões aqui expostas buscava compreender os sentidos atribuídos por seis jovens de camadas populares à experiência proporcionada por bolsas de estudo que permitiram que cursassem a etapa do ensino médio em duas escolas privadas da Grande Tijuca, região localizada na zona

norte da cidade do Rio de Janeiro. Tais escolas possuíam um público majoritariamente composto por membros das camadas médias e altas da sociedade. Sabemos que o termo “camadas populares” não é unívoco. Desse modo, a pesquisa atribui este complemento a jovens advindos de grupos familiares com poder aquisitivo baixo e que, além disso, não possuíam acesso permanente e estável a bens de consumo mais percebidos entre as camadas médias e altas da sociedade – seja no âmbito da saúde, do lazer ou da educação.

A questão propulsora centrava-se no questionamento de como esses estudantes, que já portavam uma série de socializações pregressas, viviam essa realidade de estudarem em escolas que não condiziam com suas realidades econômicas e sociais. Havia um interesse em observar como esses indivíduos acionavam disposições apreendidas – seja no campo família, de seus lazers ou até mesmo de outras instituições de ensino pelas quais tinham passado – para viverem essa realidade nas escolas privadas. Quais estratégias eram adotadas? Quais ensinamentos anteriores eram postos em prática para que pudessem viver no novo ambiente? Quais eram as facilidades? Quais eram as dificuldades e como tentavam desvencilhar-se? Desse modo, buscava-se compreender como essa experiência de “ser bolsista” era significada pelos próprios agentes que viviam essa experiência.

Tais indagações valiam-se amplamente das contribuições de Bourdieu ao desenvolver uma “teoria da prática”. Procurando superar dicotomias muito bem sedimentadas no campo intelectual das ciências humanas, com essa abordagem o autor francês não considerava o indivíduo totalmente livre para a escolha na sociedade, ao mesmo tempo em que não o reduzia a mero receptáculo das estruturas sociais. Essa proposta teórica que devia efetivar-se em pesquisa, portanto, pode ser encarada enquanto um amálgama entre as estruturas objetivas presentes na sociedade e as disposições subjetivas dos indivíduos. Conceito crucial que emerge desse intento é o de *habitus*. Ao explicar sua escolha de trabalhar com esta noção, o autor nos diz que:

[...] eu desejava pôr em evidência as capacidades ‘criadoras’, activas, inventivas do *habitus* e do agente (que a palavra *hábito* não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana [...], mas sim o de um agente em ação. (BOURDIEU, 2012, p. 61)

A obra de Bourdieu é vasta nas reflexões sobre essa noção. Em outro momento ele dirá que se trata de um “princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco.” (BOURDIEU, 2010, p. 22) Desse modo, o uso desse conceito permite compreender as ações empreendidas pelos indivíduos tendo em vista o acúmulo de experiências a partir dos espaços ocupados na sociedade. A pesquisa admite isso enquanto um referencial teórico importante, pois considera que as ações, sentimentos e interpretações desenvolvidos pelos estudantes em sua experiência proporcionada pela bolsa passam necessariamente pelo conjunto de disposições adquiridas ao longo de toda essa trajetória. Tal acúmulo de disposições estruturará, como diz Bourdieu, um “estilo de vida unívoco” para cada um dos jovens pesquisados. Ademais, a investigação também considera a possibilidade dessas disposições serem atualizadas a partir da vivência ocorrida dentro da própria instituição escolar.

Para cumprir tal engenho, a pesquisa valeu-se da estratégia metodológica de entrevistas em profundidade com os jovens. Além disso, o principal adulto que acompanhou a trajetória desses estudantes também foi entrevistado³. A escolha de entrevistar este adulto era conduzida pela hipótese de que os sentidos que os estudantes atribuíam às experiências nas escolas privadas eram tributários, em certa medida, de disposições e percepções construídas a partir de suas interações no nicho familiar. A escolha por entrevistas deu-se porque através deste recurso poder-se-ia acessar uma série de interpretações elaboradas pelos próprios indivíduos que viviam as experiências. Assim sendo, foram realizados onze encontros: seis com os jovens e cinco com os responsáveis que acompanhavam de perto essa trajetória⁴.

Embora com um público composto hegemonicamente pelo mesmo segmento da sociedade, as duas escolas onde os jovens entrevistados cursavam o ensino médio possuíam algumas diferenças entre si. A “escola A”⁵ estava inserida no mercado há quatro décadas e carregava consigo o rótulo de ser uma escola com práticas pedagógicas “alternativas”. No ano em que a pesquisa foi empreendida, a mensalidade para o segmento do ensino médio era de R\$ 2.297 reais. A escola abarcava todas as

³ A indicação deste adulto era feita pelo próprio estudante.

⁴ Somente em um caso a entrevista com o adulto não pôde ser realizada por total incompatibilidade de horários e alguma resistência por parte da possível entrevistada.

⁵ Com o intuito ético de preservar a identidade das instituições, as escolas serão doravante denominadas “escola A” e “escola B”.

etapas da educação básica. Sobre o segmento do ensino médio, a instituição contava apenas com uma turma por série, tendo o 1º ano o quantitativo de 21 estudantes, o 2º ano com 16 estudantes e o 3º ano com o mesmo número de estudantes da série anterior. As bolsas da “escola A” eram concedidas através de negociação direta dos responsáveis com a direção, ou então eram garantidas porque os bolsistas eram filhos de funcionários da instituição.

A “escola B” fazia parte de uma rede de ensino. Tratava-se de uma escola com um porte maior do que aquele percebido na “escola A”. Esta escola contava com parcerias com institutos da cidade que subsidiavam o valor da bolsa dos estudantes. Além disso, outro caminho para se obter desconto total nas mensalidades era realizar um processo seletivo organizado pela própria instituição. No ano das entrevistas, a mensalidade para o segmento do ensino médio era de R\$2.451,92. A unidade onde os bolsistas entrevistados cursavam o ensino médio possuía 713 estudantes no total. Mais especificamente, o terceiro ano do ensino médio (etapa que os jovens entrevistados cursavam) possuía 75 estudantes. Tais informações gerais foram obtidas nas entrevistas com os jovens e com os responsáveis, ou através do contato realizado com as instâncias diretivas das escolas, quando do início da investigação, para saber a possibilidade de entrevistar bolsistas da instituição. A fim de sintetizar as principais informações sobre os entrevistados, o quadro abaixo é apresentado.

Qual o sentido da escola? Reflexões bourdieusianas a partir de uma pesquisa

Perfis dos jovens entrevistados⁶

Tabela 1

Nome	Idade	Cor (Autodeclaração)	Área de residência	Residentes na casa	Renda familiar
Eduarda	16	Parda	Rua São Miguel- Tijuca	4	Em torno de R\$ 2.000
Carlos	16	Negra	Favela do Catrambi	6	Em torno de R\$5.000
Paulo	17	Não declarado	Favela da Mangueira	3	Em torno de R\$2.500,
Paula	17	Parda	Favela do Andaraí	7	Em torno de R\$2.000
Luan	18	Negra	Favela do Salgueiro	2	Não informado
Vanessa	17	Negra	Favela dos Macacos	4	Em torno de R\$3.000

Tabela 2

Nome	Escola	Como a bolsa foi adquirida	Série cursada	Sistema de Ensino cursado antes da bolsa	Há quanto tempo está na escola privada	Planos para o futuro
Eduarda	A	Concessão da escola	2º ano	Público	6 anos	Ensino Superior (não decidiu o curso)
Carlos	A	Seu pai era funcionário da escola	1º ano	Público	6 anos	Ser metalúrgico
Paulo	A	Sua mãe era funcionária da escola	3º ano	Público	7 anos	Cursar Direito
Paula	B	Processo seletivo	3º ano	Público	3 anos	Cursar Medicina
Luan	B	Assoc.Beneficente	3º ano	Público	3 anos	Cursar Economia
Vanessa	B	Assoc.Beneficente	3º ano	Público	3 anos	Cursar Publicidade ou Estudos de Mídia

Fonte: Autoral.

⁶ Para preservar a privacidade dos entrevistados, foram atribuídos nomes fictícios aos jovens e aos responsáveis.

A escolarização de camadas populares na sociedade brasileira e as contribuições de Bourdieu ao debate.

Embora com um recorte específico, a pesquisa tinha como pano de fundo um cenário que não passa despercebido nas últimas décadas em produções que observam o campo educacional brasileiro. Tal fenômeno é o da entrada cada vez mais sistemática e constante de setores da população historicamente alijados dos bancos escolares. Se observados leis e planos educacionais brasileiros dos últimos três decênios, poderá ser percebido um esforço sistemático para encurtar a distância entre as instituições de saber da sociedade e camadas amplamente excluídas desses espaços.

Nessa discussão, alguns documentos merecem destaque. O artigo 205 de nossa constituição coloca que a educação é direito de todos e dever da família e do Estado (BRASIL, 1988). Essa é uma referência basilar para que qualquer reflexão no campo educacional no país seja empreendida. Se observadas políticas públicas educacionais empreendidas nas últimas décadas, pode-se afirmar que elas se estruturavam tendo em vista a garantia tanto do acesso como da qualidade de ensino. O país ingressou na década de 1990 com o grande imbróglio da universalização do ensino fundamental. Tem-se a lei 10.172/2001 enquanto referência importante ao instituir a obrigatoriedade de cursar esta etapa aqueles indivíduos na faixa dos seis (6) aos quatorze anos (14). A despeito das dificuldades e imperfeições, até meados da primeira década do novo século a universalização desta etapa da educação básica parecia ter sido quase alcançada. Em 2006, os dados do Censo Escolar indicavam que 97,7% das crianças entre sete (7) e quatorze anos (14) de idade estavam matriculadas no sistema educacional brasileiro (LIMA, 2011). Este quadro, aliado a diversos movimentos da sociedade civil, pressionou o poder público federal para que direcionasse esforços para a universalização da próxima etapa de ensino.

Pela emenda constitucional nº 59/2009, a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica dos quatro (4) aos dezessete anos (17) foi instituída, inclusive para todos que não tiveram acesso a ela na idade própria. Em 2014 outro marco importante nessa discussão: após quatro anos de intensos debates, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, com vigência estipulada entre 2014 e 2024. Na terceira meta estipulada pelo plano lê-se:

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE a taxa líquida de matrículas⁷ no Ensino Médio para 85%. (BRASIL, Lei 13.005/2014).

Tal índice não logrou ser atingido, todavia. Desse modo, atualmente, impõem-se como uma das maiores questões de nosso cenário educacional a universalização do Ensino Médio. Entretanto, em que pese ainda os muitos passos a serem dados por uma educação de qualidade, nas últimas décadas testemunhou-se o ingresso ou o reingresso de quantitativos expressivos de nossa população ao universo escolar.

De um modo particular, as bolsas de estudo concedidas por inúmeras instituições de ensino – seja a nível superior ou da educação básica – também têm como uma de suas consequências a possibilidade de um contingente populacional significativo adentrar às salas de aula. Ademais, não parece despropositado observar esta relação num contexto social mais amplo onde as investidas de setores empresariais, antes muito concentradas no ensino superior, se ampliam de maneira significativa rumo à educação básica. Esse cenário torna-se ainda mais sensível quando se observa o interesse e esforço do setor público de intensificar o diálogo com o mercado privado, seja com o argumento de honrar com suas obrigações legais no tocante à qualidade ou ao oferecimento de vagas, seja por motivos menos nobres⁸.

Este quadro da entrada de crianças e jovens, advindos de setores historicamente marginalizados de nossa sociedade, coloca para a instituição escolar uma série de questões que podem passar despercebidas se o cenário é observado apenas de acordo com a letra de leis e de dados quantitativos. Universalizar o acesso significa muitas vezes permitir que as salas de aula sejam penetradas por práticas, saberes e discursos que poderão colocar em xeque o tradicional modelo escolar construído ao longo dos anos em que a escola era uma realidade apenas para parcela ínfima e abastada da população⁹. Além disso, para o pesquisador,

⁷ Por “taxa líquida de matrícula” deve-se entender o percentual da população em determinada faixa etária que está matriculada na etapa de ensino condizente com aquela faixa etária.

⁸ Sobre este movimento, indicamos a leitura do seguinte material: ADRIÃO, Theresa. et al. *Sistemas de ensino privados na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação*. 2015.

⁹ Este panorama, desde a década de 1990, foi estudado por inúmeros estudos renomados. Citamos alguns que foram fundamentais para o referencial teórico da pesquisa e que, por conta do espaço que o presente texto deve ter, não puderam ser apresentados de modo detalhado: BITTAR, Mariana.

Qual o sentido da escola? Reflexões bourdieusianas a partir de uma pesquisa

é imperativo perguntar-se como essa inserção acontece, quais os seus aspectos subjetivos e se aquele indivíduo se encontra efetivamente incluído nas rotinas e práticas estudantis, ou se ainda continua a viver exclusões – agora “dentro do sistema”.

A contribuição das reflexões bourdieusianas ao debate é inegável. Também a França, no contexto das décadas de 1950 e 1960, viu sua *école republicaine* ser adentrada por contingentes historicamente alijados – como os filhos de artesãos, agricultores, operários da indústria e, com o passar do tempo, também de imigrantes. A sociologia desenvolvida por Bourdieu a partir de meados da década de sessenta olhará detidamente para este fenômeno. Como se dava a inserção desses contingentes? Buscando responder a essa questão, tem-se em Bourdieu a consagrada expressão “excluídos do interior”. Com esta ideia o autor destacava aqueles estudantes que lograram entrar na escola, mas que ainda se mantinham excluídos. Esta exclusão, contudo, processava-se de outra maneira, posto que naquele momento se encontravam dentro do próprio sistema escolar (BOURDIEU, 2015). Bourdieu aponta para a “inflação dos diplomas” enquanto uma das consequências desse processo, posto que “um título que se torna mais frequente torna-se por isso mesmo desvalorizado, mas perde ainda mais seu valor por se tornar acessível a pessoas sem ‘valor social’” (BOURDIEU, 1983) ¹⁰.

Seguindo as discussões apresentadas por Bourdieu, admite-se que a escola continuará com seus mecanismos excludentes e reprodutores, ainda que habitada por uma gama mais variada de público. Tais mecanismos, entretanto, se diluirão no tempo e se dissimularão em outras estratégias. Atentar a esses pontos é mister para os pesquisadores. Para o autor, os “excluídos do interior” são inevitavelmente o “preço a se pagar” pela entrada de maiores contingentes na escola:

Trajetórias educacionais dos jovens residentes num distrito com elevada vulnerabilidade juvenil. 2011. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, SP, Brasil.; PIOTTO, Débora Cristina. *A exceção e suas regras: estudantes das camadas populares em uma universidade pública*. 2007. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, USP.; PORTES, Écio Antônio. *Trajetórias e estratégias escolares do universitário das camadas populares*. 1993. Dissertação de Mestrado. FAE/UFMG.; SILVA, Jailson de Souza e. *Por que uns e não outros? caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.; VIANA, Maria José Braga. *Disposições temporais de futuro e longevidade escolar em famílias populares*. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v.27, n.1, p 195-215, jan/jun. 2009.

¹⁰ Observando o percurso francês de democratização no acesso aos sistemas de ensino e pensando a relação entre escola e exclusão, François Dubet afirma que “a escola republicana não participava da exclusão social porque a grande maioria dos jovens, numa França operária e camponesa, tinha acesso ao emprego independentemente de suas qualificações escolares [...] A escola não participava da exclusão porque a influência dos diplomas no acesso ao emprego era fraca e controlada” (DUBET, 2003, p.33)

[...] o processo de eliminação foi diferido e estendido no tempo, e, por conseguinte, como que diluído na duração, a instituição é habitada, permanentemente, por excluídos potenciais que introduzem nela as contradições e os conflitos associados a uma escolaridade cujo único objetivo é ela mesma. (BOURDIEU, 2015, p.247)

Dessa forma, ao aluno excluído caberiam duas alternativas: acreditar inocentemente nas propostas ilusórias que a escola oferece, ou resignar-se frente a seus vereditos e ancorar-se numa revolta impotente. Para Bourdieu, é esta postura que explica o comportamento muitas vezes percebido dentro das salas de aula que em nada se assemelhava à época das “pastas de couro” em que a escola era para poucos. Todos os comportamentos “estranhos”, “fora do habitual” ou até mesmo “desrespeitosos” dos alunos pareciam indicar que eles levaram adiante uma escolaridade que sabiam não ter futuro e queriam dizer aos seus professores que “a verdadeira vida” se encontrava fora da escola.

A pesquisa em questão amparou-se amplamente nessas reflexões bourdieusianas. Primeiramente, sobre o valor do diploma. A investigação estava atenta a isso, haja visto que possivelmente o diploma de concluinte de ensino médio em uma escola privada fosse algo raro para a família dos jovens pesquisados. Posto isso, importava saber qual sentido era dado a esse tipo de capital cultural institucionalizado, se pouco ou muito, se indiferente ou dotado de grande valor simbólico e instrumental. Além disso, observar a possível exclusão desses jovens dentro das instituições, sob o ponto de vista deles próprios, era um ponto crucial dentro da pesquisa. Até que ponto a bolsa conseguida assegurava de fato uma inclusão desses jovens nas rotinas e práticas escolares?

Importava também saber como a própria instituição reagiu a esses jovens. Garantir os descontos na mensalidade que permitissem a entrada de um tipo de público diferente do hegemônico certamente é um primeiro passo para ter uma escola mais plural. Entretanto, outros aspectos deveriam fazer parte das preocupações das instituições, como a relação entre esses jovens bolsistas com os demais colegas, com os professores e também sobre um acompanhamento sistemático desses jovens a fim de localizar os eventuais percalços. Por conta do recorte metodológico da pesquisa, que não se valeu de entrevistas com os gestores escolares ou professores, os pontos citados acima foram

elaborados a partir das interpretações dadas pelos próprios jovens ou pelos responsáveis através das entrevistas.¹¹

A questão do lazer

É fundamental deixar estabelecido um pressuposto que balizou as análises das entrevistas. Tal pressuposto norteou-se nas considerações expostas por Bourdieu no texto "A juventude é apenas uma palavra"¹². Seguindo esta esteira, a pesquisa compreendeu que embora seja um dado biológico, a idade é algo manipulado e manipulável (BOURDIEU, 1983). Através desta perspectiva objetiva-se sublinhar o caráter eminentemente social desta condição em nossas vidas. Portanto, a partir da contribuição bourdieusiana ao debate, não seria possível pensar em juventude somente no singular. Isto pressuporia uma ilusória homogeneidade da realidade social e das experiências que dela emergem. Sendo assim, as análises empreendidas partiram da perspectiva analítica e ética de considerarem os jovens enquanto "sujeitos sociais" (CHARLOT 1996, DAYRELL, 2003). A partir disso, os entrevistados eram encarados se constituindo enquanto jovens a partir das possibilidades e das especificidades dos recursos sociais e históricos que estavam ao seu alcance. Ou seja, dizer "jovens" é referir-se a maneiras possíveis de viver essa condição.

A primeira condição juvenil que merece ser levantada para compreender quem eram esses jovens pesquisados, bem como dimensionar a experiência da bolsa de estudos, é aquela que diz respeito ao tempo de lazer. Observar este aspecto possui uma relevância sociológica que também se ampara em contribuições feitas por Bourdieu. Através do pensamento do autor francês entende-se que a maneira como os indivíduos usufruem de seu tempo liberado poderá proporcionar a aquisição de modos de conduta e saberes que poderão ser recompensados no universo escolar. Através desta possível recompensa a trajetória estudantil poderá ser marcada pela ideia de "sucesso" ou de "fracasso".

¹¹ A discussão acerca dos impactos dos fatores intraescolares na escola, como os gestores, professores e até o currículo, fazem parte de uma discussão mais atual da chamada Nova Sociologia da Educação (NSE). Nesse campo, referências como a pesquisa sobre eficácia escolar de Brooke (2008) levantam questões para além de fatores extraescolares. O objetivo passa por compreender a escola através de uma perspectiva interna, sublinhando seus dilemas e suas ações.

¹² A "juventude" é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 113- 121.

Isso acontece pois, diz Bourdieu, a instituição escolar incessantemente exige que o estudante possua certo tipo de relação com a cultura. Contudo, essa exigência não vem acompanhada de um ensinamento metódico e sistemático efetivado pela própria instituição. Desse modo, aqueles estudantes que já chegam à escola com essa forma de se relacionar com certos bens culturais encontram-se numa posição de vantagem em relação àqueles que não possuem. E essa vantagem tende a aumentar cada vez mais ao longo do percurso escolar. A maneira como os estudantes usufruem de seus tempos livres (fora da escola, evidentemente) é crucial nessa discussão, pois muitas vezes será através desses momentos organizados sobremaneira pela família que esse aprendizado ocorrerá. Sobre esse quadro, diz Bourdieu que:

Aquilo que a criança herda de um meio cultivado não é somente uma cultura, mas certo estilo de relação com a cultura que provém precisamente do modo de aquisição dessa cultura. A relação que um indivíduo mantém com as obras da cultura [...] é, portanto, mais ou menos “fácil”, “brilhante”, “natural”, “laboriosa”, “árdua”, “dramática”, “tensa”, segundo as condições nas quais ele adquiriu sua cultura [...] Vê-se, assim, que, ao colocar a ênfase na relação com a cultura e ao valorizar o estilo de relações mais aristocráticos [...] a escola favorece os mais favorecidos. (BOURDIEU, 2015, p. 61)

Nesse sentido, merece destaque o caso da jovem Vanessa. Antes de entrar na escola privada ela afirmou que não tinha por hábito realizar “passeios culturais”. Por essa categoria Vanessa definia a ida a toda uma série de instituições da cidade, como museus, casas de shows e centros culturais. Entretanto, disse ela, a partir da experiência vivida na escola privada, começou a gostar de ir nesses lugares. É possível considerar que esse gosto apreendido fosse uma consequência – talvez não totalmente consciente da jovem – da importância que Vanessa conferia ao seu processo de escolarização. A jovem considerava ser a via dos estudos a única possível para que pudesse “quebrar o ciclo” percebido em sua família. Tal “ciclo” era explicado pela jovem como sendo aquele de morar em favelas e trabalhar em postos subalternizados do mercado. Dessa maneira, investia em seus estudos de maneira sistemática, mesmo nos momentos em que estava fora da escola. É possível que a jovem tenha percebido que “somente” estudar não garantiria a ela uma trajetória de sucesso dentro do ambiente escolar, posto que esta “relação com a cultura” é um fator chave para a trajetória do estudante.

Vanessa possuía um irmão mais novo e, por conta do trabalho de longa jornada de sua mãe, muitas vezes a jovem ocupava o lugar de cuidado e acompanhamento do irmão. Vanessa estendia a ele sua vontade de romper com a trajetória de pobreza percebida na família. Tanto a jovem como sua mãe afirmaram que ela incentivava muito o irmão a estudar, além de “ficar procurando informações”, como possíveis processos seletivos para escolas públicas de excelência ou até mesmo aqueles que garantiriam uma bolsa de estudos numa escola privada da região. Além disso, a jovem informou que também fazia questão de organizar para o seu irmão “passeios culturais”, quando estavam em férias. Vanessa dizia que queria propiciar ao seu irmão a possibilidade de começar a gostar de frequentar espaços como museus e centros culturais, tal qual ela. Considerando a estratégia da jovem de “quebrar o ciclo” através dos estudos e da vontade que seu irmão seguisse esses passos também, é sintomática sua vontade de transmitir essa herança pelo gosto de realizar “passeios culturais”. Esta poderá ser uma moeda importante na economia realizada dentro das salas de aula.

O caso de Luan também é sintomático da importância de como se usufrui dos tempos de lazer para as trajetórias escolares. O jovem relatou o seu incômodo em participar de certos tipos de conversa com seus colegas de escola. Essa afirmação veio logo após uma avaliação mais geral da experiência vivida na escola. Nas palavras do jovem:

Eu achava que as pessoas não seriam calorosas, achava que as pessoas iam ser ricas, impessoais. Mas aí foi um engano. A gente vive numa sociedade desigual. Eu por exemplo vivo na parte mais pobre da sociedade. E pra ter acesso a um colégio como o meu, pagando, é uma grana considerável. Ou seja, essas pessoas estariam em outro patamar de economia. Então eu achava que o jeito dela seria diferente, as conversas dela seriam diferentes, eu ia ficar isolado. Mas foi um engano. Tem coisas que não tem como parar pra conversar com alguém de lá, porque tipo... “ah, fez o quê nas férias?”. Essa é uma conversa meio desproporcional. Só que as pessoas em si não fazem isso de propósito, elas são o que são, algumas tem até noção disso e tentam não ser rudes quanto a diferença de grana, sabe? ¹³

É curioso notar que essa avaliação sobre “conversas desproporcionais” surgiu logo após o jovem ter afirmado que foi um engano pensar que ficaria isolado. Ao mesmo tempo em que aponta ter sido um erro considerar que as “pessoas ricas” não

¹³ Para a reprodução das falas dos jovens, usou-se a transcrição literal do momento.

seriam “calorosas” e que ele ficaria isolado, há determinados tipos de conversa que o isolam – e também podem isolar o seu grupo, a depender de quem esteja naquele momento. Luan afirmou que caso indagasse, depois das férias, para onde as pessoas de seu colégio foram, ouviria destinos na Europa, ao passo que a ele somente restaria afirmar que jogou bola o dia todo. Não encontrando muitas palavras, resumiu seu sentimento de maneira breve: “Sei lá, as vezes é meio desconfortável.”

Utilizando uma terminologia amparada nas reflexões bourdieusianas, não é descabido afirmar que os passeios dos amigos pela Europa serviriam para “favorecer” os mais “favorecidos”. Esse cenário seria consequência do acesso a uma série de bens e modos de se relacionar com objetos culturais que são implícita e sistematicamente reivindicados pela escola. Desse modo, o contato com tais objetos e vivências se transformam em capitais valiosos, uma vez que garantem na prática o acesso à lugares privilegiados nas relações de poder dentro da sociedade. Tal condição permite que esses jovens “joguem o jogo” da escola a partir de uma posição de favorecimento. A avaliação de Luan de que essas conversas são “desconfortáveis” explicitava o quão desagradável deveria ser para o jovem ouvir experiências valorizadas tanto social quanto escolarmente – experiências essas que em seu contexto escolar eram banais. Não parece descabido de importância o fato de que uma das motivações que Luan nutria para seu futuro era conhecer os lugares que só via pela TV ou pelos livros.

O caso de Paulo evidencia também a importância que as atividades de lazer podem adquirir a partir de outra perspectiva. O jovem morava na favela da Mangueira desde seu nascimento. Porém, não nutria com o espaço um sentimento de identificação. Tal quadro poderia ser interpretado enquanto um produto dos esforços empreendidos por sua mãe para retirá-lo do ambiente da favela sempre que possível. De maneira deliberada, sua mãe pensava em uma série de atividades que deixassem o jovem alijado do convívio com vizinhos e colegas, a fim de evitar possíveis “desvios” na vida do filho. Nessa estratégia, os lazeres do final de semana eram sempre muito bem organizados para que acontecessem fora da favela. Desse modo, frequentavam parques públicos da cidade e praias, ou qualquer outro espaço externo a seu ambiente natal. Essa intenção de blindar o jovem favelado do “mundo da rua” não é um quadro novo quando se estuda as trajetórias de jovens provenientes de camadas populares que

possuem trajetórias exitosas ou longevas¹⁴. Tal blindagem pode ter como consequência um tempo ampliado do jovem dentro de seu próprio lar, o que pode ser traduzido em maior possibilidade para se dedicar aos estudos. Esse foi o caso de Paulo.

O valor da escola

O fato de se estar na escola muitas vezes não possui um valor por si só. Dessa forma, é crucial observar os sentidos atribuídos pelos agentes que dela participam para que uma interpretação mais assertiva possa ser retirada. Respondendo ao questionamento que deu impulso à pesquisa, os sentidos à experiência proporcionada pela bolsa de estudos eram majoritariamente positivos. Essa valoração otimista da experiência percebida nos relatos dos jovens e de seus responsáveis passava por duas atribuições diferentes.

Primeiramente, tanto os bolsistas quanto seus responsáveis acreditavam que, por estarem numa escola privada, teriam acesso a um cabedal de conhecimento científico que os municiariam de maneira suficiente para serem aprovados em exames vestibulares futuros. Vale a pena destacar o fato de que fazia parte das expectativas de cinco, dos seis jovens entrevistados, o ingresso no ensino superior. E mesmo no caso de Carlos, que objetivava realizar um curso técnico depois do ensino médio, essa experiência dentro da escola privada também era valorizada por conta dos conhecimentos adquiridos nas aulas.

Observar essa congruência de expectativas sobre o futuro entre família e os jovens não é ingênua. Acompanhando as reflexões de Bourdieu, entende-se que os anseios familiares sobre os “destinos” a serem tomados a partir da experiência escolar muitas vezes possuem um peso significativo nas escolhas e interpretações conferidas pelos estudantes às suas trajetórias. A escolha desses destinos, como observa o autor, é fruto de um cálculo e de uma expectativa, não totalmente conscientes, no qual a família tem influência. Aprofundando-se mais no tema, Bourdieu afirma que essa “escolha do destino” é um meio interessante para se explorar o *ethos* familiar.

Esta noção diz respeito a um conjunto de valores interiorizados pelos agentes que interferem profundamente na definição das atitudes

¹⁴ Sobre esse debate, sugere-se a consulta da obra: SILVA, Jailson de Souza e. *Por que uns e não outros? caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.

frente ao capital cultural e à instituição escolar. Dessa forma, Bourdieu considera que a postura dos pais em relação ao destino de seus filhos não é guiada por um “gosto” ou por uma “vocaçãõ”. Sua argumentação defende que essa postura é consequência de uma experiência vivida e que guia, não de maneira totalmente consciente, os conselhos e as expectativas frente ao futuro de seus filhos. Nas palavras do próprio autor: “ Em realidade, tudo se passa como se as atitudes dos pais em face da educação das crianças (...) fossem, antes de tudo, a interiorização do destino objetivamente determinado (...) para o conjunto da categoria social à qual pertencem.” (BOURDIEU, 2015, p. 51)

Nesse viés, é importante destacar que, com exceção da mãe de Paula, todos os responsáveis possuíam um nível de escolaridade semelhante ou inferior ao de seus filhos. Entretanto, tal percurso pouco longo percebido nos pais e mães dos jovens bolsistas não os impediam de investir e considerar o caminho dos estudos como o mais indicado para que seus filhos e filhas lograssem uma vida mais tranquila que as suas. A ideia de “vida tranquila” esteve presente em todas as entrevistas com os responsáveis. Esta noção pode ser entendida como os filhos tendo uma condição financeira superior àquela dos responsáveis. Ou seja, mesmo que suas experiências no campo escolar não pudessem ser consideradas exitosas ou longevas, muitas vezes por causas estruturais, os responsáveis desejavam que seus filhos tivessem uma trajetória diferente.

Esse desejo era convertido em ações concretas. A bolsa de Eduarda foi conseguida através da movimentação ativa de sua mãe que, de acordo com suas palavras, “correu atrás” para conseguir uma bolsa para a filha. Essa movimentação foi motivada pelos antigos professores que Eduarda tinha na escola pública, que diziam para sua mãe que a jovem, “por ser muito inteligente”, deveria estudar numa escola privada. Por conta disso, a mãe de Eduarda percorreu escolas na região, negociando diretamente com as direções a possibilidade de alguma bolsa de estudo para a filha. A atuação das mães de Vanessa e Paula também merecem destaque na consecução das bolsas. A atuação materna foi narrada por ambas jovens no sentido de exemplificar um suporte necessário para que a bolsa fosse conseguida. Esse suporte se dava tanto no sentido de procurar colégios que ofertassem esse sistema,

como também pelo fato de estarem presentes nas várias etapas necessárias para que a bolsa fosse conseguida¹⁵.

Além da experiência ser valorada a partir dos possíveis conhecimentos científicos adquiridos na escola privada, também era vista sob um ponto de vista extremamente positivo por outro motivo. Esta razão dizia respeito à convivência que os jovens poderiam desenvolver com o público de suas escolas. Embora esta avaliação fosse muito mais percebida nas falas dos adultos, tal interpretação também era notada nas observações feitas pelos jovens. Para essa análise, as contribuições de Bourdieu sobre o “capital social” são fundamentais.

Acerca dessa noção, Bourdieu (1998) nos diz que se trata da reunião de recursos, sejam atuais ou potenciais, que o indivíduo tem em decorrência de sua vinculação a determinado grupo¹⁶. Por sua vez, o grupo será definido enquanto um somatório de agentes que possuem entre si propriedades comuns e que se unem através de ligações permanentes e úteis. Tais ligações se fundam em trocas internas que produzem ganhos tanto materiais quanto simbólicos. A partir dessa ideia depreende-se que na base da solidariedade que sustenta a viabilidade da existência de qualquer grupo estão os lucros que o pertencimento a esse grupo proporciona aos indivíduos. Sendo assim, não cabe pensar que a rede de relações que caracteriza o capital social seja algo “natural”. Antes, tal rede é produto de investimento social, seja ele consciente ou não, visando a reprodução de tais relações que produzem ganhos para o indivíduo que nela se insere.

O “ganho” mais destacado que os jovens bolsistas poderiam retirar do investimento dessa relação com seus colegas não bolsistas é o contato com uma série de comportamentos¹⁷ – que vão desde o portar-se em sala de aula até a linguagem – e valores que são amplamente valorizados no mercado de trabalho. Além disso, a

¹⁵ A bolsa de estudos de Paula foi conseguida através de prova elaborada pela própria instituição. O desconto obtido por Vanessa foi consequência de sua aprovação em um processo seletivo feito por uma ONG que tinha parceria com a escola. Em ambos casos, esse percurso continha várias etapas, como provas e entrevistas com as famílias. Em todas essas etapas suas mães ocuparam lugar de destaque – tanto em seus depoimentos, quanto no de suas filhas.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. *O capital social – notas provisórias*. In: *Escritos de Educação*. Org: Maria Alice Nogueira, Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 1998.

¹⁷ O habitus é um conceito complexo que envolve dois polos: o da subjetividade focada no indivíduo e sua *hêxis*, e da objetividade presente na sociedade. A *hêxi* é foco desse processo por ser composta por um capital físico, corporal e verbal, manifestado nas lógicas interacionistas do comportamento social diário. No caso dos estudantes entrevistados, isto está presente no disciplinamento do corpo e na adequação às normas escolares – como fica manifesto no linguajar e no comedimento em proferir palavras. Para saber mais sobre esta discussão ver: *A gênese dos conceitos de habitus e de campo*. In: *O Poder Simbólico*; trad: Fernando Tomaz. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 59– 73.

permanência da relação com o público hegemônico de suas escolas garantiria aos jovens possibilidades de acessarem espaços nunca pensados. Nessa discussão, merece destaque o depoimento de Vanessa sobre o sentimento nela causado sobre as idas às casas de suas amigas. A jovem disse que ficava “deslumbrada” com uma série de realidades percebidas nesses lares. Com relação à comida, chamava sua atenção tanto a quantidade como a diversidade de marcas nos alimentos consumido pelas famílias de suas amigas. Além disso, despertava seu interesse também a quantidade de quartos contidos nessas casas. Esse “deslumbramento” pelo fato de frequentar a casa de colegas não bolsistas também foi algo percebido em outros casos da pesquisa. Porém, e aqui tem-se algo primordial, ao passo que os jovens bolsistas avaliavam positivamente esses momentos de frequentar a casa de seus colegas de classe média, o caminho inverso era impensado: jamais consideravam a possibilidade de levar seus colegas de classe média para dentro de seus lares.

Dessa forma, a convivência com esse público tão diferente, poderia ter a função de ensiná-los maneiras de organizarem suas condutas na sociedade, sem nunca os fazer esquecer “de onde vieram”. Emblemática nessa discussão é a avaliação de Paulo sobre a experiência da bolsa:

Entrevistador: Quais os aprendizados que você leva pra sua vida pelo fato de você ter estudado numa escola como a sua, por ter convivido tanto tempo com pessoas de uma classe social diferente da sua?

Paulo: Saiba agir como elas. Como minha mãe fala, dance conforme a música, porque você precisa saber conviver com as pessoas dessa classe social. Tem que saber sobreviver naquele lugar. Não é uma coisa de “sobreviver”... mas na universidade, nos trabalhos e tudo que requer uma carteira assinada, que você tenha pelo menos um concurso público, você tem que agir de forma como uma pessoa de classe mais alta age, uma pessoa com dinheiro age. Você tem que falar bem, se vestir de determinada forma, tem que ter um estilo de roupa de determinada forma. Tanto é que se você vai pra uma entrevista você não vai de bermudão, você vai de terno. Eu sempre achei terno muito maneiro, acho principalmente porque meu avô usava, porque ele era de igreja evangélica. Então sempre achei usar terno muito legal. Mas você vê pobre usando terno não pra trabalhar, não pra ir pra entrevista de emprego, mas pra ir pra igreja.

Conclusão

Essa avaliação positiva percebida nos relatos dos jovens e dos responsáveis, entretanto, não vinha desacompanhada de custos. Nessa discussão, o primeiro ponto mais evidente que merece ser destacado é o fato de que ter uma bolsa de estudo não significa ausência de custos financeiros. Esse foi um aspecto notado na fala de grande parte dos responsáveis. Por trás da bolsa, existiam outros custos, que não necessariamente o abatimento conseguido nas mensalidades cobriam. Exemplificando, os responsáveis citaram o custo dos transportes das residências até as escolas e a despesa com materiais escolares e com alimentação. A esses custos financeiros, soma-se também aqueles provenientes do próprio relacionamento dos estudantes com os demais colegas, que dizem respeito à hábitos alimentícios e opções de lazer na cidade. A mãe de Paula relatou que em determinada ocasião a filha não possuía tênis para ir para a escola e ela não tinha condições de arcar com a compra de um novo naquele momento. A solução que deu à questão foi a filha usar seu próprio tênis. Sobre esses custos, a própria estudante também oferece seus exemplos. De acordo com seu depoimento:

Eu queria um tênis pra fazer Educação Física e outro pra ir pra escola. Todo mundo tem isso lá. Aí eu não tenho um tênis pra fazer Educação Física e outro pra ir pra escola, então eu tenho que usar o mesmo. [...]Tem a questão do lanche também. A maioria das vezes falam: "Ah, vamo almoçar." Aí vai eu comer o lanche do China, que é o que eu tenho condições, aí vai eles comer Mc'Donalds [...]

Panorama semelhante acerca dos custos produzidos pela relação com outros colegas da escola – e conseqüentemente, com outros hábitos de consumo – encontra-se no depoimento de Vanessa:

Eles [colegas *não bolsistas*] querem marcar pra sair e eles querem ir no Outback¹⁸! Não dá pra ser no Outback. Às vezes eu falo que não e eles acham que eu to fazendo desfeita, caraca eu não tenho dinheiro pra ir no Outback! Quer ir? Vamos em outro mais barato, e ainda sim eu vou juntar um pouco de dinheiro porque eu não tenho dinheiro. Mas cara...tem vezes que eles querem ir para um lugar e eu digo "não tenho dinheiro pra ir pra esse lugar não." Tipo, viagem de fim de ano. A menina foi pra Paris, Londres e Barcelona. Isso nas férias do meio do ano! Caraca, eu não fiz nada cara. Eu vim no shopping, vim aqui dar uma volta, ficar no ar condicionado.

¹⁸ Rede de restaurante presente na cidade do Rio de Janeiro, com alto custo para os padrões financeiros da entrevistada.

Para além desses custos financeiros, existiam também custos simbólicos que os estudantes tinham que arcar para prosseguirem suas trajetórias dentro das escolas privadas. Tais custos podem se melhor dimensionados através de situações que a pesquisa denominou enquanto barreiras. Essas barreiras, produzidas por vezes não de forma totalmente consciente pelos outros colegas ou por membros da instituição escolar, tinham o efeito de informarem aos jovens que, por mais que se esforçassem, ali, dentro da escola privada, não era o “mundo deles”. Essa analogia, inclusive, esteve presente em todas as entrevistas. Era utilizando este recurso da linguagem que os bolsistas amiúde se referiam às escolas: outro “universo”, outra “realidade” ou outro “mundo”.

Nesta outra realidade eles tinham contato com uma série de valores, hábitos arraigados e comportamentos triviais que se distanciavam sobremaneira daqueles percebidos em seus locais de origem. Ao mesmo tempo em que tinham que lidar com isso a partir das disposições adquiridas no nicho família, os jovens também tinham a oportunidade de atualizarem essas disposições, incluindo em seus repertórios culturais novas práticas e valores. Este era o caso de Vanessa, que disse passar a fazer muito mais “passeios culturais”. Paulo e Luan também afirmaram que desenvolveram muito mais o “senso crítico” a partir de suas estadas nas escolas privadas.

Por mais que se esforçassem, através de suas análises, ficou evidente que se sentar nos mesmos bancos e portar o mesmo uniforme não era condição suficiente para que os colegas não bolsistas os considerassem enquanto “iguais”. Casos de preconceito foram relatados. Paula disse que por mais de uma ocasião foi xingada em sua escola de “favelada”. Eduarda relatou uma situação em que ficou extremamente desconfortável quando um amigo não bolsista fez uma “piada” com outro amigo bolsista: quando este portava uma “roupa de marca”, aquele tinha perguntado se havia “comprado no camelô”. Paulo também relatou sentir-se muito mais julgado pelo público da escola quando falava palavrão ou usava gírias do que quando outros estudantes – não bolsistas – o faziam.

Dessa forma, usando como referência as falas dos entrevistados, pelo lado dos colegas não bolsistas eles continuavam a serem vistos enquanto “favelados” ou “faveladas”. Não eram, portanto, considerados como iguais. Contudo, tampouco o eram na avaliação de seus amigos de seus locais de origem ou de suas antigas escolas públicas. Para estes, o simples fato de portarem

uniformes e estudarem numa escola privada eram marcas suficientes para serem considerados “playboys” ou “patricinhas”. Nesta avaliação, é emblemática uma situação narrada por Vanessa:

Engraçado que assim que eu entrei [*na escola privada*] eles [colegas da escola pública] falaram assim: “poxa você já é um pouco metida, agora que vai ficar mesmo.” Eu falei: “poxa que isso.” Teve um dia que fui até minha ex-escola [*pública*]. Eu me senti muito diferente. Primeiro diante deles, porque eu tava com uniforme da particular. Eles me olharam diferente. Da mesma maneira que eu olhava alguém que usava uniforme diferente, na época em que era da escola pública. Eu senti assim “caramba, um uniforme parece que muda quem eu sou.” Não que eu me sentisse diferente deles, mas eles me olhavam tipo assim: “nossa, quem é essa garota nojentinha?”

É a essa condição de não serem reconhecidos como iguais dentro da escola privada nem em seus locais de origem pelos seus amigos que a pesquisa denomina de entremeio. O entremeio vivido pelos jovens consistia justamente nesta condição: continuavam a serem tachados de “favelados” pelos estudantes das escolas privadas, enquanto para seus amigos da antiga escola pública ou de outros locais tornavam-se “patricinhas” ou “playboys”. Importante destacar que atestar essa condição não significou afirmar que os jovens passavam por uma crise de identidade ou avaliação semelhante. Pelo contrário, nas falas dos jovens ficou evidente o esforço de conduzirem suas trajetórias e estruturarem suas identidades de maneira autoral. Para isto, valiam-se dos recursos históricos e sociais que estavam ao alcance para se afirmarem enquanto cidadãos numa sociedade complexa e desigual como a nossa.

Referências Bibliográficas

- ADRIÃO, Theresa. et al. *Sistemas de ensino privados na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação*. 2015.
- BITTAR, Mariana. *Trajetórias educacionais dos jovens residentes num distrito com elevada vulnerabilidade juvenil*. 2011. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, SP.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Org: Maria Alice Nogueira, Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *A “juventude” é apenas uma palavra*. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 113- 121.

Qual o sentido da escola? Reflexões bourdieusianas a partir de uma pesquisa

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Introdução a uma sociologia reflexiva*. In: *O Poder Simbólico*; trad: Fernando Tomaz. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 17– 58.

BOURDIEU, Pierre. *A gênese dos conceitos de habitus e de campo*. In: *O Poder Simbólico*; trad: Fernando Tomaz. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 59– 73.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: set.2020.

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco. *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CHARLOT, Bernard. *Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia*. Cadernos de Pesquisa, nº 97, p. 47–63, maio/1996.

DAYRELL, Juarez. *O jovem como sujeito social*. Revista Brasileira de Educação, nº 24, p.40–52. Set-Dez 2003

DUBET, François. *A escola e a exclusão*. In: Cadernos de Pesquisa, n. 119, p. 29–45, julho/ 2003.

LIMA, Leonardo Claver Amorim. *Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas?* In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos., Brasília, v.92, n.231, p. 268–284, maio/ago.2011.

ORTIZ, Renato. *Nota sobre a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil*. Sociologia&Antropologia. Rio de Janeiro, v.03.05: 81–90, junho, 2013.

PIOTTO, Débora Cristina. *A exceção e suas regras: estudantes das camadas populares em uma universidade pública*. 2007. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, USP.

PORTES, Écio Antônio. *Trajetórias e estratégias escolares do universitário das camadas populares*. 1993. Dissertação de Mestrado. FAE/UFMG.

SILVA, Jailson de Souza e. *Por que uns e não outros? caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.

VIANA, Maria José Braga. *Disposições temporais de futuro e longevidade escolar em famílias populares*. In: Perspectiva, Florianópolis, v.27, n.1, p 195–215, jan/jun. 2009

ZAGO, Nadir. *Realidades sociais e escolares e dinâmica familiar nos meios populares*. In: Paidéia, FFCLRP– USP, Rib. Preto, fevereiro/agosto, 1998.

ZAGO, Nadir. *Quando os dados contrariam as previsões estatísticas: os casos de êxito escolar nas camadas socialmente desfavorecidas*. In:Paidéia, FFCLRP– USP, Rib. Preto, janeiro/julho, 2000.

ZAGO, Nadir. *Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares*. In: Revista Brasileira de Educação, vol 11, n. 32, Rio de Janeiro, maio/agosto, 2006.

DISPUTAS PELO ESTABELECIMENTO DO CAMPO CIENTÍFICO CATARINENSE: DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE FLORIANÓPOLIS À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Larissa Zancan Rodrigues¹

Clayton Barbosa Ferreira Filho²

Resumo

Neste artigo, sob o olhar dos estudos da Sociologia e História da Educação, caracterizamos o cenário precedente de criação da Universidade de Santa Catarina (USC) a fim de compreender como se deu o estabelecimento do campo científico catarinense. Para tanto, utilizamos, como fontes documentais, o extinto jornal catarinense *O Estado* e pesquisas bibliográficas referentes ao período 1910–1960. Mediante análise das fontes foi possível identificar, ainda na Primeira República, a mobilização das elites locais, principalmente na figura de membros da intelectualidade ilhéu e de agentes que ocupavam cargos político-administrativos, para a fundação do Instituto Politécnico de Florianópolis. A partir de resquícios oriundos do processo de formação do Instituto, que fechou as portas em 1935, diversos cursos superiores começaram a proliferar, via faculdades isoladas, na capital, o que culminou, em 1956, com o início dos trabalhos para fundação da Universidade de Santa Catarina em meio às políticas desenvolvimentistas do Governo de Juscelino Kubitschek.

Palavras-Chave: Instituto Politécnico de Florianópolis. USC. UFSC. Campo Científico. Sociologia e História da Educação.

Disputes for the establishment of Santa Catarina's scientific field: from the Instituto Politécnico de Florianópolis to Universidade Federal de Santa Catarina

Abstract

In this article, from the perspective of Sociology and History of Education, we characterize the previous scenario to the Universidade de Santa Catarina's (USC) creation in order to understand how the scientific field in Santa Catarina was established. For that, we used, as documentary sources, the extinct Santa Catarina's newspaper *O Estado* and bibliographic researches referring to the 1910–1960' period. By analyzing the sources it was possible to identify, still in the First Republic, the mobilization of local elites, mainly by the actions of islander intellectuals and agents who held political-administrative positions, for the Instituto Politécnico de Florianópolis' foundation. Based on the remnants of the Institute, which closed its doors in 1935, several higher education courses began to proliferate, through isolated colleges, in the capital, which culminated, in 1956, with the preparations for the establishment of the Universidade de Santa Catarina during the context of Juscelino Kubitschek's developmentalist policies.

Key-words: Instituto Politécnico de Florianópolis. USC. UFSC. Scientific Field. Sociology and History of Education.

¹ Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo, atualmente, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) da UFSC. E-mail: larissazancan@yahoo.com.br.

² Licenciado e mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), sendo, atualmente, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) da UFSC. E-mail: claytonbfillho@gmail.com

Introdução

Digo que para compreender uma produção cultural (literatura, ciência etc) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre texto e contexto. [...] Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois polos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que essa ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo de campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem e difundem a arte, a literatura ou a ciência. (BOURDIEU, 2004)

Reconhecida como uma das mais importantes instituições de ensino superior do país³, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) possui quase seis décadas de histórias, desde sua concepção na década de 1950 e consequente fundação, por meio da lei nº 3.849 de 1960, passando pelas discussões dos projetos de construção de seu campus, pelos conturbados anos da Ditadura Militar, em que serviu como laboratório das políticas educacionais de cooperação técnica entre os governos brasileiro e estadunidense (SILVA, 2000), e pelo período de redemocratização, estabelecendo-se, hoje, como instituição de ensino superior de referência em diversas áreas de conhecimento.

Atualmente, sua estrutura administrativo-organizativa conta com diversos centros de ensino, entre eles o Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências Biológicas (CCB), Centro de Comunicação e Expressão (CCE), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Desportos (CDS), Centro de Ciências da Educação (CED), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM), Centro Socioeconômico (CSE) e Centro Tecnológico (CTC), aos quais estão vinculados diversos departamentos, distribuídos em cinco *campi* pelo estado, promovendo formação científica de nível superior.

³Conforme o Ranking Universitário Folha (RUF) de 2019, a Universidade Federal de Santa Catarina se encontra entre as sete melhores instituições de ensino superior de nosso país, ocupando também a oitava posição em nível de pesquisa, ensino e internacionalização. Mais informações estão disponíveis em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/lista-universidades-instituicoes/universidade-federal-de-santa-catarina-585.shtml>

Todavia, é importante ressaltar que muitos desses centros de ensino, antes de comporem a estrutura mais recente da UFSC, funcionavam como faculdades isoladas, como no caso da Faculdade de Direito (1932), Faculdade de Ciências Econômicas (1943), Faculdade de Odontologia (1946), Faculdade de Farmácia e Bioquímica (1946), Faculdade de Filosofia (1952), Faculdade de Medicina (1957) e da Faculdade de Serviço Social (1958). Outros centros, como é o caso, do CTC, que surgiu como Escola de Engenharia Industrial (EEI) em 1962, somente foram possíveis de serem criados após a fundação da USC em 1960⁴.

Na época da criação da Faculdade de Direito, em 1932, já se mencionava o interesse em criar uma universidade em Santa Catarina, haja vista o movimento mais amplo que ocorria em todo o país, mais especificamente a partir de 1934, decorrente da criação da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Porto Alegre (UPA) – as quais surgem da agremiação de outras instituições de ensino superior em suas respectivas cidades – mas também, da consolidação da Universidade do Brasil (UB)⁵. Entretanto, foi apenas com a onda de federalização das faculdades e institutos isolados, assim como com a criação de universidades públicas na década de 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, que o sonho de uma universidade federal em Santa Catarina tornou-se realidade, conforme pontuado pelo seu primeiro reitor, João David Ferreira Lima, em seu livro de memórias sobre a criação da UFSC (LIMA, 2000).

Entretanto, mesmo que o “discurso oficial” acerca das origens da UFSC expresse a ideia de que existiram atores visionários, com projetos de universidade partilhados entre todos os envolvidos, concordamos com Rodrigues (2010) e Dalcastagne (2010), que, desde o início, os projetos para a Universidade de Santa Catarina evidenciam disputas entre interesses de diferentes membros das elites locais.

⁴ Apesar de nascer como universidade federal, a Universidade de Santa Catarina (USC) só passou a ser chamada de Universidade Federal de Santa Catarina com a promulgação da Lei 4.759 de 1965, a qual padronizou a nomenclatura de todas as universidades federais. Com relação a Escola de Engenharia Industrial da USC, após a instauração da Reforma Universitária pela Lei Nº 5.540 de 1968, que reorganizou a estrutura do Ensino Superior baseado na experiência das universidades estadunidenses, a Escola de Engenharia Industrial, assim como as demais unidades de ensino que compunham a USC, foi extinta, convertendo-se no atual Centro Tecnológico, composto por unidades menores, os departamentos, dentre outras alterações na organização deste nível de ensino.

⁵ Assim como o ocorreu com as instituições de ensino superior citadas, a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) instituiu-se com o Decreto 14.343 de 1920, o qual agremiou outras instituições. Durante o Estado Novo, passou a chamar-se Universidade do Brasil e a partir da Lei 4.759 de 1965, durante a Ditadura Militar, recebeu a denominação atual.

De acordo com Nogueira (1990) e Silva (1990), na primeira metade do século XX, havia a percepção generalizada de que a escolarização contribuiria com a formação de uma sociedade justa e moderna, mediante ampliação do acesso da população aos bancos escolares e da adoção de critérios meritocráticos no interior das instituições de ensino. Contudo, nos anos de 1960, a partir da divulgação dos resultados de amplas pesquisas quantitativas em diferentes países⁶, tal concepção de escola foi problematizada, já que ficou evidente que fatores extra escolares, ligados, sobretudo, à origem social dos estudantes, tinham direta relação com os destinos escolares. É nesse ínterim que Bourdieu desenvolveu suas ideias e estabeleceu um novo quadro teórico para a Sociologia da Educação, no qual a escola passou a ser reconhecida como instituição reprodutora das desigualdades sociais, atuando de forma a manter e legitimar privilégios sociais em detrimento do caráter transformador que fora projetado, de contrariedade à manutenção de privilégios aristocráticos de outrora.

Partindo da perspectiva bourdieusiana, identificamos, neste artigo, ações promovidas por agentes que ocupavam, historicamente, posições dominantes e que, ao dominarem as regras que eram por eles próprios produzidas, proporcionaram a reprodução de suas posições no espaço social. Em meio a um panorama mais amplo de mudança, que visava modernização e industrialização, tanto nacional quanto regional, ensejado desde a crise da Primeira República, as elites locais somaram seus esforços para a formação do Instituto Politécnico de Florianópolis. Todavia, a instituição, ao ofertar cursos como Agrimensura e Engenheiro Geógrafo, Farmácia, Odontologia e Comércio, atendia demandas interioranas e não, de sobremaneira, as das elites da capital. A instituição acabou por fechar suas portas em 1935, mas abriu espaço para a formação de cursos superiores, via faculdades isoladas, que começaram a proliferar na cidade. Em 1956, iniciaram-se os trabalhos para fundação da Universidade de Santa Catarina (USC), que sob diferentes projetos, contribuiu para o estabelecimento do campo científico no estado, que, hoje, encontra-se estruturado. São estes aspectos que procuraremos detalhar e analisar neste artigo.

Em relação às obras de Pierre Bourdieu que utilizamos como referência, apoiamo-nos nos livros *Questões de Sociologia* (1983), *O poder simbólico* (1989), *Os usos sociais da ciência: por uma*

⁶ Entre eles, a Aritmética Política, na Inglaterra, o Relatório Coleman nos EUA; os estudos do INED na França.

sociologia clínica do campo científico (2004) e *Sobre o Estado* (2017).

Antecedentes da fundação da Universidade de Santa Catarina

Com a instauração da República em 1889, adotou-se, no Brasil, o regime federativo, que determinou que a instrução pública era de responsabilidade das províncias, doravante denominadas de estados. É nesse sentido que foram desenvolvidas algumas reformas, entre elas a do estado de São Paulo, que fundou entre os anos de 1892 a 1896, os primeiros grupos escolares. Todavia, apenas com a crise dos anos 1920, no final da Primeira República, que as reformas educacionais, em nível estadual, foram retomadas e ampliadas, passando a haver a organização, de fato, de sistemas de ensino (SAVIANI, 2013).

Apesar da promoção da centralização do ensino por meio de um sistema nacional, a herança escravocrata manteve-se no ensino com características restritivas e classistas. Conforme Otaíza Romanelli, tratava-se, na verdade, da consolidação de dois sistemas de ensino que estavam em funcionamento desde o Império, oficializando distintas concepções de educação que coexistiam: “a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional)” (ROMANELLI, 1986, p. 41).

Ou seja, até o fim desse período existiam poucas instituições escolares no Brasil, as quais se concentravam, principalmente, nas capitais, tendo como público-alvo principal os filhos das elites dominantes – e emergentes. Com relação ao Ensino Superior não era diferente, como podemos perceber nas informações presentes na seguinte notícia do jornal *O Estado*:

O regime federativo pelo qual o paiz se rege dilatou para os Estados horisontes bem outros que os não circumscriptos pelas províncias do extincto Imperio. Se só considerarmos o que diz respeito à instrução, veremos que é notável o desenvolvimento d’esse importantíssimo ramo da pública administração, comparando o que se encontrou no acêrvo do Imperio com o que, hoje, se nos apresenta, no actual regimen. **Tinhamos, até 1889, seis escolas superiores officiaes: n’este anno, só em S. Paulo ou em Minas, esse número é sobrepujado. Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas e Goyaz enfileiram-se entre os Estados que mantêm cursos de especialização,** mesmo não

incluindo no numero d'estes os estabelecimentos que em alguns d'elles mantinham o Imperio (O ESTADO, 1917d, grifos nossos).

Especificamente em relação ao caso da cidade de Florianópolis, a fundação de cursos de formação em nível superior era reconhecida como necessária por variados motivos. Entre eles, o de que os filhos das elites locais tinham que realizar seus estudos fora do estado, longe dos círculos familiares mais diretos: "Na mocidade é patente a satisfação que se nota. É que ella bem comprehende as vantagens que lhe advirão, estudando aqui mesmo, junto às suas famílias." (O ESTADO, 1917a).

Em adição, embora esses cursos de formação demandassem, naquele momento, altos investimentos financeiros, sendo majoritariamente realizados por aqueles que faziam parte das famílias que compunham as elites locais, que dispunham de grandes volumes de capital econômico, o diploma era tido como importante forma de capital simbólico que contribuía para manutenção, mas também reposicionamento social. É nesse sentido que a iniciativa de fundação do Instituto Politécnico de Florianópolis foi laureada na cidade, conforme podemos verificar no extrato da notícia de um dos jornais que circulavam na cidade:

Bem avaliando as vantagens d'esses cursos para os estudantes do nosso Estado, que poderão fazei-os n'esta cidade, sem grandes despesas que oneram os que partem para outras terras, um grupo de cidadãos de boa vontade lançou, há pouco, a idéa de fundação do Instituto Polytechnico, com o desdobramento dos cursos de commercio, pharmacia e outros que as circunstâncias forem aconselhando. É, na verdade, uma iniciativa que vem ao encontro de antiga **aspiração da nossa mocidade estudiosa** e que não pode passar despercebida pela A Tarde, parte componente da imprensa que acompanha, com o devido interesse, a **marcha das aspirações decorrentes do desenvolvimento do próprio Estado.** Terminados os seus preparatorios para a matrícula aos cursos superiores, bem verdade é que se encontram muitos, se não a mor parte, dos **jovens patricios aparelhados para frequentarem cursos superiores, na difícil situação de encontrar intransponível embaraço, que nada mais é do que a carencia de recursos para atender às vultuosas despesas para a aquisição de um diploma nas Faculdades de lá de fora.** Si considerarmos que os fundadores do Instituto Polytechnico obstáculos que se propõem à organização d'esses mesmos cursos pelos programmas officiaes, de modo a serem os alunos portadores de diplomas que serão reconhecidos pelos governos estadual e federal, bem é de ver que somente vantagens alcançarão os que, confiantes na dedicação do corpo docente do novo estabelecimento, ali se interessem. [...] **Cresce, dia a dia, o numero**

dos candidatos à inscrição nos diversos cursos (O ESTADO, 1917d, grifos nossos).

Outro motivo para a fundação de instituições de Ensino Superior no estado era o de que uma instituição desse ímpeto poderia ser motriz para desenvolvimento produtivo, não só da capital, mas do território catarinense como um todo. Isso já no contexto de busca por modernização da Primeira República, mas também diante da possibilidade de que muitos que buscavam formação superior em outros estados poderiam não retornar. Ou seja:

A fundação do Instituto Polytechnico, é evidente, **vem satisfazer uma velha e justa aspiração catharinense, razão por que a Imprensa de todo o Estado a ele se tem referido aplaudindo-a com enthsiasmos e louvando, da maneira a mais honrosa possível, o nobre e patriótico gesto dos que, em boa hora, se puzeram à frente dessa linda ideia [...]** Só o pensar-se nas dificuldades surgidas para um moço, que deseja cursar uma Faculdade fóra do Estado, leva nos a augurar a essa relevante empresa os nossos mais fortes votos para tornar quanto antes uma realidade (O ESTADO, 1917b).

Segundo informações disponíveis no Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), no dia 14 de fevereiro de 1917, os primeiros passos para a formação da primeira instituição de Ensino Superior do estado foram dados. Mediante realização de uma reunião que contou com a presença de agentes com as mais variadas diplomações, cirurgiões-dentistas, farmacêuticos e médicos, além de engenheiros, bacharéis em direito, um oficial da Marinha e um guarda-livros, fundou-se o Instituto Politécnico de Florianópolis. Nesse encontro, decidiu-se pela formação de comissões para elaboração dos planos dos cursos que formariam a instituição (Agrimensura, Farmácia, Odontologia e Comércio e Pilotagem). Dentre os fundadores destacaram-se os médicos Joaquim David Ferreira Lima, Carlos Corrêa, Jonas Miranda, Ervino Presser, Felipe Machado Pereira, Agripino de Mello, Francisco de Mattos; os farmacêuticos Paulino Horn, Antônio Mâncio da Costa, Henrique Brüggmann, Francisco Pereira de Oliveira Filho, Diógenes de Oliveira, Christiano Vasconcellos; os cirurgiões-dentistas Achylles Wedekin dos Santos, José Baptista da Rosa, Álvaro Ramos; além dos bacharéis em direito Nereu Ramos, Marinho Lobo, Henrique Rupp Júnior, Ivo D' Aquino Fonseca, Cid Campos, Antônio Vicente Bulcão Vianna, José Arthur Boiteux e do Capitão-tenente Lucas Boiteux.

Os envolvidos na fundação do Instituto Politécnico eram membros da elite catarinense presente na capital e compunham

intelectualidade local. Estes sujeitos gozavam de grande prestígio, sendo socialmente reconhecidos, até mesmo, como agentes dotados de grande nobreza de caráter e superioridade intelectual, características essas que são explicitadas no extrato da notícia disposto a seguir:

[...] todos elles **homens dintinctos, não só pela nobreza de carcater como tambem pela superioridade intellectual, contando, além do mais com o valioso apoio do exmo. sr. coronel Felipe Schmidt, governador do Estado, e de todos aqueles que ocupam, com justiça, lograr de destaque em nosso meio social, são elles capazes de dotar nosso Estado com um estabelecimento modelar e perfeito que, desde o começo, se imponha à confiança e sympathia pública.** As pedrinhas que os maldizentes habituaes, despeitados de sempre, costumam espalhar, a mãos cheias, pelo caminho de tde acção, de tocarem onde lhes leva uma velha aspiração popular. [...] Accionada pela **iniciativa emprehendedora de José Boiteux e auxiliada por um grupo de intellectuais de Florianópolis,** levanta-se, sympathica e disposta a vencer, a ideia da fundação do Instituto Superior em nosso Estado, com diversos cursos de especialização. Compreendendo o ensino de diversas disciplinas pharmacia, odontologia, commercio, pilotagem, etc. o Instituto projectado vem **prehencher uma lacuna sentida ha muito tempo em nosso Estado.** Lançada a ideia, com elementos eficazes para vencer o misoneirismo do meio, pretendem-se seus collaboradores tornal-a dentro em breve uma realidade effectiva. No dia 13 do corrente, na séde do Centro Civico Literario, realisou-se uma sessão, presidida pelo illustre engenheiro dr. Augusto Fausto Souza, para fazer as deliberações preliminares, a respeito da fundação desse Instituto Superior. **Adherindo a esse projecto, veem-se os nomes mais respeitados de nossa intellectualidade.** E, diante da optima sensação que em toda parte tem causado esse emprehendimento, digno dos maiores encomios, é de crêr que tenhamos em nosso Estado, dentro de breve tempo, **um instituto universitario, aparelhado perfeitamente para a educação e cultivo de nossa mocidade. A propaganda desse estabelecimento fundado no mais louvável intuito, deve ser feita por todos os catharinenses** (O ESTADO, 1917b, grifos nossos)

O Instituto Politécnico seria, portanto, uma instituição que visava educar e cultivar a juventude. Estabeleceu-se aí o início do processo de formação daquilo que denominamos como campo científico catarinense. Conforme aponta Bourdieu, “os campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Sendo relativamente autônomo, um campo não se orienta totalmente ao acaso” (BOURDIEU, 2004, p. 27). Criado por Bourdieu, o conceito de *campo* é uma metáfora utilizada para fazer referência aos espaços sociais

de poder, que apresentam regras internas específicas de produção, reprodução e classificação de capitais simbólicos:

Existe um universo intermediário que chamo de campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. (BOURDIEU, 2004, p. 20).

A ideia geral por trás do conceito de *campo* é a de que à medida que as sociedades se tornam mais complexas, e com divisão de trabalho cada vez mais estratificada, certos domínios de atividades se tornam relativamente autônomos e, no interior desses campos da realidade social, os indivíduos envolvidos passam a lutar pelo controle de produção e, sobretudo, pelo direito de legitimamente classificarem e hierarquizarem os bens simbólicos produzidos (BOURDIEU, 1989)⁷.

Diante da eficácia ferramental de seus constructos teóricos, utilizados para as mais variadas análises de fenômenos sociais, há expressiva disseminação do olhar bourdieusiano na pesquisa em ciências humanas e sociais, ocorrendo, inclusive, abusos acerca do que fora proposto no escopo conceitual original do autor. Lahire (2002) fez um importante trabalho de identificação, na obra de Bourdieu, dos elementos fundamentais e relativamente invariantes da definição do campo trazidos pelo autor e concluiu que:

[...] a teoria dos campos constitui uma maneira de responder a uma série de problemas científicos mas, por sua vez, pode constituir um obstáculo ao conhecimento do mundo social (sobretudo quando o campo se torna o alfa e o ômega de toda contextualização das práticas), primeiro pelo fato de ela não levar em conta as incessantes passagens, operadas pelos agentes que pertencem a um campo, entre o campo no qual eles são produtores, os campos nos quais são simples consumidores-espectadores e as múltiplas situações que não podem ser referidas a um campo, pois isso reduz o ator a seu ser-como-membro-de-um-campo. Também pelo fato de ela não fazer caso da situação daqueles que se definem socialmente (e se

⁷ Entendemos que diante das características e finalidades de determinado campo, as classes e frações de classe são demarcadas por diferentes volumes e estruturas de capitais. É também no interior dos campos que situa-se o *habitus* – ou seja, as disposições socialmente incorporadas pelos atores dos campos – tendo cada campo privilegiado seu *habitus* específico. Embora tais conceitos sejam relacionais, diante da limitação de espaço que temos para elaboração deste artigo, apenas o conceito de campo será abordado com mais profundidade.

constituem mentalmente) fora de toda atividade num campo determinado (o que continua sendo o caso de muitas donas de casa, sem atividade profissional nem pública). Finalmente, pelo fato de ela nos deixar particularmente sem recursos para compreender os fora-de-campo, os subalternos. Por todas essas razões, a teoria dos campos (por sinal, seria preciso sempre falar em teoria dos campos do poder) não pode constituir uma teoria geral e universal, mas representa (o que já é uma boa coisa) uma teoria regional do mundo social (LAHIRE, 2002, p. 51).

Levando em consideração os apontamentos realizados por Lahire, defendemos, neste artigo, a ideia de que a formação do campo científico catarinense iniciou com a fundação do Instituto Politécnico, uma vez que, desse momento em diante, houve a estruturação de um espaço, antes difuso, de disputas, entre diferentes agentes sociais que formavam as elites locais, articuladas a uma cumplicidade objetiva compartilhada em prol da formação científica em nível superior da juventude catarinense. Ressaltamos, ainda, que esse tipo de demanda formativa ganhou força de implementação naquele momento, pois, de acordo com Fausto (2006), com o término da Primeira Guerra Mundial, a atividade industrial brasileira ganhou maior complexidade e buscava-se autonomia na produção de bens de consumo não duráveis. Também, após a Revolução de 1930, que promoveu a união de uma parcela considerável das forças armadas, das classes médias urbanas e da massa operária para dissolução do pacto oligárquico paulista-mineiro, característico da Primeira República, a questão central em pauta era a inserção das antigas províncias na economia capitalista internacional.

Mas, para que o Instituto Politécnico deixasse de ser um projeto e saísse do papel, várias articulações foram realizadas. Entre elas, aquelas com membros da arena política catarinense, como, por exemplo, com o então governador do estado, Felipe Schmidt (1914-1918). É aqui que trazemos algumas contribuições de Bourdieu acerca da natureza do Estado, que, para o autor (BOURDIEU, 2017), detém o monopólio sobre a violência física e simbólica. Especificamente em relação à última, o Estado exerce e produz princípios de representação que são reconhecidos como legítimos pela sociedade. Com a crise dos regimes absolutistas e surgimento dos Estados republicanos, o direito de sangue, basal em sociedades monárquicas, foi substituído pela competência cultural e escolar dos agentes. E, com isso, os agentes do Estado, reconhecidos como aqueles que protegem e atuam em prol do bem público, passaram a operar por meio de processos

burocráticos em meio a cenário de disputas, em um mesmo ou em diferentes campos, entre aquilo que é considerado como universal, ligado ao bem público, mas também o que deve atender ao interesse particular de certos agentes sociais. A busca pelo monopólio particular, no caso aqui estudado, das elites naquilo que seria da ordem universal, a educação em nível superior nos primórdios do campo científico catarinense, são evidentes diante das informações até aqui trazidas.

Após intensos trabalhos, as aulas do Instituto Politécnico de Florianópolis foram iniciadas em 10 de abril de 1917. Nesse mesmo mês, a instituição foi transferida para um prédio cedido pelo governo do Estado na antiga Rua João Pinto – hoje, convertida em calçada. A partir do decreto federal nº 4.763 de 13/12/1923, a instituição foi reconhecida como de utilidade pública, tendo sido liberado, naquele ano, financiamento para a construção de sua sede própria. Além desses recursos, foram feitas doações de materiais para a obra por parte dos industriais e comerciantes do interior do Estado, o que ilustra o interesse desses agentes nas atividades de formação promovidas pela instituição da capital.

Entre 1924 e 1925, o Instituto Politécnico foi, então, instalado, em um prédio ainda em obras, onde permaneceu até sua extinção em 1935. Porém, mesmo que de forma mais frágil, de início, estabeleceu-se certa lógica interna própria ao campo. Isso pode ser identificado a partir da existência de, por exemplo, “itinerários formativos” que eram previstos para a formação da juventude da cidade. Os estudantes do Ginásio Catarinense e da Escola Normal eram o público-alvo dos cursos. Esses estudantes eram isentos de taxas de inscrição, tendo vagas de trabalho já previstas para serem ocupadas, conforme indicado na notícia abaixo:

Ainda bem que a nossa **mocidade vae comprehendendo as vantagens que lhe advirão, frequentando qualquer d’esses cursos. Sabemos de diversas das mais importantes casas commerciaes desta praça que estão resolvidas, logo que se abra o curso de commercio a exigir para o preenchimento de vagas, empregados que se apresentem com o conhecimento de materiaes que até agora dispensavam attendendo a que, até agora, ainda se não havia organizado um cusco como o que vae abrir o Instituto Polytechnico.** Ao numero das pessoas que têm apresentado pessoalmente aos fundadores do Instituto Polytechnico felicitações por motivo do proximo funcionamento dos cursos de especializacao, podemos hoje accrescentar a do illustrado director do Gymnasio Santa Catharina. **Considerando-se que, terminado o curso gymnasial n’esse estabelecimento, muitos alumnos d’ali sahirão para, com o respectivo**

certificado, matricular-se em qualquer dos cursos de especialização, podendo, por consequência, proseguir nos seus estudos superiores, sem se retirar de junto de suas famílias, com manifesta economia – é bem de vêr que as palavras de animação do rev. padre dr. Luiz Zuber têm um grande valor para os que, no interesse da mocidade estudiosa, se propuzeram a uma obra, ardua embora mas que, estamos certos, será bem compreendida por quantos se interessam pelo desenvolvimento intellectual do nosso Estado. (O ESTADO, 1917c, grifos nossos)

Cabe salientar, conforme apontado por Dallabrida (2001), que o Ginásio Catarinense foi importante para introduzir, de forma permanente e sistemática, a cultura escolar burguesa no ensino secundário catarinense, tendo influenciado práticas educativas de outros estabelecimentos de ensino na primeira metade do século XX. O autor coloca que a própria fundação do Ginásio, em 1905, pode ser compreendida como sendo uma iniciativa das elites vitoriosas da Revolução Federalista que almejavam estabelecer um colégio regular e permanente na capital, o que superaria as condições de intermitência do ensino do período imperial e a baixa qualidade da educação proporcionada pelo único ginásio público e gratuito existente naquela época, fundado no início do período republicano.

Contudo, apesar do grande alarde acerca da fundação do Instituto Politécnico, de acordo com Vieira (1979), os cursos ofertados na instituição acabaram por não ter a receptividade esperada junto à comunidade local. Tendo em vista que a instituição não atendia a demanda das elites locais, já que não ofertava os tradicionais cursos superiores como Advocacia, Medicina e Engenharia Civil, as vagas dos cursos da instituição acabaram por ser preenchidas por estudantes que provinham do interior, que, de maneira geral, retornavam às suas cidades de origem após conclusão de seus estudos. Ainda, é relevante destacar, que muitos estudantes não concluíram suas especializações, já que encontraram melhores possibilidades profissionais e de condições financeiras na região, em comparação com o interior, mesmo na posição de técnicos de nível médio ou professores normalistas.

Ainda de acordo com Vieira (1979), os egressos do Ginásio Catarinense procuravam por profissões que possibilitassem a manutenção de seu *status*, de seu posicionamento social de prestígio, o que não era proporcionado por cursos como Agrimensura e Engenheiro Geógrafo, Farmácia, Odontologia e

Comércio, que forçavam seus profissionais a se fixar no interior. Os dois primeiros cursos formavam profissionais para construção de estradas de rodagem que interligariam o estado⁸, os cursos de Farmácia e Odontologia acabaram por servir para a qualificação dos “práticos” do interior, que buscavam, na maioria das vezes, a legalização de sua situação profissional, e por causa da baixa remuneração proporcionada e pela não observância das leis de regulamentação que eram vigentes à época, o curso de formação de guarda-livros acabou por não ter procura.

Ao longo do tempo, ocorreram tentativas para a diversificação dos cursos ofertados pelo Instituto Politécnico. Cursos como Obstetrícia e Pilotagem tentaram ser desenvolvidos no momento de fundação da instituição, e, em 1921, houve tentativa para estabelecimento do curso de Direito, assim como de cursos de Agronomia e Eletrotécnica em 1926. Mas, de acordo com Vieira (1979), devido à falta de corpo docente melhor estruturado, pois os professores não recebiam remuneração compatível e, destarte, motivadora para a ocupação de cargos da instituição, as investidas não foram concretizadas.

Na realidade, o Instituto Politécnico contava com a participação efetiva de poucos membros e, por esse motivo, mas também pela não adaptação dos cursos à reforma educacional de 1931, promovida em nível nacional, e pela falta de recursos financeiros, a instituição fechou suas portas em 1935. Nesse sentido, podemos observar que, em seus primórdios, o campo científico catarinense não apresentava grande grau de autonomia, já que apresentava pouco poder de refração (BOURDIEU, 2004), pois fatores externos, tais como a conjuntura política mais ampla, mas também local, exerciam grandes pressões e influências.

Como legado imediato e principal, o Instituto contribuiu com a criação da Faculdade de Direito, em 1932, e abriu caminho para a organização, de forma mais estruturada, robusta e permanente, do campo científico de Santa Catarina. Foram a partir dos resquícios deixados pelo Instituto Politécnico, principalmente das redes de sociabilidade estabelecidas, que diversos cursos superiores que

⁸ De acordo com Santos (1999), a integração das diversas regiões de Santa Catarina foi promovida através da construção das ligações viárias entre Itajaí a Curitiba, Florianópolis a Lages, e Tubarão a São Joaquim nas gestões do governador Felipe Schmidt (1898 a 1902 e de 1914 a 1918). Formado como engenheiro militar pela Escola Militar da Praia Vermelha (atual Instituto Militar do Exército, IME), Felipe Schmidt teve participação na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e Estrada de União da Vitória-Palmas, além de outras obras de infraestrutura em outros estados. Para saber mais: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1170-Felipe_Schmidt. Acesso em: 29/09/2020.

Disputas pelo estabelecimento do campo científico catarinense

começaram a proliferar, via faculdades isoladas, na capital, o que culminou, em 1956, com o início dos trabalhos para fundação da Universidade de Santa Catarina.

Dois projetos para a Universidade de Santa Catarina (USC)

Em 11 de fevereiro de 1932, houve a criação da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Essa foi a mais antiga faculdade que, junto com outras, em 1960, constituíram a Universidade de Santa Catarina. A faculdade formou juristas, juízes, promotores, advogados e atores políticos de grande influência na história de Florianópolis e do estado, tendo como membro do corpo docente o futuro reitor da USC, o professor João David Ferreira Lima. Entre os fundadores da Faculdade de Direito, podemos destacar José Boiteux, que além da participação na fundação da Faculdade de Direito, havia contribuído com a fundação do Instituto Politécnico, junto com outros atores envolvidos, como o médico e pai do futuro reitor da USC, Joaquim David Ferreira Lima, e Henrique Rupp Junior:

Ficou hontem constituída a seguinte directoria do Instituto Polytechnico:

Diretor, Doutor Augusto Fausto de Souza
Vice diretor, dr. **Joaquim David Ferreira Lima**
Secretario, dr. **José Arthur Boiteux**
Thesoureiro, dr. **Henrique Rupp Junior**
(O ESTADO, 1917b, grifos nossos)

Especificamente sobre a fundação da Faculdade de Direito, encontramos, na seguinte notícia do jornal *O Estado*, o registro da presença de Henrique Silva Fontes, que vinte anos mais tarde iria fundar a Faculdade de Filosofia:

Para fim de ser fundada, nesta capital, uma Faculdade de Direito, reuniram-se, ontem, no salão nobre do Instituto Polytechnico, os srs. desembargadores Salvio Gonzaga, Heraclito Ribeiro, Americo Nunes, Urbano Salles, **José Boiteux**, e drs. Adalberto Ramos, **Henrique Fontes**, Alfredo de Trompowsky, Edmundo Moreira, Othon d'Eça, Zulmiro Soncini. Heito Salomé Pereira Affonso Wanderley Junior e Nery Kurtz. **Aclamado presidente da reunião o sr. desembargador José Boiteux**, que convidou para secretários os srs. dr. Edmundo Moreira e Heitor Salomé Pereira, foram tomadas as seguintes deliberações: a fundação, por unanimidade dos presentes, de um curso jurídico autonomo, sob denominação de Faculdade de Direito de Santa Catharina; **a organização desse curso colocada no decreto federal que organizou o curso jurídico da Universidade do Rio de Janeiro**; a

constituição do corpo docente dos diversos anos lectivos, de modo a organizar-se a congregação da Faculdade de Direito (O ESTADO, 1932, grifos nossos).

Resgatando o panorama mais amplo da época, a Faculdade de Direito foi criada em um período conturbado da história brasileira, durante a ascensão de Getúlio Vargas, pouco antes da instauração da ditadura do Estado Novo (BACKES, 2010). À frente do governo do estado de Santa Catarina estava o engenheiro militar Ptolomeu de Assis Brasil, que exercia a interventoria federal no estado no período (1930-1932). Assis Brasil assumiu o governo depois da Junta Governativa, que passou a administrar o estado com a Revolução de 1930. Naquele momento, Florianópolis era considerada uma cidade provinciana para uma capital, e passava por um período de pouco desenvolvimento econômico, se comparada com regiões do estado que experimentavam uma ascensão econômica devido à expansão ferroviária na região do Planalto de Lages, de onde veio a família Ramos, e do desenvolvimento das zonas portuárias de Joinville e Itajaí, de onde pertenciam as famílias Konder e Bornhausen. Com isso, economicamente, Santa Catarina passou por uma metamorfose: de economia agrária, extrativista e mercantil, passou para o capital mecânico-industrial, agroindustrial e exportador.

No que tange a política estadual durante o período entre-ditaduras, o Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN) revezavam a administração estadual em Santa Catarina – com exceção da gestão de Jorge Lacerda (1956-1958), que era membro do Partido de Representação Popular (PRP), mas que tinha como vice-governador Irineu Bornhausen (1958-1961) pela UDN – e determinaram não só os debates, como os rumos para a criação da universidade.

No executivo federal, a administração Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi de grandes investimentos no país, mediante internacionalização da economia, tendo a maior parte dos recursos sido destinada para o sudeste do Brasil. Com o maior direcionamento dos investimentos para aquela região, o governo catarinense, juntamente com o empresariado local, concluiu que o processo de desenvolvimento econômico não poderia ficar somente a cargo do Governo Federal. Frente a isso, o governo estadual passou, então, tomar as rédeas do processo de promoção de crescimento econômico.

Sobre a fundação de uma universidade nesse território, tudo indica que o professor Henrique da Silva Fontes, na época diretor da Faculdade de Filosofia e antes pertencente ao quadro funcional da Faculdade de Direito, era a favor da fundação de uma universidade estadual, aos moldes da Universidade de São Paulo (USP), orientado pelo desenvolvimento do sudeste. Do outro lado, havia o professor João David Ferreira Lima, então diretor da Faculdade de Direito, que defendia a formação de uma universidade federal, pois alegava que o estado catarinense não teria condições de manter um empreendimento de tão alto custo. Apesar dos embates acerca do projeto de universidade fundador da USC, um elemento importante a respeito da discussão realizada neste artigo é o do evidente anseio das elites locais para participação no processo, conforme podemos perceber no extrato de notícia disposto a seguir:

A qualquer momento se espera a sanção presidencial federalizando as demais escolas de nível superior do Estado, vinculando-as em um conjunto que será a Universidade de Santa Catarina. **Esta provável alteração na vida cultural do Estado poderá ser apenas uma mudança de rótulos, ou então, uma verdadeira revolução no específico setor de atividades humanas, criando uma nova condição estrutural para o ensino Superior [...]** Se o desenvolvimento cultural, mediante ampliação de escolas superiores e melhoramento das existentes, sob patrocínio do governo federal, é de tamanha importância, aceita por todos, e se esse desenvolvimento é tradicional aspiração, sentida necessidade social, não se explica a existência de cortina em torno do fato. **A pergunta que fazemos é simples? Para quem será a Universidade de Santa Catarina? Se a resposta é: "Para Santa Catarina" admitiremos que Santa Catarina precisa saber mais alguma coisa a respeito** (O ESTADO, 1960a, grifos nossos).

A universidade era apontada como potencial promotora de alteração na vida cultural ilhéu, logo nas práticas dos círculos intelectuais que até aquele momento estavam constituídas. Nesse sentido, indicava-se a necessidade de uma discussão profunda acerca de seus rumos da instituição, para além da necessidade de realização de um ato oficial de fundação:

Universidade é de interesse coletivo. E requer mobilização de energias intelectuais, **focalizadas em equipes de especialistas que possam apontar soluções que se equacionem com as exigências de um complexo organismo que é o Estado de Santa Catarina. Projetar e criar uma universidade são fatos distintos de se imprimir rumos de "desenvolvimento" de uma universidade.** Aí é que os problemas

realmente serão exorbitantes. Passar um projeto-lei é apenas preâmbulo de uma questão extremamente delicada. **Para que a "universidade" criada mediante aprovação de um projeto seja uma "universidade", em seu sentido sócio-cultural, em sua função renovadora, e logo, transformadora de condições pré-existentes, será preciso muita soma de trabalho previsionista, de coordenação, de análises meticolosas, de auscultação das necessidades de vários tipos** (O ESTADO, 1960b, grifos nossos).

Ao final, a proposta de uma universidade federal, do professor João David Ferreira Lima, acabou saindo vitoriosa. De acordo com depoimentos presente em Backes (2010), podemos identificar aspectos ligados à acumulação de capital social dos agentes envolvidos no processo, mediante a influência da política partidária nas decisões sobre o modelo de universidade deveria ser criado. Além de estar próximo dos Ramos, e ser filiado ao PSD, o professor João David Ferreira Lima também tinha um importante contato no Distrito Federal: o senador Nereu Ramos, que desempenhou papel significativo na articulação, junto ao presidente Juscelino Kubitschek – também do PSD – para aprovação da fundação da Universidade de Santa Catarina.

Contudo, os debates acerca da criação da USC não foram encerrados naquele momento: manteve-se em aberto a questão da localização do espaço físico que seria ocupado pela universidade. O professor Ferreira Lima, que teve, outrora, seu projeto de universidade vitorioso, posicionava-se a favor de manter a universidade na área do centro da capital, pois, segundo ele, ali já estavam instalados os prédios históricos das faculdades, o que foi justificado a partir do Plano Diretor de Florianópolis de 1952, o qual deveria ser acompanhado, alegando que a cidade se expandia em direção ao continente, prevendo também a expansão do porto.

É relevante destacar que o professor Henrique Silva Fontes idealizara uma cidade universitária à exemplo do existente na USP, sendo, portanto, da opinião de que a USC precisaria de grande área espacial e, por isso, o espaço ideal para sua construção deveria ser o do subdistrito da Trindade – atual câmpus Trindade, que, na época, era uma área rural – onde, em 1961, já estava localizada a Faculdade de Filosofia e contava com um terreno comprado dois anos após pelo, então, governador e seu aliado político, Irineu Bornhausen (SANTA CATARINA, 1954). O debate sobre a localização prolongou-se por anos, estendendo-se até mesmo após a criação da USC, em 1960. Com argumentos a favor e contra

Disputas pelo estabelecimento do campo científico catarinense

a instalação da USC na Trindade, o debate encerrou-se em 28 de novembro de 1962, quando Conselho Universitário votou a favor da instalação da USC no subdistrito da Trindade:

Figura 1 – Aprovação da construção do Campus no sub-distrito Trindade



Fonte: O Estado (28 de novembro de 1962)

Como já afirmamos, no subdistrito já funcionava a Faculdade de Filosofia – agora Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) – assim como a biblioteca da USC, o Colégio de Aplicação, além do canteiro de obras que viria compor o pavilhão da engenharia mecânica. Cabe salientar que, esse último curso sequer existia ou esteve presente nos projetos sobre a criação da USC – que na verdade, acabou gerando um debate próprio, mas foi o catalisador para criação da USC – mas, conforme pontuado por Ferreira Lima (2000), acabou sendo inserido junto ao pedido de criação da universidade federal, pois, de acordo com o Estatuto das Universidades: “congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras” (BRASIL, 1931).

Desta forma, quando da concepção da USC, três dos quatro requisitos necessários para compor uma universidade já estavam presentes: a Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, e a Faculdade de Filosofia – que, desde 1955 ofertava os cursos superiores de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-germânicas. A USC, assim, tinha as seguintes unidades de ensino/carreiras: Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia (Geografia e História, Letras), Ciências Econômicas, Serviço Social, e Engenharia Industrial com a modalidade de mecânica. Foram a partir dessas unidades que

processos posteriores foram iniciados: após a instauração da Reforma Universitária de 1968, durante a Ditadura Militar, formaram-se os atuais centros de ensino e departamentos. A pós-graduação da instituição emergiu ao longo das décadas de 1960-1980, a partir da criação do curso de mestrado em Engenharia Mecânica em 1969, o que inseriu a UFSC no universo das pesquisas científicas.

Considerações finais

A guisa de fechamento deste texto, assumimos que o *campo* é um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, que é, ao mesmo tempo, relacionado ao macrocosmo social: "o campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve" (BOURDIEU, 2004, p. 21). No caso do campo científico catarinense evidenciamos, a partir das notícias de jornal trazidas, que, semelhante ao que ocorreu em outras regiões do país, este começou a ser estruturado pelas elites locais, para atendimento de demandas formativas particulares. Sendo que:

É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, sua tomadas de posição. Isso significa que só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo (um economista, um escritor, um artista etc.) se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos "de onde ele fala" (BOURDIEU, 2004,p. 24).

Com o tempo, o campo científico catarinense foi ganhando autonomia, mas chama atenção que o capital social foi um importante elemento para a constituição desse campo e que sua formação foi fortemente condicionada pelo reconhecimento, por parte das elites locais, da necessidade do estabelecimento de formação em nível superior para o desenvolvimento do estado. Isso asseguraria, por extensão, a reprodução da posição desses grupos no espaço social diante de um cenário marcado por condicionantes locais, mas também nacionais ligados à modernização e industrialização do país.

À época, fundou-se o Instituto Politécnico, mas esse acabou por não atender ao público-alvo original previsto pelas elites ilhéus. Tal

fato fez com que, após o fechamento da instituição, ocorresse a fundação das “faculdades tradicionais”, como, por exemplo, Direito, Filosofia, Medicina, de forma isolada, as quais, mais tarde formariam a USC. Aliado a isso, é importante destacar que as disputas em torno dos projetos para a USC, entre os quais Ferreira Lima e Silva Fontes exerceram papel central, talvez tenham relação com as estratégias das elites do estado de Santa Catarina de se posicionar nas disputas dos Estados nacionais.

Por fim, localizamos este artigo como sendo um primeiro esforço para discussão da gênese do campo científico catarinense a partir da lente bourdieusiana. Entendemos isso como relevante, não apenas pela baixa incidência, em nosso país, de trabalhos que discutem a história das instituições escolares em nível superior sob a ótica que utilizamos, mas, por assumir que, a partir de estudos como este, poderemos elucidar, com maior profundidade, as disputas que antecedem a oficialização de instituições, sendo possível desnaturalizar processos ligados à reprodução social via consagração por diplomas.

Fontes

BRASIL. **Decreto n. 19.850 de 11 de abril de 1931**. Cria o Conselho Nacional de Educação.

BRASIL. **Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931**. Estatuto da Universidade Brasileira.

BRASIL. **Decreto n. 19.852 de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

FACULDADE de direito. **O Estado**, Florianópolis, n. 5510, 12 fevereiro 1932. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1932/EST19325518.pdf>. Acesso em: 29 setembro 2020.

INSTITUTO Polytechnico: Cursos de especialização. **O Estado**, Florianópolis, a. 2, n. 532, 15 fevereiro 1917a. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1917/EST1917532.pdf>. Acesso em: 29 setembro 2020.

INSTITUTO Polytechnico: Uma iniciativa que merece o apoio público. **O Estado**, Florianópolis, a. 2, n. 554, 14 maio 1917d. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1917/EST1917554.pdf>. Acesso em: 29 setembro 2020.

INSTITUTO Polytechnico. **O Estado**, Florianópolis, a. 2, n. 539, 24 fevereiro 1917b. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1917/EST1917539.pdf>. Acesso em: 29 setembro 2020.

Disputas pelo estabelecimento do campo científico catarinense

INSTITUTO Polytechnico. **O Estado**, Florianópolis, a. 2, n. 545, 3 março 1917c. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1917/EST1917545.pdf>. Acesso em: 29 setembro 2020.

UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO. **O Estado**, Florianópolis, n. 14071, 22 dezembro 1960b. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1960/EST196014071.pdf>. Acesso em: 29 setembro 2020.

SANTA CATARINA. **Lei 1.170 de 23 de novembro de 1954**. Determina providências para localizar a futura Universidade de Santa Catarina.

Referências

BACKES, G. de. S. O Curso de Direito e o Centro de Ciências. Jurídicas: histórias e percepções. In: NECKEL, R.; KÜCHLER, A. D. C. **UFSC 50 anos: trajetória e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010.

BALTHAZAR, C. S. ; (BOURDIEU, 2017) E. G.. Muitas Ilhas, um só jornal ? regionalização e centralização da mídia impressa catarinense. In: **XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Intercom**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2010.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989–92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BUDDE, L. **Jornadas impressas: o Estado e Florianópolis – 1985 a 2009**. 2013. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

DALCASTAGNE, M..Disputas e tentativas: a gênese da engenharia catarinense. In: NECKEL, R.; KÜCHLER, A. D. C. **UFSC 50 anos: trajetória e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010.

DALLABRIDA, N. **Virtus et Scientia: o Ginásio Catarinense e a (re)produção das elites catarinenses na Primeira República**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2001.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Instituto Politécnico de Florianópolis. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832–1930). Capturado em 29.set.2020. Online. Disponível na Internet <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/instpolytflo.htm>.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação e Sociedade**, ano 23, n. 78, p. 37–55, abr. 2002.

LIMA, J. D.F.. **UFSC: sonho e realidade**. Florianópolis:UFSC, 2. ed., 2000.

MATTA, M. M. S. **Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

NOGUEIRA, M. A. A Sociologia da Educação do Final dos Anos 60/início dos Anos 70: o Nascimento do Paradigma da Reprodução. **Em Aberto**, a. 9, n. 46, 1990.

RODRIGUES, I. . A UFSC na década de 1960: outras histórias. In: NECKEL, R.; KÜCHLER, A. D. C. **UFSC 50 anos: trajetória e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

SANTOS, A. L. **O desenvolvimento da telefonia em Santa Catarina: das linhas às redes**. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, E. F. da. **Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, T. T. da. A Sociologia da Educação entre o Funcionalismo e o Pós-Modernismo: os Temas e os Problemas de uma Tradição. **Em Aberto**, a. 9, n. 46, 1990.

VIEIRA, A. de H. **O Instituto Polytechnico no contexto sócio-cultural de Florianópolis**. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

O QUE TEM O *ROCK* A VER COM BOURDIEU? CONTRIBUTOS ACERCA DA APLICAÇÃO DA TEORIA DOS CAMPOS AO *ROCK* ALTERNATIVO PORTUGUÊS (1980–2010)

Paula Guerra¹

Resumo

O principal objetivo deste artigo é analisar as representações sociais do *rock* alternativo em Portugal entre 1980 e 2010; parte de uma pesquisa mais ampla sobre os 30 anos de modernização do país (a partir do período pós-revolucionário iniciado em 1974), em que o *rock* alternativo é considerado uma prática social significativa no âmbito da estrutura social, artística e musical do país. Consideramos que o *rock* alternativo é um assunto que pode ser iluminado pela teoria dos campos de Bourdieu, que utilizamos para explorar a complexidade das relações que substanciam as estruturas subjacentes (de bandas, músicos, agentes, locais de eventos, editoras e promotores) do *rock* alternativo português. Os dados utilizados são resultado de uma pesquisa de longo prazo realizada entre 2005 e 2010, em que foram realizadas entrevistas em profundidade com mais de 200 indivíduos envolvidos nas esferas de produção e publicação do segmento de *rock* alternativo português.

Palavras-chave: Produção cultural. *Rock* alternativo. Pop *Rock*. Campo Social. Bourdieu. Portugal.

What does *rock* have to do with Bourdieu? contributions on the application of field theory to portuguese alternative rock (1980–2010)

Abstract

The main goal of this article is to analyse the social representations of alternative rock in Portugal from 1980 to 2010. This is part of broader research into the 30 years of modernization of the country (from the post-revolutionary period initiated in 1974), in which alternative rock is regarded as a significant social practice within the scope of the social, artistic and musical structuring of the country itself. We consider that alternative rock is a subject that is illuminated by Bourdieu's theory of fields, and we use it to explore the complexity of the relationships that substantiate the underlying structures (of bands, musicians, agents, venues, record labels and promoters) of Portuguese alternative rock. The data we used is the result of a long-term research project carried out between 2005 and 2010, in which in-depth interviews were conducted with more than 200 participants

¹ Professora no Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora Sénior do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, do Griffith Center for Social and Cultural Research na Austrália, do Centro Investigadora do Centro de Estudos de Geografia e do Ordenamento do Território (CEGOT), do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM) e do Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (DINÂMIA-CET-IUL). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2377-8045>. E-mail: <pguerra@letras.up.pt>, <paula.kismif@gmail.com>.

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

involved in the production and publication spheres of the Portuguese alternative rock segment.

Keywords: Cultural production. Alternative rock. Pop Rock. Social Field. Bourdieu. Portugal.

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

1. Prelúdio à fórmula informadora do *rock* alternativo

O amor da arte, como o amor, mesmo e sobretudo o mais louco, sente-se fundado no seu objecto. É para se convencer de ter razão em (ou razões de) amar que recorre com tanta frequência ao comentário, essa espécie de discurso apologético que o crente dirige a si próprio e que, além de ter pelo menos como efeito redobrar a sua própria crença, pode ainda despertar e convocar os outros para a mesma crença. É por isso que a análise científica, quando é capaz de trazer à luz do dia aquilo que torna a obra de arte necessária, ou seja, a fórmula informadora, o princípio gerador, a razão de ser, fornece à experiência artística, e ao prazer que a acompanha, a sua melhor justificação, o seu alimento mais rico (Bourdieu, 1996:17).

Falar em *rock* alternativo² em Portugal implica referir um conjunto de posições num espaço social específico situado no universo pop *rock* e simultaneamente localizado nos contextos estruturais do campo artístico português e, conseqüentemente, do seu espaço social. Assim, podemos hipoteticamente supor que a música como prática e consumo está relacionada ao funcionamento complexo das estruturas sociais; como tal, a criação, disseminação ou consumo de música depende de instâncias criativas, sujeitas a imperativos culturais, económicos, sociais ou simbólicos relevantes (XXX, 2010, 2013, 2016). Neste artigo³ discutimos as representações sociais sustentadas pelos agentes que participam da cena do *rock* alternativo em diferentes papéis (músicos, promotores, editores, bloggers, entre outros); representações essas que derivam simultaneamente do lugar ocupado pelos atores na cena do *rock* alternativo e da posição que ocupam na estrutura social geral (HIBBETT, 2005). O nosso objetivo principal é identificar as autorrepresentações de criadores/produtores de *rock* alternativo em Portugal e considerar os papéis dinâmicos e posições simbólicas desempenhados pelos agentes envolvidos, servindo-nos para iluminar este objeto da teoria dos campos de Bourdieu. Também abordamos as particularidades dessas representações na

² Vale ressaltar que, a partir da década de 1980, a expressão “*rock* alternativo” foi reificada em Portugal, referindo-se a atores, promotores, bandas, selos, programas de rádio e cenas específicas em Lisboa e Porto e, embora menos representativamente, em Coimbra e Braga. Aglomerada todo um conjunto de cultores do *pós-punk* e afins. O *rock* alternativo começou a adquirir materialidade e linguagem específicas, articulando um campo de posições sociais e lógicas do mundo da arte, mas também correspondendo a um espaço de encontro experimental, como uma cena que se alimenta de território, de territórios.

³ Este artigo decorre do desenvolvimento do projeto de doutoramento da autora intitulado “Culturas urbanas e modos de vida juvenis: cenários, sonoridades e estéticas na contemporaneidade portuguesa (2005 – 2009)” (referência SFRH/BD/24614/2005) no âmbito do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS – UP) e da Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT). O desenvolvimento deste projeto deu origem à tese de doutoramento referenciada aqui como XXX (2010).

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

sociedade portuguesa nos últimos 30 anos e o desafio sociológico que ela implica, reconhecendo que a adoção de géneros musicais em territórios históricos e sociais particulares é altamente complexa e incorpora padrões de reprodução, mas também de inovação (REGEV, 2007; STANKOVIC, 2001; SZEMERE, 2001).

Os dados apresentados e discutidos são o resultado de uma pesquisa de longo prazo realizada entre 2005 e 2010⁴. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e biográficas com 202 indivíduos (envolvidos nas esferas de produção e publicação do segmento de rock alternativo português), seguindo a técnica de amostragem “bola de neve”. O objeto analítico foi estabelecido por meio de contatos fornecidos pelos entrevistados, o que deu à investigação ampla cobertura em termos de género musical, de território e de agentes sociais envolvidos. A nossa metodologia foi orientada pela análise de conteúdo dos segmentos discursivos, a fim de verificar os significados e finalidades das ações sociais, privilegiando, portanto, abordagens qualitativas e intensivas. Com o objetivo de ilustrar a estrutura hierárquica do rock alternativo em Portugal (relativamente às formas de os indivíduos se relacionarem e se associarem), apresentam-se também os principais resultados de uma análise baseada em redes fundadas numa dinâmica poliédrica⁵.

A amostra foi composta por conjuntos de indivíduos classificados da seguinte forma: 55 entrevistados entre 36 e 40 anos, 33 entrevistados entre 31 e 35 anos e 35 entrevistados entre 41 e 45 anos. Predominantemente masculina, a amostra reflete lógicas de género geralmente presentes no rock, principalmente entre as gerações mais velhas no contexto português. O grupo também apresentou alto nível educacional (85 graduados e 54 com

⁴ Foram realizadas cento e noventa e uma entrevistas semiestruturadas com os vários agentes presentes no campo de análise, complementadas por 11 entrevistas biográficas com atores marcantes, de chameira (diacrónica e sincronamente) do *rock* alternativo portugueses. Realizadas entre agosto de 2006 e fevereiro de 2009, as entrevistas cobriram a diversidade de agentes no subcampo: *bloggers*, críticos e jornalistas, promotores, editores, gerentes, proprietários de locais de distribuição de música, lojistas, músicos, DJs e amantes da música (basicamente, apenas agentes vistos como audiência foram excluídos). Todas as entrevistas foram gravadas em áudio digital e juntas compõem um tempo total de reprodução de aproximadamente 300 horas.

⁵ Se etimologicamente, a palavra poliedro deriva dos termos gregos poli (muitos) e hedro (plano), para o que aqui nos interessa, o conceito assenta numa abordagem pluridimensional baseada em várias estruturas de ligações apontadas por um conjunto de indivíduos. Estas estruturas de ligações entre os elementos identificados pelos indivíduos entrevistados foram realizadas com base nas matrizes de frequências de referências comuns (Quadros de Burt dos elementos de cada categoria). A representação das relações entre elementos teve como suporte teórico o método designado como dinâmica de poliedros. Dinâmica de Poliedros ou “linguagem de estrutura” é uma linguagem matemática desenvolvida com o objetivo de descrever e discutir questões estruturais. Esta linguagem é descrita em topologia algébrica.

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

frequência universitária). As posições sociais altamente colocadas dos participantes parecem congruentes com as suas qualificações académicas, profissionais e sociais, que contrastam claramente com o perfil médio da população portuguesa, mas que estão intimamente relacionadas com o perfil típico dos grupos artísticos. A maioria da nossa amostra veio das áreas metropolitanas de Lisboa (75%) e Porto. A amostra é distribuída geograficamente de acordo com a distribuição espacial dos membros do campo artístico em geral, refletindo as dualidades e assimetrias culturais (se não a macrocefalia) do país.

2. O *rock* alternativo como espaço social relacional ou interrogando a instável matéria da música

Seguindo uma linha de pensamento relacional, recuperamos a origem do conceito de campo, tarefa que requer uma análise contextualizada da teoria bourdieusiana (REGEV, 2007). A sociologia não deifica mecanismos: os campos sociais são campos de forças, mas também são campos de lutas para transformar ou preservar esses mecanismos. Para Pierre Bourdieu, a noção de campo representa um espaço social de dominação e conflito, onde cada campo possui relativa autonomia e as suas próprias regras de organização e de hierarquia social (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 24). Bourdieu define espaço social como um conjunto organizado ou sistema de posições sociais que são definidas umas em relação às outras. É um todo cujas partes componentes estão em interação umas com as outras de forma durável e não arbitrária. Cada parte só toma significado na relação com as outras, ou seja, a tomada de posição social só ganha sentido na e pela diferenciação.

Cada campo está por sua vez estruturado segundo “posições dominantes” e “posições dominadas”, determinando os “lugares” dos agentes que nele intervêm, que se materializam num espaço de luta com vista à conquista de posições dominantes. Cada campo está ligado aos outros campos por ligações económicas e simbólicas, mas possui uma certa “autonomia”, que se traduz, entre outros aspetos, por “interesses” específicos no campo. O que se produz e o que se troca nos campos não são apenas recursos raros como riqueza material, prestígio ou poder, mas também significado, que atribui uma identidade social aos agentes, distinguindo-os uns dos outros. Os agentes ocupam diferentes “posições” segundo os campos, que remetem para as “disposições” herdadas ou adquiridas ao longo da vida. Assiste-se a “estratégias de

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

conservação" e de conquista de posições dominantes. No plano simbólico, as estratégias de conservação esforçam-se por manter a norma comum, que evita pôr em causa as posições. As "estratégias de subversão" têm por finalidade desvalorizar a normas dominantes bem como o capital que lhe está associado. Ter presente o carácter objetivo do campo de produção cultural implica conceber o seu modo de funcionamento como análogo ao de um campo magnético, perspetivando o carácter objetivo de relações entre cada agente e a sua obra, entre o criador e o seu público, mediatizadas pela ação dos difusores e dos críticos (todos agentes interatuantes deste campo). Este campo é pautado por uma autonomia de funcionamento relativa e, portanto, uma "lógica original". A construção do mundo social é inseparável das representações (re)produzidas continuamente pelos agentes, no tempo e no espaço; é nesta (re)produção contínua de representações que encontramos a génese e o contorno (sempre instáveis) do *rock* alternativo em Portugal.

3. Genealogia do *rock* alternativo

O campo do *pop rock* em Portugal foi sendo constituído ao longo dos anos 60 e 70 do século passado pela crescente capacitação de agentes e estruturas de funcionamento do campo, designadamente estúdios de gravação, editoras, jornais e revistas, programas de rádio, artistas e bandas, locais de realização de espetáculos, etc. O início dos anos 80 do século XX marcou o *boom* do *rock* português, ocorrendo aí toda uma série de transformações em prol da concretização e viabilização desta indústria cultural. A indústria da música *pop rock* configurou-se então numa constelação complexa de editoras, órgãos de comunicação social, produtos (discos, cassetes, revistas, jornais, *posters*) e agentes sociais (músicos, produtores, jornalistas, críticos, radialistas, *disc jockeys*, lojistas...), com diversas especificidades e em menor escala, naturalmente, do que acontecia noutros países, mas ainda assim à imagem do que internacionalmente se ia verificando, especialmente nos EUA. Os anos 80 trouxeram a vulgarização das obras (discos e *hits*) e, dessa forma, a relevação, de forma mais clara do que outrora, de que as bandas e artistas não se encontram isolados do mundo, mas que, muito pelo contrário, as suas produções detêm um elevado grau de relacionamento com a memória coletiva e a memória da música. Também a imagem do artista enquanto "rebelde" e distante das massas foi, em grande

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

medida, quebrada nesta altura. Dinâmicas sociais e dinâmicas artísticas convergem: primeiro a revolução democrática de 25 de Abril de 1974 e a progressiva abertura da sociedade portuguesa ao exterior, depois a entrada na Comunidade Económica Europeia, a inovação tecnológica e a maior acessibilidade aos instrumentos e equipamentos, um mercado discográfico em crescimento, um maior interesse por parte da televisão e da rádio, meios de comunicação social também eles em mudança, a circulação internacional de valores, ideias e imagens, tudo contribuiu para consolidar o campo do *pop rock* em Portugal.

O facto de a música *pop rock* ser, em si mesma, um produto que, como tantos outros, pode ser comprado e vendido e dar lucro mostrou, de forma evidente, através do negócio que se montou e que rapidamente cresceu, a sua imbricação e importância face à sociedade em geral e integrou-o numa estrutura muito mais ampla de outros negócios. Aqui se encontra, de resto, uma das tensões que mais influência têm na dinâmica do campo do *rock* – e, em especial, do segmento dito alternativo: apresentando-se como estilo de vida libertador de amarras e de constrangimentos sociais, ele é também negócio, expoente determinante da economia da cultura. A partir de 1986, esta tensão evidencia-se com a ocorrência de diversas movimentações tendentes à constituição de um subcampo do *rock* alternativo dentro do campo geral do *pop rock* em Portugal. A existência de agentes e estruturas em confronto e oposição ao *establishment*, aos seus valores e missão, está na génese deste subcampo. A abertura do país ao exterior, o reforço do processo de urbanização, a entrada em cena de uma certa 'movida' (cenas lúdicas, artísticas, culturais e de moda) pós-moderna nas cidades de Lisboa e, em menor intensidade, no Porto, fenómenos contemporâneos do surgimento de bandas (Mão Morta⁶, Pop Dell'Arte⁷, Mler If Dada⁸, etc.), editoras

⁶ Banda de *rock* portuguesa, criada em 1984, na cidade de Braga. O seu som apela a um *rock* agressivo, com especial ênfase nas palavras.

⁷ São uma banda de música portuguesa, que teve o seu início na década de 1980 e que, ainda hoje, se mantém ativa. Ao longo do tempo, inúmeros músicos de renome já atuaram em conjunto com os Pop Dell'Arte.

⁸ Trata-se de uma banda portuguesa, formada em Cascais em 1984. O surgimento desta banda teve como mote duas sessões de improviso tendo daí nascido os temas "Zimpó" e "Nu ar". Mais tarde acabam por vencer o Concurso de Música Moderna do Rock Rendez-Vous.

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

(Ama Romanta⁹, Fundação Atlântica¹⁰, Facadas na Noite¹¹, etc.), fanzines, programas de rádio (Som da Frente por exemplo), referências e locais de divulgação e fruição, marcam o contexto de emergência deste segmento do campo, em confronto com os princípios de massificação do *pop rock* em geral. As repercussões das suas atividades e tomadas de posição far-se-ão sentir no espaço e no tempo até ao presente.

A emergência, e progressiva sedimentação, do subcampo do *rock* alternativo em Portugal, passou pela criação de segmentos e nichos específicos de público, pela emergência de produtores e criadores especializados, pela sedimentação de instâncias de consagração e de legitimação e, mais importante, pelo facto de existir a partir desta altura um corpo de obras implícita ou explicitamente dirigido ao subcampo e refletindo a sua história. Porventura, o exemplo mais cabal situa-se na estratégia de atuação de determinadas bandas, de onde destacaremos os Mão Morta, na medida em que os seus membros não se ocupam do projeto a tempo inteiro, nem de forma profissional, sendo essa uma atitude deliberada de posicionamento, acompanhada por uma declaração face à emoção pela música em si. Também os Pop Dell'Arte, pela sua enunciação recorrente de instâncias de legitimação ou pela alusão a uma espécie de comunidade artística e estética, parecem evidenciar sobejamente estes posicionamentos. Ouçamos Adolfo Luxúria Canibal, vocalista e líder dos Mão Morta:

Em Portugal, como mercado pequeno que é, acho que é complicado viver da música. Seja como for, foi uma coisa que nunca esteve nos nossos objetivos, nem nos nossos horizontes, nem para mim nem para nenhum de nós, Mão Morta, viver da música. Mesmo nos momentos de maior público, tipo Mutantes S21, etc., sempre recusámos essa possibilidade. Quando eu digo recusámos, quero dizer que nem sequer a colocámos. (Adolfo, História de Vida 2, 50 anos, Mestrado, Braga)

⁹ Ama Romanta era a designação da editora de João Peste – vocalista dos Pop Dell'Arte – e na segunda metade dos anos 1980 era vista como a alternativa dentro do campo musical português, tendo sido criada com o objetivo de lutar contra a censura das rádios e das editoras da época.

¹⁰ Fundação Atlântica foi uma editora discográfica independente portuguesa, fundada em 1982. Esta editora foi responsável pela produção dos discos das bandas portuguesa mais emblemáticas, tais como os Sétima Legião, Xutos e Pontapés ou os Delfins.

¹¹ Facadas na Noite é uma editora portuguesa, relacionada com a música eletrónica, industrial e experimental, que nasceu em 1988 na cidade de Braga pelas mãos de Jorge Pereira.

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

4. *Leis gerais do subcampo do rock alternativo*

De acordo com Bourdieu, é possível falar em “leis gerais dos campos”: campos tão diferentes como os da política, da religião ou da música têm “leis de funcionamento” que são, em grande medida, transferíveis, o que possibilita que o que se aprende com o estudo de um dado campo possa ser utilizado para interrogar ou interpretar outros campos. Por outro lado, este facto não inviabiliza que se procurem e descubram, para além dos mecanismos universais dos campos, propriedades específicas, próprias de um campo em particular. Não obstante, sabemos que em todos os campos encontramos uma luta, cuja forma específica deveremos interrogar: “de facto, as revoluções *parciais* que nos campos continuamente têm lugar não põem em questão o fundamento do próprio jogo, a sua axiomática fundamental, o alicerce de crenças últimas sobre as quais assenta todo o jogo” (BOURDIEU, 2004, p.122). Um campo define-se, entre outras coisas, pelo(s) seu(s) *enjeu(x)* (as paradas em jogo), que são irreduzíveis aos *enjeux* e interesses específicos próprios de outros campos e que não são percebidos senão por quem estiver preparado para os intuir e prosseguir: “para que um campo funcione, é preciso que nele haja *enjeux* e pessoas preparadas a jogar o jogo dotadas do *habitus* imbuído do conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos *enjeux*, etc.” (BOURDIEU, 2004, p. 120). A estrutura do campo é um estado da relação de forças entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta¹² ou, se se preferir, da distribuição de capital específico que, acumulado ao longo das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores:

os campos apresentam-se à apreensão sincrónica como espaços estruturados de posições (ou de postos), cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes (em parte determinadas por elas) (BOURDIEU, 2004, p. 119).

¹² Bourdieu refere: “Não basta dizer que a história do campo é a história da luta pelo monopólio da imposição das categorias de percepção e de apreciação legítimas; é a própria luta que faz a história do campo; é por meio da luta que o campo se temporaliza. O envelhecimento dos autores, das obras ou das escolas é uma coisa completamente diferente do produto de um deslizar mecânico em direcção ao passado: engendra-se no combate entre aqueles que fizeram época e que lutam por durar, e aqueles que não podem por seu turno fazer época sem remeterem para o passado os que estão interessados em deter o tempo, em eternizar o estado presente; entre os dominantes que se ligam à continuidade, à identidade, à reprodução, e os dominados, os que entram em cena no momento actual, interessados na descontinuidade, na ruptura, na diferença, na revolução. *Fazer época* é inseparavelmente fazer existir uma nova posição para lá das posições estabelecidas, adiante dessas posições, na vanguarda, e por isso é também, introduzindo a diferença, produzir o tempo” (BOURDIEU, 1996, p. 186).

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

A estrutura dos campos está, ela própria, sempre em jogo: as lutas que ocorrem num campo têm por *enjeux* o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, quer dizer, em definitivo, a conservação ou subversão da estrutura da distribuição do capital específico. O capital vale em relação com determinado campo, logo dentro dos limites desse campo, e não é convertível noutra espécie de capital senão sob certas condições: “falar de capital específico é dizer que o capital vale em relação com um certo comportamento, nos limites desse campo, ou que não é convertível numa outra espécie de capital a não ser em certas condições” (BOURDIEU, 2004, p. 121).

Assim, é fundamental determo-nos na autorrepresentação dos músicos, dos promotores de eventos, dos jornalistas e críticos, dos *managers*, dos editores e dos *bloggers* acerca do *subcampo* em que operam. Há, claramente, um autorreconhecimento de que se trata de um campo muito conflitual, trespassado por lógicas hierárquicas de poder e de luta. Concomitantemente, este carácter hierárquico é acentuado pela percepção de que o campo da música funciona amplamente em virtude de “conhecimentos” e “relações” muito interpessoais, de “simpatias” e de “troca de favores”. Aliás, a própria proximidade entre os diversos agentes do campo acaba por se tornar um constrangimento relacional na tomada de decisões. Daí que considerado um espaço relacional de conflitualidade alargada, é possível considerar as dificuldades de implantação das pequenas bandas, dotadas de menores recursos culturais e simbólicos e a capacidade de imposição de agentes, que não sendo músicos, têm nas suas mãos o “poder”. Beatriz, uma das músicas entrevistadas, refere:

Portugal é muito pequeno e é gerido por muito poucas pessoas que fazem aquilo que querem. Por exemplo, existe uma certa forma de pensar assente no seguinte: 'nós estamos a fazer-vos um favor em estar a deixar-vos a tocar neste festival'. É por isso que os pais não gostam que os filhos tenham bandas. Esta mentalidade é generalizada a todo o tipo de arte, à exceção da arquitetura. É a tal questão de se ver a arte como um luxo. As pessoas não dão valor quando veem uma banda pequena. É mais fácil chegar ao topo porque o meio é pequeno. Controlando as redes, consegues. (Beatriz, Músico 33, 29 anos, Licenciatura, Lisboa)

A lógica de mercado, contra a qual, em grande medida, este subcampo do *rock* alternativo afirma ter-se constituído, tem vindo, entretanto, a entrar nele com cada vez mais força, introduzindo novas divisões e hierarquias, formas de distanciamento ou

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

denegação face às “influências” e *lobbies* que o atravessam. A representação da conflitualidade ínsita a este subcampo também é relacionada, para alguns entrevistados, com a inexistência de uma indústria musical nacional capaz de se estruturar e defender as obras e apresentações das bandas. Com a consolidação do *rock* alternativo, através da presença de mais agentes, da criação de um corpo de estabelecidos dentro do alternativo, da ampliação dos públicos, do relativo sucesso comercial (de alguns protagonistas), vai-se alterando o papel deste segmento no interior do campo mais vasto do *pop rock*. Assim, o subcampo emergente vai ter um papel de charneira. Papel corporizado, por um lado, no seu pendor alternativo, crítico, novo (reação e subversão heterodoxa face aos “dominantes”/“comerciais”/“maus artistas”) e por outro lado, face a um grupo considerável de recém-entrados ou de protagonistas que pretendem aceder ao campo¹³; Por isso, Bourdieu diz-nos que:

os autores consagrados que dominam o campo de produção tendem a impor-se também pouco a pouco no mercado, tornando-se cada vez mais legíveis e aceitáveis à medida que se banalizam através de um processo mais ou menos longo de familiarização associado ou não a uma aprendizagem específica. As estratégias dirigidas contra a sua dominação visam e atingem sempre, através deles, os consumidores distintos dos seus produtos distintivos (BOURDIEU, 1996, p. 189).

5. Determinantes e propriedades do *rock* alternativo português

De que forma “solucionam” os protagonistas a sua inserção dúplice no campo (olham “para cima”, criticando os artistas “comerciais” ou os “não artistas” do campo, mas, ao mesmo tempo, funcionam como *gatekeepers* para os que a ele pretendem aceder por via do segmento que dominam)? Através de uma reconstituição permanente de fronteiras, com vista a sublinhar a conservação de uma “cena alternativa” e a sedimentação da sua legitimação e círculo de crença pela montagem de um circuito alternativo e pela repetição nos canais mediáticos de nomes. Poderemos estar perante agentes calculadores e estratégicos, no qual somos

¹³ Assim, “os recém-chegados não podem deixar de remeter continuamente para o passado, no mesmo movimento através do qual acedem à existência, quer dizer, à diferença legítima ou até, por um tempo mais ou menos longo, à legitimidade exclusiva, os produtores consagrados com os quais se medem e, por conseguinte, os seus produtos e o gosto daqueles que lhes permanecem ligados. É assim que as galerias ou as editoras, como os pintores ou os escritores, se distribuem a cada momento segundo a sua idade artística, isto é, segundo a antiguidade do seu modo de produção artístico e segundo o grau de canonização e de divulgação desse esquema gerador que é ao mesmo tempo esquema de percepção e de apreciação” (BOURDIEU, 1996, p. 187).

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

incitados a considerar que a maior parte dos agentes age num espírito de racionalidade: confrontados com um universo incerto, eles procuram reduzir as incertezas, produzindo normas ou apoiando-se sobre convenções (BÉRA & LAMY, 2003, p. 152). Aqui, poderemos sempre equacionar se o apelo ao “amor pela arte” não será acompanhado do cálculo da arte como um meio como nos adianta Xavier:

Talvez na música mainstream haja essa questão das vendas que cai nessas disputas, mas ao nível destes artistas menos conhecidos, não há muito isso. Acho até que grande parte deles se conhece e querem é que toda a gente tenha sucesso e ficam contentes com o sucesso dos outros. Acho que não há assim muitas invejas, porque não há grande retorno financeiro. Acho que não se vê assim grandes problemas no meio de nichos mais específicos, que é o que conheço melhor. Não sei o que se passa a outra dimensão e com outros intervenientes. (Xavier, Jornalista 18, 29 anos, Licenciatura, Lisboa)

Quem, num determinado estado das relações de força, monopoliza (mais ou menos completamente) o capital específico, tende a prosseguir estratégias de conservação (no caso dos campos onde se produzem bens culturais, tendem à defesa da ortodoxia); pelo contrário, os agentes menos providos de capital (geralmente os que mais recentemente chegaram ao campo e, por isso, muitas vezes, os mais jovens) tendem a prosseguir estratégias de subversão (heresia/heterodoxia):

é a heresia, a ortodoxia, como ruptura crítica, frequentemente ligada à crise, com a doxa, que faz sair os dominantes do silêncio e que os impele a produzir o discurso defensivo da ortodoxia, pensamento direito e de direita destinado a restaurar o equivalente da adesão silenciosa da doxa (BOURDIEU, 2004, p. 121).

No interior do próprio campo, as lutas são fundamentais e as posições de dominação destacam-se. Desde logo, a reduzida dimensão do campo, torna-o um campo de interconhecimento pessoalizado muito relevante, sendo essa desde logo a primeira certeza do seu funcionamento hierárquico e conflitual. Quando questionados acerca dos agentes determinantes do campo e das próprias determinantes do subcampo, os agentes em situação, por nós abordados, destacam primeiramente o papel da crítica e do jornalismo, não obstante reiterarem a sua perda de importância relativa face à emergência de novos canais e fontes de informação, designadamente provenientes da Internet, na figura dos blogues. De forma semelhante, também é dada importância

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

de relevo ao segmento dos *managers* e do agenciamento, pois são estes agentes que detêm o poder de dar visibilidade e rentabilidade aos diferentes projetos. A par, surgem também referências aos *lobbies* importantes para a sedimentação da carreira dos músicos associados às rádios ou a alguma imprensa. Seguidamente, e por ordem decrescente de importância, são referenciadas as promotoras de eventos, pois nelas residem as opções concretas de apresentação ao vivo dos projetos. A par, destacam-se os *opinion makers*, isto é, agentes que, pela sua trajetória no campo (sejam músicos, jornalistas, radialistas ou editores), adquiriram relevância em termos de personalidades de referência para a própria canonização do campo. De forma menos pontuada surgem as editoras, os projetos musicais consolidados, os próprios músicos, as distribuidoras, os responsáveis por espaços de divulgação, a TV, os públicos e as lojas de música.

Os jornalistas sempre foram muito importantes, os jornalistas, não os jornais, sempre foram muito importantes para a divulgação da música, estrangeira e portuguesa no que nos diz respeito. (Francisco, Músico 16, Músico, 36 anos, Mestrado, Porto)

Tudo o que se passa na indústria discográfica em Portugal passa-se nos bastidores. Tu vais a concertos e não há os chamados A&R das editoras que vão assinar as bandas. As coisas não se passam assim em Portugal. Em Portugal tu conheces alguém que conhece alguém que conhece essa pessoa e muitas vezes ele ou ela vão ver um ensaio. (Diogo, Músico 19, 36 anos, Músico, Licenciatura, Matosinhos)

Dado curioso é o de que as referências são na generalidade hetero-referências: assim a nomeação nunca incide nos próprios, mas sempre num *outro*; assim, é um “outro” que tende a preencher a discursividade inerente à enunciação dos dominantes, camuflando a disputa pela “parada em jogo”, como, de resto, Bourdieu constatou que os agentes são

aparentemente implacáveis, salvaguardam o essencial: a convicção que os protagonistas neles investem. A participação nos interesses constitutivos da pertença ao campo (que os pressupõe e os produz através do seu próprio funcionamento) implica a aceitação de um conjunto de pressupostos e de postulados que, sendo a condição indiscutida das discussões, são, por definição, mantidos ao abrigo da discussão (BOURDIEU, 1996, p. 198).

Reconhecendo-se a importância dos jornalistas ou dos agentes na estruturação deste subcampo, é possível reconhecer as debilidades

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

destes agentes, nomeadamente dos jornalistas e críticos, pois encontram-se fortemente determinados por instâncias de legitimação internacional e têm um distanciamento importante face ao público em geral.

Os ditos críticos musicais portugueses seguem muito, agarram-se a uma espécie de Bíblia, que é a imprensa musical londrina, britânica e portanto tudo o que é capa de revistas e hype nas revistas londrinas, que muitas vezes é um fenómeno específico britânico, para consumo interno, é imediatamente importado para Portugal como sendo the next big thing e eu acho que é um exagero, porque aquilo normalmente são pastiche de coisas que já se fizeram ano passado, podem ser mais ou menos bem-feitas, mas não são propriamente novas, originais. (Miguel, Músico 46, 47 anos, Licenciatura, Porto)

Um segmento que nasce como heterodoxo, disruptivo e que visa pôr em causa o *establishment*, propõe independência face às lógicas de mercado massivas, reivindicando uma autonomia face aos valores do consumo imediato e uma diferença estética e artística perante a contínua descaracterização e massificação do *pop rock*. Os líderes e porta vozes do *rock* alternativo português opunham-se ao uso da arte para ganhar dinheiro, buscavam a pureza da forma que foram em tempos os ideais da vanguarda modernista (FOWLER, 1997, p. 76), assumindo a existência de uma cena alternativa importante e capaz de afrontar o *status quo* musical do *pop rock* vigente. Podemos fazer entrar a perspetiva de Menger (2002) que apresenta a vida do artista como uma “aposta” em termos de proveitos económicos e simbólicos, uma vez que compensa a fragilidade dos seus ganhos económicos pelo reconhecimento face ao meio, possibilitando uma conversão dos proveitos simbólicos em proveitos económicos.

Evidente que, se houvesse essa disponibilidade, se fosse um mercado normal, se fosse um mercado que não estivesse dependente do mainstream, de um gosto mainstream, se estivermos presos ao mercado nacional estamos dependentes de um gosto. Se não estivéssemos dependentes disso, se funcionássemos, ou se tivéssemos uma origem anglo-saxónica, se o nosso alvo fosse o mercado mundial, em que pudéssemos trabalhar nos pequenos segmentos de mercado à nossa vontade, somando esses mercados daria um mercado vastíssimo, a questão era outra. Não é uma questão de princípio, é uma questão de opção face à realidade. A questão nem sequer se coloca. É tão evidente que nem sequer é preciso pensar muito. (Adolfo, História de Vida 2, 50 anos, Mestrado, Braga)

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

Outra propriedade fundamental de todos os campos subsiste numa cumplicidade objetiva subjacente a todos os antagonismos, já que todos os agentes envolvidos no campo têm um interesse fundamental na existência do campo. O campo implica *crença*, a crença de que o jogo vale a pena, de que vale a pena participar no jogo:

aqueles que participam na luta contribuem para a reprodução do jogo, ao contribuírem, mais ou menos completamente segundo o campo, para a produção da crença no valor das paradas em jogo. Os recém-chegados têm de pagar um direito de entrada que consiste no reconhecimento do valor do jogo (a seleção e a cooptação concedem sempre muita atenção aos índices de adesão ao jogo, de investimento) e no conhecimento (prático) dos princípios de funcionamento do jogo (BOURDIEU, 2004, p. 122).

É a natureza dos conflitos em torno do poder que determina as competições no espaço social, especialmente através do estabelecimento dos parâmetros de posições dentro de vários campos – as regras da arte, as regras do mercado, etc. (FOWLER, 1997, p. 82). O efeito de campo acontece quando já não se consegue compreender uma obra (o seu valor) se não se conhecer a história do campo de produção da obra. A redução da obra à posição no espaço social do produtor ou do consumidor escamoteia tudo o que ela deve ao campo e à sua história. Neste sentido, poderemos mesmo enunciar os indícios de constituição de um campo: o primeiro deve-se à presença na obra de traços da relação objetiva (por vezes mesmo consciente) com as outras obras (passadas ou contemporâneas); o segundo liga-se à aparição de um corpo de conservadores das vidas (biógrafos) e das obras (especialistas, historiadores, etc.); o terceiro filia-se no reflexo da história do campo na obra e mesmo na vida do produtor.

Na abordagem do papel do jornalismo e da crítica e das suas relações com a configuração do *rock* alternativo em Portugal, é importante destacar algumas dimensões reflexivas apontadas pelos agentes sociais. A primeira salienta a diluição da importância do exercício da crítica no âmbito do jornalismo musical pela crescente proliferação da Internet e consequentemente de fóruns e de blogues que tendem a ocupar esse papel. A segunda manifestação associa a crítica musical a modalidades herméticas de funcionamento e de discursividade, encerrando um círculo onde só os próprios intervenientes são tidos em linha de conta, apontando o distanciamento da crítica face à população e alguns

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

prelúcios de “arrogância” intelectual. A terceira tendência de posicionamento perspetiva a existência de um certo desinteresse e/ou desvalorização por parte da crítica musical em projetos nacionais, não contribuindo, tal como faz a imprensa internacional, para a mediatização e legitimação de determinadas cenas musicais. Em quarto lugar, e de forma paradoxal, é assumida a importância da crítica na criação de *hypes* e no despoletar de nichos musicais que depois crescem, pese embora estas valorizações dependerem sobremaneira da intensidade de redes sociais desenvolvidas no processo. Em quinto lugar, existe uma tendência de posicionamento que ressalva a diminuição do peso da rádio e dos programas de autor na divulgação de projetos alternativos, pese embora a importância de poucos exemplos localizados no Portugal¹⁴ ou no Indiegent¹⁵. Por último, no quadro da discursividade analisada, não deixa de ser relevante a quase assunção de um paradoxo relativamente à crítica e ao jornalismo musical que oscila entre a crença na sua importância e a sua desvalorização enquanto suporte efetivo de divulgação de projetos musicais, pelas razões apontadas, mas também pela exiguidade do subcampo.

Há novo talento para ser ouvido, só não tem exposição suficiente. O novo talento não tem espaço porque as playlists respondem mais ao conhecimento do que ao reconhecimento. Há talento novo e há talento novo para ser escutado. O problema reside naquilo que se tornou numa característica da cultura portuguesa, a mesma cultura que, como qualquer outra, existe como um todo e não por partes, as pessoas têm preguiça para ouvir coisas novas, não são estimuladas.
(Lucas, Promotora 11, 26 anos, Licenciatura, Lisboa)

Bourdieu reflete acerca do conceito de *doxa*, pois todos os campos se pautam por princípios não questionáveis, o que não equivale a dizer que as estratégias dos agentes envolvidos num dado campo são resultado de um cálculo cínico, da busca consciente de maximização do lucro específico, mas da relação inconsciente entre um *habitus* e um campo: “Max Weber dizia que os dominantes precisam sempre de uma “teodisseia dos seus privilégios”, ou, melhor, de uma sociodisseia, quer dizer, de uma justificação teórica do facto de serem privilegiados” (BOURDIEU, 1989, p.53). Da mesma forma, os interesses em causa num

¹⁴ Programa de rádio realizado por Henrique Amaro na Antena 3 de divulgação da música lusófona nas suas componentes e bandas menos *mainstream*.

¹⁵ Programa de rádio realizado por Nuno Calado na Antena 3 há mais de 20 anos. O seu foco são as propostas alternativas de música a nível nacional e internacional.

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

determinado campo não se vinculam a um mero utilitarismo, derivam dos investimentos dos agentes sociais nas diferentes apostas em jogo e na perspectiva de Bourdieu são condição e produto da vinculação a um determinado campo:

quando as pessoas só têm que deixar correr o seu habitus para obedecerem à necessidade imanente do campo e satisfazer as exigências que nele se encontram inscritas (o que constitui em todo o campo a própria definição da excelência), não têm seja de que maneira for consciência de estar a sacrificar a um dever e menos ainda a buscar a maximização do ganho (específico). Têm, portanto, o ganho suplementar de se verem e de serem vistas como perfeitamente desinteressadas (BOURDIEU, 2004, p. 126).

No caso em estudo, o que a multiplicidade de formas de apresentação e de representação do estatuto social do músico na atualidade que os discursos dos entrevistados apresenta – do músico como alguém *glamourizado*, ao músico como uma condição social transitória e precária, ao músico como um cidadão comum, ao músico como alguém que adotou um modo de vida *sui generis*, ao músico como sendo objeto de uma representação social estigmatizada no sentido de comportamentos e consumos desviantes e como tendo um estatuto social pouco reconhecido e valorizado –, o que esta multiplicidade tende a pôr em destaque é a ideia, precisamente, de que a “virtude” dos agentes está na possibilidade de “não estar dependente da música”, ser “livre” dos constrangimentos impostos pela lógica de mercado e conseguir um “estatuto” independente do sucesso comercial alcançado. Uma das grandes convenções neste subcampo poderá ser a própria apologia de um exercício não convencional da atividade musical, reconhecendo-se que essa será a via possível de uma afirmação, pois as “regras” mudaram face ao que se passava em meados dos anos 80 do século XX, dada a diversidade de ofertas musicais existentes por via de um mundo mais globalizado e mais próximo.

Por isso, nada melhor do que fazer como os Mão Morta (...) porque não estão dependentes do seu sucesso comercial, para ter uma vida digna. Que é aquilo que muitas vezes falta aos músicos portugueses, ter uma vida digna. Há sempre aquela ideia da música ser hobby, não uma profissão. Há essa ideia pública em relação aos músicos. Importância/necessidade de exercer uma profissão para além da música, tendo em vista não depender dela para sobreviver – questão da independência/liberdade do músico para fazer o que quer. (Humberto, Jornalista 6, 38 anos, Licenciatura, Lisboa)

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

Na sua abordagem da música enquanto resultado das convenções sociais, Martin (1995) refere a importância dos grupos dominantes na definição dessas convenções, nomeadamente dos críticos da música, que têm um forte papel no estabelecimento das mesmas, ou seja, no modo como a música deve ser produzida e ouvida. Inclusivamente, Martin apresenta o exemplo dos musicólogos como dotados de legitimidade para expressar juízos acerca da música acabando por formular uma hierarquia musical, característica das sociedades modernas. O processo de perpetuação das convenções sociais é então protagonizado por escritores, críticos e teóricos que definem as normas do seu “mundo artístico” (MARTIN, 1995, p. 184) e para assegurar a pertença a um determinado mundo artístico, nomeadamente ao mundo da música, os indivíduos deverão orientar a sua conduta de acordo com essas normas. A carreira de um músico dependerá, por assim dizer, da sua conformidade às convenções do campo artístico, à sua *doxa*, às suas crenças: “a existência de críticos pode constituir um indicador objetivo da dupla dimensão simbólica (prestígio) e económica (especulativa) dos bens e dos serviços culturais, o que impede a sua redução ao seu valor económico” (BERÁ & LAMY, 2003, p. 155).

6. *Topos do rock alternativo português*

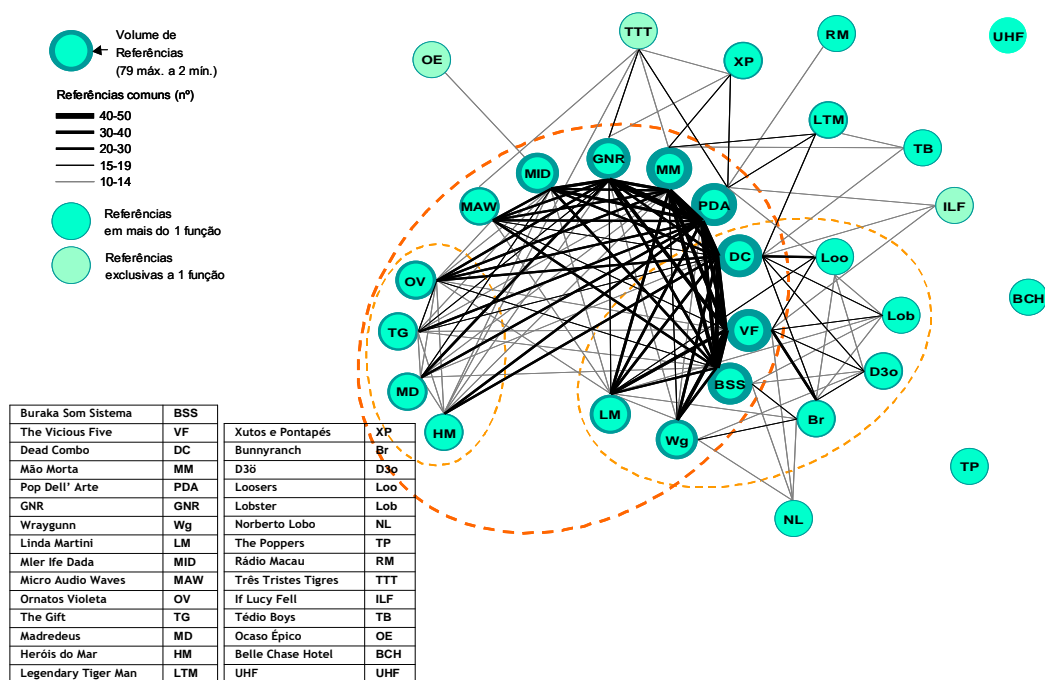
No tratamento das entrevistas realizadas, surgiu uma recorrência importante de palavras usadas pelos entrevistados para identificar os atores, locais, lojas, promotores e médias, que serviram de inspiração para a criação de um layout hierárquico com base no número de referências a essas mesmas palavras. As palavras usadas para identificar um determinado conjunto assumiram uma configuração hierárquica através da sua frequência de enunciação¹⁶. Dessa forma, foi possível identificar e criar uma topologia de posições que define o subcampo do rock alternativo em Portugal (relativamente às formas de os indivíduos se

¹⁶ O foco do presente artigo prende-se com a compreensão da lógica subjacente e do funcionamento do segmento de *rock* alternativo português, no que diz respeito às representações dos indivíduos, numa perspetiva bourdieusiana. Para melhor compreender e visualizar essas conceções relacionais, desenvolveu-se uma análise baseada numa abordagem matemática chamada dinâmica poliédrica. Esse procedimento algébrico permitiu criar representações das estruturas de conexão entre os elementos identificados pelos entrevistados (bandas nacionais e internacionais, blogues, jornalistas, críticos, locais, lojas de discos e atores-chave da cena nacional do *rock* alternativo), concebidas com o uso de quadros de referências comuns, com o objetivo de descrever e discutir questões estruturantes na caracterização do *rock* alternativo. Um artigo publicado anteriormente (XXX, 2016) apresenta a análise realizada e é a origem das considerações apresentadas nesta secção.

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

relacionarem e se associarem), no que toca a três tipos de intervenientes relevantes: (1) as bandas; (2) as editoras, promotores de eventos e lojas de discos; (3) e os agentes-chave.

Figura 1: Dinâmica de poliedros aplicada à estrutura de ligações das bandas nacionais mais referenciadas pelos entrevistados (com um mínimo de 10 referências ou com referências em mais do que 1 função)



Fonte: Elaboração própria.

Relativamente às bandas, surge um primeiro grupo que parece estrutural na formação do *rock* alternativo português (Figura 1), constituído por bandas que são referidas por quase todos os entrevistados: Buraka Som Sistema¹⁷, The Vicious Five¹⁸, Dead Combo¹⁹, Mão Morta, Pop Dell'Arte, GNR²⁰, Wraygunn²¹, Linda

¹⁷ Banda portuguesa de *kuduro*, sendo a mesma considerada como um dos projetos musicais com maior projeção internacional, na década de 2000 e 2010.

¹⁸ Eram uma banda de *rock* oriunda de Lisboa, formada em 2003, em que diversos membros vinham do background do *punk/Hardcore*.

¹⁹ É uma banda portuguesa que possui influências musicais no campo do *Fado* e do *Rock*, bem como músicas da América do Sul e África. A banda apenas é constituída por dois elementos: Tó Trips e Pedro V. Gonçalves.

²⁰ Também conhecidos como o Grupo Novo Rock, os GNR são uma banda portuguesa de *pop rock*, formada no Porto, na década de 1980.

²¹ Os Wraygunn é uma banda portuguesa originária de Coimbra. Eles ficaram conhecidos pela fusão de estilos vindos do *Blues*, *Gospel* e sons de rock puro americano.

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

Martini²², Mler lfe Dada, Micro Áudio Waves²³, Ornatos Violeta²⁴, The Giff²⁵, Madredeus²⁶ e Heróis do Mar²⁷ (por ordem decrescente de número de referências, referências estas em mais de um papel) (XXX, 2016). A maior parte destas bandas foi formada na segunda metade da década de 80, profundamente influenciada pela estética *pós-punk*, e veio a assumir papel de “instituição de campo” devido à sua longevidade, protagonismo, liderança na definição dos cânones da criação artística, relacionamento independente com editoras e médias e proclamação contínua da ética *do-it-yourself* (DIY) – com seus membros a afastar a profissionalização das suas carreiras musicais. Essas “bandas veteranas” primárias são acompanhadas, por um segundo grupo, os “recém-chegados”, que seguem uma lógica de exploração e experimentação sonora, evitam o envolvimento com grandes editoras e foram formadas por membros previamente integrados na formação das bandas consideradas instituições de campo. Podemos, de facto, referir-nos à existência de uma estrutura produtora de cânones de um subgénero musical (fundamentado no pós-punk, na experimentação musical e como ponte com a eletrónica) nas duas principais cidades de Portugal, Lisboa e Porto. Essa estrutura é caracterizada pela sua ética e lógica DIY, presença predominantemente amadora no que diz respeito à profissionalização, busca de uma alternativa às grandes editoras – na criação de editoras independentes e pessoais – e uma reivindicação de uma esfera de ação cosmopolita à escala portuguesa (XXX, 2013). Este espectro de bandas está localizado nos principais arcos do *rock* alternativo das últimas três décadas em Portugal; as bandas ilustram claramente o que está por trás do “mundo alternativo” em Portugal, mesmo que esse alternativo seja plural e dinâmico, incluindo uma sonoridade e músicas híbridas, editoras independentes, concertos ao vivo, lógicas DIY, canonização por críticos e assim por diante.

²² Banda portuguesa de *rock* conhecida pelas suas influências *post-rock* e *punk*, criados em 2003.

²³ São um grupo musical português fundado em 2000 que começou por desenvolver composições minimalistas e experimentais.

²⁴ São uma banda portuguesa de *rock alternativo*, com fusão de algumas tendências como o *ska* e o *jazz*, originários do Porto.

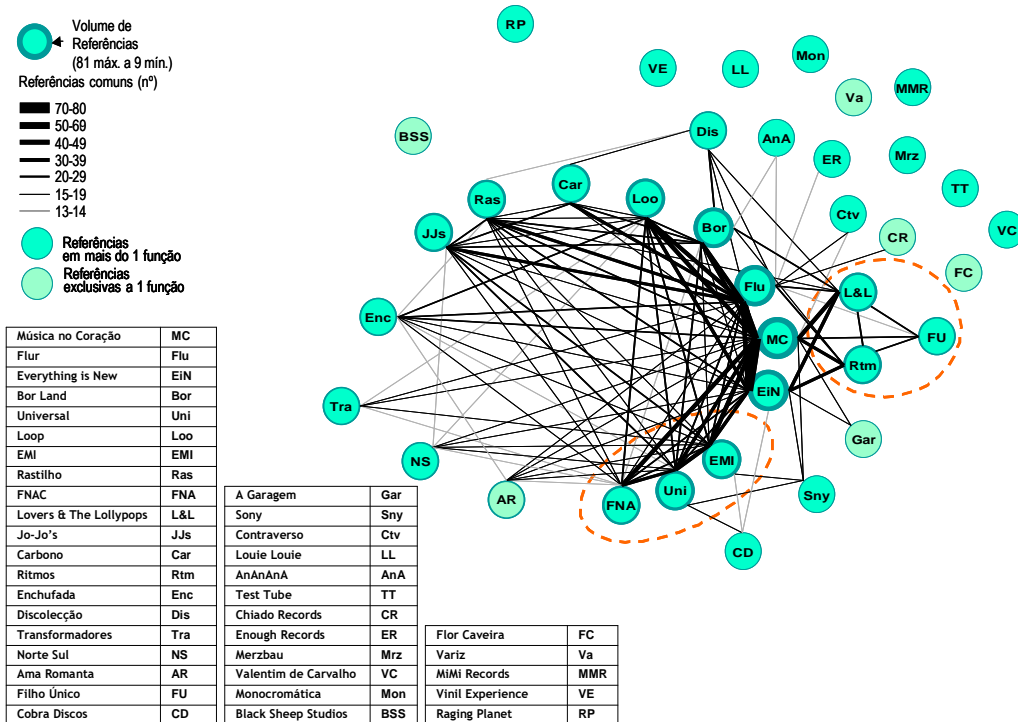
²⁵ Os The Giff são uma banda portuguesa, de Alcobaça, formados em 1994. São uma banda conceituada que já ganhou o Globo de Ouro de Melhor Grupo.

²⁶ Os Madredeus são um dos grupos musicais portugueses que possui maior projeção mundial. Estes são conhecidos por combinarem influências da *música popular*, do *fado* e da *música erudita*.

²⁷ Os Heróis do Mar foram uma banda de *pop-rock* portuguesa, formada em 1981, em Lisboa.

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

Figura 2: Dinâmica de poliedros aplicada à estrutura de ligações das editoras, promotoras de eventos e lojas de discos mais referenciadas pelos entrevistados (com um mínimo de 10 referências ou com referências em mais do que 1 função)



Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao segmento de editoras, promotores de eventos e lojas de discos, é importante observar como uma estrutura é constituída em torno das posições de organizações alternativas e tradicionais (Figura 2): à primeira vista, os dados parecem conter algumas contradições. Citando apenas algumas das editoras/promotores mais referidos (por ordem de decrescente de número de referências, referências estas em mais de um papel) (XXX, 2016): Música no Coração²⁸, Flur²⁹, Everything is New³⁰, Bor Land³¹,

²⁸ Trata-se de mais antiga promotora de eventos *pop rock* nacional: a sua génese remonta a 1997.

²⁹ Loja de discos fundada em 2001 em Lisboa. A Flur é sede de duas labels – a Holuzam (criada em 2018) e a Príncipe (que cofundou em 2011) – e tem projecção internacional. Entre várias possíveis expressões deste reconhecimento além-fronteiras estará o facto de ser a única loja de discos portuguesa representada no livro “Around The World In 80 Record Stores”, de Marcus Barnes.

³⁰ A Everything is New é uma promotora de eventos culturais, sediada em Lisboa e liderada por Álvaro Covões desde 2007

³¹ Editora fonográfica independente do Porto fundada em outubro de 2000 por Rodrigo Cardoso e Inês Lamares.

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

Universal³², Loop³³, EMI³⁴, Rastilho³⁵, FNAC³⁶, Lovers and The Lollypops³⁷, Jo-Jo's³⁸, Carbono³⁹, Ritmos⁴⁰, etc., é possível identificar um mix de entidades tradicionais e independentes. Apesar da crise associada ao mercado de discos, os promotores, as principais editoras e as independentes mantêm uma posição reconhecida e valorizada dentro da estrutura, baseada na importância de tais editoras e promotores na definição de “alternativo”. No entanto, de uma forma fortemente ligada à socio-história portuguesa e à indústria da música (SZEMERE, 2001), um papel importante pode ser atribuído aos promotores que, hoje em dia, expandiram as suas atividades para além dos nichos alternativos (na tentativa de organizar alguns dos maiores eventos de Portugal), iniciando-se no final dos anos 80 e início dos anos 90 através de estratégias DIY, estruturas e funções organizacionais informais, alimentadas por um leitmotiv de procurar “a alternativa”. No entanto, as suas atividades ramificaram-se gradualmente em expressões mais populares (mainstream), principalmente na criação de grandes eventos, como festivais (ver HIBBETT, 2005). Além disso, a evolução da indústria musical portuguesa é recente, levando algumas das editoras independentes do início dos anos 80 a adotarem uma postura mais mainstream e corporativa para com a produção musical. O que parece evidente aqui é a coexistência aparentemente conflituosa entre micro e macro organizações e um ethos mainstream e alternativo: mas deve-se enfatizar que este é muito mais um conflito aparente do que real, um resultado da dinâmica geral da evolução dentro da indústria da música. Estes são os mais importantes princípios estruturantes deste subcampo do rock alternativo, que não escondem a dinâmica geral da luta dentro do segmento, nem impedem a oposição entre “reis do segmento” e “recém-chegados” (REGEV, 1994).

³² Uma das maiores editoras discográficas de Portugal.

³³ A Loop:Recordings é uma editora portuguesa centrada no *hip-hop* fundada em 2001.

³⁴ A EMI foi uma empresa multinacional britânica do ramo fonográfico com sede em Londres, Inglaterra. No momento da sua dissolução, em 2012, foi o quarto maior grupo de gravadoras da indústria musical e foi uma das quatro grandes *majors* fonográficas.

³⁵ Editora fonográfica baseada em Leiria e que mantém atividade há mais de duas décadas.

³⁶ Cadeia de lojas que opera no varejo/retalho, oferecendo produtos culturais e eletrónicos.

³⁷ A Lovers & Lollypops foi criada em 2005, numa lógica DIY. Até à data já editaram mais de 100 discos.

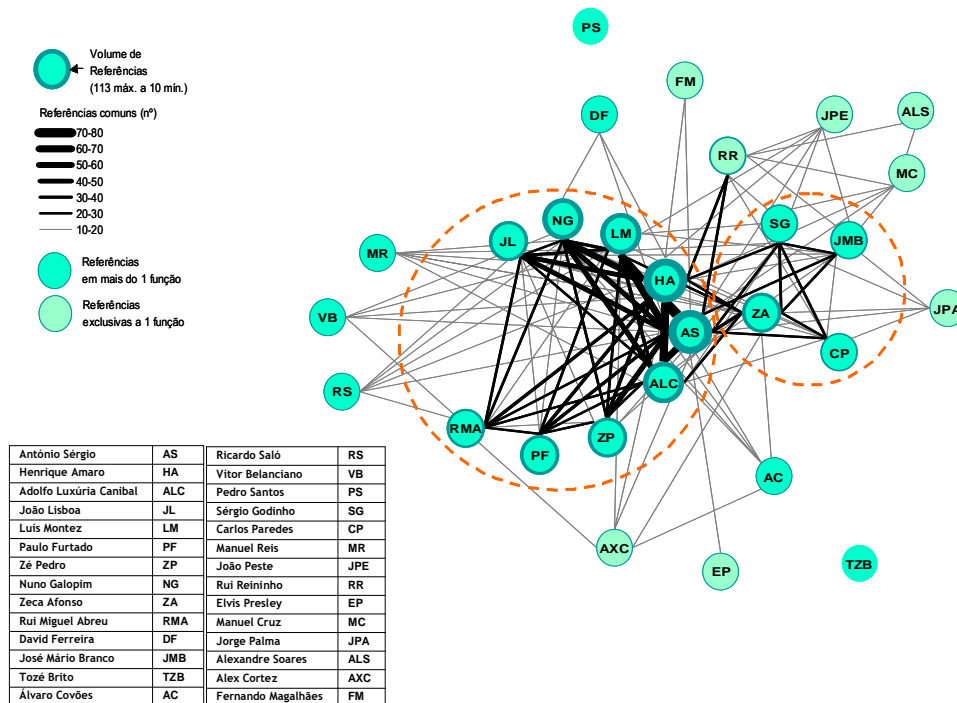
³⁸ A Jo-Jo's Music foi fundada em 1978 no Porto e constituiu até ao seu encerramento em 2013 um marco nas lojas de discos independentes.

³⁹ A Carbono abriu em 1993 em Lisboa e garante ser a primeira loja de discos usados em Portugal.

⁴⁰ A Ritmos é uma das principais e mais prestigiadas produtoras nacionais de eventos em Portugal. São responsáveis pela organização de festivais como o Festival Paredes de Coura.

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

Figura 3: Dinâmica de poliedros aplicada à estrutura de ligações dos agentes sociais mais referenciados pelos entrevistados (com um mínimo de 10 referências ou com referências em mais do que 1 função).



Fonte: Elaboração própria.

A configuração dos principais agentes no subcampo do *rock* alternativo também invoca elementos importantes (Figura 3). Talvez seja a estrutura poliédrica mais relevante. Esta estrutura mantém dois grupos no seu núcleo. É composto por atores-chave (músicos e agentes dos *media*) no surgimento do subcampo do *rock* alternativo em Portugal, em meados da década de 80: António Sérgio⁴¹, Henrique Amaro⁴², Adolfo Luxúria Canibal⁴³, João Lisboa⁴⁴, Luís Montez⁴⁵, Paulo Furtado⁴⁶, Zé Pedro⁴⁷, Nuno Galopim⁴⁸, Rui Miguel Abreu⁴⁹ (por ordem decrescente de número de referências,

⁴¹ Locutor e realizador de rádio português, DJ, editor discográfico, especialista e divulgador de música *rock*, *pop* e de *vanguarda*.

⁴² Locutor e realizador de rádio. Um dos principais divulgadores das novas músicas portuguesas e brasileiras.

⁴³ Vocalista da banda Mão Morta.

⁴⁴ Crítico de música independente do Semanário Expresso.

⁴⁵ Fundador e responsável pela promotora Música no Coração.

⁴⁶ Artista, vocalista e músico blues português cujo nome artístico é The Legendary Tigerman.

⁴⁷ Foi um músico português, guitarrista e fundador da banda Xutos e Pontapés. Faleceu em 2017.

⁴⁸ Crítico de música e realizador de rádio.

⁴⁹ Crítico, *blogger*, DJ e realizador de rádio.

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

referências estas em mais de um papel) (XXX, 2016). Por exemplo, António Sérgio (considerado o “John Peel português” e responsável pelo início da disseminação da música alternativa) assume o papel de “difusor pioneiro”, como invariavelmente mencionado por quase todos os entrevistados. Adolfo Luxúria Canibal, vocalista da banda Mão Morta, é igualmente destacado nessa estrutura, não apenas em termos de volume de referências, mas também por algumas referências comuns relacionadas aos elementos estruturantes do campo. Ele assume o papel de um pêndulo (i. e. mantendo tudo em movimento) e é sem dúvida um ator que detém capital (interno) significativo no meio dos processos de canonização do subcampo do *rock* alternativo português. Ele também alcançou notoriedade na sociedade portuguesa em geral e no mundo artístico em particular (capital externo). Em linguagem bourdieusiana, essas duas figuras exercem “dominância” no subcampo, concentrando-se nas suas mãos o maior volume de capitais no espaço social-relacional do *rock* alternativo. Estas considerações permitem mostrar a complexidade das relações que substanciam as estruturas subjacentes de atores, locais, bandas, editoras e promotores que compõem o *rock* alternativo português, explorada nas secções anteriores deste artigo e aqui apresentada, à luz da teoria dos campos de Bourdieu.

7. O amor pelo *rock* alternativo: observações finais

Definimos o *rock* alternativo como um subcampo, devido ao alcance limitado de sua extensão temporal e espacial em Portugal, e devido à sua dependência e correlação com o campo da música *pop rock* em geral. É também um subcampo devido à sua relevância numa análise mais segmentada e plural das atuais manifestações da cultura popular ou de massas. Apresentou-se uma aplicação da teoria bourdieusiana a um segmento artístico e musical específico além do campo literário ou *pop rock* em geral, operando uma (re)adaptação teórica num esforço para legitimar a análise de um segmento musical que exige abordagens e ferramentas de investigação específicas. Assim, a nossa perspectiva enfatiza tanto a pertinência da perspectiva de Bourdieu quanto a das teorias pós-subculturais sobre contingência contemporânea, pluralidade e instabilidade na produção de processos culturais.

Os processos fundamentais e ferramentas expressivas do *rock* alternativo português podem ser encontrados por todo o mundo, mas existem, sem dúvida, singularidades locais. O *rock* alternativo português assumiu características particulares, principalmente

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

através dos seus protagonistas e líderes, devido às idiossincrasias históricas do país e às especificidades da indústria musical portuguesa. Após 1986, várias mudanças levaram à criação de um subcampo do *rock* alternativo dentro do campo mais geral do *pop rock*. A existência de agentes e estruturas opostas ao *establishment* explica em grande parte a gênese deste subcampo. A democratização política do país, a sua abertura a influências estrangeiras, o aumento da urbanização, a sua adesão à Comunidade Europeia, o surgimento de uma certa 'movida' pós-moderna (principalmente em Lisboa, mas também no Porto), todos contribuíram para o surgimento de um 'segmento alternativo', contrastando os princípios da massificação popular do *pop rock*. Todos esses elementos facilitaram, além disso, o *boom* de bandas, editoras independentes, fanzines, programas de rádio, críticos e locais de concertos. As repercussões destas atividades e posições ecoaram no espaço e no tempo até hoje.

Referências Bibliográficas

- BÉRA, Matthieu; LAMY, Yvon. **Sociologie de la culture**. Paris: Armand Colin Éditeur, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2004.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Réponses**. Paris: Editions du Seuil, 1992.
- FOWLER, Bridget. **Pierre Bourdieu and cultural theory – critical investigations**. Londres: Sage Publications, 1997
- GUERRA, Paula. **A Instável Leveza do Rock: gênese, dinâmica e consolidação do rock alternativo em Portugal**. 2010. Dissertação (Doutoramento em Sociologia) – Faculdade de letras da Universidade do Porto, 2010.
- GUERRA, Paula. **A Instável Leveza do Rock. Gênese, dinâmica e consolidação do rock alternativo em Portugal**. Porto: Edições Afrontamento, 2013.
- GUERRA, Paula. Keep it rocking: the social space of Portuguese alternative rock (1980–2010). **Journal of Sociology**, v. 17, p. 615–630, 2016.
- HIBBETT, Ryan. What Is Indie Rock?. **Popular Music and Society**, v. 28, n. 1, p. 55–77, 2005.
- MARTIN, Peter J.. **Sounds and society: themes in the sociology of music**. Manchester: Manchester University Press, 1995.
- MENGER, Pierre-Michel. **Le Paradoxe du musicien. Le Compositeur, le melomane et l'Etat dans la société contemporaine**. Paris: HARMATTAN, 2002.

O que tem o *rock* a ver com Bourdieu?

REGEV, Motti. Producing artistic value: the case of rock music. **The Sociological Quarterly**, v. 35, n. 1, 1994. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4121245>. Acesso em: 07 de jul. 2020.

REGEV, Motti. Ethno-national Pop-rock Music: Aesthetic Cosmopolitanism Made from Within. **Cultural Sociology**, v. 1., n. 3, p. 317–41, 2007.

STANKOVIC, Peter. Appropriating “Balkan”: Rock and Nationalism in Slovenia. **Critical Sociology**, v. 27., n. 3, p. 98–115, 2001.

SZEMERE, Anna. **Up from the Underground: The Culture of Rock Music in Postsocialist Hungary**. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2001.

A ARTE ENTRE ESTILISTAS E CHEFS: OS REPERTÓRIOS DA ARTE E A DELIMITAÇÃO DAS FRONTEIRAS NA GASTRONOMIA E NA MODA¹

Bárbara Venturini Ábile²

Juliana C. Miraldi³

Michel Nicolau Netto⁴

Talitha A. Ferreira⁵

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as fronteiras simbólicas que são produzidas a partir de encontros do campo da arte com os campos da moda e da gastronomia. Elegemos como objetos de análise: no caso da moda, a parceria entre a marca de *fast fashion* Riachuelo e o Museu de Arte de São Paulo em 2017 chamada projeto Moda Masp; no caso da gastronomia, a obra "Restauro" na 32ª Bienal de São Paulo e a exposição "Alimentário" no Museu da Cidade, também em São Paulo. Esses encontros demonstram a articulação nesses campos de um repertório cultural legitimado e valorizado, produzido no campo da arte. É a partir desse repertório, que os agentes do campo da moda e da gastronomia traçam fronteiras simbólicas internas a seus campos, assegurando vantagens em suas disputas. Essas análises nos permitem concluir que: (i) esses encontros não ameaçam a autonomia do campo da arte, uma vez que dependem de seu reforço para que a arte continue sendo fonte de repertório cultural legítimo; (ii) a arte continua sendo importante fonte de capital cultural e distinção, se olharmos como seu repertório é utilizado para produção de fronteiras sociais a partir dos outros campos aqui analisados; (iii) esses encontros não produzem processos de artificialização, na medida em que eles dependem da manutenção das fronteiras entre os campos para que haja eficácia simbólica na transferência da carga positiva atribuída ao 'artista' a estilistas e chefs.

Palavras-chave: Arte. Fronteiras. Campo. Moda. Gastronomia.

Art between stylists and chefs: the repertoires of art and the delimitation of boundaries in gastronomy and fashion

Abstract

This article aims to analyze the symbolic boundaries that are produced from encounters between the field of art and the fields of fashion and gastronomy. We selected as objects of analysis: (i) in the case of fashion, the partnership between the fast-fashion brand Riachuelo and the Museu de Arte de São Paulo in 2017 called the Moda Masp project; (ii) in the case of gastronomy, the artwork "Restauro" at the 32nd Bienal de São Paulo and the exhibition "Alimentário" at

¹ As pesquisas que resultaram neste artigo contaram com os seguintes apoios: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2018/20074-2; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2015/11112-0; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2016/16686-7; Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (Capes), processo 88882.329293/2019-01.

² Doutoranda em sociologia pela Unicamp. E-mail: bvabile@gmail.com.

³ Doutora em sociologia pela Unicamp. E-mail: julianamiraldi@gmail.com.

⁴ Professor doutor em sociologia pela Unicamp. E-mail: mnicolau@unicamp.br.

⁵ Doutoranda em sociologia pela Unicamp. E-mail: talitha_ferreira@yahoo.com.

A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras

the Museu da Cidade, also in São Paulo. These encounters demonstrate the articulation in these fields of a legitimate and valued cultural repertoire produced in the field of art. It is from this repertoire that agents in the field of fashion and gastronomy draw symbolic boundaries within their fields, ensuring advantages in their disputes. These analyzes allow us to conclude that: (i) these meetings do not threaten the autonomy of the field of art, since they depend on its reinforcement so that art remains a source of legitimate cultural repertoire; (ii) art remains an important source of cultural capital and distinction if we look at how its repertoire is used to produce social boundaries in the other fields analyzed here; (iii) these meetings do not produce artification processes, as they depend on maintaining the boundaries between the fields so that there is symbolic effectiveness in transferring the positive charge attributed to the 'artist' to stylists and chefs.

Keywords: Art. Boundaries. Field. Fashion. Gastronomy.

Arte entre estilistas y cocineros: los repertorios del arte y la delimitación de fronteras en gastronomía y moda

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar las fronteras simbólicas que se producen a partir de los encuentros entre el campo del arte y los campos de la moda y la gastronomía. Elegimos objetos de análisis: (i) en el caso de la moda, la alianza entre la marca de moda rápida Riachuelo y el Museu de Arte de São Paulo en 2017 denominado proyecto Moda Masp; (ii) en el caso de la gastronomía, la obra "Restauró" en la 32 Bienal de São Paulo y la exposición "Alimentário" en el Museu da Cidade, también en São Paulo. Estos encuentros demuestran la articulación en estos campos de un repertorio cultural legítimo y valorado producido en el campo del arte. Es a partir de este repertorio que los agentes del campo de la moda y la gastronomía trazan fronteras simbólicas dentro de sus campos, asegurando ventajas en sus disputas. Estos análisis permiten concluir que: (i) estos encuentros no amenazan la autonomía del campo del arte, ya que dependen de su refuerzo para que el arte siga siendo una fuente de legítimo repertorio cultural; (ii) el arte sigue siendo una fuente importante de capital cultural y distinción si observamos cómo se utiliza su repertorio para producir límites sociales de los otros campos analizados aquí; (iii) estos encuentros no producen procesos de artificación, pues dependen de mantener los límites entre los campos para que exista una efectividad simbólica en la transferencia de la carga positiva atribuida al 'artista' a los estilistas y chefs.

Palabras-clave: Arte. Frontera. Campo. Moda. Gastronomía

Introdução

Este artigo⁶ busca contribuir para a compreensão dos processos de constituição e reafirmação de fronteiras simbólicas ao investigar as relações entre os campos da arte (em especial, artes visuais), da moda e da gastronomia na contemporaneidade. Constatamos, primeiramente, que a arte funciona como um repertório simbólico capaz de ser mobilizado por agentes desses outros campos, no sentido de articular disputas e classificações. Para tanto, analisaremos dois recortes que julgamos emblemáticos: (i) a parceria intitulada Moda Masp anunciada em 2017 entre a Riachuelo e o Masp para a criação de uma coleção de roupas e (ii) os casos das exposições “Restauro” e “Alimentário”, que ocorreram entre 2015 e 2016 na 32ª Bienal de São Paulo e no Museu da Cidade, respectivamente.

O primeiro caso retoma a antiga relação entre moda e arte. Contudo, se essa relação costumava envolver os agentes dominantes do campo da moda, como as marcas de luxo, ela agora envolve também seu oposto: uma popular rede *fast fashion*. Já o vínculo entre gastronomia e arte também não é novo, mas há sua expansão, que na contemporaneidade atinge de modo mais demarcado alguns dos seus espaços e agentes. Essa relação entre arte e os campos da moda e da gastronomia produz novos processos de classificação dos elementos pertencentes aos campos, o que não elimina suas especificidades, mas introduz novas formas de distinção entre seus agentes. A partir disso, interessa-nos perceber que se por um lado esses encontros geram intercâmbios pontuais entre determinadas produções culturais – na medida em que há compartilhamento material e simbólico entre os campos envolvidos, ou seja, entre seus produtos, consumidores e produtores –, o processo de produção simbólica só é possível porque as fronteiras entre os campos são reconhecidas na prática. Com isso, as fronteiras da arte são reafirmadas, permitindo que seu campo se estabilize como uma fonte de repertórios culturais valorizados e pretensamente distintivos.

Desdobrando os casos, observamos os movimentos de um *jogo simbólico* singular, que aproxima e distancia a ‘arte’ de outros espaços de produção, como a moda e a gastronomia. Ainda que os eventos que investigamos apresentem diferenças, notamos

⁶ O autor e as autoras deste artigo fazem parte do Grupo de Estudos em Bourdieu da Unicamp (Gebu). Para referências de pesquisas produzidas no Gebu sobre os campos aqui analisados, ver: Moda: Ábile (2019); Gastronomia: Ferreira (2015; 2018); Campo e Arte: Miraldi (2015; 2020). Aproveitamos o espaço para registrar nossos agradecimentos aos colegas do Gebu, por todas as trocas, diálogos e ideias.

certas regras ou condições que inscrevem suas possibilidades objetivas. Esse jogo entre o que é e o que não é compartilhado, entre diferentes campos e as próprias condições que possibilitam que alguns agentes possam se engajar nesse jogo, são questões que norteiam nossa pesquisa. Veremos que antes de avançarmos na investigação dessas fronteiras, precisamos nos ater ao invariante desses casos: um referente para o qual esses investimentos convergem interesses e valores de diferentes ordens. Se na contemporaneidade a arte organiza e conforma um repertório simbólico especialmente atrativo, iniciamos retomando aquilo que a torna capaz de articular fenômenos aparentemente tão distintos.

O campo das artes visuais

Nos estudos de Pierre Bourdieu a arte se configura como um campo de produção de capital cultural que reflexivamente classifica seus praticantes enquanto é por eles classificado. O autor nota como o conhecimento artístico (ida a museus, reconhecimento de pintores e obras, etc) – resultado de diferentes processos de acúmulo de capital – é ele próprio um capital cultural incorporado (BOURDIEU, 2015), uma vez que o reconhecimento social da legitimidade desse conhecimento faz com que seus detentores adquiram maior status social. Contudo, essa relação entre conhecimento artístico e status social só é eficaz porque os sistemas classificatórios do mundo social apresentam correspondências que possibilitam que um sistema classificatório estabilizado como o da arte seja capaz de distinguir e ordenar a legitimidade de agentes, práticas e instituições não artísticas.

Em *A Distinção* (2007) tal homologia ocorre entre o espaço social e o espaço dos gostos e estilos de vida, de modo que Bourdieu argumenta que as práticas culturais empreendidas por quem possui maior status social tendem a manifestar maior poder distintivo. No entanto, em obras posteriores, voltadas à compreensão do modo específico de produção artístico (BOURDIEU, 1996; 2013), o autor demonstra que o sistema classificatório dos gostos e práticas que geram distinção social é produzido em um espaço simbólico específico, o campo da arte, a partir de disputas e alianças que, com o passar do tempo, definem não só o valor do que é produzido no campo, mas o que pode ser produzido e quem o pode produzir. É justamente porque o campo da arte produz fronteiras simbólicas eficazes, como os limites entre o que é ou não artístico, entre o que é legítimo ou ilegítimo para a arte, que ele é capaz de ser

articulado como uma fonte de produção de outras fronteiras sociais, que extrapolam o seu campo.⁷ Deste modo, analisando as noções de campo e distinção em conjunto, percebemos que não há contradição entre o aumento da autonomia do campo e sua capacidade de intervenção em processos heterônomos a ele. Ao contrário, quanto mais autônomo o campo, maior a sua condição de produzir capitais legítimos que possam ser utilizados em lutas classificatórias disputadas por agentes e instituições de outros campos.

Apesar da complexidade e do grau de autonomia que a arte alcançou nos tempos atuais, a gênese deste campo é, segundo Bourdieu, relativamente recente: teria ocorrido na França, na segunda metade do século XIX, com a *revolução simbólica* promovida pelo impressionismo (BOURDIEU, 2013). Este é um marco para a arte ocidental, pois o impressionismo representou não só a reestruturação do fazer artístico em relação ao modo de produção precedente – caracterizado pela pintura acadêmica e pela figura do pintor profissional⁸ –, como descentralizou o poder de legitimação da arte que era até então monopolizado pelas academias. Do ponto de vista da autonomia da arte, as academias já representavam uma maior capacidade de refração em relação às influências externas (como a da Igreja), porém o mesmo não valia para o Estado, que monopolizava as instituições de ensino nacionais e, por isso, detinha demasiado poder sobre a forma de organização das academias, afetando diretamente os processos de produção das regras e da legitimação da arte e limitando sua autonomia. Assim, a posição que as academias possuíam não pode ser considerada como efeito da autonomização do campo artístico, tendo em vista justamente a influência que sofria do Estado e os poucos recursos dos agentes e instituições envolvidos com a arte para refratá-la.

Com a revolução impressionista, um conjunto de agentes diretamente envolvidos na produção e no consumo artístico passa a concentrar recursos que os possibilitam disputar o jogo no qual são definidas as regras da arte. A partir de então, os sistemas de valor da arte deixam de ser afetados diretamente pelos interesses

⁷ Sobre fronteiras simbólicas e sociais, ver: Lamont (1992); Lamont *et al.* (2001) e Lamont & Mólnar (2002).

⁸ Nathalie Heinich identifica modelos e momentos distintos de produção e valorização da arte como *regimes de singularidade*, dividindo-os assim: regime artesanal dos artistas medievais; regime profissional do artista acadêmico e regime vocacional, que nasce com o artista romântico (HEINICH, 2012). Observar estes regimes permite perceber as diferenças construídas entre momentos históricos específicos no que tange ao modo de produção artístico e à posição social da arte. Ainda, a disputa entre arte acadêmica e arte moderna não se restringe a uma ruptura com a forma, mas da afirmação de novos valores com a simultânea negação dos antigos.

externos à arte, como os ditames do Estado que encontram cada vez mais resistência por parte de agentes e instituições que passam a dominar as disputas artísticas. Como são os próprios produtores que definem os critérios de validação artísticos, dizemos que o campo da arte surge quando a arte passa a ter a si própria como referência. Segue-se que os valores e a estética definidores da 'boa arte' modificam-se. Deixam de ser dominantes os retratos de personalidades, paisagens ou eventos históricos – enfim, elementos que se baseiam na precisão do artista em retratar o mundo exterior – e ascendem a representação do traço, da cor, da sombra, ou seja, dos elementos estéticos propriamente internos à arte, que dizem respeito às suas especificidades demonstrando a orientação da arte para a reflexividade. É por isso que a capacidade de reprodução de cânones – padrão central de avaliação artística nas Academias – pôde ser substituída pela noção de originalidade, de contínua transformação da arte a partir do próprio campo artístico (COLI, 2005; HEINICH, 1996).

Deste modo, percebemos que ao mesmo tempo em que o campo se autonomiza, ele também passa a ser disputado por mais agentes. A perda da univocidade de poder das Academias também torna a luta por classificação mais incerta e concorrida. Agora não apenas artistas, mas críticos de arte, *marchands*, e curadores disputam as condições de classificação sobre o que é arte e seus graus de legitimidade. Da mesma forma que há uma pluralização dos agentes envolvidos nessa disputa, também ocorre uma expansão de seus espaços em termos geográficos⁹. Em primeiro lugar, os Estados Unidos passam a disputar com a Europa as classificações do campo. Surgem novas correntes e artistas (como o expressionismo abstrato de Jackson Pollock ou a Pop Art de Andy Warhol), instituições artísticas (como o MoMa de Nova Iorque) e críticos (como Clement Greenberg) que emergem no campo da arte, ampliando-o geograficamente. Em segundo lugar, e mais recentemente, com a pluralização de noções de história da arte (entendendo a história feita canônica como a europeia e não universalizante) e com a entrada de artistas não europeus ou estadunidenses nas principais instituições de arte (como a arte concreta, marcadamente latina-americana, tendo a brasileira Lygia Clark como uma de suas praticantes), o campo se amplia ainda mais (Cf: BELTING, 2006; QUEMIN, 2015).

⁹ Como instâncias de ensino, consagração, exibição e comercialização como universidades, salões, revistas e prêmios especializados, bienais, feiras de arte, galerias e casas de leilões que se multiplicaram e agora incluem no campo agentes e nações que, até o século XIX, não participavam de seus espaços de produção e disputa.

Embora a expansão do campo da arte descentre instituições, histórias e artistas canônicos, tornando suas disputas mais incertas, bem como suas classificações mais questionadas e suas transformações mais rápidas, o campo da arte também amplia seu poder, uma vez que há cada vez mais agentes envolvidos nesse jogo e uma maior abrangência da sua influência em diferentes lugares do mundo. É por isso que o que Bourdieu notou sobre a França – a alta capacidade do campo artístico em gerar capital cultural legítimo e, por consequência, distinção no espaço social – movimentou vários autores para a tentativa de compreender o poder desse campo em outros países e na contemporaneidade. Nesse contexto, o trabalho de Paul Dimaggio sobre os Estados Unidos (2015), conclui que a arte ainda possui eficácia na produção de distinções sociais legítimas entre os estadunidenses. Da mesma forma, Osmar Lizardo (2006) afirma que a alta cultura é mais capaz de gerar laços sociais fortes, que garantem vantagens para seus detentores (tornando-se capital social), quando comparada à cultura popular. Contudo, outros autores passaram a questionar tanto a autonomia do campo artístico, quanto sua capacidade de estabelecer distinções sociais devido, sobretudo, à influência de processos que não são diretamente concernentes às artes como, por exemplo, a indústria cultural, a mídia e a cultura de consumo. É o caso de Néstor Garcia-Canclini, que questiona Bourdieu justamente nesse ponto, afirmando que sua obra “não nos ajuda a entender o que ocorre quando até os signos e os espaços das elites se massificam e se misturam com os populares” (CANCLINI, 2003, p. 37).

De fato, como entender a autonomia atual do campo da arte quando os artistas se consagram não apenas pelo reconhecimento que obtém de agentes do campo da arte, mas por suas capacidades de gerar vendas lucrativas em feiras e leilões de arte? Ou ainda quando as obras canônicas da história da arte passam a ser produtos reproduzíveis fartamente ofertados nas megalojas dos principais museus do mundo? Estaria assim ameaçada a autonomia do campo, uma vez que suas classificações não teriam a mesma eficácia? Assim pensam, por exemplo, Lipovetsky e Serroy que afirmam que “falar de capitalismo transestético implica não reduzir o conceito de arte ao de Grande Arte, mas incluir neste as artes comerciais e industriais, a moda, o *kitsch*, a indústria do *entertainment*” (LIPOVETSKY & SERROY, 2015, p. 74).

Com tantas mudanças, espaços e agentes, há o questionamento se o campo artístico seria ainda capaz de produzir fronteiras

A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras

simbólicas que estabeleçam distinções legitimadas, o que têm implicações também na produção de fronteiras sociais. Em outras palavras, as mudanças no campo também poderiam ser percebidas na forma como os indivíduos operam a cultura para a produção de distanciamentos e aproximações sociais? Diversas pesquisas seguiram essa linha e parecem ter chegado à conclusão de que a arte legítima – aquela definida no campo da arte – não mais opera relevantes divisões sociais. A tese do onivorismo é a mais influente nesse debate. Estudando o gosto musical estadunidense na década de 1990, Peterson e seus colaboradores (PETERSON, 2005; PETERSON & KERN, 1996; PETERSON & SIMKUS, 1992) concluem que não é a divisão entre alta e baixa culturas que opera a fronteira social entre os indivíduos com diferentes acúmulos de capital cultural, mas a maior capacidade dos agentes de trafegar por diferentes hierarquias de gostos. Em outras palavras, o gosto onívoro, mais eclético, caracterizaria mais as classes altas do que o gosto pela alta cultura. No outro extremo, o gosto unívoro, pouco eclético, caracterizaria as classes populares. Outros autores também notaram que a separação entre alta e baixa cultura tem pouca influência na produção de fronteiras sociais, mas captam outros fenômenos, como os diferentes níveis de engajamento cultural (BENNETT *et al*, 2009), ou uma maior ou menor propensão para o consumo de obras estrangeiras, denotando um capital cosmopolita (WEENIK, 2008) e a valorização de um cosmopolitismo estético (CICCHELLI *et al*, 2019). Partindo também do diagnóstico da perda da importância da alta cultura, Prieur & Savage (2013) falam da emergência de novos capitais culturais, além daqueles gestados em torno de produções artísticas.

Todo esse debate, por mais diverso que seja, percebe dois fenômenos: a perda da autonomia do campo da arte e a menor condição desse campo em produzir fronteiras sociais. Gostaríamos, contudo, de rever essa compreensão. Entendemos que essa visão só é possível porque o campo da arte é visto a partir de si mesmo, com indicadores tomados como marcadores internos a esse campo. Contudo, se olharmos para a forma como o campo da arte opera em outros campos chegamos aos mesmos resultados? Se observarmos como em outros campos noções sobre a arte são apropriadas, não veríamos como essa é mobilizada para definir, justamente, novas fronteiras simbólicas que, por sua vez, transformam-se em fronteiras sociais? Para propor algumas respostas nos valeremos da noção de *repertório*, de Michèle Lamont (1992; LAMONT & THÈVENOT, 2000). Para a autora, os diferentes agentes mobilizam repertórios disponíveis em seus

A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras

espaços para produzirem fronteiras simbólicas. Em outras palavras, recorrendo a um repertório cultural disponível para a justificação de suas posições, os agentes produzem fronteiras simbólicas que separam 'o nós' e 'o outro'. Essa mesma noção será usada aqui. Observaremos quais os repertórios mobilizados no campo da moda e da gastronomia que permitem seus agentes produzirem e reforçarem fronteiras simbólicas. Como será demonstrado, é justamente o campo da arte onde se reserva o repertório primordialmente mobilizado no encontro com a moda e a gastronomia.

A fast fashion no museu

O lugar socialmente ocupado pela moda criou condições para que desde o século XIX ocorressem encontros com a arte. Paralelamente, isso também permitiu que o flerte com a arte fosse historicamente evocado e defendido¹⁰ pelos agentes ligados ao campo da moda. Dessa forma os diálogos, movimentos e compartilhamentos entre moda e arte têm ocorrido segundo características que nos permitem pensar como os campos se encontram e se expandem na contemporaneidade, fazendo a manutenção das fronteiras simbólicas que garantem a cada campo sua singularidade.

A moda foi bastante referenciada em diferentes movimentos de vanguarda artística, no início do século XX, que contestavam a arte tradicional acadêmica (PRUDENTE, 2018). Um dos exemplos disso¹¹ foi a junção entre surrealismo e as criações da costureira italiana Elsa Schiaparelli, que entre 1937-1938 realizou, com a colaboração de artistas, uma série de peças de roupas e acessórios, além de frascos de perfumes e tecidos. Duas das mais conhecidas destas peças resultaram da parceria com o pintor Salvador Dalí: *Tears Dress* e *Skeleton Dress*, parte da coleção Circus, de 1938. Da mesma forma, a mobilização de obras como inspiração na produção de roupas tem no vestido *Mondrian*, de 1965, um de seus emblemas. Já a utilização de dispositivos museográficos para expor determinados objetos da moda também é comum. Maude Bass-Krueger (2018) demonstra que o costume de expor peças de vestuário específicas em museus ocorre ao menos desde a Terceira

¹⁰ Regina Guerreiro, jornalista de moda brasileira, por exemplo, afirmava que moda e arte "andam juntas".

¹¹ Outro caso foi a colaboração da estilista Emilie Flöge e o pintor Gustav Klimt (BRANDSTÄTTER, 2000), que criaram peças que foram posteriormente comercializadas na loja de Flöge e retratadas pelo próprio Klimt em pinturas como *Retrato de Emilie Flöge* (1902) e *O beijo* (1907/8).

República Francesa. Ademais, não raro as criações de um ou mais costureiros são homenageadas dentro de espaços onde a própria definição de arte está enunciada, como as exposições *Christian Dior: Couturier du rêve*, *Marche et démarche: Une histoire de la chaussure* e *Margiela, les années Hermès*, que ocorreram entre 2016 e 2020, no Musée des Arts Décoratifs de Paris (França)¹². Na contemporaneidade, porém, esse processo se amplia, mesmo para marcas de moda que não estão nos espaços consagrados desse campo.

Em agosto de 2017 foi anunciado um projeto entre a marca de roupas Riachuelo e o Museu de Arte de São Paulo (Masp), que ganhou o nome de Masp Moda¹³. O projeto visava a confecção de 60 figurinos que foram expostos em 2020 para, posteriormente, fazerem parte do acervo de moda do museu¹⁴. Para isso, ambas entidades contaram com 30 artistas plásticos e 30 estilistas brasileiros que trabalharam em duplas na criação das peças de roupas¹⁵. O que mais importa notar nessa parceria não é a relação entre a moda e a arte – pois este vínculo já estava estabelecido –, mas a presença da Riachuelo, uma popular rede de *fast fashion*, neste projeto. Conforme observamos, o Masp Moda se insere num contexto de investimentos simbólicos da Riachuelo em variadas frentes. Isso se nota nas colaborações entre a empresa de *fast fashion* e marcas de luxo/de estilistas¹⁶ nacionais, como Lethicia Bronstein (2015) e internacionais, como Versace (2014) e Karl Lagerfeld (2016), que começaram a ser gestadas em 2009. Ao contrário das marcas de luxo/de estilistas, a Riachuelo, enquanto *fast fashion*, não ocupa uma posição simbolicamente dominante

¹² É possível ainda encontrar exposições semelhantes no Victoria & Albert Museum, na Inglaterra, e no Met Museum, em Nova Iorque.

¹³ Ver em: <<https://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/masp-e-riachuelo-fazem-parceria-para-ampliar-acervo-de-moda-do-museu/>>. Acesso em setembro de 2020.

¹⁴ Essa não é a primeira empreitada do gênero pelo Masp. Sant'Anna (2002; 2010) e Bonadio (2014) descrevem outras facetas destes encontros entre moda e arte no Masp. Em 1960, por exemplo, o museu estabeleceu uma parceria com a empresa química francesa Rhodia para apoiar e desenvolver uma indústria de criação de moda nacional. Para isso, a empresa realizava desfiles que exibiam até 150 peças, duas vezes ao ano. Em 1972, após o fim da parceria, a Rhodia doou ao Masp 79 das peças desfiladas. Assim como na proposta com a Riachuelo, elas foram criadas com artistas relevantes da época, como Willys de Castro (1926–1988) e Manabu Mabe (1924–1997). A coleção foi tema de uma exposição no Masp entre 2015 e 2016 e pode ser consultada em: <<https://artsandculture.google.com/exhibit/arte-na-moda-cole%C3%A7%C3%A3o-masp-rhodia/zAly8-9KE1p4JQ?hl=pt-BR>>. Acesso em setembro de 2020.

¹⁵ Meses depois do anúncio da parceria, alguns artistas e estilistas desistiram do projeto devido ao posicionamento político do presidente da Riachuelo, Flávio Rocha. Ver: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pedrodiniz/2017/12/1941908-por-posicao-de-patrocinador-artistas-e-estilistas-deixam-projeto-do-masp.shtml>>. Acesso em setembro de 2020.

¹⁶ A ideia de utilizar “marca de luxo” e “marca de estilistas” foi levantada por um dos informantes entrevistados para a pesquisa de Ábile (2019), com o objetivo de distinguir as marcas de estilistas que tinham um alcance restrito ao seu país de origem (como Ronaldo Fraga no Brasil) das marcas de luxo que fazem parte de grandes conglomerados transnacionais (como a LVMH e a Louis Vuitton).

A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras

no campo da moda. Se as primeiras detêm historicamente o poder de legislar em matéria de vestuário (definindo o que seria uma moda “legítima”), as *fast fashions* não disputam este capital com as marcas mais legitimadas e distintivas, ligadas à ortodoxia do campo da moda (ÁBILE, 2019).

Uma das maneiras de exemplificarmos a diferença entre ambas é observar a forma que cada qual produz e vende roupas. Marcas de estilistas como Reinaldo Lourenço, Ronaldo Fraga e Alexandre Herchcovitch têm na pesquisa e na criação o ponto fundamental de suas produções. Já as marcas *fast fashions* têm como proposta produzir e distribuir artigos de moda pretensamente estetizados de forma rápida¹⁷. Deste modo, as *fast fashions* dificilmente propõem algo novo em termos de estilismo, mas reproduzirão à exaustão elementos que podem ter sido consagrados pelas marcas mais legitimadas ou por padrões estéticos em voga no campo da moda. Com isso, apesar de não acumularem capital simbólico, as *fast fashions* se tornaram um segmento da moda com alto poder de acúmulo de capital econômico, justamente pela maneira como a peça é concebida: por meio processos de criação simplificados e rápidos, com matérias primas relativamente baratas que possibilitam o preço baixo na venda e a circulação em grande escala. Contudo, ainda que as marcas de estilistas e as marcas *fast fashions* partam de premissas distintas e tenham práticas produtivas diferentes, isso não significa que não ocorram aproximações entre seus distintos espaços e agentes. Por sua vez, para que tais aproximações e interações aconteçam de modo a assegurar ganhos simbólicos e econômicos para ambas as partes, existem regras que condicionam e determinam a posição de cada um dos envolvidos nas parcerias.

A divisão do trabalho que ocorre nas coleções colaborativas nos demonstra isso. Nela, as marcas de luxo/de estilistas fornecem uma espécie de capital simbólico para as *fast fashions*, de tal modo que são os elementos estéticos e simbólicos legitimados pelo campo da moda que, ao serem incorporados por essas últimas, também as legitimam. Isso significa que a Riachuelo investe em uma empreitada de ascensão simbólica, criando diversas estratégias de aproximação com os espaços mais prestigiados do campo da moda que, como vimos, possuem uma história de encontros e construções de referências com o campo da arte. Isso também se

¹⁷ O sistema de logística da *fast fashion* permite que em 15 dias uma peça seja desenhada, produzida e entregue na loja, enquanto marcas de luxo/de estilistas lançam, em média, 6 coleções ao ano, com produção e distribuição controladas, seguindo um calendário específico (ÁBILE, *Op. cit.*).

nota pelo fato de que a marca se vinculou ao maior endereço de comércio de luxo de São Paulo, inaugurando uma loja na Rua Oscar Freire em 2013; da mesma forma, ligou-se às famosas revistas de moda, como a Vogue Brasil e ao festival internacional de documentários de moda Feed Dog Brasil¹⁸, em 2017 e em 2020; novamente, voltou-se à arte, mas desta vez ao teatro, revitalizando e construindo espaços para a prática teatral que agora também levam o seu nome e marca.

Em outro trabalho (ÁBILE, 2019) demonstramos os interesses das diferentes empresas nas coleções colaborativas e, ao mesmo tempo, os esforços empreendidos pelas marcas dos estilistas em manter as fronteiras simbólicas em relação às *fast fashions*. Argumentamos na ocasião que as edições colaborativas não produzem uma mistura entre esses espaços, mantendo as distâncias que os caracterizam. Contudo, é preciso perceber que tal aproximação só é possível porque a Riachuelo faz um trabalho que a destaca e diferencia do conjunto das *fast fashions*, permitindo que a relação com as marcas de estilistas não produza danos simbólicos a essas.

Face ao objeto que investigamos, também percebemos que além das aproximações entre as marcas de moda mais legitimadas, a Riachuelo se inscreve em um movimento de valorização simbólica pela mobilização do repertório do campo da arte na moda. Por exemplo, em 2015 obras de artistas como Frida Kahlo, Keith Haring e Jean-Michel Basquiat figuraram como estampas em camisetas vendidas nas lojas da rede. O caso mais explícito, contudo, é o projeto Masp Moda. Mais uma vez, nesse projeto a Riachuelo não conta com um capital simbólico próprio: ela precisa se valer de capitais já valorizados justamente pelos estilistas e artistas para assegurar a legitimidade do projeto. Assim como ocorreu com seus investimentos nas posições dominantes do campo da moda, são os espaços e os agentes mais reconhecidos – agora tanto da moda, como da arte – que assumem a produção simbólica e estética do projeto. A escolha pelos nomes que representam, segundo o Masp, a moda no Brasil foi de responsabilidade da cocuradora e jornalista da Vogue, Patrícia Carta¹⁹, e os nomes elencados como representantes das artes visuais do país foram selecionados pelo

¹⁸ Festival de documentários de moda que se iniciou na Espanha e teve sua primeira edição no Brasil em 2017. Nesse evento, foram exibidos filmes e documentários da área, além de debates entre profissionais considerados relevantes na moda brasileira. A edição de 2020, por sua vez, será online. Ver <<http://br.feeddogg.org/>>. Acesso em dezembro de 2020.

¹⁹ Reinaldo Lourenço, Gilda Midani, Andrea Marques, Lucas Magalhães, Giuliana Romano, Ronaldo Fraga e Alexandre Herchcovitch.

A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras

atual diretor artístico do Masp, Adriano Pedrosa²⁰. Evidentemente, tanto Carta quanto Pedrosa representam parte do aparato de legitimação do campo da moda e da arte respectivamente, de tal modo que as escolhas que fazem – e a própria presença deles no projeto – são imbuídas de legitimidade e de intenção de reproduzir tais campos.

Da mesma forma, vale também considerar a conjuntura atual do Masp (sua crise econômica, destacadamente) como uma das condições que propiciou o projeto Masp Moda. A fim de evitar a falência, o museu passou por reestruturações para transformá-lo numa empresa lucrativa. Dentre as diversas medidas implementadas para tanto, o novo estatuto do museu deslocou o poder de decisão administrativo e artístico para um Conselho Deliberativo, cujos membros deveriam assumir compromissos financeiros, como doações em dinheiro. O conselho foi então composto por 80 potenciais investidores, dentre eles, Flávio Rocha, até então presidente da Riachuelo²¹.

Não há indícios de que a intenção da Riachuelo seja deixar de ser uma marca de *fast fashion* para disputar o espaço de consagração das marcas dos estilistas. Por isso, este tipo de fronteira não se funda na disputa. Tudo indica que o interesse da empresa, ao contrário, é se destacar de outras marcas concorrentes, ou seja, criar fronteiras simbólicas entre sua atuação e a atuação de outras *fast fashions*. Para tanto, como vimos, é justamente o repertório produzido no campo da arte – e no campo da moda consagrada que, por sua vez, também mobiliza o repertório do campo da arte, como mostramos – que a empreitada simbólica da Riachuelo se funda.

A gastronomia 'museável'

A gastronomia não possui uma relação tão explícita com os museus quando comparada ao caso da moda, ainda que parte dos seus agentes também tenha recorrido, ao longo da história, a uma série de referências gestadas no campo artístico para poderem evidenciar características pretensamente distintivas nas produções gastronômicas. Priscilla P. Ferguson (1998) demonstra que o processo de institucionalização do campo da gastronomia francesa – ou seja, da própria gastronomia²² –, em meados do século XIX,

²⁰ Sandra Cinto, Iran do Espírito Santo, Caetano de Almeida, Ibã Huni Kuin, Beatriz Milhazes, Alexandre da Cunha e Leda Catunda foram os selecionados.

²¹ Ver em: <<https://exame.com/revista-exame/um-museu-capitalista/>>. Último acesso em setembro de 2020.

²² A justificativa para tal consideração foi desenvolvida por Ferreira (2018).

mobilizou produções ligadas às artes literárias e de outros registros escritos que tinham como intuito a formalização, a sistematização e a intelectualização do conhecimento culinário, depois legitimado como gastronômico.

Ferguson (*Ibid.*) observa os movimentos de sedimentação de um corpo de agentes especializados, que materializava nos livros os clamores, as regras e as reflexões sobre um comer norteado pelo prazer e por um ideal de fruição “extraordinária”²³. A autora analisa o *chef* Marie-Antoine Carême, que teve “imensa influência” (*Ibid.*, p.613) nos movimentos de incipiência do campo da gastronomia²⁴. No início do século XIX, Carême – até hoje considerado um dos sistematizadores das bases e técnicas da gastronomia – já era conhecido como ‘o rei dos cozinheiros e o cozinheiro dos reis’ e declarava que as ‘belas artes’ eram cinco: “a pintura, a poesia, a música, a escultura e a arquitetura, cujo ramo principal é a confeitaria” (*apud* DÓRIA, 2006, p.85)²⁵. Nota-se que agentes ligados à gastronomia começam a lutar para que suas práticas e seus produtos fossem reconhecidos e discursados como distintos, estabelecendo fronteiras simbólicas entre a gastronomia (na qual estavam inseridos) e a culinária, que remete ao processo ordinário de alimentação.

A diferenciação entre a gastronomia e a culinária foi estabelecida pela mobilização recorrente de elementos vinculados às artes. Para darmos mais um exemplo, Auguste Escoffier, *chef* discípulo de Carême e autor do *Le Guide Culinaire* relacionou seu trabalho com a ‘arte culinária’ inúmeras vezes, comparando-o com a própria produção artística (ESCOFFIER, [1902] 2009; BRIGUGLIO, 2020). Há tempos a gastronomia e seus representantes acessam e articulam, portanto, partes de um repertório gestado e referenciado no campo da arte para poderem demarcar as fronteiras entre o que pertence ou não ao ‘bom gosto’ à mesa, baseando-se em discursos, fazeres e olhares *estetizados* sobre a culinária e a

²³ Obras de Alexandre B. L. Grimod de la Reynière, Jean-Anthelme Brillat-Savarin e Honoré de Balzac se referem a este processo. Grimod de la Reynière defendia a criação de cadeiras voltadas à formalização do aprendizado culinário nos liceus franceses; Brillat-Savarin construía uma aura literária às suas narrativas para valorizar os prazeres à mesa, usando anedotas e aforismos; Balzac referenciava o comer e as preferências alimentares como mercadores sociais e psicológicos da época (FERGUSON, 1998, p.602-628).

²⁴ A obra *L'Art de la cuisine française au dix-neuvième siècle: Traité Élémentaire et Pratique suivi de dissertations culinaires et gastronomiques utiles aux progrès de cet art*, de 1833, seria um símbolo disso.

²⁵ Carême era famoso por construir maquetes, esculturas e enfeites com açúcar e outros preparos da confeitaria francesa, como vemos na obra *Le pâtissier national parisien*, de 1879. A obra pode ser consultada no acervo Gallica, da Bibliothèque Nationale de France. Cf. <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9358839/f13.item#>>. Último acesso em setembro de 2020.

A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras alimentação.

Se essas antigas investidas da gastronomia no campo da arte foram pontuais, ligadas a um espaço bastante restrito e elitizado da alimentação, nos últimos quinze anos elas se tornaram não apenas mais constantes e explícitas, acompanhando a expansão do campo da gastronomia (FERREIRA, 2018), como passaram a assumir novas formas. É o caso da proliferação de *chefs* de cozinha que, ao acumularem capital simbólico, conseguem circular pelo campo da arte, transformando seus pratos e receitas em obras para serem expostas (seja o prato em si, ou fotografias e protótipos dele). Do mesmo modo, elementos próprios da gastronomia são agora utilizados por artistas para produzir uma obra ou um conceito artístico. Mesmo que estas sejam manifestações distintas da relação arte–gastronomia, elas não apenas nos indicam movimentos entre agentes dos dois campos, mas também explicitam as fronteiras e as relações de colaboração e de poder que condicionaram e conformaram estes mesmos campos.

Um dos casos mais conhecidos da relação entre os campos da arte e da gastronomia ocorreu na 12^o Documenta²⁶, em 2007, quando o restaurante do *chef* catalão Ferran Adrià, El Bulli, foi considerado um pavilhão (seguindo a nomenclatura das feiras de arte), desviando para a Espanha a rota do público da famosa exposição alemã de arte contemporânea. Contudo, antes de se transformar num pavilhão da Documenta – algo inédito tanto para a arte quanto para a gastronomia – o El Bulli era mundialmente famoso e uma das principais referências para a gastronomia, seja para seus produtores, críticos ou consumidores. O restaurante abria somente 6 meses por ano e fechava nos restantes para que o *chef* e a sua equipe trabalhassem na criação de menus sazonais, na concepção de novos pratos e na exploração de técnicas culinárias diversas, até então inovadoras para a gastronomia.

Adrià, considerado à época o *chef* mais premiado do mundo, assim afirmou em uma entrevista ao canal de TV alemão Deutsche Welle: “creio que ter o El Bulli na Documenta é um fato histórico, pois pela primeira vez se descontextualiza um pavilhão, e é revolucionário, porque a cozinha é finalmente aceita como arte”. Na mesma ocasião, o *chef* também afirmou que “a cozinha não é uma disciplina museável” e que a transformação do seu restaurante em um pavilhão de arte era o que possibilitava a entrada e a participação da gastronomia em um evento propriamente

²⁶ A Documenta Kassel é uma das mais importantes exposições de arte contemporânea que ocorre quinquenalmente desde 1955 em Kassel na Alemanha.

A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras

artístico²⁷. Por 100 dias (tempo de duração da Documenta) somente duas pessoas passavam pelo El Bulli, por dia, no intuito de visitá-lo enquanto parte do pavilhão da mostra e de degustar um conjunto de pratos como fruição de uma obra de arte.

O discurso de Adrià faz sentido quando pensamos que da mesma forma que pinturas e esculturas são suportes clássicos do fazer artístico, restaurantes são os espaços icônicos do fazer gastronômico: são próprios a ele. Se a gastronomia, em 2007, era, na visão de Adrià, 'finalmente aceita como arte' pela Documenta, que assim o fosse segundo as regras dos dominantes do campo: dissemos que Adrià ocupava à época a posição mais legítima do campo da gastronomia e não via possibilidade de servir sua produção fora do seu restaurante, longe de sua equipe, equipamentos e ateliê²⁸. Contudo, este discurso se modifica quando, em 2013 – dois anos após o fechamento do El Bulli para transformá-lo numa fundação privada de pesquisa sobre alimentação, culinária e gastronomia –, o palácio londrino Somerset House, historicamente voltado para as artes ligadas à alta cultura, apresentou uma exposição-homenagem intitulada "El Bulli: Ferran Adrià and The Art of Food"²⁹. Desta vez suas obras não seriam produzidas nas refeições para que fossem fruídas, mas contempladas enquanto fotografias, maquetes e rascunhos dos processos criativos do *chef*. Outra exposição análoga ocorreu entre 2014 e 2015, porém com o patrocínio de empresa de telecomunicações Telefônica, que também financia o atual El Bulli Foundation³⁰: "Ferran Adrià: Investigando o processo criativo" foi inaugurada em Madrid e percorreu algumas cidades da América Latina³¹.

Uma segunda forma de relação entre a gastronomia e as artes visuais é criada quando artistas buscam na gastronomia materiais, conceitos e referências para suas obras de arte. Um desses casos ocorreu em 2016, na 32ª Bienal de São Paulo, quando o artista Jorge Menna Barreto apresentou uma "obra-restaurante", intitulada

²⁷ Conferir: <<https://www.dw.com/pt-br/ferran-adri%C3%A0-a-cozinha-n%C3%A3o-%C3%A9-uma-disciplina-muse%C3%A1vel/a-2636349>>. Reportagem de 27 de junho de 2007. Último acesso em setembro de 2020.

²⁸ Para mais informações sobre estes equipamentos e técnicas, porém a partir de uma análise da Teoria Ator-Rede, consultar FERREIRA; SOARES, 2017.

²⁹ Disponível em: <<https://www.somerset-house.org.uk/whats-on/elbulli-ferran-adri%C3%A0-and-art-food>>. Último acesso em setembro de 2020.

³⁰ Ver documento oficial da fundação em: <https://elbullifoundation.com/wp-content/themes/elbullifoundation/pdf/sobre_elbf.pdf>. Último acesso em junho de 2020.

³¹ Como Lima e Buenos Aires, segundo o jornal *El País*: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/21/cultura/1432243799_106578.html>. Último acesso em junho de 2020.

“Restauro”. Localizada no mezanino do Pavilhão Ciccillo Matarazzo, onde nas edições anteriores havia um restaurante comum, a instalação confundia os visitantes da Bienal ao propor a comercialização de refeições como obras de arte³². O artista, junto com Neka Menna Barreto – sua prima e *chef* de cozinha especialista em banquetes³³ –, propunha chamar a atenção para o tema do consumo consciente e sustentável: algo que também norteia atualmente a produção e a legitimação no campo da gastronomia por meio de sua vertente conhecida como ‘cozinha de ingredientes’³⁴. Para fruir a obra e as refeições servidas por Jorge Menna Barreto, o público sentava-se em mesas coletivas e, depois de comer, separava o que sobrava para um processo de compostagem, algo que não ocorre em restaurantes premiados ou famosos.

Já Jorge Menna Barreto³⁵, como artista, compreende “nosso sistema digestivo como [uma] ferramenta escultórica e os comensais [como] participantes de uma escultura ambiental em curso, na qual o ato de se alimentar regenera e modela a paisagem”³⁶. A ideia e o discurso do artista se apoiaram, portanto, em um suporte legítimo do campo da arte, a escultura, mas o atualizaram sob o conceito de *experiência*, que disputa a própria definição de arte na contemporaneidade, ao mesmo tempo que perpassa a noção de fruição gastronômica. Assim, a obra não era o restaurante em si ou as refeições ali servidas, mas a experiência de uma relação pretensamente nova e inovadora, além de estetizada – e por isso positiva e distintiva, como a arte –, com o próprio corpo do comensal e com o ambiente onde ele transitava.

³² Consultar: <<http://www.bienal.org.br/relatorio/2017-2018/gestaoinstitucional/conexoes-institucionais/internacional/restauro-serpentine-galleries>>. Último acesso em setembro de 2020.

³³ Numa matéria de 2002, lemos que ‘Neka Menna Barreto define seus banquetes como experiências gastronômicas. Num jantar para 30 pessoas [...], ela serviu de sobremesa sorvete e creme de pinha e decorou o prato com fios crocantes de açúcar [...]. Na degustação, os convidados silenciaram. Enquanto saboreavam a receita, sentiam os fios pipocarem na boca. ‘Coloquei música no prato’, diverte-se Neka, uma das banqueteiras mais criativas do País (...)’. Disponível em: <https://www.terra.com.br/istoegente/165/reportagens/banqueteiras_neka_menna_barreto.htm>. Último acesso em julho de 2020. Colchetes nossos.

³⁴ Na ‘cozinha de ingredientes’ os *chefs* trabalham com produtos menos processados industrialmente e valorizam ingredientes provenientes de ‘cadeias curtas’, ou considerados ‘locais’. *Chefs* como Massimo Bottura e René Redzepi, cujos restaurantes têm sido premiados destacada e sucessivamente a partir do final da década de 2000 e do declínio do movimento da ‘cozinha tecnoemocional’ (ou ‘molecular’), fortemente ligado a Ferran Adrià, são emblemas da ‘cozinha de ingredientes’. Em “Restauro” eram servidas refeições orgânicas, com ingredientes que provinham de produtores agroflorestais locais, situados em torno da capital paulistana.

³⁵ Ver entrevista com o artista em: <<http://cargocollective.com/jorgemennabarreto/Restauro-32-Bienal-SP>>. Último acesso em agosto de 2020.

³⁶ Em: <<http://www.32bienal.org.br/pt/participants/o/2564>>. Colchetes nossos. Último acesso em setembro de 2020.

Outro exemplo destes encontros entre a arte e a gastronomia no Brasil é a exposição “Alimentário: Arte e construção do Patrimônio Alimentar Brasileiro”, que estreou no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro em junho de 2014 e no primeiro semestre de 2015 foi transferida para o Museu da Cidade em São Paulo, no Parque do Ibirapuera. Sob concepção de Rodrigo Villela e do *chef* Felipe Ribenboim (que havia trabalhado no El Bulli, com Ferran Adrià), e sob curadoria de Jacopo Crivelli Visconti (um dos curadores da 34ª Bienal), a exposição misturou obras de artistas plásticos com trabalhos de *chefs* brasileiros consagrados, afirmando que “em Alimentário, comida é arte”³⁷. A intenção da exposição, segundo seus organizadores, era indicar que a culinária e a gastronomia poderiam ser pensadas como índices da formação da sociedade e identidade brasileiras, tanto quanto as obras de arte escolhidas para serem expostas na ocasião. Instalações, obras e fotografias de artistas como Hélio Oiticica (1937–1980) e Victor Brecheret (1894–1955), por exemplo, figuram pela primeira vez ao lado de fotos e vídeos de trabalhos de *chefs* consagrados no campo da gastronomia, nacional e internacionalmente. Imagens de pratos à época servidos por Alex Atala no restaurante D.O.M; por Helena Rizzo no Maní e por Rodrigo Oliveira no Mocotó (todos em São Paulo), foram alguns dos exemplos que compuseram a mostra.

Devemos notar que estes *chefs* que se relacionam com o campo da arte em “Alimentário” são aqueles que também detém alto capital e legitimidade no campo da gastronomia. Em sua primeira edição brasileira, também de 2015, o famoso Guia Michelin reconheceu e premiou tanto Atala quanto Rizzo e Oliveira³⁸, do mesmo modo que o fazia desde meados da década de 1990 com o *chef* Ferran Adrià e o restaurante El Bulli. Se escolhermos um destes agentes para seguir as inscrições das condições de avanços ao campo da arte, concretizado em “Alimentário”, veremos que Alex Atala, por exemplo, também realizou curadorias para a Prefeitura Municipal de São Paulo para a realização do evento “*Chefs na Rua*” como programação oficial da “Virada Cultural” e para as ações de revitalização do Mercado Municipal de Pinheiros. Na ocasião de uma entrevista concedida ao jornal Folha de S. Paulo, em novembro de 2013, Ferran Adrià elogiou e reconheceu o trabalho de Alex Atala – à época seu colega de viagens e de

³⁷ Informação retirada do folheto da exposição, visitada na ocasião da construção da pesquisa de Ferreira (2015).

³⁸ O restaurante D.O.M, de Alex Atala, foi o único de São Paulo a receber duas estrelas nesta edição do Guia Michelin, já o restaurante Maní, de Helena Rizzo, recebeu uma estrela. Rodrigo Oliveira, por sua vez, recebeu o selo Bib Gourmand pelo seu antigo restaurante, o Esquina Mocotó, que fechou em 2019.

A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras

buscas de ingredientes 'novos' pela Amazônia –, afirmando que “não existiria Alex Atala, dessa forma, se não existisse o [EI] Bulli”³⁹. Rodrigo Oliveira, por sua vez, inaugurou em 2014 o restaurante Esquina Mocotó, cuja decoração contava com grafites feitos por Speto; em 2017 Oliveira inaugura, no Instituto Moreira Salles, o Balaio, outro restaurante com sua assinatura. Já Helena Rizzo é ‘filha de mãe artista’ e chegou a cursar alguns meses de arquitetura. No *site* oficial de um dos seus restaurantes, o Maní Manioca, lemos que “Helena virou cozinheira quando descobriu que podia colocar no prato seus sonhos, inquietações e força artística”, além de ter trabalhado como garçomete da *chef* Neka Menna Barreto⁴⁰.

Dessa forma, podemos perceber que ao longo de suas trajetórias tais agentes acumularam capital simbólico no campo da gastronomia – e fora dele, como nos casos de Alex Atala e Helena Rizzo –, algo que os possibilitou avançar sobre o campo da arte e serem reconhecidos ao lado de artistas, num espaço legítimo da produção artística. Ao mesmo tempo, os investimentos no campo da arte aumentam seus capitais, ou o poder de seus capitais, no próprio campo da gastronomia: o que se nota pelo fato de que em suas descrições elogiosas, ou na justificativa de seus prestígios nesse campo, são justamente regras e valores típicos do campo da arte que são mobilizados, a exemplo da criatividade e originalidade. É justamente pela articulação desse repertório estabilizado anteriormente pelo campo da arte que esses agentes são capazes de redefinir as fronteiras entre o que fazem (gastronomia; distinto) e o que os outros fazem (culinária; ordinário). Neste encontro, portanto, o campo da arte reforça uma valorização dos capitais obtidos por esses agentes, que será mobilizada como valores e discursos distintivos no interior do campo gastronômico.

As fronteiras e o repertório do campo da arte

Estes casos ligados à moda e à gastronomia nos permitem ver que os agentes desses campos mobilizam repertórios da arte para produzir fronteiras simbólicas internas a seus campos, socialmente lidas como distintivas. No caso do projeto Masp Moda, as diversas estratégias da Riachuelo visando a aproximação com os espaços

³⁹ Ver: <<https://www1.folha.uol.com.br/comida/2013/11/1367285-alex-atala-e-menos-valorizado-no-brasil-do-que-no-externo-diz-ferran-adria.shtml>>. Último acesso em junho de 2020.

⁴⁰ Segundo lemos em: <<https://manimanioca.com.br/chefs/helena-rizzo/>>. Último acesso em outubro de 2020.

legitimados do campo da moda nacional e internacional indicam que foram traçadas condições objetivas para que a *fast fashion* pudesse, mesmo com limites específicos, figurar no Masp. A presença da Riachuelo decorre não apenas do capital econômico que a empresa possui, mas de todo um conjunto de investimentos simbólicos na produção da sua própria condição enquanto investidora. Isto é, as estratégias da Riachuelo foram marcadas pelo estabelecimento de vínculos pontuais com espaços, agentes e empresas legitimados no campo da moda, que lhe conferiram capitais (cultural e social) que puderam ser mobilizados neste caso que analisamos. Possibilitada, por esses capitais a avançar sobre o campo da arte, a Riachuelo passa a mobilizar o repertório desse campo para estabelecer fronteiras simbólicas entre sua marca e as outras marcas da *fast fashion*. Isso significa que ao mobilizar esse repertório, a Riachuelo busca definir um 'eu' e um 'outro', ou seja, uma fronteira nas *fast fashions* que divide um espaço legítimo e distintivo de outro meramente ordinário.

Os encontros entre os campos da gastronomia e da moda com o campo da arte podem transparecer, de início, uma maior porosidade deste último e, dessa forma, a perda de suas condições de produzir classificações e regras próprias. Em outras palavras, esses encontros poderiam indicar uma perda da autonomia do campo da arte, já que coloca em contato "*nomos*" distintos. Contudo, uma análise que perceba as dinâmicas entre os campos nos traz uma conclusão oposta. Para tanto, devemos perceber o que permite que o repertório usado no campo da gastronomia e da moda, mas gestado no campo da arte, seja valorizado o suficiente para que possa valorizar, também, diferentes capitais que não os artísticos. Isso se nota pelo fato de que os agentes do campo gastronômico não disputam os sentidos ou as classificações do campo da arte. Para que a Riachuelo ou um *chef* como os aqui citados possam mobilizar repertórios desse campo no estabelecimento de fronteiras, eles precisam aceitar aquelas classificações e regras prévias, advindas do campo da arte.

É por isso que não vemos a Riachuelo se engajando em qualquer luta simbólica no campo da arte, nem disputando seus sistemas de classificação, mas investindo, inclusive financeiramente, para que esse campo se fortaleça e, dessa forma, produza repertórios socialmente legítimos para que sua empresa redefina as fronteiras que a separa das outras *fast fashion*. O mesmo se aplica aos *chefs*. Em verdade, a grande ameaça ao poder que adquirem os agentes aqui analisados é um distúrbio nas classificações do campo da arte

A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras

que afete o valor dos repertórios mobilizados, algo que não os beneficiaria com relação aos seus próprios campos. Em outras palavras, para que esses repertórios se transfigurem em poder para o estabelecimento de fronteiras simbólicas nos campos da gastronomia e da moda é necessário que as fronteiras entre o campo da arte e os outros campos sejam reforçadas e fortalecidas.

Isso nos permite repensar termos como 'chef-artista' ou 'estilista-artista'. Na verdade, esses termos funcionam como uma metáfora e como tal escondem uma comparação no sentido de produzir uma maior eficácia simbólica. A metáfora e o comparativo têm as mesmas funções: atribuir relações entre dois elementos. Contudo, a metáfora é mais forte a depender de sua construção: quando dizemos que 'um homem é um leão' produzimos um maior efeito simbólico na enunciação do que se disséssemos que 'um homem é como um leão'. Contudo, tanto em um quanto em outro caso, a intenção discursiva é atribuir ao homem as características do leão, mas não misturar os dois elementos. Afinal, se misturamos toda a carga simbólica que a expressão produz se esgota, pois se o homem se confunde com o leão, não há nada que o leão possa transferir simbolicamente para o homem. O mesmo se dá quando se diz que um *chef* ou um estilista é um artista. O que se faz é mobilizar uma metáfora para transferir a força simbólica do segundo elemento (artista) para o primeiro (*chef*/estilista).

Da mesma maneira da relação entre homem e leão, essa transferência só tem eficácia – ou seja, só produz valorização nos *chefs* e estilistas – se *chefs e estilistas* não se confundirem com *artistas*. Do contrário, 'artista' não será capaz de transferir força simbólica ao *chef*/estilista. Trata-se, portanto, de uma alquimia simbólica, como diriam Bourdieu e Delsaut (2008, p.159), que para ter eficácia necessita que ao mesmo tempo em que haja uma crença na confusão entre os termos (devemos acreditar que artista se confunde com *chef* e estilista), as fronteiras que os separam estejam bem demarcadas. Em outras palavras, só cremos na confusão porque ela não existe. Os campos analisados aqui não se embaralham e nem perdem poder para legislar suas próprias regras: ainda que se expandam e recebam novos agentes, gerando novos encontros e metáforas, isso ocorre de modo controlado, de tal forma que as crenças que os sustentam enquanto distintivos sejam mantidas.

Isso nos permite, então, afirmar que os encontros dos campos da moda e da gastronomia com o campo da arte apenas reforçam as fronteiras do campo da arte e, ainda, dependem desse reforço

A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras

para terem sentido. Essa noção nos leva a rever parte da bibliografia exposta no começo deste artigo. A não compreensão da relevância do campo da arte em produzir maior status e distinções sociais só se dá porque as pesquisas se reduziram a observar a relação direta entre esse campo e seus próprios agentes e consumidores. O que elas não observaram é que em relação a outros campos os capitais valorizados pelo campo da arte funcionam como poderosos e legítimos repertórios para o estabelecimento de distinções internas aos campos. Isso nos permite também entender como o campo da arte é mobilizado para a produção e manutenção de fronteiras sociais. Novamente, é pelo repertório simbólico definido pelo campo da arte que os campos da gastronomia e da moda agem nesse sentido, produzindo e reforçando fronteiras que também os diferenciam de outros campos, ao passo que diferenciam os estratos e posições que os conformam.

Pensando o caso da gastronomia, Carolina Pulici demonstra como a elite brasileira busca transformar suas práticas alimentares em uma forma de “arte”, contrapondo – e desclassificando – uma forma tida como voraz e vulgar, ligada às classes populares. Glória Kalil, referência da boa etiqueta, já registrou que “controlar os impulsos e apetites é o que distingue seres civilizados de feras selvagens” (*apud* PULICI, 2019, p. 46). O aconselhamento de Ricardo Castilho, diretor da revista “Prazeres da Mesa”, tentando explicar “a desconstrução à la Dalí que Adrià e sua turma fazem”, segue o mesmo argumento, relacionando gastronomia e arte:

Em certa medida, é como se juntassem Picasso, Goya e Miró para pintar cada um o seu quadro. [...] Serão pequenos bocados da vanguarda espanhola bem ali ao alcance dos 80 convidados. E bota pequeno bocado nisso. A cozinha contemporânea não é amiga da gula. (BASTOS, 2011, p. 11, *in* PULICI, 2019, p.47).

Assim também ocorre com a moda. A forma de se vestir é um dos mais significativos traços que separa as classes. Quando olhamos para o universo do luxo, observamos como as marcas de moda que buscam ampliar seu público consumidor ao mesmo tempo estabelecem fronteiras (diferenciando produtos) para que não haja confusão entre as diferentes classes sociais que as consomem. Como afirma Renato Ortiz, se o universo do luxo se expande, ele se divide entre um núcleo apenas acessível aos ricos, e uma periferia na qual as classes médias se esforçam para se inserir. E é justamente no núcleo do luxo em que encontramos as principais referências ao

A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras

campo da arte (Ortiz, 2019). Mas mesmo entre os estratos médios dos consumidores de moda, como é o caso do público da Riachuelo, a moda estabelece fronteiras sociais. Como demonstra Ábile (2019), as coleções colaborativas com as marcas de luxo, onde os repertórios do campo da arte e da moda são mobilizados, separam os consumidores em frações dentro das classes médias.

Nossa análise também nos permite avançar na noção de artificialização. Este artigo se aproxima do argumento apresentado por Shapiro e Heinich (2013). As autoras têm o mérito de observar que a arte é mobilizada para a transformação de objetos de outros campos, desde gastronomia até jogos de videogame. Contudo, o limite desse argumento é entender que isso leva à transmutação, mesmo que incompleta, dessas práticas em arte. Assim, algo que não era arte se *artifica* e, ao fim do processo, se torna arte. É evidente que isso significa uma ampliação do campo da arte que, levada ao extremo, pode mesmo tornar impossível dizer afinal o que é ou não é arte. Ocorre que para que esses elementos possam ser reconhecidos como arte eles precisam, novamente, recorrer a um repertório que só existe e só pode produzir capital se ele for produzido dentro de fronteiras controladas.

O engano das autoras é confundir um fenômeno real – a mobilização de repertórios do campo da arte em outros campos – com o que dizem os próprios praticantes dos campos que mobilizam esses repertórios. Quando esses praticantes (como os *chefs* e os estilistas) afirmam que o que eles fazem é arte, isso não significa que seus objetos adquirem status de legitimidade no campo artístico. Tanto é verdade que não há, em qualquer lista consagrada, em qualquer premiação do campo artístico, a inserção de cozinheiros ou estilistas no meio dos artistas mais reconhecidos pelo campo. A conjunção obra-restaurantes “Restauro” reproduz a metáfora arte–chef, o que se comprova pelo fato de que quem assinava a obra era o *artista* Jorge Menna Barreto, e não sua prima *chef*, responsável pelo cardápio.

Por isso, entendemos que a moda e a gastronomia não foram artificializadas, mas se tornaram capazes de mobilizar um repertório, produzido no campo socialmente reconhecido como arte, para determinarem distinções frente às ordinariedades de vestir-se e alimentar-se, respectivamente. Só assim a eficácia simbólica da arte pode ser operada em outros campos. Nossa análise nos permite concluir, portanto, que apenas pela autonomia do campo da arte e pela estabilização da arte enquanto um valor pretensamente positivo que os agentes dos outros campos são

A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras capazes de mobilizar repertórios valorizados, que lhes permitem estabelecer fronteiras simbólicas internas a seus campos. Os encontros aqui analisados reforçam, ao invés de ameaçar, as fronteiras do campo da arte. É, portanto, pelo repertório que transfere a outros campos que o campo da arte continua a produzir fronteiras sociais, atribuindo formas de distinção entre os sujeitos.

Bibliografia

ÁBILE, Bárbara Venturini. **Da griffe ao fast fashion**. uma análise das estratégias de produção de coleções colaborativas. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2019. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/335422>>. Acesso em: 31 de agosto de 2020

BASS-KRUEGER, Maude. Fashion Collections, Collectors, and Exhibitions in France, 1874–1900: Historical Imagination, the Spectacular Past, and the Practice of Restoration. **Fashion Theory**, Volume 22, Issue 4, pp. 1–29, 2018.

BASTOS, Giuliana. Banquete reúne 17 chefs renomados em SP. Revista Folha, **Folha de S. Paulo**, 19 de outubro de 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1910200836.htm>>. Último acesso em outubro de 2020.

BELTING, Hans. **O fim da História da Arte**: uma revisão dez anos depois. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

BENNETT, Tony; SAVAGE, Mike; SILVA, Elizabeth B.; WARDE, Alan; MODESTO, Gayo-Cal; WRIGHT, David. **Culture, class, distinction**. Londres: Routledge, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Manet: une révolution symbolique**: cours au Collège de France (1998–2000). Edição de Pascale Casanova. Paris: Raisons d’agir/Seuil, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Organização de Maria Alice Nogueira, Afrânio Mendes Catani. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BOURDIEU, Pierre; DELSAUT, Yvette. O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia. Tradução de Maria da Graça Jacintho Setton. In: **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2008. p.114–189.

BONADIO, Maria Claudia. A moda no MASP de Pietro Maria Bardi (1947–1987). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 22, n. 2, 2014, p. 35–70. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142014000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em setembro de 2020.

BRANDSTÄTTER, Christian. **Klimt & A Moda**. São Paulo: Cosac & Naify, 2000

BRIGUGLIO, Bianca. **Cozinha é lugar de mulher?** A divisão sexual do trabalho em cozinhas profissionais. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2020. Disponível em:

A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras

<<https://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/345669>>. Último acesso em junho de 2020.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CICHELLI, Vincenzo; OCTOBRE, Sylvie; RIEGEL, Viviane [org]. **Aesthetic cosmopolitanism and global culture**. Leiden: BRILL, 2019. Series: Youth in a Globalizing World, v.9.

COLI, Jorge. **Como estudar a arte brasileira do século XIX?** São Paulo, SP: SENAC, 2005.

DIMAGGIO, Paul. Fronteiras culturais e mudança estrutural. In: **Cultivando diferenças**. São Paulo: Edições SESC, 2015.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Estrelas no céu da boca** – escritos sobre culinária e gastronomia. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

ESCOFFIER, Auguste. **Le Guide Culinaire**. Paris: Flammarion, 2009 [1902].

FERGUSON, Pircilla Parkhurst. A cultural field in the making: Gastronomy in 19th-Century

France. **American Journal of Sociology**, The University of Chicago, v.104, n.3, november 1998. p.597-641. Disponível em: <http://www.columbia.edu/itc/sociology/ferguson/g4122/client_edit/ferguson.pdf>. Último acesso em: 01/08/2017.

FERREIRA, Talitha A. **Cozinhando e pensando um Brasil**: reflexões acerca de possíveis e diferentes discursos voltados à construção da identidade gastronômica brasileira. Monografia de bacharelado. Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=001094029&opt=1>>. Acesso em: 30/09/2020.

FERREIRA, Talitha A. **O amor pelo gosto**: sobre a gastronomia e os food trucks na cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/332431>>. Acesso em: 30/09/2020.

FERREIRA, Talitha A.; SOARES, Evandro Smarieri. Entre a cozinha e o laboratório, controvérsias: reflexões sobre a gastronomia, o cozinhar, os cozinheiros e as agências que os cercam. **Anais da ReACT**, v. 3 n. 3, Trabalhos Completos Apresentados nos Seminários Temáticos da VI Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia, 2017. Disponível em: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/2760>>. Último acesso em setembro de 2020.

HEINICH, Nathalie. **The Glory of Van Gogh**: an anthropology of admiration. Princeton: Princeton University Press, 1996

HEINICH, Nathalie. As reconfigurações do estatuto de artista na época moderna e contemporânea. **Porto Arte: Revista de Artes Visuais**, Porto Alegre, RS, v. 13, n. 22, abr. 2012.

LAMONT, Michèle. **Money, Morals, and Manners**: the culture of the French and American upper-middle class. Chicago and London: The University of Chicago

A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras

Press, 1992.

LAMONT, Michèle; MOLNÁR, Virág. The Study of Boundaries in the Social Sciences. **Annual Review of Sociology**, Vol. 28, pp. 167–195, 2002.

LAMONT, Michèle & THÉVENOT, Laurent. Introduction: toward a renewed comparative cultural sociology in: **Rethinking comparative cultural sociology: repertoires of evaluation in France and the United States**. Cambridge cultural social studies, 2000.

LAMONT, Michèle; PANDERGRASS, Sabrina; PACHUCKI, Mark. Symbolic Boundaries. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. Vol. 23, pp. 15341–15347, 2001.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LIZARDO, Osmar. How cultural tastes shape personal networks. **American Sociological Review**, vol. 71, pp. 778–807, 2006.

MIRALDI, Juliana. **Pierre Bourdieu e a teoria materialista do simbólico**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279737>>. Acesso em: 30/09/2020.

MIRALDI, Juliana. **A arte disputa a Bienal de São Paulo: as condições de produção do gosto artístico dominante. Tese de doutorado**. Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

ORTIZ, Renato. **O universo do luxo**. São Paulo: Alameda Editorial, 2019.

PETERSON, Richard A. Problems in comparative research: the example of omnivorousness. **Poetics**, n. 33, pp. 257–282, 2005.

PETERSON, Richard A.; SIMKUS, Albert. How musical tastes mark occupational status groups. In: LAMONT, Michèle; FOURNIER, Marcel (Ed.). **Cultivating differences: Symbolic boundaries and the making of inequality**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

PETERSON, Richard A.; KERN, Roger M. Changing highbrow taste: From snob to omnivore. **American Sociological Review**, p. 900–907, 1996.

PRIEUR, Annick; SAVAGE, Mike. Emerging forms of cultural capital. **European societies**, Vol. 15, no. 2, 246–267, 2013.

PRUDENTE, Aline Barbosa da Cruz. **O corpo surreal na moda: as criações conjuntas de Elsa Schiaparelli e Salvador Dalí**. 2018. 1 recurso online (102 p.) Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331162>>. Acesso em: 6 Dec. 2020.

PULICI, Carolina. A alimentação solene e parcimoniosa: práticas gastronômicas como fonte de distinção das elites paulistanas. In: PULICI, Carolina; FERNANDES, Dmitri. **As lógicas sociais do gosto**. São Paulo: Editora Unifesp, 2019. p.41–62.

QUEMIN, Alain. “Qui détient le pouvoir en art contemporain ? Fonction dans le monde de l’art, genre et pays des “acteurs de la consécration””. In: **Sociologies et sociétés**, vol. XLVII, nº 2, autonome, 2015.

A arte entre estilistas e chefs: os repertórios da arte e a delimitação das fronteiras

SANT'ANNA, Patrícia. **Moda e Arte no MASP** – Um breve estudo sobre o tema e a formação do acervo de vestuário (1947–1972). São Paulo: monografia de especialização em Museologia. MAE/USP: 2002.

SANT'ANNA, Patrícia. **Coleção Rhodia**: Arte e design de moda nos anos sessenta no Brasil. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280227>>. Acesso em: setembro de 2020.

SHAPIRO, Roberta & HEINICH, Nathalie. Quando há artificação? **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 28, n.1, 2013.

WEENIK, Don. Cosmopolitanism as a form of capital: parents preparing their children for a globalizing world. **Sociology**, Volume 6, 2008.

O QUE PROCURA? A DIGITALIZAÇÃO DO DESEJO E AS PERFORMANCES DE MASCULINIDADES NO APLICATIVO GRINDR

Ramon Silva Costa¹

Resumo

O artigo aborda o processo de digitalização das relações homossexuais como parte dos efeitos dos avanços tecnológicos da contemporaneidade. Questiona: como os perfis do aplicativo Grindr em Juiz de Fora performam masculinidades? E quais masculinidades são essas? O objetivo é compreender como os usuários realizam performances acerca de suas masculinidades no Grindr e contribuir com um debate sobre a construção social do gênero e das representações de masculinidades no meio digital. A metodologia empregada baseia-se em uma revisão bibliográfica, observação dos perfis e posterior análise de discurso multimodal em torno dos textos e fotos utilizadas por quatro usuários do aplicativo de relacionamento. Conclui-se que, as performances do aplicativo remontam performances existentes no meio sociocultural por meio dos recursos multimodais oferecidos pelo aplicativo. No entanto os usuários apresentam uma pluralidade de representações do masculino, sendo um comportamento comum a busca por parceiros com perfis semelhantes, a centralidade no corpo e sua estética e também a presença de perfis preocupados em manter em sigilo a orientação homossexual. Existem outros perfis que se descrevem e buscam por homens que não respondam ao estereótipo de comportamentos homossexuais e que correspondam a uma masculinidade hegemônica, centrada na virilidade e heteronormatividade. Além disso, houve a análise de um perfil subversivo, que em seu texto contraria as percepções trazidas pelos demais.

Palavras-chave: Masculinidades. Grindr. Gênero. Homossexualidade. Sexualidade.

What are you looking for? The digitization of desire and masculinity performances on Grindr app

Abstract

The article addresses the process of digitization of homosexual relations as part of the effects of contemporary technological advances and question: how do Grindr app profiles in Juiz de Fora perform masculinities? What masculinities are these? The goal is to understand how users perform their masculinity on Grindr and contribute to a debate about the social construction of gender and the representations of masculinities in the digital environment. The methodology employed is based on a literature review and a multimodal discourse analysis around the texts and photos used by four users of the relationship app. In conclusion, the app's performances can be traced back to existing performances in the socio-cultural environment through the multimodal features offered by the app. However, users present a plurality of representations of the male, being common behavior the search for partners with similar profiles, the centrality in the body and its aesthetics and also the presence of

¹ Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Direito e Especialista em Relações de Gênero e Sexualidades pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: ramoncosta@outlook.com

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

profiles concerned with keeping the homosexual orientation confidential. There are other profiles that are described and sought by men who do not respond to the stereotype of homosexual behavior and who correspond a hegemonic masculinity centered on virility and heteronormativity. In addition, there was the analysis of a profile that in its text contradicts these perceptions brought by others.

Keywords: Masculinities. Grindr. Gender. Homosexuality. Sexuality.

Introdução

Se no passado vivíamos em um mundo no qual as relações, ações e sensações eram substancialmente presenciais, atualmente experimentamos a crescente digitalização de nossas esferas sociais, com sociabilidades amplamente mediadas pela tecnologia, que fomenta as relações de mercado, identidades, economias e culturas inseridas no ciberespaço. Tal contexto é visualizado por Pierre Lévy (2001) em sua obra *A conexão Planetária*, marco nos estudos da sociologia digital². A expansão desse ciberespaço possibilitou a comunicação digital, que se amplia cada vez mais a partir do avanço das tecnologias, o que Manuel Castells (2003) intitula como 'galáxia da *internet*' em sua análise sobre os impactos tecnológicos dos produtos e ferramentas virtuais trazidos pela expansão da *internet* – rede– na sociedade contemporânea.

O ciberespaço, ou a rede é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. Tais termos não tratam apenas da infraestrutura material da comunicação digital, mas também do universo de informações que ela abriga, bem como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. A dinâmica digital proporciona ainda a chamada 'cibercultura', que se configura como o conjunto de técnicas– materiais e intelectuais–, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 2001, p.17).

As tecnologias digitais avançaram de forma expressiva com o aprimoramento da *internet* e o desenvolvimento de novas técnicas e aparelhos. O advento de equipamentos móveis geolocalizados³, como *smartphones* e *tablets*⁴, entre 2009 e 2010, forneceu aos indivíduos a existência de aplicativos que superaram as plataformas antigas por serem mais práticos e simples de usar.

² A sociologia digital pode ser compreendida como o ramo das Ciências Sociais, em específico a Sociologia, que se ocupa dos estudos relacionados à sociedade digital, ou seja, com o impacto social causado pelas novas tecnologias e expansão da internet nas mais diversas áreas sociais, incluindo as interações humanas trabalhadas neste artigo.

³ Os equipamentos geolocalizados são aqueles munidos da tecnologia *GPS* (*Global Positioning System*– Sistema de Posicionamento Global), que os confere a capacidade de determinar a localização geográfica das pessoas que os utilizam.

⁴ O tablet é um tipo de computador, com maior portabilidade e de tamanho pequeno, com fina espessura e tela sensível ao toque (touchscreen).

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD TIC 2017) realizada em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica que a presença do celular nos domicílios brasileiros aumentou, passando de 92,6% para 93,2%. A pesquisa domiciliar do IBGE indicou também o aumento de 94,6% para 97,0% entre os anos de 2016 e 2017, do uso da internet por meio dos celulares. Além disso, 'enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail' foi a finalidade de acesso à rede indicada por 95,5% dos usuários da internet no Brasil.

Assim, é no cenário de aplicativos inseridos por essas novas tecnologias para busca de parceiros sexuais e/ou afetivos, que se concentra a discussão do presente trabalho, visto que o crescente aumento do uso da internet possibilita estudos e pesquisas acerca dos efeitos e construções advindos da digitalização das relações humanas. Para tanto, este trabalho ocupa-se da rede geosocial Grindr, destinada principalmente para homens cisgêneros⁵ que buscam por outros homens, sendo este o enfoque deste texto, apesar da rede nomear-se como a maior rede social para conectar pessoas gays, bi, trans e queer⁶ no mundo.

Nesse sentido, a questão que guia este trabalho está em torno das performances de masculinidades que podem ser observadas nos perfis do aplicativo (app) Grindr em Juiz de Fora-MG. Questiona-se: de que forma os perfis indicam performances de masculinidades? E quais masculinidades são essas? As questões não visam respostas objetivas e completas, pois estudos sobre performances de gênero e sexualidades estão contidos em um campo amplamente subjetivo das relações e identidades humanas. Portanto, o objetivo central é compreender como alguns perfis exprimem características de masculinidades advindas das sociabilidades e refletidas de forma exponencial no ambiente digital, sem obter respostas enrijecidas, mas permitindo reflexões e compreensão sobre conceitos e pesquisas acerca do tema abordado.

⁵ As pessoas cisgêneras são aquelas que compreendem seu gênero como o mesmo atribuído a elas quando nasceram. Ao contrário de pessoas transexuais que possuem identidade de gênero que transcende a divisão sexual binária atribuída aos indivíduos ao nascerem.

⁶ Queer é uma palavra proveniente do inglês utilizada para denotar o grupo de pessoas que possuem identidades de gênero e sexualidades fora das normas.

Metodologia

A metodologia constitui-se em uma revisão bibliográfica pertinente ao tema. Nesse sentido, destaca-se que no meio acadêmico, o app vem sendo objeto de problematização em campos como a Sociologia, Antropologia e Comunicação, de formas interdisciplinares. No campo sociológico temos os trabalhos desenvolvidos por Richard Miskolci (2017), que culminaram em seu livro *Desejos Digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line*, sendo uma vasta pesquisa em plataformas digitais de relacionamento entre homens, que vão desde as antigas salas de bate-papo até os atuais apps. Na área da Linguística é possível indicar trabalhos como a obra *Erótica dos Signos em Aplicativos de Pegação* (2016) de Gleiton Bonfante, fruto de sua pesquisa de dissertação, que revela uma multiplicidade de análises permitidas na observação das relações, interações e performances de si nas redes.

Na Comunicação há um expressivo número de estudos e pesquisas no tema, em aspectos diversos, como a espetacularização do eu como traço da cultura digital (COUTO, et al, 2013). A digitalização das sociabilidades contemporâneas, nas quais o Grindr está inserido (MARTINS FILHO, 2014; VASCONCELOS et al, 2017). O valor lúdico das práticas de busca de imagens corporais (BIANCHI, 2014). As tecnologias de geolocalização e novas culturas de territorialidade presentes nos usos do Grindr (MAIA e BIANCHI, 2014). Os sentidos circulantes nos discursos de apresentação do app (GROHMANN, 2016). O alerta para a misoginia e a homofobia também presentes em redes geossociais homoafetivas (REZENDE e COTTA, 2015). A relação entre consumo e performance a partir das narrativas dos usuários do app (RIBEIRO E SOUZA, 2017), dentre outros.

Não obstante, este trabalho centra-se em um estudo empírico qualitativo do Grindr na cidade de Juiz de Fora-MG, por meio da observação e análise de quatro perfis com características diversas e comuns entre eles, afim de compreender aspectos atinentes a performance de gênero e ao uso da rede.

A observação e coleta de dados dos perfis analisados foi feita durante os meses de junho e julho de 2019. Emprega-se a análise de discurso multimodal por tratar-se de uma rede em que os perfis se caracterizam fortemente pelo uso de fotos e pequenos textos de apresentação estipulados pelos usuários. Desse modo, o emprego de

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

uma análise multimodal dos perfis permite uma observação e coleta de dados mais acertada quanto às performances de masculinidade aqui tratadas. Destaca-se que não há uma exposição das imagens dos perfis analisados, para que seja mantida a privacidade dos indivíduos e pela manutenção dos limites éticos da pesquisa⁷, que envolve o respeito à imagem e intimidade dos usuários, visto que muitos deles fazem questão de salientar uma esfera sigilosa acerca de seus perfis. Inicialmente, foram identificados dois objetos de análise contidos nos perfis do Grindr, que são passíveis de observação quanto às performances de masculinidades. O primeiro é texto de apresentação dos usuários e o segundo é a foto do perfil. Nesse sentido, a análise de discurso multimodal é utilizada como método por possibilitar uma análise do discurso em suas múltiplas modalidades. Segundo Pinheiro (2015), o termo multimodalidade advém da “inter-relação entre vários meios semióticos” na produção de significados. Salienta-se que em determinados contextos de significação é importante analisar a conjunção entre linguagem verbal e imagem, além de outros elementos considerados como “disposição espacial, cores, áudios, vídeos, etc”.

De acordo com Kress e Van Leeuwen (1996), as gramáticas das línguas versam sobre como as palavras são combinadas em frases, sentenças e textos, enquanto a gramática visual aborda a forma pela qual pessoas, coisas e lugares representados se combinam em uma estrutura visual de maior ou menor complexidade e extensão. Dessa forma, os autores assinalam diferenciações entre as estruturas linguísticas e visuais. A analogia entre elas não implica que os processos sejam idênticos, porque a relação se dá de maneira mais geral. Os significados que podem ser expressos pela língua e pela comunicação visual apontam que as coisas podem ser ‘ditas’ verbalmente e visualmente, mas de formas distintas.

Nesse contexto, as performances de gênero dispostas nos perfis do Grindr compreendem uma multimodalidade discursiva, que alinha texto e imagem em um discurso performativo acerca das masculinidades. No entanto, algo pode ser dito pela língua por meio de diferentes escolhas de classes de palavras e estruturas semânticas,

⁷ O presente artigo é um recorte das pesquisas e estudos efetivados pelo autor no decorrer de seu mestrado em Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora. Portanto, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, seguindo parâmetros éticos estabelecidos pelo projeto e em consonância com as devidas resoluções.

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

enquanto na comunicação visual, a composição vai ser diferenciada pela escolha de diferentes configurações imagéticas (KRESS & VAN LEEUWEN, 1996). Assim, este trabalho segue a concepção de que a proposta da análise multimodal ultrapassa os significados inerentes aos textos escritos, englobando outros modos semióticos na compreensão do significado dos discursos.

A análise de discurso multimodal foi aplicada em quatro perfis localizados na cidade de Juiz de Fora- MG. A escolha deu-se pelo conteúdo de seus textos de apresentação e suas fotos. A coleta foi realizada a partir de um perfil criado no Grindr, exclusivo para a pesquisa. A seleção dos perfis, inicialmente, se deu apenas pela observação dos primeiros trinta perfis disponíveis, de acordo com os parâmetros do app ajustados para apresentar perfis em um diâmetro geográfico que compreendesse a cidade de Juiz de Fora. Desse modo, foi possível reunir uma amostragem aleatória, dos trinta primeiros perfis que se apresentavam próximos ao ponto fixo de localização e coleta de dados, de acordo com o ponto geográfico em que o aplicativo foi utilizado. Posteriormente, foram excluídos da seleção doze perfis sem imagens e/ou texto e seis perfis com descrições simplórias, sem referências satisfatórias para uma análise acerca da performatividade de gênero.

Portanto, deu-se prioridade para uma análise de performances discursivas alinhadas ao debate proposto acerca da construção social do gênero e das representações de masculinidades no meio digital. Durante a observação foram identificados diversos perfis caracterizados com os mesmos aspectos que os que foram analisados. Todavia, a limitação em quatro perfis confere uma análise mais aprofundada e que acaba por englobar outros indivíduos presentes na rede, mas é apenas um recorte, não sendo possível uma generalização acerca das performances e demais subjetividades dispostas no app.

O processo de digitalização das relações homossexuais: O que eles procuram?

Uma das questões mais frequentes feita pelos usuários do Grindr aos seus pretendentes é sobre o que eles procuram no aplicativo. Essa ideia de estar à procura de algo caracteriza os indivíduos na rede de

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

relacionamento. Os usuários estão em busca de algo, que pode ser relações amorosas, de amizade, sexo casual, companhia, distrações, etc. A gama de possibilidades de busca no ambiente digital é vasta, mas o que também se destaca neste trabalho é o indivíduo que é procurado, ou seja, quais características um perfil deve ter para que esteja inserido nos sentidos de busca dos demais perfis? O que eles procuram? O primeiro registro histórico de uso da tecnologia para a busca de relações amorosas foi um projeto envolvendo o uso de computadores com intuito de formar pares amorosos, ocorrido em um experimento no curso de matemática em Stanford no ano de 1959 (FINKEL, et al., 2012). Com o desenvolvimento da internet e das novas tecnologias, os homens homossexuais foram os primeiros e ainda são os que mais usam as mídias digitais em busca de parceiros amorosos, encontros casuais e relações sexuais (MISKOLCI, 2014, p. 272). O processo de digitalização das relações homossexuais está vinculado ao desenvolvimento cada vez mais específico de redes sociais destinadas para esse público. Isso não significa que homens busquem parceiros, ou se relacionem, apenas por meios digitais, mas demonstra o crescimento desse mercado e uma modificação nas formas de interação sexual e/ou afetiva. Esse contexto permite novas dinâmicas e sociabilidades, que são possibilitadas pelo uso de aplicativos como o Grindr.

O Grindr está disponível para os brasileiros em sistemas como o *Android*⁸ e *iOS*⁹ de celulares. O serviço oferecido pelo app está na possibilidade de contatar usuários geograficamente localizados próximos uns aos outros, ou até mesmo mais distantes para assinantes de pacotes de serviços oferecidos pela empresa. A partir desse contato há um diverso leque de relações, interações e acordos que podem ser efetivados entre os indivíduos, que podem caracterizar seus perfis pela idade, altura, peso, preferências sexuais, 'tribos', etnia, etc, anexando fotos públicas e privadas e até indicando sorologia para HIV e a data do último exame.

⁸ Sistema operacional de smartphones, netbooks e tablets. É desenvolvido pela Open Handset Alliance, uma aliança entre várias empresas, dentre elas a Google

⁹ O iOS é um sistema operacional móvel da Apple Inc. desenvolvido originalmente para o iPhone, também é usado nos aparelhos iPod touch e iPad.

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades



Imagens promocionais retiradas do site do aplicativo Grindr em junho de 2019.

A busca por parceiros por meio de apps instalados em *smartphones* se inicia com o lançamento do Grindr em 2009. Por ser geolocalizado, o app permite ao usuário saber a que distância está dos parceiros potenciais, bem como pode interagir com eles por meio de mensagens privadas e troca de fotos. Desde então, multiplicaram-se esses apps, que facilitam a prática do '*hook up*', expressão conhecida no Brasil como 'fast foda', 'sexo rápido', ou 'real', utilizada para definir encontros sexuais eventuais e sem compromisso, marcados pela efemeridade e rapidez (MISKOLCI, 2014, p. 281). As formas como as pessoas se relacionam na contemporaneidade são atravessadas pelas possibilidades tecnológicas de interação e comunicação concedidas aos indivíduos, a "fast foda" buscada por usuários do Grindr está incluída nessa facilitação tecnológica para busca de parceiros. Nesse contexto, David Le Breton (2012) salienta o papel da interação das pessoas com as tecnologias em uma recomposição das relações sociais, corporalidades e práticas. As tecnologias da informação possibilitaram "uma humanidade modificada". A partir disso, extinguem-se as fronteiras entre "o sujeito e o objeto, o humano e a máquina, o vivente e o inerte, o natural e o artificial, o biológico e o protético". Dessa maneira, as tecnologias da informação e da

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

comunicação unem-se ao corpo dos indivíduos e redefinem a condição humana, ampliando o estado de liquefação do indivíduo pós-moderno (LE BRETON, 2012, p. 26-27).

Acompanhando esse debate, Zygmunt Bauman (2007, p. 45) destaca a liquidez das relações contemporâneas, o que pode enquadrar as relações existentes no Grindr, por serem caracterizadas pela efemeridade, por serem relações momentâneas e descartáveis. A instabilidade de desejos e a insaciabilidade das necessidades, bem como o contexto de consumismo instantâneo, permitem um quadro de liquidez do ambiente em que as atividades existenciais foram inscritas, tornando as relações previsíveis e muitas vezes superficiais no entorno digital. Assim, a imagem disposta no app torna-se essencial em uma sociedade de consumidores, pois ser uma 'mercadoria desejável e desejada' é primordial para os indivíduos presentes nas redes de relacionamento (BAUMAN, 2007, p. 22).

Nesse sentido, o uso do *smartphone* munido de seus recursos de interação, alinhado ao domínio da técnica e dos códigos sociais, permite uma transformação das interações entre os atores sociais, seus corpos e os espaços que ocupam na cidade (BIANCHI, 2014, p. 4). Dessa forma, o aqui dito processo de digitalização das relações homossexuais é contemplado nas pesquisas desses autores como a esfera de interação entre as pessoas por meio de seus *smartphones*, mais especificamente, está contido nos usos das redes de relacionamento, que reconfiguraram, em grande parte, a forma como nos relacionamos. Os apps de relacionamento proporcionam um aparato imagético, que gira em torno das imagens que construímos sobre nós mesmos na tela e sobre a imagem que procuramos nos perfis disponíveis. Essa construção se dá por meio de discursos sobre quem e como somos e sobre quem e o que buscamos, a partir do uso de fotos, dados pessoais, descrições e apresentações textuais.

Segundo Miskolci (2014, p. 286), o desejo que rege a busca de parceiros em meios digitais não é apenas sexual, ao passo em que também não se vincula à esfera dos afetos compreendida como dessexualizada. O "motor desejante" por trás da busca digital envolve também aspectos mais implícitos, mas talvez até mais relevantes que o sexo, como o anseio de aceitação/inserção social. Esse anseio é destacado como o fator que rege a busca e define os critérios de seleção de parceiros através dos meios digitais.

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

Sendo assim, a busca por parceiros no Grindr dimensiona uma série de condutas e desejos diversos, não sendo possível responder de forma unívoca o que os usuários procuram, mas compreende-se que a busca está revertida por performances de masculinidades e sentidos subjetivos advindos de construções sociais sobre o desejável, ou até mesmo comportamentos subversivos no que tange aos padrões estéticos e comportamentais sobre o masculino.

Nesse cenário, o uso de mídias digitais localiza os indivíduos em sentidos mercadológicos, moldados pelas empresas de apps, que são regidas por valores e objetivos comercialmente estruturados. As empresas, a partir do tratamento de dados pessoais¹⁰ disponibilizados pelos usuários como a orientação sexual, aspectos da vida sexual, comportamentos, práticas sexuais, saúde sexual, gênero, raça, etnia, gostos pessoais, etc, são capazes de definir um perfil tanto de consumo, como de interesse sexual para os usuários¹¹ (MONICA, COSTA, 2019). Contudo, não foram os apps que determinaram os modelos corporais ou critérios de seleção de parceiros (MISKOLCI, 2017, p. 222). Eles apenas introduzem nas telas a existência desses padrões sociais, tornando-os perceptíveis para seus usuários e valiosos para essas empresas.

Portanto, a digitalização das interações entre homens por meio de apps como o Grindr, reflete, em grande parte, as relações e construções de gênero e sexualidade que estão dispostas na sociedade. Dessa forma, o que eles procuram é saciar um desejo inicialmente digital, mas que não pode ser separado da ideia de real, ou seja, não existe uma separação entre o virtual e o físico. A tecnologia apenas redimensionou e intensificou a perceptibilidade de processos sociais, visto que é utilizada pelas pessoas, carregando as subjetividades humanas em seus usos. Contudo, essa facilitação na

¹⁰ Os dados pessoais recebem a definição jurídica de informações sobre pessoa natural identificada ou identificável, trazida pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), que entrou em vigor no Brasil em setembro de 2020. Os dados relativos à vida sexual são entendidos por esta lei como dados sensíveis, por tratarem de informações com alto potencial lesivo e discriminatório. Dessa forma, empresas como a Grindr deverão atender a uma série de pressupostos contidos nesta lei para realizarem o tratamento dos dados de seus usuários, em respeito à privacidade, liberdade, dignidade, dentre outros direitos relacionados à proteção de dados pessoais.

¹¹ Os dados pessoais recebem a definição jurídica de informações sobre pessoa natural identificada ou identificável, trazida pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), que entra em vigor no Brasil em agosto de 2020. Os dados relativos à vida sexual são entendidos por esta lei, como dados sensíveis, por tratarem de informações com alto potencial lesivo e discriminatório. Dessa forma, empresas como a Grindr deverão atender a uma série de pressupostos contidos nesta lei para realizarem o tratamento dos dados de seus usuários, em respeito à privacidade, liberdade, dignidade, dentre outros direitos relacionados à proteção de dados pessoais.

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

busca por parceiros não pode ser afastada do fato dos apps serem estruturados por interesses econômicos de empresas que realizam o tratamento de dados pessoais.

As Performances de Gênero no Catálogo Digital

As performances configuram-se como atos de exibição e exposição, são as maneiras como chamamos a atenção para nós. Richard Schechner (2006, p. 2), compreende a performance como um conjunto de ações humanas contínuas que objetivam à representação de papéis sociais, profissionais, de gênero, entre outros. Para o autor, as conexões entre *internet* e mídia possibilitam sequências de performances conectadas, capazes de criar e imitar ocasiões sociais.

Já para Erving Goffman (1999), as performances estariam relacionadas a um sentido teatral, por conceber uma noção de representação para o entendimento de performance. Assim, os indivíduos representam por meio da teatralidade a si mesmos, ou aos outros. Essa performance objetiva o convencimento de seus observadores sobre aquilo que está sendo representado. É preciso convencer acerca dos atributos que aparenta possuir, atendendo-se às consequências pretendidas pelo performer, fazendo com que, de um modo geral, as coisas sejam o que parecem ser. Dessa forma, a ideia de performance como representação engloba os anseios e expectativas de quem representa um papel, além dos aspectos da relação entre a 'plateia' e o 'outro' (GOFFMAN, 1999, p. 25).

O Grindr é um exemplo de espaço no qual estão dispostas performances, representações de si em um meio digital, que almejam alguma sociabilidade na busca por parceiros. No entanto, o app possui um contexto próprio no qual estão dispostas essas performances, visto que há a possibilidade de escolher a forma como irá se comunicar, quais informações seu perfil terá, a foto que utilizará, ou até mesmo o não uso de uma imagem no perfil.

O app é munido por características de mobilidade e ubiquidade, sendo esta última entendida por Lucia Santaella (2013) como a coordenação das tecnologias móveis e dispositivos estacionários, que fornece aos usuários um acesso imediato e universal à informação e novos serviços, com o objetivo de expandir as capacidades humanas.

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

A autora destaca a multidimensionalidade que permite a existência de “espaços multifacetados”, o que aumenta e facilita as interações e disseminações de conteúdo. Esse espaço multidimensional no qual redes de relacionamento estão inseridas caracteriza o ciberespaço, que não possui dimensões limitadas, tendo seus meios de comunicação dotados de alta capacidade de armazenamento, produção, manipulação e exposição de conhecimentos, informações e relações (LEMOS, 2013, p. 128).

A ubiquidade permite que os usuários estejam amplamente conectados, o tempo todo, superando até mesmo limitações geográficas e temporais. O Grindr, sendo uma rede geosocial, possibilita que seus usuários vejam quem está disponível em sua localidade. Desse modo, os indivíduos podem ‘folhear’ um ‘catálogo de performances de masculinidades’ na tela de seus celulares. Nesse contexto, a performance do masculino é parte do que dimensiona os usuários, determinando sua procura e suas chances de ser achado na rede. Raewyn W. Connell (1995, p. 201) define a masculinidade como sendo “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”, e salienta que existem “mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade”. Dessa forma, diante desta pluralidade não se deveria falar em “masculinidade”, mas em “masculinidades”. A autora propõe que dentre as inúmeras masculinidades haveria uma que seria vista como hegemônica, considerada um ideal cultural de masculinidade. Além desta forma de masculinidade, existiriam outras que manteriam relações de subordinação, aproximação ou de marginalização em relação à hegemônica (CONNEL, 1997, p. 43).

A compreensão sobre as masculinidades representadas nos perfis do Grindr perpassa as relações de gênero dispostas em sociedade e a hierarquização e direcionamento diferenciado de poder entre os indivíduos, baseado em questões de gênero, que sobrepõem o masculino ao feminino. Tal contexto é evidenciado por Joan Scott (1995, p. 78) ao dizer que “gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais”, e este saber, segundo ela, é pensado no sentido que lhe dava Michel Foucault (1993), isto é, sempre relativo; seus usos e significados “nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder e a posição do dominador e subordinado são construídas”.

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

O processo de construção de representações performáticas tem estreita ligação com a produção de identificações, uma vez que aquelas experimentam posições de hierarquia e valorização diferenciada no mundo social. Dessa maneira, modelos de representações são vistos como sinônimos de papéis sociais, modelos esperados e de certa forma exigidos, mesmo que com usos diferentes em cada sociedade. Assim, a estruturação social de uma masculinidade hegemônica está inserida em uma complexa trama de situações e condições que a favorece mais ou menos, dependendo das circunstâncias. Esse tipo de análise enfatiza a ideia de que as estruturas de poder não podem ser tomadas como definitivamente estabelecidas, mas sim como ajustadas a uma dinâmica na qual a busca de sua legitimação e o autovelamento de suas características históricas procura fixá-las como coisas naturais e eternas, de tal forma que se tornem a-históricas (OLIVEIRA, 1998, p. 104).

Estão presentes construções de gênero e sexualidade no plano das interações digitais, pois as plataformas virtuais são ferramentas utilizadas para expressar as masculinidades envolvidas no processo de busca por parceiros, encontros e contatos sexuais nos apps. Nesse sentido, Judith Butler (2003) leva em conta o processo performativo do gênero como um efeito de construção cultural sobre os corpos, algo que Foucault (1993) também salienta como a 'verdade sobre o sexo' contada historicamente em diversas sociedades e que padroniza os sentidos de gênero em um parâmetro biológico e determina a sexualidade em um enquadramento heterossexual e reprodutivo. Nesse sentido, Butler (2003) indica que não existe uma identidade de sexo por trás das expressões de gênero, e que a identidade é constituída como uma performance. São as performances que estipulam as identidades de gênero.

Segundo Butler (2003, p. 31), embora o gênero possa ser disposto como um fator ou dimensão de análise, ele também está inserido na realidade das pessoas como um demarcador de diferenças biológicas, linguísticas e/ou culturais que são determinadas em um processo relacional, em que os corpos já diferenciados sexualmente, recebem significados pela relação de oposição entre eles. Para a autora, o corpo não é naturalmente "sexuado", mas torna-se a partir dos processos culturais que utilizam a produção da sexualidade na ampliação e manutenção de relações de poder (BUTLER, 2003).

Butler (2003, p. 242) expressa uma teoria da performatividade, na qual o gênero é produzido por uma repetição de comportamentos vinculados às normas de gênero impostas no meio social para atos corporais, gestos e movimentos específicos que configuram performances de gênero reiteradas pelas pessoas. Contudo, a autora avança e aprofunda sua análise, indicando a correlação do conceito de performatividade com o de subversão de gênero. Assim, a partir de experiências de fluidez de gênero, principalmente encontradas entre as pessoas não heterossexuais e não cisgêneras, Butler destaca a potência de perceber as performatividades de gênero como um elemento definido culturalmente que, ao ser usado subversivamente, deixa à mostra a fragilidade desse tipo de construção binária. Desse modo, enuncia as diferentes possibilidades do exercício da performatividade de gênero, incluindo identidades para além do binômio masculino/feminino, bem como aquelas que nem conseguem se identificar e se reconhecer dentro de qualquer padrão específico de gênero e sexualidade (BUTLER, 2003).

Dessa forma, a performatividade ultrapassa a expressividade de gênero ou sexual. Não é mera reprodução de papéis determinados socialmente, mas também a sua subversão e até a produção de novos papéis. Nesse sentido, é importante compreender a cibercultura como uma esfera social na qual estão remontados diversos aspectos da diversidade. O Grindr também se constitui enquanto espaço de produção de sentidos de gênero e sexualidade, que não se limitam às categorias de reprodução de performatividades já consolidadas. Portanto, o espaço digital também é permeado por relações de poder, contextos de dominação e de subordinação, nos quais os sujeitos transitam entre diversas dinâmicas.

O estabelecimento dos papéis sociais e performances identitárias das masculinidades e da própria masculinidade hegemônica na seara virtual depreendem algo que Miskolci (2014) aponta como a sobreposição da busca por parceiros aos efetivos encontros. O autor identifica a busca como o aspecto central do uso dessas mídias, porque para grupos como os homossexuais e as mulheres, flertar com liberdade e de acordo com seus próprios critérios e perspectivas pessoais, é uma experiência que lhes foi historicamente negada e que agora, por meio da tecnologia, lhes é disponibilizada. Desse modo, buscar alguém – mesmo sem encontrar – traz uma forma de satisfação de anseios e a sensação de controle sobre a vida amorosa, agora

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

reconhecida pela capacidade de escolha em um horizonte visualizável de parceiros em potencial.

As ferramentas digitais surgiram em uma nova era de ocupação e circulação urbanas, ligadas à reorganização econômica do trabalho, do lazer, do espaço e ao formato que as relações amorosas/sexuais vêm tomando nesse contexto. Nas últimas décadas há evidências históricas e sociológicas de que a vida sexual se tornou mais expressiva que na perspectiva de gerações marcadas pelos imperativos do casamento e da constituição de família, dando espaço para uma “ética sexual recreativa” (MISKOLCI, 2014, p. 288).

O que pesquisas de sociólogos como Laumann (2000) indica como uma nova ética sexual recreativa pode ser mais bem compreendido na perspectiva de Miskolci (2014, p. 288–289) como a forma que o erotismo e/ou as relações sexuais assumiram centralidade na vida das pessoas, sem necessariamente resultarem em compromisso e/ou no roteiro namoro–noivado–casamento. O autor levanta a hipótese de que a sexualidade tem passado dos objetivos compulsórios da monogamia e da reprodução para outros objetivos mais flexíveis, transitórios e afeitos ao prazer, em especial nas classes mais abastadas, e esta mudança seria um efeito das modificações econômicas e tecnológicas ocorridas em abundância nos últimos anos. Portanto, Miskolci (2014) salienta uma ideia de nova economia do desejo, que é perpassada por vantagens e desvantagens que diferem de acordo com a classe social, faixa etária, tipo étnico–racial, gênero e, principalmente, se heterossexual ou homossexual.

A tecnologia não supera as desigualdades preexistentes, mas as transfere e modifica para o contexto das relações mediadas (MISKOLCI, 2017). Assim, as ferramentas digitais criam deslocamentos e instabilidades nas fronteiras assumidas entre os gêneros e as sexualidades, sendo um aspecto notório desse processo, o anonimato permitido pelos apps que atrai muitos homens que se definem como ‘curiosos’ ou ‘fora do meio’, ou seja, indivíduos que contrariam definições comumente relacionadas à homossexualidade, ao buscarem o ideal de uma masculinidade heteromormativa em determinado espaço social, utilizando os sites e apps na busca por contatos sexuais discretos. Esse contexto nos permite visualizar diversos perfis que performam uma masculinidade hegemônica, no sentido da valorização de atributos entendidos como másculos e viris, desde as

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

fotos com corpos à mostra, até os textos que repreendem comportamentos e corporalidades mais próximas de uma ideia estereotipada de feminino. Desse modo, destaca-se que a disposição de performances no 'catálogo' do Grindr, não apenas dimensiona a construção cultural do gênero, como expressa um ideal social de superioridade do masculino em detrimento do feminino.

Masculinidades Multimodais: Análise de discursos selecionados de perfis do Grindr em Juiz de Fora- MG

O primeiro perfil analisado é o do usuário 'Cara Macho', 41 anos, com uma foto do peitoral nu e mostrando a parte inferior do rosto, que se caracteriza como de porte físico 'comum' e da tribo 'Urso¹²'. Seu texto de apresentação diz que está deixando rolar, que está à procura de um bom papo e que não curte afeminados. Por fim, salienta: sou macho e curto macho. Este usuário cria uma performance de masculinidade moldada no que seria a ideia de macho, uma caracterização de extrema virilidade, que pode ser inclusive identificada por sua imagem, um torso com pelos e um rosto com barba, aspectos relacionados às condições biológicas de um homem, ou seja, a imagem escolhida pelo usuário denota, em alguns aspectos, essa masculinidade próxima de um conceito estético, alinhado ao que seria a masculinidade do homem macho. Em seguida, seu texto de apresentação enfatiza a importância de sua performance enquanto macho, ao afirmar ser um macho. Ele ainda extrapola a ideia de apresentação, ao acentuar seu gosto por um homem que também esteja inserido nessa performance de masculinidade, ou seja, não apenas se apresenta, mas também determina o tipo de usuário que o interessa.

O 'Cara Macho' exprime sua performance de forma objetiva, em um discurso que pode ser expressamente compreendido pela escolha de seu apelido no app, pela imagem que ele escolheu para mostrar aos outros usuários e pelo seu texto de apresentação. Dentre os elementos cruciais para nossa análise, frisa-se o fato de ele colocar em dois momentos de seu discurso textual que procura por um homem de masculinidade semelhante, que busca por um homem que se enquadre em sua definição de macho. Isso ocorre quando ele

¹² Urso é uma denominação utilizada por gays de físico grande/robusto com pelos e/ou barba.

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

expressa no texto que não curte afeminados, ou seja, ele delimita seu gosto e padrão de atração naquele ambiente e também quando ele diz que curte macho, ou seja, afirma seu gosto pelo homem de masculinidade oposta a uma ideia de feminino.

O segundo perfil analisado pertence ao usuário 'Sigilo', que se caracteriza como de porte físico torneado e pertencente à tribo 'Malhadinho'. O usuário informa ter 27 anos e utiliza uma foto que mostra seu peitoral e barriga sem camisa, o que traz uma construção imagética sobre o físico torneado e seu pertencimento a um grupo de homens que malham e possuem um porte físico musculoso. Em seu texto de apresentação, amplia o sentido de sigilo trazido por seu nome de usuário: 'macho discreto, curto no sigilo'. O 'Sigilo' apresenta a discrição como pré-requisito para suas interações no Grindr. Ele está à procura de parceiros que se enquadrem em seu desejo por sigilo, em sua condição de não exposição da sua identidade, de sua sexualidade e de suas práticas sexuais. A ausência de foto de rosto pode ser encarada como uma estratégia de uso, visto que a não exposição de seu rosto seria uma forma de resguardar sua identidade enquanto usuário em uma cidade de porte médio como Juiz de Fora.

A performance de masculinidade exposta por este usuário centra-se em seu corpo. A construção de seu perfil enfatiza no texto suas práticas que auxiliam na manutenção de seu corpo malhado: sou saudável, malho e faço corrida de rua. Assim como o 'Cara Macho', este usuário ultrapassa os sentidos de apresentação de si em seu perfil e expressa a busca por um parceiro semelhante: procuro caras discretos e que se cuidam. Dessa forma, há um discurso que possui duas preocupações muito expressivas, quais sejam: a busca por um parceiro de corpo malhado e que se adeque a uma condição de discrição em relação à sexualidade. Outro enfoque dado pelo usuário em sua apresentação são características como: sou graduado, bem educado e trabalho. Esta descrição também é importante para a performatividade que ele apresenta em seu perfil. Ele faz uma descrição mais ampla de suas características, sua performance de masculinidade apresenta aos usuários um homem valorizado socialmente, seja pelo seu porte físico, ou por denotar uma ideia de boas condições socioeconômicas, por ter tido acesso ao ensino superior e por ter um trabalho. Assim, este usuário compreende uma masculinidade hegemônica em determinados espaços e grupos

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

sociais, no sentido de conferir o status de homem saudável, de corpo musculoso e com boas condições socioeconômicas.

O terceiro perfil analisado utiliza o nome 'H X H¹³', indica ter 33 anos, de porte físico musculoso e pertencente à tribo 'Barbie¹⁴'. Sua foto de perfil mostra seu peitoral e barriga nus. Em sua descrição expressa que não curte afeminados, apenas para amizade, que não curte gordos, que é discreto e procura pessoas que se cuidem, ainda faz questão de salientar que não conversa com usuários sem fotos. Este usuário também centraliza uma ideia de saúde e cuidados com o corpo à uma imagem de homem musculoso e sarado. A busca por parceiros é pautada em suas próprias características, considera-se discreto e não busca por homens afeminados para relacionamentos amorosos e/ou sexuais. Este fragmento mostra uma valoração hierárquica de sua procura, homens não afeminados e aproximados da ideia de discrição são vistos como possíveis parceiros sexuais, enquanto homens com características ligadas aos estereótipos de efeminamento homossexual são restritos a relações de amizades.

Seu nome de usuário 'H X H' expressa objetivamente sua busca por homens semelhantes. O que seu perfil indica, de forma multimodal, é que ele busca homens que se assemelham ao seu físico e comportamento social. A ideia de não afeminado está contida em uma concepção de homem versus homem, ou seja, homem que busca por outros homens que se enquadrem nos discursos sociais de uma masculinidade heteronormativa. A discrição requerida por este usuário, assim como pelo usuário 'Sigilo', gira em torno da sexualidade. A homossexualidade é o que deve ser discreto, não deve ser exposta. Isso funciona como signo de masculinidade, em atendimento à construção social do que seriam os comportamentos, as corporalidades e as posturas de um homem masculino, em detrimento de um homem afeminado, com características pertencentes a uma construção social do feminino.

Nos perfis em análise, a busca por homens que atendam a determinados padrões de uma masculinidade hegemônica, caracterizada discursivamente como 'macho', 'homem', 'não afeminado', configura um contexto de performances que acentuam

¹³ "H X H" é um nome de usuário utilizado que significa homem versus homem, ou seja homem à procura de outro homem no aplicativo.

¹⁴ Barbie é uma denominação para gays malhados, musculosos, que buscam se enquadrar em padrões estéticos de um porte físico sarado.

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

uma 'heteronormatividade misógina' (Carvalho, 2012), reproduzida principalmente a partir da 'epistemologia do armário' (Sedgwick, 1991) por homens gays ou bissexuais, sendo uma forma de manter a orientação homossexual invisível, não perceptível, tanto no ambiente digital como nas demais sociabilidades. O objetivo é se enquadrar na construção de uma masculinidade dada e esperada socialmente para os homens heterossexuais. Segundo Pierre Bourdieu (2014, p. 166), esse cenário leva a uma alegação explícita da discrição para muitos homossexuais, ou até mesmo a uma dissimulação.

Dessa forma, a 'heteronormatividade misógina' e o que se entende como masculino por estes usuários são características articuladas e compreendidas como positivas e adequadas, enquanto os comportamentos e corporalidades aproximados do feminino são vistos como negativos. Essa positivação de um ideal de masculinidade em detrimento de uma construção social do que é feminino sedimenta o tabu da feminilização observado nas relações homossexuais, o que leva a reações de afirmação de uma extrema virilidade, em oposição aos signos de efeminamento (Bourdieu, 2014, p. 166-167).

O último perfil analisado é o de 'J.22', indica ter 22 anos, de porte físico magro e da tribo garotos. Este perfil foi selecionado pela forma expressa como seu discurso contraria os demais discursos dos perfis analisados anteriormente. Este usuário se apresenta da seguinte forma: sou e curto afeminado. Além de salientar em seu texto ser livre de padrões e que está procurando conhecer pessoas. Seu discurso textual se diferencia das performances analisadas até então, principalmente no que tange ao ideal de masculinidade hegemônica, embutida em um padrão de virilidade que é acentuado pelas condutas e estéticas entendidas socialmente como masculinas e próximas da heterossexualidade. Ao declarar-se afeminado, o usuário limita sua interação com grande parte dos usuários do Grindr, principalmente com aqueles que comungam uma busca por homens discretos, machos e másculos, ou seja, sem características envoltas em uma construção social de feminilidade, que pode ser lida por meio das performances através da voz, trejeitos, roupas, gostos e comportamentos.

A sua foto de perfil não diverge tanto das dos demais perfis analisados. É uma foto sem camisa, mas que mostra seu corpo por completo, exceto o rosto. O corpo magro revela uma diferenciação dos demais

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

usuários que focaram em músculos, ou até mesmo do “Cara Macho” que utilizou uma foto focada em seu peitoral robusto. Nesse sentido, cabe salientar que nenhum perfil se caracterizou como gordo ou fora de forma, mas o perfil ‘H X H’ ressaltou não ter interesse em homens gordos. Portanto, é importante lembrar que as performances analisadas estão limitadas e contextualizadas, pois não há um objetivo de generalização dos indivíduos e seus perfis, cabendo-se outras análises voltadas para padrões estéticos em trabalhos futuros.

O Grindr possui uma diversidade de corpos e comportamentos, muitos usuários não utilizam fotos, nem apresentação, ou apresentam fotos vestidos, fotos dos rostos, alguns possuem descrições breves e objetivas, que não emanam uma performance discursiva sobre suas masculinidades, entre outras diferenciações em relação aos perfis analisados neste artigo. Contudo, muitos outros perfis apresentam textos e imagens semelhantes aos perfis aqui analisados, com exceção de ‘J.22’, que foi o único perfil encontrado no período da pesquisa, que em seu texto de apresentação descreveu ser afeminado e contrário aos padrões hegemônicos observados majoritariamente nas imagens dos corpos e nos textos dispostos no Grindr. Dessa forma, este usuário aproxima-se de uma performatividade de gênero subversiva, no sentido de contrariar concepções identitárias destinadas a ideia do masculino. De acordo com Eduardo Bianchi (2014, p. 2), em redes geosociais como o Grindr, o corpo é responsável por convocar o ‘primeiro olhar’. No entanto, antes de ser observado como uma imagem disposta na fotografia selecionada pelo usuário, o corpo atravessa um processo de escolhas e testes. O autor enfatiza que:

Dentre as possibilidades de sua captação enquanto imagem digital, apenas uma digitalização corporal terá, pelo menos momentaneamente, o legado da atração. Estamos falando de um corpo em performance comunicativa, tomado por linguagens simbólicas e pelos diferentes modos e estilos que incorpora. Percebemos o corpo em busca de sedução de outros olhos e de muitos olhares. Por meio de um jogo lúdico, a corporeidade sedutora tenta, a todo custo, apreender o outro, os olhos do outro, busca a atenção e quer ser identificada como objeto desejante (BIANCHI, 2014, p. 2).

Segundo Maffesoli (2012, p. 87), são as múltiplas identificações de corpos com outros corpos na cultura contemporânea, que fazem o mundo se ‘reencantar’. O autor expressa que as experiências

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

remontam a processos de afetividade em um cenário tecnológico, que fez da vida social completamente asseptizada. Assim, são as apropriações das técnicas e, por conseguinte, suas ressignificações pelos diferentes usos, que possibilitam o processo de digitalização das interações ser permeado pelos corpos, que buscam suas identificações sociais no espaço digital por meio dos recursos oferecidos pelas fotografias, textos, vídeos, símbolos, dentre outras ferramentas.

Nesse sentido, Gleiton Bonfante (2016), expressa a função da multimodalidade na concepção dos corpos e suas performances no meio digital. Em sua pesquisa, ele identifica “a estilização de si do sujeito desejante nos apps de pegação como pautada em desejos de si, em fantasias de si”, em um cenário no qual os usuários assumem uma relação com seus corpos na “busca incessante por novos êxtases, por novas sensações, por novas formas de ser em uma sociedade íntimo–espetacular.” Portanto, este trabalho assim como a pesquisa de Bonfante, em alguns aspectos, trata-se de uma análise sobre as performances de si encontradas na rede, performances que falam da construção social das masculinidades e do processo de desejo sobre os demais sujeitos. Desse modo, a multimodalidade é um aspecto essencial para as performances aqui analisadas, visto que seus discursos compreendem signos imagéticos, o que faz dos usuários, indivíduos identificáveis e identificadores no app.

Considerações Finais

A relação das pessoas com as tecnologias tem redimensionado as interações humanas em sentidos substanciais. Relacionar-se por meio de redes sociais é um ato comum a grande parte dos indivíduos, mas que localiza os processos de identificação e interação em um enquadre digitalizado, que reproduz nossas sociabilidades em uma nova dimensão, na qual assumimos um controle maior sobre a performance que representamos nas nossas imagens e nos discursos que criamos sobre nós mesmos e sobre os outros que desejamos.

A digitalização do desejo homossexual não é um processo à parte em uma sociedade digital, ela está inserida em um contexto amplo de digitalização das relações humanas, como um todo. Os homens homossexuais encontram uma diversidade de redes que oferecem a

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

possibilidade de encontros sexuais e/ou afetivos, online e/ou off-line com outros homens. O Grindr foi o primeiro aplicativo, criado em 2009, sendo possível observar nele, um catálogo digital de performances de masculinidades variadas, que estruturam um cenário de identificação e seleção dos corpos masculinos, o que perpassa hierarquias e construções de gênero anteriormente concebidas no meio sociocultural.

Este artigo pretendeu compreender a forma como as performances de masculinidades são dispostas no aplicativo Grindr e quais são algumas características dessas masculinidades. A metodologia de análise de discurso multimodal sobre quatro perfis geolocalizados na cidade de Juiz de Fora-MG forneceu um conjunto de dados para discutir a centralidade de uma masculinidade hegemônica, voltada para um ideal de masculinidade heteromormativa, em oposição às características de efeminamento.

Nesse sentido, a pesquisa empreendida analisou as performances multimodais no aplicativo Grindr, a partir das imagens e textos utilizados pelos usuários, que os conferem identificações de si, mas também se revelam como limitadores de suas interações digitais, pois expressam em seus discursos quais corpos são seus objetos de desejo, quais condutas e representações de masculinidade estão à procura. Além disso, determinam objetivamente quais experiências sociais pretendem vivenciar por meio da rede.

Portanto, parte dos discursos de masculinidades presentes no Grindr são os discursos advindos dos processos de construção do gênero, que nos projeta em ideias enrijecidas sobre o masculino e o feminino, de acordo com os parâmetros socioculturais nos quais somos educados. Assim, a preocupação de muitos usuários com a representação de uma masculinidade viril, hegemônica e percebida como heterossexual, vem de um anseio social de negação aos atributos femininos vinculados à homossexualidade e que são negativados em corpos masculinos. Contudo, os discursos contrários a essa construção enfatizam a existência e a performatividade das múltiplas masculinidades, que subvertem as construções socioculturais de gênero, superando uma expectativa binária sobre os corpos.

Referências

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

BAUMAN, Z. Vida para consumo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2007.

BIANCHI, E. Caminhos de prazer, caminhos de lazer: imagens corporais de desejo na rede geosocial Grindr. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014. Anais Eletrônicos... Foz do Iguaçu. 2014. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/lista_area_DT6-CU.htm>. Acesso em: 10.jun. 2019.

BONFANTE, G. M. Erótica dos signos nos aplicativos de pegação: processos multissemióticos em performances íntimo-espetaculares de si. Rio de Janeiro, 2016.

BOURDIEU, P. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro, 2003.

CARVALHO, C. A. Jornalismo, Homofobia e Relações de Gênero. Curitiba: Appris, 2012.

CASTELLS, M. A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges, revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro, 2003.

CONNELL, R. W. Políticas da Masculinidade. Educação & Realidade, 20 (2). 1995, pp. 185-206.

CONNEL, R. W. La organización social de la masculinidad, pp. 31-48. In T Valdés e J Olavarría (eds). Masculinidades: poder e crisis. Ediciones de las Mujeres 24. Isis Internacional, Santiago. 1997.

COUTO, E. S; FRANÇA, J. D; NASCIMENTO, S. P. Grindr e Scruff: Amor e sexo na cibercultura. Simsocial, Salvador, 2013. Disponível em: <http://gitsufba.net/anais/wp-content/uploads/2013/09/13n1_grindr_49464.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

FINKEL, E. J. et al. 2012. "On-line dating: a critical analysis from the perspective of psychological science". Psychological Science in the Public Interest, London, Sage, v. 13, n. 1, 2000 pp. 3-66.

FOUCAULT, M. A história da Sexualidade: I. Rio de Janeiro, 1993.

GOFFMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana. Editora Vozes: Petrópolis 1999.

GRINDR, Termos de Serviço. Disponível em: <<https://www.grindr.com/terms-of-service/>>, Acesso em: 05 jul. 2019.

GROHMANN, R. Não sou/não curto: sentidos circulantes nos discursos de apresentação do aplicativo Grindr. Sessões do Imaginário, v. 21, n. 35, 2016.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

KRESS, G.; Van LEEUWEN, T. Reading images: the grammar of visual design. London: Routledge, 1996.

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

LAUMANN, E. et al. *The social organization of sexuality*. Chicago, 2000.

LE BRETON, D. Individualização do corpo e tecnologias contemporâneas. In: COUTO, Edvaldo Souza; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org). *O Triunfo do Corpo: polêmicas contemporâneas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LEMOS, André. Mobilidade e espaço urbano. (In): BEIGUELMAN, Giselle; La FERLA, Jorge. *Nomadismos tecnológicos*. São Paulo: editora Senac São Paulo, 2011.

LEVY, P. *A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência*. Tradução de Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo: Editora 34, 2001).

MAFFESOLI, M. *O tempo retorna: Formas elementares da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MAIA, J; BIANCHI, E. Tecnologia de geolocalização: Grindr e Scruff redes geosociais gays. *LOGOS Cidades, Culturas e Tecnologias Digitais*, v. 2, n. 24, 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/14157>>. Acesso em: 2 jul 2019.

MARTINS FILHO. *Novas formas de sociabilidade nas metrópoles contemporâneas: uma investigação acerca do uso do Grindr*. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/209/272>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

MISKOLCI, R. San Francisco e a nova economia do desejo. *Lua Nova* (91), São Paulo, 2014, pp. 269-295.

MISKOLCI, R. *Desejos Digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros online*. Belo Horizonte, 2017.

MONICA, E. F; COSTA, R.S. A Proteção de Dados frente à Prostituição Masculina em Aplicativos. In: *I Seminario Internacional sobre Democracia, Ciudadanía y Estado de Derecho*, 2019, Vigo. *Actas I Seminario Internacional sobre Democracia, Ciudadanía y Estado de Derecho*, 2019. p. 139-147. Disponível em: <<http://sideciad.com/wp-content/uploads/2019/06/Actas-1oSideciad.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2019.

OLIVEIRA, P. P. Discursos sobre a masculinidade. *Revista Estudos Feministas*, vol. 06, n. 1. Rio de Janeiro 1998 p. 91-112.

PINHEIRO, P. A. Construção multimodal de sentidos em um vídeo institucional: (novos) multiletramentos para a escola. *veredas - revista de estudos linguísticos*, v. 19, p. 209-224, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/24920>>. Acesso em 15. Jul. 2019.

REZENDE, R; COTTA, D. "Não curto afeminado": homofobia e misoginia em redes geossociais homoafetivas e os novos usos da cidade. *Contemporânea Comunicação e Cultura*, v. 13, n. 2, maio-ago, 2015.

RIBEIRO, C. S. K; SOUZA, R. V. Consumo e Performance em Redes Geossociais Homoafetivas: as Narrativas de Usuários do Aplicativo Grindr. *Anais Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Curitiba-PR. 2017.

O que procura? A digitalização do desejo e as performances de masculinidades

SANTAELLA, L. Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação. 1ª ed. São Paulo: Paulus, 2013.

SCHECHNER, R. O que é performance? [S. l.], 2006. Disponível em: <https://performancesculturais.emac.ufg.br/up/378/o/O_QUE_EH_PERF_SCHECHNER.pdf>. Acesso em 20 jul. 2019.

SEDGWICK, E. K. Epistemology of the Closet. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1991.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 1995. v. 2, n. 20. Porto Alegre, p. 71-100.

ENTRE CINEMA E ANTROPOLOGIA: PARENTESCO E ANIMISMO EM “MIDSOMMAR”, DE ARI ASTER

Rafael Siqueira Machado¹

Adrielle Luchi Coutinho Bove²

Resumo

O presente artigo se objetiva em aproximar certas reflexões antropológicas do filme “Midsommar” (2019) de Ari Aster na forma de uma afinidade eletiva, para citar o termo weberiano. A defesa feita aqui é a possibilidade de tratar “Midsommar” como um material capaz de incitar e retomar diversas problematizações antropológicas acerca do parentesco e animismo na forma de um filme. Reconhece-se aqui que tal proximidade é virtual e constituída a partir da presente reflexão ao tratar o filme como material etnográfico passível de análise, ainda que a referência à antropologia se dê em alguns momentos por intermédio de dois personagens identificados como antropólogos. Ao apresentar a reflexão sobre o parentesco, as questões aqui tangenciadas remetem-se aos temas do parentesco americano, construção e comparação das noções de incesto e a ideia de mutualidade do ser como elemento central no filme. Já sobre o animismo, este é apresentado tanto como elemento intrinsecamente ligado à questão do parentesco e como um posicionamento ético com implicações comportamentais fundadas em princípios e noções com implicações ontológicas.

Palavras-Chave: Midsommar. Parentesco. Animismo. Cinema. Antropologia.

Between Cinema and Anthropology: kinship and animism in “Midsommar”, by Ari Aster

Abstract

This article aims to bring together certain anthropological reflections from the film “Midsommar” (2019) by Ari Aster in the form of an elective affinity, to quote or a Weberian term. The defense made here is the possibility of treating “Midsommar” as a material capable of inciting and recovering various anthropological problems related to kinship and animism in the form of a film. See here that such proximity is virtual and starts from this reflection to treat films as ethnographic material that can be analyzed, even with reference to anthropology, if you have a few moments through two characters shown as anthropologists. When presenting a reflection on the subject, as the questions presented here refer to themes related to the American, the construction and comparison of notions of incest and the idea of mutuality of being as a central element in the film. As for animism, it is presented both as an element intrinsically linked to the issue of the relative and as an ethical position with behavioral implications based on principles and notions with ontological implications.

Keywords: Midsommar. Kinship. Animism. Movie theater. Anthropology.

¹ Rafael Siqueira Machado: graduado em Ciências Humanas pela UFJF (2013); graduado em Ciências Sociais pela UFJF (2016), mestre em Ciências Sociais pela UFJF (2018), doutorando em Ciências Sociais pela UFJF. E-mail: faelborgir@hotmail.com.

² Adrielle Luchi Coutinho Bove: graduada em Ciências Humanas pela UFJF (2013); graduada em Ciências Sociais pela UFJF (2016), mestranda em Ciências Sociais pela UFJF (2017), doutoranda em Ciências Sociais pela UFJF. E-mail: adrielleluchi@gmail.com.

Introdução

Cinema e antropologia possuem diversas aproximações potenciais, seja na forma de filmes etnográficos, documentários ou mesmo grandes produções que apresentam potencial analítico e/ou pedagógico para a antropologia, seja de forma mais direta ou nos entremeios de sua narrativa. E de certa maneira, este é o caso de “Midsommar”, filme produzido e dirigido pelo estadunidense Ari Aster em 2019. Apresentando uma narrativa que parte de uma tragédia pessoal da personagem Dani (Florence Pugh) em que esta perde seus pais e irmã, fazendo com que seu momento de luto gere o impulso necessário para que Christian (Jack Reynor), seu namorado, a convide para uma viagem em grupo ao vilarejo de *Hårga*³, na região de *Hälsingland* – Suécia, lugar em que Christian e seu amigo Josh (William Jackson Harper), pretendem realizar uma pesquisa antropológica sobre rituais pagãos de solstícios, com ênfase no ritual de *Midsommar*, um ritual que ocorre a cada noventa anos com duração de nove dias, sendo um evento absolutamente central na comunidade, o que gera o interesse de pesquisa dos dois antropólogos. Tal viagem é realizada também por outro amigo do grupo, Mark (Will Pouter), que a faz apenas por curiosidade, não por interesse acadêmico. Segundo o filme, a viagem ao local apenas é possível por outro amigo, Pelle (Vilhelm Blomgren), ter nascido e crescido na comunidade, tendo posteriormente se mudado para os EUA e conhecido os outros personagens, que sugere o local e ritual como possível tema de pesquisa à Josh e Christian. Em *Hårga*, os personagens defrontam-se com uma série de rituais e costumes variados, incluindo rituais de sacrifício humano, uso de entorpecentes e etc, implicando em uma série de questões que podem ser dialogadas por um viés antropológico, sendo algumas destas aqui mobilizadas. Ao longo filme, tais eventos tanto causam desconforto nos visitantes como suas próprias condutas em relação aos sacrifícios, entorpecentes e etc, são métricas balizadoras para que os habitantes do vilarejo os tomem como possíveis sacrifícios também ao longo da estadia na vila, elemento este que conduz a narrativa do longa.

De certa maneira, o objetivo do presente trabalho é tomar a comunidade fictícia de *Hårga* como base de análise etnográfica, como se fosse real, para que seja possível refletir sobre alguns dos

³ Comunidade rural fictícia localizada no interior da Suécia. Se caracteriza pelo afastamento de qualquer centro urbano, em meio à natureza. Algumas dezenas de pessoas moram no local e, ao invés de casas individuais, as pessoas moram em grandes casas e dividem o espaço interno. Como fica claro no filme, os habitantes compartilham de uma orientação “religiosa” voltada ao paganismo nórdico.

temas abordados no longa. Dentre as dificuldades de tal intento, talvez a mais grave seja a limitação de análise possível de um material (fictício) circunscrito na extensão do filme, que é de 2 horas e 50 minutos⁴. A intenção é aproximar as reflexões antropológicas ao conteúdo em si do longa e incitar a possibilidade de pensar um filme pelo viés da antropologia, tomando seu conteúdo como um tipo de material etnográfico. A partir disso, diversas construções opõem uma vivência existencial ocidental comum aos personagens do filme (visitantes) e os habitantes de *Hårga*, produzindo elementos no filme que fundamentam as reflexões aqui presentes.

Vale notar que este artigo não é a primeira tentativa de analisar cientificamente “Midsommar”, cabendo à Tsugami (2019)⁵ o trabalho de explorar na forma de uma resenha as referências históricas e arqueológicas presentes no filme, no que diz respeito aos rituais, costumes e símbolos dos povos nórdicos do período pré-cristão. Tendo em vista sua ênfase em tais temáticas, o presente trabalho busca pensar o filme sob outra égide, tratando o filme como um tipo de etnografia capaz de fornecer material para reflexões antropológicas direcionadas a duas temáticas contextualmente imbricadas: o parentesco e o animismo. Tais temáticas são aqui analisadas face ao próprio longa, isto é, este recorte se dá pela defesa aqui feita de que os dois temas (parentesco e animismo) são elementos centrais da vida em *Hårga*. Desta maneira, as análises aqui realizadas são feitas através de cortes discricionários, falas recortadas e contextualizadas que são tratadas como eventos com potencial etnográfico para a análise, tendo sua ênfase recaída em fenômenos relevantes à vida em *Hårga*. Tais cenas e falas recortadas possuem mais ou menos relevância para a compreensão narrativa do filme, ainda que não seja nosso objetivo trabalhar com a narrativa, em si, do filme.

Parentesco como base fundante de *Hårga*

O parentesco é um campo de estudo antropológico absolutamente caro à tal ciência, permeando análises desde as primeiras contribuições do evolucionista Lewis Morgan, passando por Malinowski, Radcliffe-Brown, Lévi-Strauss, Schneider, Strathern e outros. A partir desta relevância, a presente proposta da sessão é

⁴ A versão aqui analisada é a chamada “director’s cut” ou “versão do diretor”, caracterizada por incluir cenas deletadas em comparação à versão levada ao cinema. A diferença de tempo é estimada em 30 minutos.

⁵ Agradecemos à autora por ceder a resenha completa.

exercitar algumas destas reflexões para pensar o filme “Midsommar” e como a linguagem do parentesco atravessa a obra como um todo. Assim, esta sessão irá elaborar, em três perspectivas analíticas, possíveis aproximações entre o dito filme e reflexões sobre o parentesco. Estas três perspectivas serão, a saber: a construção das concepções de parentesco entre os americanos que se refletem em “Midsommar”, a questão do incesto e a comparação entre americanos e habitantes de *Hårga* e, por fim, a problemática da mutualidade do ser em Sahlins e a constituição desta perspectiva como elemento fundante do parentesco em *Hårga*.

1) O Parentesco Americano

Destarte, podemos iniciar as reflexões a partir das primeiras cenas do filme, em que a personagem Dani surge em tormento por conta de tragédias familiares. O tom escuro, noturno⁶, presente nestas primeiras cenas antecipa o drama pessoal da personagem como um prenúncio de mortes vindouras. Sua irmã, apresentada como alguém com problemas psicoemocionais é a responsável por assassinar o pai e a mãe de Dani, morrendo também no processo de intoxicação por gás, propositalmente espalhado. Nesta primeira parte, Dani se coloca como uma personagem claramente deslocada após o ocorrido, buscando no fugaz namorado Christian – um sujeito propositalmente apresentado como egoísta pouco preocupado com o sofrimento da namorada – um pouco de apoio. Sem os pais e a irmã biológica, Dani é introduzida como uma órfã sem bases sólidas de apoio, solitária. Neste sentido, a ideia de família consanguínea funciona como forte marcador que se opõe à solidão. Reforça-se a importância dessa família como padrão relacional pela via inversa: a falta dela implica, conseqüentemente, na solidão. Justamente nas cenas em que Dani chora, aparece sozinha e vivencia o luto da perda familiar, que esta ênfase na família dada por relações consanguíneas é mais central.

Tal modelo familiar genericamente definido como ocidental, expresso em “Midsommar” através da família de Dani, fundado em relações consanguíneas entre sujeitos que compartilham o mesmo material biogenético, definindo as aproximações relacionais a partir deste grau de compartilhamento, é apresentado em termos antropológicos a partir das contribuições de David Schneider (2016).

⁶ Que se opõe a onipresença da luz do dia na comunidade sueca em que os personagens se dirigem posteriormente. Em *Hårga*, a luz do dia dura quase 24 horas, por conta do verão nesta região sueca.

Este autor funda sua base analítica a partir da construção dicotômica entre natureza e cultura como fruto do pensamento ocidental, que também ocupa importante lugar como condição ontológica *sine qua non* nos trabalhos antropológicos predecessores. Tratando o mencionado parentesco como de tipo "americano", que remete a uma série de construções simbólicas fundadas em um sistema cultural bem definido, o parentesco americano não é tratado por Schneider (2016) como uma expressão da realidade, mas algo "que representa alguma coisa, ou algumas outras coisas, onde não há nenhuma relação necessária ou intrínseca entre símbolo e aquilo que ele simboliza" (SCHNEIDER, 2016, p.13). Isto é, os termos de parentesco e as relações designadas simbolizam parte de um conjunto cultural específico, não uma realidade externa⁷. Este primeiro ponto é central tanto para a compreensão do pano de fundo que envolve as análises de Schneider (2016) quanto um mote para pensar as relações de parentesco aqui definidas como de tipo ocidental⁸, que definem este primeiro momento do filme.

Para os americanos, segundo Schneider (2016), a ideia de parente se dá por uma dupla via de potencialidades: o sangue e/ou o casamento. Os parentes de sangue são aqueles que, se apropriando do campo científico da biogenética – definida como a área de conhecimento que fornece as verdades sobre o parentesco – compartilham material genético (pai, mãe, tios, primos, avós). Já os parentes por casamento (ou afinidade) são aqueles decorrentes de uma união por casamento, mas que não compartilham material genético (sogro, sogra, cunhado, genro, nora). Nesta dicotomia, a operação natureza e cultura opera explicitamente, tratando os parentes por afinidade como resultado do artifício cultural, da relação construída; ao passo que o parentesco consanguíneo é do reino do dado, não do escolhido, variando apenas os graus de distanciamento definidos pelo compartilhamento substancial, a partir de conhecimentos científicos.

⁷ Este é um ponto importante no autor, pois, por exemplo, a palavra "tio" reflete um campo relacional que envolve sobrinhos, irmãos e etc, ainda que a ideia de "tio" se dê enquanto símbolo, uma abstração representativa sem ligação com o mundo externo, mas inerentemente ligado a uma unidade cultural. "[...] a questão não é qual coisa elas representam no mundo real, objetivo, de fora, ainda que com a palavra 'cachorro', nós possamos pegar esse animal concreto [...]. A questão é quais coisas diferentes essa palavra representa". (SCHNEIDER, 2016, p.15).

⁸ Ainda que Schneider (2016) aponte a palavra "americano" para designar limites geográficos e culturais de alcance de seu modelo, propõe-se aqui inferir este modelo para outros contextos, por isso o uso da palavra "ocidental". Tem-se em vista também que este modelo cabe talvez ser pensado como quase um tipo ideal weberiano, mais fluido e múltiplo na prática, mas que possui um modelo geral relativamente presente, tal como a ser apresentado em seguida.

Em termos teóricos, o salto do pensamento de Schneider (2016) reside em sua ênfase no simbolismo. A realidade das coisas reside em suas existências enquanto constructos culturais⁹ particulares, não em supostas equivalências externas. A ciência seria uma unidade cultural que relaciona símbolos na constituição de seus saberes. O parentesco americano, ao se apropriar dos símbolos científicos, em especial o "sangue", trata tais relações derivadas como elementos naturais e universais. Porém, para o autor, a ideia de natureza se dá como um constructo cultural formada por símbolos variados que, por sua vez, correlacionam elementos de forma específica e ontologicamente não-obrigatória. A existência de um mundo externo não é tema tratado por Schneider (2016), mas sim que as ideias que temos sobre ele que são símbolos, formulações culturais específicas, não reflexos *em si* do mundo. Portanto, a ciência, nos termos de Schneider (2016), não expressa o mundo real em si, mas sim abstrações simbólicas (sangue, DNA, etc) que relacionam coisas e constroem nossas concepções culturais sobre parentesco.

A partir de Schneider (2016), duas inferências podem ser aqui postuladas em relação ao filme: 1) O modelo americano, ao se colocar como símbolo orientador das relações de parentesco, opõe natureza e cultura. Ao relacionar tais questões ao caso de Dani, podemos destacar que sua solidão deriva diretamente da morte dos pais e irmã, os símbolos centrais do parentesco consanguíneo, aquele definido pela biologia, insubstituível e inquebrável. Por sua vez, as cenas posteriores à morte da família mostram a titubeante base de apoio de Christian – um namorado distante, que enfatiza em uma conversa com amigos a intenção precipitar o fim do namoro (podendo se definir como uma relação mais fluida, sem o forte comprometimento legal que o casamento implica). A fluidez da relação (um namoro, não casamento), acrescida da intenção de término por parte de Christian reforça que a outra base de sustentação do parentesco (por afinidade), encontra-se radicalmente abalada, crescendo a solidão de Dani, ao invés de apaziguá-la. A solidão de Dani, pensada a partir da linguagem do parentesco e, especificadamente, o modelo americano, então se explica pela quebra das relações consanguíneas e a fragilidade das relações prévias ao parentesco por afinidade. 2) Ao deslocar o modelo americano fundado na dicotomia natureza (relações consanguíneas) e cultura (relações de

⁹ Daí vem sua reflexão (p.14) sobre a existência de fantasmas ser equivalente a de corpos mortos, pois ainda que a empiria descarte a existência de fantasmas, sua realidade em termos simbólicos como constructo cultural importante em diversos contextos não se anula.

afinidade) para o âmbito simbólico, a pressuposição desta forma de parentesco como expressão objetiva de aspectos naturais é desconstruída por Schneider (2016), permitindo novas relações analíticas na comparação com outros modelos. Ao menos desde Lewis Morgan (1871) no campo da antropologia e sua dicotomização produzida entre parentesco descritivo (ocidental, que descreve relações reais, presentes na natureza) e classificatório (todos aqueles que classificam sob o mesmo termo relações ocidentalmente tratadas como distintas), o parentesco de modelo ocidental é tratado como lugar privilegiado de expressões naturais. Em relação ao filme, estas são as bases de apoio de Dani: a família consanguínea – morta no início do filme – e Christian, um namorado em vias de término, projetado como único possível suporte de apoio que poderia ser caracterizado como parte de uma relação de parentesco por afinidade, mas que pela sua frieza em relação à Dani, não permite a constituição dessa relação, ocasionando a solidão da personagem. Se, partir de Schneider (2016), podemos tanto destacar a constituição característica deste modelo de parentesco “americano” que nos permite guiar as relações de Dani constituídas e destruídas, o autor também permite destacar a relativização deste modelo americano¹⁰ em relação a outros possíveis, pois destaca que este modelo não é reflexo de uma natureza universal, o que nos dá suporte para pensar em termos de planicidade comparativa, principalmente ao expressar os confrontos e comparações do parentesco americano ao modelo de *Hårga* (comunidade sueca em que se passa o filme).

2) O incesto em duas perspectivas

Seguindo adiante e tomando a proposição do parentesco americano schneideriano como pano de fundo existencial que orienta o pensamento dos personagens do filme externos à *Hårga*, cabe destacar outro ponto essencial ao filme que se liga à questão do parentesco de forma essencial, a saber, o incesto. Duas cenas são aqui destacadas por abordarem a questão do incesto, hora conformando uma visão ocidental supostamente compartilhada, hora destoando da mesma e revelando novas perspectivas sobre a prática. Ambas cenas possuem ampla relevância para o argumento aqui abordado, ainda que para a narrativa do longa, tenham menor expressão.

¹⁰ Que não mais se dá como expressão de uma natureza externa, compartilhada universalmente por todos os contextos humanos possíveis.

Na primeira cena, momento em que os personagens já se encontram há alguns dias em *Hårga* e Christian – um dos antropólogos interessados em estudar os "ritos" de *Hårga* – inicia o desenvolvimento da pesquisa, desenvolve uma conversa com um dos habitantes locais, Valentin – que apenas participa do filme neste momento – sobre os casamentos e os "riscos" do incesto, haja vista o tamanho reduzido da comunidade. A preocupação de Christian se dá a partir da percepção do isolamento em que a comunidade se encontra referente à outros vilarejos e sua condição aparentemente fechada, que dificulta a entrada de novos moradores. Portanto, o antropólogo chama a atenção para a questão do incesto enquanto um "risco", refletindo uma percepção da prática como algo a se condenar, invariavelmente do local. O diálogo se desenvolve:

Christian: A propósito, falando de casais, nunca houve problemas de incesto? Desculpe, mas você sabe, como pequenas comunidades ...

Valentin: Bem, as linhas de sangue são muito bem preservadas. Então, os anciãos tem que aprovar a união. Os primos, por vezes, podem acasalar. Mas nós respeitamos o tabu do incesto. Então, muitas vezes, temos que convidar pessoas de fora.

Neste trecho é possível perceber como o incesto é marcado explicitamente como um problema para o antropólogo, um risco que decorre da baixa densidade populacional, diminuindo a possível oferta de parceiros. Valentin, por sua vez, aponta para a sujeição de *Hårga* à proibição do incesto, insinuando um compartilhamento da regra como, de certa maneira, um imperativo existencial que cabe respeitar ou não. Porém, a insinuação feita que decorre na percepção de que o incesto é um problema compartilhado pelos habitantes de *Hårga* tal qual os moldes estadunidenses, é deslocada em outra cena, deixando claro os padrões diferenciadores de construções sobre o que é o incesto, ou seja, a resposta dada à Christian não revela toda a questão para os locais. Em outra cena mais adiante, o outro antropólogo, Josh, se encontra no interior de um templo na comunidade realizando a pesquisa através do diálogo com Sven (Dag Andersson) – habitante do local, um homem na faixa dos 70 anos, responsável por presidir os rituais no vilarejo. Suas perguntas, a princípio se direcionam ao que seria e a função do Ruben RADR, um livro sagrado escritos por um dos habitantes locais, Ruben (Levente Puczkó-Smith) – um garoto apresentado como deficiente cognitivo e físico ao longo do filme – para a comunidade:

Sven: Nós descrevemos isso [o Ruben RADR] como partituras emocionais.

Josh: O que diz?

Sven: Bem, cada letra rúnica representa um dos dezesseis afetos, que são classificados do mais sagrado ao mais profano. Este, por exemplo, é sobre luto [apontando uma das letras].

Josh: Hmm.

Sven: Você pode ver no final, no entanto, que temos páginas em branco. Isso ocorre porque o Ruben RADR é um trabalho em andamento, para sempre. Para sempre evoluindo. Temos muitas, muitas centenas deles.

Josh: E quem decide o que é adicionado?

Sven: Bem, esta iteração está sendo escrita por Ruben.

Josh: Uh, os deficientes?

Sven: Desde o nascimento. [referindo-se a Ruben]

Sven: Ele desenha e nós, os mais velhos, interpretamos. Veja bem, Josh, Ruben não está coberto pela cognição normal. Isso o torna aberto para a fonte.

Josh: Uh, o que acontece quando Ruben morre? Você apenas espera um bebê não-coberto [pela cognição, racionalidade]?

Sven: Não, não, não. Rubin é um produto de endogamia. Todos os nossos Oráculos são produtos deliberados de consanguinidade.

Se nas primeiras falas expressas no diálogo entre Christian e Valentin insinuava-se uma similitude conceitual acerca do incesto, com o diálogo entre Josh e Sven fica marcada a diferença nodal. No campo antropológico, algumas reflexões desenvolvidas sobre o tema possuem grande importância, com destaque para a clássica análise de Lewis Morgan em *Ancient Society* (1877). Neste texto, Morgan (1877) argumenta que a proibição do incesto deriva de uma observação primitiva sobre os riscos biogenéticos resultantes da endogamia, isto é “foi produzida pela exclusão gradual dos próprios irmãos e irmãs da relação matrimonial, cujos males não poderiam escapar para sempre da observação humana” (MORGAN, 1877, p.424, tradução nossa). Esta derivação do incesto como observação da natureza reflete a noção de parentesco consanguíneo explorada por Schneider (2016) que fundam as noções “americanas”, refletindo o posicionamento dos antropólogos em “Midsommar” como reflexo da postura da proibição do incesto decorrente de possíveis riscos genéticos.

Se a postura “americana”, apropriando-se do termo de Schneider (2016), em “Midsommar” pode se resumir nas argumentações de Morgan (1877), ainda há certa carência de elementos que permitam pensar a constituição do incesto em *Hårga* a partir de seus pressupostos. O incesto como instituição que refletiria riscos biogenéticos seria uma explicação que dá conta apenas de parte

da percepção do problema em “Midsommar”, pois refletiria apenas a percepção dos não-habitantes de *Hårga*. Haja vista a flagrante dificuldade de lidar com a questão do incesto contextualmente e propositalmente realizado, Roy Wagner (1972) oferece importantes aportes para a análise: ao definir a proibição do incesto como uma questão tautológica em que as categorias de parentesco já definem *a priori* o campo relacional, Wagner (1972) aponta a necessidade de situar a questão não a partir de pressupostos universais, mas pela contextualização (quando cabível) nativa. Tomando os pressupostos de seu orientador, David Schneider, Wagner (1972) aponta que onde a definição de parentesco (a partir da ótica ocidental do parentesco consanguíneo e por afinidade) não se aplica, uma análise do incesto não se constitui a partir de nossos pressupostos:

A noção de incesto pressupõe uma concepção do papel de parentesco e, onde nenhuma concepção desse tipo é encontrada, o termo é inaplicável, exceto talvez como uma “projeção” por parte do observador. A noção de exogamia depende de maneira semelhante da conceituação de unidades sociais. É importante aqui distinguir entre o uso descritivo desses termos para “encobrir” os atos comportamentais, como se pode fazer ao falar de “incesto” entre documentos ou de tropas “exogâmicas” de primatas, e o reconhecimento de comportamento incestuoso ou exogâmico como significativo para os próprios atores. No primeiro caso, o “parentesco” e as “unidades sociais” envolvidas são construções do observador, e o “incesto” e a “exogamia” derivam sua relevância apenas do uso de tais comparações sociais. No segundo caso, o incesto e a exogamia podem ser tratados como categorias operativas, desde que, com certeza, seja claro o que queremos dizer com eles e o que os sujeitos de nosso estudo querem dizer com eles” (WAGNER, 1972, p. 602)

Isto é, trata-se aqui de pensar a possibilidade analítica do incesto a partir da contextualização nativa, caso exista e seja relevante, e não por uma derivação imposta a partir de pressupostos ocidentais dados como universais. Conseqüentemente, podemos tratar as falas do personagem Sven a partir desta chave de leitura, ou seja, o incesto como uma questão relevante em *Hårga*, mas que se

constitui por outras perspectivas. Tal como é apresentado acima, a percepção do incesto como produtor de diferenças humanas é uma ideia compartilhada tanto pelos antropólogos como pela comunidade de *Hårga*, porém, na comunidade não se dá como proibição, e sim como necessidade orientada. Se a proibição do incesto é constituída a partir de seu caráter negativo de restrição entre os “americanos”, a necessidade contextual-relativa do incesto em *Hårga* possui caráter positivo, no sentido de produzir pessoas “livres” da névoa cognitiva, racional, permitindo uma construção relacional com as divindades, os não-humanos. A endogamia em *Hårga* é um recurso controlado na produção de oráculos, orientados pela não-racionalidade. Desta maneira, tomar o contexto nativo (e aqui particularmente fictício) como central para pensar a possibilidade de existência de noções de incesto, como propõe Wagner (1972), faz com que, comparativamente, a diferença entre americanos e habitantes de *Hårga* resida basicamente no efeito do ato: de um lado, o incesto produziria deficiências, resultados não desejáveis¹¹ frutos da endogamia – efeito negativo; de outro, o incesto produz oráculos, pessoas que relacionam humanos e não-humanos (divindades) – efeito positivo.

3) A mutualidade do ser como chave de leitura do parentesco em Midsommar

Por fim, resta ainda descrever o ponto que pode definir de maneira substancial a questão da constituição do parentesco na comunidade de *Hårga*. Para tanto, há a necessidade de recorrer às descrições de ao menos quatro cenas emblemáticas, que apontam para a mesma direção: 1) em uma das primeiras cenas do filme de real impacto, momento em que os visitantes ainda participam dos primeiros ritos na comunidade, ocorre o *ättestupa*¹², um ritual em que dois idosos de 72 anos, por conta da idade, se sacrificam ao pular de um penhasco, um deles não morre de imediato e suas pernas feridas revelam fraturas expostas. Enquanto

¹¹ E cabe aqui, mais uma vez, apontar que a importância dos estudos de Lévi-Strauss (1982) sobre a questão do incesto e os riscos da endogamia, não sustentados nem pela própria genética ocidental.

¹² Suposta prática realizada entre os povos suecos no período pré-cristão (até finais do século XI, quando os primeiros reis declaradamente cristãos assumiram o trono), que consistia no auto-sacrifício de idosos a fim de poupar recursos, alimentos e atenção (uma forma de senicídio), já que estes não podiam mais contribuir com o grupo. O nome *ättestupa* remete ao termo *Ättarstapi* (precipício da dinastia) presente na saga islandesa *Gautreks*, que descreve uma família avarenta que opta em sacrificar seus idosos ao invés de gastar suas riquezas com hospitalidade. Ainda que o termo tenha se popularizado, nomeando diversos precipícios suecos, não há nenhuma evidência de que o *ättestupa* realmente tenha ocorrido em algum momento na região. Para mais informações sobre a suposta prática, consultar: ODÉN, Birgitta (1996). *Ättestupan – myt eller verklighet? Scandia: Tidskrift för Historisk Forskning*. 62 (2): 221–234. 1996

agonizava, o grupo de pessoas nativas de *Hårga* que observava o sacrifício agonizava em conjunto, expressando um compartilhamento da dor, que cessa apenas quando o idoso recebe fortes marretadas em seu crânio, precipitando a inevitável morte. 2) Já depois da metade do filme, quando o personagem Christian bebe um chá a ele oferecido durante uma comemoração de escolha da “rainha de maio” – título este concedido à mulher que, após tomar o mesmo chá oferecido a Christian, é capaz de resistir por mais tempo dançando em volta de um mastro de madeira enfeitado sem sentir-se mal e cair. Este título concede à vencedora a responsabilidade por abençoar as plantações, realizar oferendas aos deuses e escolher um dos seres humanos selecionados previamente para se tornar sacrifício na última celebração do festival. Tal chá é descrito por alguns dos moradores de *Hårga* como capaz de reduzir as defesas e abrir o sujeito às “influências”¹³. Posteriormente, Christian, sob o efeito do chá, acaba se entregando ao desejo sexual por Maja (Isabelle Grill), uma habitante de *Hårga* que nutre uma paixão por Christian. No ato sexual, realizado num grande celeiro em que apenas mulheres poderiam entrar, Maja e Christian se relacionam acompanhados por várias outras mulheres nuas de diversas idades, que observam o ato acariciando seus corpos e gemendo, como se estivessem diretamente participando do ato. 3) Quando Dani, após vencer a competição de resistência e se tornar a “rainha de maio” descobre a “traição” de Christian, ao ouvir os sons de gemidos no celeiro, indo verificar seus motivos e se deparando com a cena de sexo. Sua reação imediata é de espanto, levando-a a correr até um quarto e debulhar-se em lágrimas de forma solitária. Porém, diversas outras mulheres nativas de *Hårga* a procuram para compartilhar o choro e sofrimento em conjunto. Nesta cena, todas as mulheres choram e gritam em conjunto, como se fossem apenas um corpo – um compartilhamento de sofrimento. 4) E quando, já nas últimas cenas do longa-metragem, no ritual final de *Midsommar*, em que três pessoas são levadas a um templo de madeira (duas voluntárias e uma escolhida pela “rainha de maio”) para serem oferecidas em sacrifício, queimadas junto aos corpos de outros sujeitos mortos por razões variadas ao longo do filme, as pessoas que acompanham o incêndio gritam e se debatem em desespero, como se elas mesmas estivessem no templo e sofressem pelo fogo.

¹³ Possivelmente, a principal razão do chá ser oferecido à Christian é sua capacidade de diminuir as “defesas” sociais, isto é, o controle aos impulsos e desejos e sua capacidade de abrir o sujeito às influências de sua vontade. Isto não quer dizer que o efeito expresso em outros personagens seja o mesmo.

Em todos os trechos de cena aqui selecionados, o ponto comum é a perspectiva de compartilhamento de sentimentos e emoções vividas, ou seja, as cenas em que os personagens do filme compartilham as emoções e sentimentos de outros, sem que estejam empiricamente afetados. Como descrito nas cenas, podemos perceber como “Midsommar” mostra como o modelo de indivíduo auto-contido perde espaço face a uma vivência que extrapola os limites materiais do corpo, sendo o sentimento que vaza e que afeta *outrem*, aqui visto não como diferente, mas parte também de si, de uma vida compartilhada. Neste sentido, Marshall Sahlins (2013) contribui de forma significativa ao campo de estudos do parentesco e ao contexto da presente análise do filme. A “mutualidade do ser” (SAHLINS, 2013), expressa na primeira parte de seu livro “What Kinship Is... And Is Not”, aparece como conceito central para pensar parentes como “pessoas que participam intrinsecamente da existência um do outro; eles são membros um do outro” (SAHLINS, 2013, p.3, tradução nossa). Sahlins (2013) aponta inicialmente uma série de exemplos que desconstróem qualquer ideal do parentesco como corolário de uma fonte biológica, uma forma de relacionamento intrínseca ao ser humano, situando tal fenômeno numa multiplicidade existencial em que, por exemplo, entre os Pamona de Sulawesi¹⁴ o parentesco não se dá por qualquer prática comparável ao pressuposto biológico. Mas, para que a oposição natureza-cultura não se dê de forma tão direta, Sahlins (2013) também apresenta exemplos, como dos habitantes do vale de Nebilyer, na Nova-Guiana¹⁵, em que a fonte do parentesco pode ser localizada por formas variadas. Por consequência, o parentesco se define para o autor como “uma variedade participações intersubjetivas, ou seja, uma rede das mutualidades do ser” (SAHLINS, 2013, p.19, tradução nossa).

Por um lado, a “mutualidade do ser” possui implicações em práticas transpessoais de coexistência, pois parentes compartilham experiências, alimentação, sofrimento e desejos, ou seja, se implicam uns nos outros. Por outro lado, a mutualidade do ser permite descrever as diversas formas de constituição do parentesco, seja por via paralela às explicações biológicas, ou sua

¹⁴ Onde as crianças mudam de casa várias vezes ao longo da vida, o que denota uma construção de parentesco não por via de uma ligação intrínseca entre mãe/pai e filhos, mas como fonte constitutiva da convivência e alimentação conjunta.

¹⁵ A fonte do parentesco se dá tanto pelo sêmen e leite materno quanto pela alimentação conjunta, pois todos estes elementos possuem *kopong* (gordura, graxa), um princípio que constrói o parentesco. Desta forma, tanto os filhos possuem parentesco entre si e com o pai/mãe em termos concebidos de forma “biologizante”, quanto a comensalidade com outros sujeitos, inclusive estrangeiros, pode construir parentesco.

perspectiva construída a longo da vida, ou ainda combinações de ambos.

Na visão exposta por Sahlins (2013), a mutualidade do ser abrange desde as maneiras constitutivas do parentesco, as substâncias e sentimentos comuns, até as motivações lógico-significativas para as distintas práticas de pessoas relacionadas. Na segunda parte do livro, em que Sahlins (2013) constrói sua argumentação em torno de diversos exemplos etnográficos que apresentam uma discussão do parentesco muito além do pressuposto biológico, presente em diversas análises que buscam diferenciar o parentesco real, de sangue, do fictício, por afeição, construção de substância e/ou por aliança. Mesmo tal percepção do parentesco não pode se apresentar como universalmente compartilhado, pois são também (e principalmente) “dotações sociais significativas que situam a criança em um campo amplamente ampliado e especificamente estruturado de relacionamentos de parentesco” (SAHLINS, 2013, p.74, tradução nossa). A criança, por excelência já se conecta a amplos círculos constituídos de parentes e formas morais de construção relacional ideal desde antes do nascimento, ou seja, as relações biológicas de parentesco já são, em si, relações sociais.

Sahlins (2013) defende que o nascimento não é um fato pré-discursivo e natural que se constitui *a priori* de formas construídas de parentesco. Pode-se não conceber relações anteriores ao nascimento (Kamea), reconhecer apenas a ligação substancial apriorística do pai (Jivaro) ou a mãe (Araweté) em relação à criança, ou ainda que se reconheça a contribuição dual para o feto, as substâncias podem ser complementares (Tlingit) ou antagônicas (Daribi), entre outros fatores que incluem não apenas as relações entre genitores (se assim concebidos em termos ocidentais), mas com linhagens, ancestrais, espíritos e outros sujeitos. Isto é, “o nascimento humano é uma função semiótica de uma ordem de parentesco, em vez de parentesco uma sequência biológica de nascimento” (SAHLINS, 2013, p.87). A variabilidade intangível do parentesco não pode ser pensada em termos de uma constante fisiológica.

Neste sentido, o ser intersubjetivo de Sahlins (2013) se configura como uma entidade simbólica, não material, que não reproduz qualquer lógica relacional que toma o *ego* e *outrem* como entidades *em si* que se relacionam constitutivamente de forma dialética, reproduzindo a lógica da mercadoria. Este ser intersubjetivo se aproxima da ideia de “participação” em Levy-Bruhl, que compreende seres que não se dão de antemão, são

relações que precedem qualquer coisa. Esta concepção, caracterizada por Sahlins (2013) como um pensamento simbólico – que se opõe à lógica racional-ocidental pressupondo separações dadas, como sujeito e objeto, eu e outro, natureza e cultura, etc – que é experiencial¹⁶ por essência, tal como significada simbolicamente. A unidade de ação não é o indivíduo, mas a relação, fugindo assim da dicotomia holismo e individualismo, que termina por tomar o indivíduo como dado ontológico. Nota-se então, que o peso à questão simbólica como configurada em Sahlins (2013) não busca reproduzir uma lógica que se dá como sinônimo de qualquer ideia de representação metafórica de outras coisas, mas um apontamento opositivo à lógica ocidental que tem por *modus operandi* certa objetividade científica. O simbólico em Sahlins (2013) não se coloca como representação de uma realidade externa (lógica ocidental), mas se configura como oposição a lógica científica, que se vê como “descobridora” de uma realidade externa.

Seguindo esta linha analítica, é possível pensar a constituição dos eventos de expressão de sentimentos e emoções coletivas em “Midsommar” aqui mobilizados como um tipo de constituição do parentesco em *Hårga* enquanto expressão ou exemplo fictício daquilo que Sahlins (2013) chama de “mutualidade do ser”, apontando exatamente para a perspectiva de intrínseca participação da vida de um em outros. A constituição deste ser intersubjetivo se dá em *Hårga* pela percepção da relação como padrão antecipatório da existência, isto é, um sujeito relacional que não se dá *a priori* como entidade relativamente autônoma e separada – o *ego* e o *outrem* não se dão por antecipação. Em outras palavras, o compartilhamento do prazer sexual, da dor, da morte, da tristeza, etc em “Midsommar”, permite pensar estas cenas em termos do deslocamento da perspectiva ocidental em função de seres que implicam e misturam suas existências uns nos outros. A dor do idoso, o prazer de Maja, a tristeza de Dani e as queimaduras dos sacrificados ecoam no grupo, são por eles sentidos, implicam o compartilhamento.

Este compartilhamento é em *Hårga* elemento significativo do parentesco, já que as mortes dos sujeitos externos à comunidade não são assim vivenciadas. Tanto a morte dos idosos como a dos sacrificados pelo fogo, juntamente com a cena do prazer sexual

¹⁶ Vale aqui lembrar do exemplo maori apresentado pelo autor, em que o sujeito narra os feitos e situações ancestrais empregando o pronome “eu” nas narrativas, pois compreende que os feitos ancestrais são também seus feitos, ele experencia o que o outro viveu, são pessoas implicadas umas nas outras também de forma diacrônica.

compartilhado se dá através de membros da comunidade. Dani, por sua vez, inicia sua jornada como elemento externo, mas ao longo do enredo torna-se mais integrada, encontrando em sua vitória como “rainha de maio” o evento central para que se torne, enfim, parte de *Hårga*, o que se confirma no compartilhamento da tristeza haja vista a traição de Christian. Estas questões apresentam, na relação com a mutualidade do ser em Sahlins (2013), uma possibilidade (ainda que fictícia) de apresentar o parentesco como potencialidade de vivência para além da pretensão universalista do parentesco americano de Schneider (2016) e a dicotomização de sangue (dado) e afinidade (construído), tendo as relações derivadas como corolários ontológicos, como definia Morgan (1871). A questão não é negar a consanguinidade definida pela biogenética, mas sim perceber seus símbolos (sangue, DNA, etc) como pontos mais ou menos constituintes de relações de parentesco ocidentais. Porém, estas relações biogenéticas não se fundam como condições *sine qua non* para a constituição do parentesco, já que o este é radicalmente distinto em diversos contextos. Em *Hårga*, parentesco não se define apenas por sangue e nem por casamento, mas pelo compartilhamento da vida, das práticas, da vivência conjunta, da implicação existencial mútua, da fluidez dos limites do corpo. Se a noção de endogamia existe e, conseqüentemente, alguma ideia de consanguinidade, sua razão de ser se funda em relação ao grupo e aos deuses, mas o sangue não se estende para além disso. Ser parente em *Hårga*, como Midsommar apresenta, é misturar vidas, implicar a existência de um no outro.

Animismo: forma de existência e orientação ética em *Hårga*

Este segundo tópico objetiva-se em propor uma análise mais sucinta tendo em vista a noção de animismo como ponto central de uma reflexão ontológica em *Hårga*. Cabe, entretanto, apontar que esta sessão deve ser entendida como intrinsecamente relacionada ao tema do parentesco, tendo muitos de seus pontos estreitamente vinculados ao tema. Neste sentido, é importante abordar algumas cenas do filme que possam levantar elementos para uma discussão sobre a questão do animismo: no início do filme, antes de chegar propriamente em *Hårga*, o grupo de visitantes estacionam o carro perto da entrada da comunidade, sendo recebidos por alguns habitantes locais, que oferecem um

chá¹⁷ que gera diferentes efeitos nos sujeitos, mas o que se destaca é o que se produz em Dani, que vê crescer em suas mãos uma vegetação rasteira, gramíneas, como se fizesse parte da natureza. Também é possível observar a semelhança de efeitos que acomete Dani e Pelle (único do grupo de amigos que é nativo de *Hårga*), mesmo em meio a tantas variações. Neste trecho, Pelle diz: “Olhe, as árvores estão respirando. A natureza sabe como estar em harmonia, é instintivo. Tudo faz sua parte, mecanicamente”. Coincidentemente, os efeitos vistos sob a ótica de Dani expressam exatamente a fala de Pelle (apenas compartilhada pelos dois), sendo possível perceber movimentos respiratórios na vegetação em torno.

Já na metade do filme, enquanto os dois antropólogos, Christian e Josh, conversam com Pelle (amigo de ambos e nativo de *Hårga*, o personagem que apresenta a comunidade aos amigos) em um campo aberto, e os habitantes realizam diversas tarefas, tal como cuidar de animais, preparar enfeites e etc, Mark – amigo dos antropólogos Christian e Josh e do nativo Pelle, caracterizado como personagem de veia cômica e grande egoísmo, preocupa-se ao longo do filme apenas com a possibilidade de ter relações sexuais com uma das nativas – se isola do grupo em direção a uma árvore caída para urinar, o que desperta grande fúria e desespero em um dos habitantes locais, Ulf (Henrik Norlén), que corre em sua direção em meio a gritos:

Ulf: [suas falas são todas em sueco, fazendo com que Mark não seja capaz de se comunicar com Ulf] Não, não! O que você está fazendo?

Ulf: Seu idiota, o que você está fazendo? Saia daí! Tire seu pau nojento daí!

Mark: O quê? Calma! Ok, calma! O que eu fiz?

Ulf: Estes são nossos antepassados!

Mark: Pelle, o que aconteceu?

Ulf: Você está mijando em meus antepassados!

¹⁷ Não há confirmação se o chá é o mesmo do descrito da sessão anterior. Independentemente, quando diferentes personagens tomam o mesmo chá, é possível observar distinções nos efeitos de forma significativa. Para tanto, a questão dos efeitos serem ou não definidos como alucinógenos – no sentido da distorção de uma realidade objetiva – não é aqui tomado como significativo, mas sim os efeitos e possíveis explicações e reflexões produzidas na narrativa do longa e as consequências destes.

Ulf [falando com Pelle, um dos nativos e amigo de Mark, que fala inglês e sueco]: o seu amigo está mijando em Rotvälta¹⁸!

Mark: O que eu fiz? O que eu fiz?

Pelle [se referindo à Mark]: Você urinou em uma árvore ancestral.

Mark: A árvore? O quê?

Pelle: Esta árvore está ligada aos nossos mortos.

Mark: Mas é uma árvore morta!

Pelle: Ela é importante para nós.

Na parte final do filme, em meio à competição de dança que elegeria a rainha de maio, todos tomam o chá. Na ótica de Christian os efeitos dizem respeito, como já analisado, à queda de defesas sociais (fidelidade ao namoro) e abertura aos desejos do sujeito, refletidos na relação sexual com Maja. Não há nenhuma mudança na natureza em torno. Na ótica de Dani durante a dança da rainha de maio, após tomar o chá, observa mais plantas crescendo em seus pés e a respiração da vegetação circundante. Mesmo com o fim da dança, após ser eleita rainha de maio e oferecer carne e grãos aos deuses, abençoando também as plantações, além de presenciar posteriormente a traição de Christian com Maja, os efeitos persistem. Dani é envolvida dos pés à cabeça com flores durante a última refeição do festival de Midsommar e, ao sentar em sua cadeira, observa como as plantas colocadas reagem aos movimentos de suas mãos, como se fossem extensões de si. As flores que envolvem seu corpo também reagem à Dani, acompanhando sua respiração por meio de movimentos de abrir e fechar. Sendo a única personagem externa à comunidade que alcança este tipo de efeito pós-chá e, vencendo a competição da rainha de maio, Dani termina o filme integrada a comunidade de *Hårga*, o que insinua sua posterior vivência no local, fazendo parte de uma nova família e rompendo com o ciclo de solidão após sua tragédia familiar.

A partir destes trechos, é possível traçar um padrão relacional entre humanos e não-humanos (neste caso, a árvore) na questão do parentesco, desta vez relacionado ao animismo. Sahlins (2013) aponta que a noção de mutualidade do ser não se aplica apenas nas relações entre sujeitos humanos (partindo na noção biológica

¹⁸ Palavra sueca que designa o fenômeno, traduzido para o inglês “Windthrow”, em que árvores são desenraizadas do solo pela força do vento, mas que podem servir como base para o desenvolvimento de nova biodiversidade a partir do tronco caído.

de espécies), mas se estende também para outros humanos¹⁹ e não-humanos, envolvendo relações trans-específicas, nas quais as plantas são filhas das mulheres na Amazônia, ou os animais que são parentes dos caçadores na Sibéria e na Amazônia, etc. “Isso não é metáfora, mas uma sociologia da conduta moral, ritual e prática” (SAHLINS, 2013, p.30, tradução nossa). Tais relações trans-específicas apontadas por Sahlins (2013) possuem forte influência das proposições de Viveiros de Castro (2009) sobre pensar vários temas, entre eles parentesco e animismo como problemas fundados na mesma questão: “o problema da intencionalidade e influência, a misteriosa eficácia da relacionalidade” (VIVEIROS DE CASTRO, 2009, p.244, tradução nossa). O animismo ao ser definido como meio em que pessoas e coisas assumem a forma de pessoas, a potencialidade da agência não mais separa sujeito (humano, polo ativo) e objeto (não-humano, polo passivo), mas se estende universalmente e se expressa pelo parentesco.

Outro autor de ampla relevância ao tema do animismo é Graham Harvey (2014), que resgata a ideia do animismo para pensar movimentos mais contemporâneos no ocidente (como o neopaganismo) e outros contextos não ocidentais. Ainda que o termo ressoe sua origem no pensamento antropológico em Tylor (1929), que o expressa como uma ilusão na atribuição da alma a diversos seres e coisas, estendendo-se até a modernidade religiosa, a base de Harvey (2014) é identificada mais em associação ao trabalho de Hallowell (1960) entre os Ojibwa, em que o animismo se refere a um modo de vida que pressupõe um mundo formado por comunidades de seres vivos e que pressupõe uma ética de comportamento, neste sentido assemelhando-se das propostas de Sahlins (2013) e de Harvey (2014): “o ‘animismo’ pode rotular a etiqueta entre espécies [...], bem como suas preocupações ontológicas e / ou epistemológicas” (HARVEY, 2014, p.5). Também e, talvez principalmente, designa uma correlação com o termo base, “anima”, sugerindo um aspecto estimulante, uma essência viva dentro de animais, plantas e/ou pedras, tal como espíritos, deuses e etc. O animismo aponta para a descrição “atos performativos em que as pessoas se envolvem com outras espécies ou com coisas materiais” (HARVEY, 2014, p.7), isto é, traz a

¹⁹ Aqui, a ideia é abarcar noções de humanidade mais amplas, como por exemplo entre os ameríndios analisados por Eduardo Viveiros de Castro que, sucintamente, entendem a humanidade a partir de um pressuposto às “relações sociais” com semelhantes. Tal proposição inverte a lógica natureza-cultura e coloca a “cultura”, isto é, os pressupostos de caça, alimentação, cauinagem e etc como padrão universal estendido à todas as espécies e a diferença corporal como ponto de secção inter-específico, ainda que também tenha caráter potencial, abarcando capturas e mudanças corporais.

performatividade da relação entre humanos e não-humanos como seres passíveis de ética comportamental justamente por compartilharem um pressuposto de vida, de anima.

Nos trechos do filme aqui assinalados, a questão do animismo é altamente significativa. Na descrição da cena em que Mark urina na árvore morta, a reação de Ulf denota um horror ao ato, resultado de um padrão ético de comportamento com estes seres. Tal como é impensável a ideia de urinar em cadáveres humanos, o animismo em *Hårga* implica em padrões ético-comportamentais com seres vivos não-humanos. E como Viveiros de Castro (2009) aponta, a expressão desse padrão comportamental animista se dá através do idioma do parentesco, em que *Rotvälta* é ancestral de Ulf e de todos em *Hårga*, é um corpo de um parente morto. Neste sentido, tanto Sahlins (2013) quanto Harvey (2014) também apontam o animismo como construção existencial que decorre em padrões éticos de comportamento para além da esfera humana, o que reforça a tese do horror de Ulf ao ato de Mark. Este padrão ético de comportamento animista, em resumo, que estende a não-humanos uma relação também humana se dá pelo idioma do parentesco – a forma conectiva entre agentes variados.

Paralelamente, nas outras cenas descritas em que Dani (e possivelmente Pelle) observa plantas e árvores respirando, a analogia ao animismo é também possível através da fala de Pelle sobre a respiração das árvores, denotando a sua percepção destes seres enquanto organismos vivos análogos à humanidade. Num movimento oposto, as cenas em que Dani vê suas mãos e pés como partes da vegetação rasteira aludem à percepção de que humanos e natureza estão tão integralmente imbricados que, em essência, fazem parte da mesma existência. Este posicionamento rompe com o dualismo cartesiano de separação de sujeitos e objetos, sendo o primeiro termo pressuposto inevitavelmente humano, que também ecoa na proposição de Schneider (2016) que trata o parentesco americano através da dicotomia humanos *versus* natureza, em que a natureza expressa o reino a se dominar e controlar. O animismo de *Hårga* expresso visualmente nas cenas das mãos e pés de Dani como parte da vegetação é reforçado em um cântico realizado por um ancião antes de uma refeição logo nos primeiros momentos dos personagens no vilarejo, traduzida pelo personagem Pelle, refletindo a relação harmônica entre

humanos e não-humanos numa perspectiva, de certa maneira, panteísta²⁰:

Christian: ele estava rezando?

Pelle: Não, ele não estava rezando, estava agradecendo por ser transformado em ... tudo. A harmonia e o equilíbrio.

Aqui, por fim, é possível destacar como consequência uma dupla via no animismo em “Midsommar”: de um lado, as árvores que respiram como humanos implicam um compartilhamento de pressupostos dados como humanos na natureza, isto é, um resgate de sua percepção como ser vivo, não objeto. De outro lado, a percepção do corpo humano como parte da natureza implica em uma “naturalização” do humano, no sentido de destacar que não apenas a natureza é humana enquanto ser viva e necessitar de comportamentos éticos, mas a humanidade também é parte da natureza. Vale frisar que a pretensa separação entre humano e natureza retratada em algumas cenas do filme não vem reforçar a dicotomia, mas, ao contrário, embaralhá-la. As cenas descritas podem destacar um animismo de tipo ético-comportamental que encontra no idioma do parentesco sua forma de expressão, mas que pressupõe um posicionamento ontológico que busca afirmar uma realidade perdida para os ocidentais, um monismo existencial que (re)une humanos e natureza e indica uma ética de ação e comportamento, atribuindo – como o animismo de Harvey (2014) indica – um pressuposto de ação compartilhada, um percepção de sujeito estendida para além do humano.

Conclusão

Ao propor uma aproximação da antropologia com o filme “Midsommar”, as escolhas analíticas feitas não se dão ao léu; “Midsommar” realmente possui forte conteúdo de caráter antropológico diluído em seu enredo para além dos dois personagens identificados como antropólogos, sem perder sua essência enquanto filme de terror.

Em termos gerais, a linguagem do filme provoca uma reflexão sobre a alteridade ao opor dois modos de vida básicos: o ocidental e o

²⁰ Posicionamento popularizado pelo filósofo Baruch de Espinosa (ainda que não seja o criador) que pressupõe o compartilhamento substancial imanente de todos os seres da “natureza”. Deus seria não um ser transcendente e pessoalizado, mas imanente a tudo, portanto essa equiparação humano e não-humano expressa em “Midsommar” ressoa como uma perspectiva panteísta.

de *Hårga*. Ainda que o objetivo do longa seja voltado ao entretenimento, variadas situações com implicações antropológicas e filosóficas se colocam, o que resultam em diversos momentos em que perspectivas éticas se confrontam²¹ fundadas na questão dos limites potenciais da alteridade. Em termos antropológicos, a proposta de levar à sério a comunidade de *Hårga* enquanto local potencial de realização etnográfica e o conteúdo do filme como material de análise, revela-se que o parentesco e o animismo podem ser definidos como dois idiomas centrais na constituição existencial (ontológica) e no *modus operandi* daquele contexto. O confronto com perspectivas ocidentais, elemento este frequente ao longo do filme, exercita o “estranhamento” antropológico e permite a realização da análise.

Em última instância, o objetivo foi realizar através da antropologia uma reflexão sobre uma obra cinematográfica como recurso analítico que evidencia – mesmo que através da ficção – possibilidades existenciais alternativas às formas ocidentais, trazendo à tona de uma forma acessível ao grande público fora da academia, o problema do confronto com a alteridade através da linguagem do parentesco e do animismo. Estes dois temas, como aqui buscou-se defender, se relacionam na formação constitutiva das perspectivas ontológicas de *Hårga*, destacando o atributo humano enquanto agente existencial prioritário um corolário atribuível não apenas ao que comumente chamamos de humano (*Homo-sapiens*), mas aos diversos seres que nos circundam. Vale frisar que esta perspectiva de “humano” pode ser aqui pensada, a partir das formulações de Sahlins (2013), como um pressuposto de relacionalidade não-hierárquica – como impõe a separação humano (polo ativo) e natureza (polo passivo) – que realiza numa linha aqui caracterizada por um tipo de animismo o parentesco de *Hårga*. Este parentesco não se define enquanto atribuição derivada de compartilhamento de substância genética ou por relação de afinidade constituída, mas por uma extensão do ser para além dos limites materiais do corpo, uma mutualidade existencial. Isto é, o ser humano enquanto espécie não possui destaque nas relações constituídas, que se dão tanto por uma planicidade em relação com não-humanos (árvores, por exemplo), quanto pela natureza das mesmas relações mutualidade que, por não separarem seres enquanto mônadas auto-contidas, pensam e

²¹ E podemos aqui citar, por fim e novamente, a cena em que dois idosos se sacrificam em um penhasco. Alguns dos personagens, os turistas britânicos Connie (Ellora Torchia) e Simon (Archie Madekwe), se horrorizam pelo ato e ameaçam deixar o lugar, confrontados no caminho pela local Siv (Gunnel Fred), que tenta explicar os diferentes modos de pensar a agir sobre a morte.

vivenciam os sentimentos e emoções como experiências coletivas em *Hårga*. Por fim, o que talvez mais se evidencie no longa em relação a antropologia, seja exatamente o confronto de possibilidades existenciais diferenciadas que opõem o modelo de *Hårga* do “americano” ocidental, englobando perspectivas diversas, como a questão do incesto e formação de parentesco, o animismo e etc, permitindo assim pensar o longa como um tipo de terror antropológico, como algumas críticas²² de cinema vem apontando.

Filmografia

MIDSOMMAR. Direção de Ari Aster. Estados Unidos / Suécia. A24; Parts & Labor; B-Reel Films. 2019

Bibliografia

HALLOWELL, Alfred Irving. Ojibwa Ontology, Behavior, and World View. *In*: RADIN, Paul; Diamond, Stanley (ed.). **Culture in History: Essays in Honor**. New York: Columbia University Press. Reprinted in Graham. 1960

HARVEY, Graham. Introduction. *In*: HARVEY, Graham (org.). **The Handbook of Contemporary Animism**. London; New York: Routledge. 2014

MORGAN, Lewis. Henry. **Systems of Consanguinity and Affinity in the Human Family**. Washington: Smithsonian Institution, 1871.

_____. **Ancient Society**. New York: Henry Holt and Company. 1877.

SAHLINS, Marshall. **What Kinship Is... And Is Not**. London & Chicago: The University of Chicago Press. 2013

SCHNEIDER, David. **Parentesco Americano: uma exposição cultural**. Trad: RIBEIRO, Fábio. Petrópolis: Vozes. 2016.

TSUGAMI, Susan Sanae. Runas, Sacrifício e Tradição. **SCANDIA: journal of medieval norse studies**. N. 2. 2019

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom**. London: John Murray. 1929

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. The Gift and the Given: three nanoessays on kinship and magic. *In*: BAMFORD, Sandra; LEACH, James (eds.). **Kinship and Beyond: the genealogical model reconsidered**. Berghahn Books. 2009. pp. 237–268.

WAGNER, Roy. Incest and Identity: a critique and theory on the subject of exogamy and incest prohibition. **Man** 7 (4). P.601–613. 1972.

²² Por exemplo, nesta crítica de Isabela Boscov: <https://veja.abril.com.br/blog/isabela-boscov/midsommar-terror-antropologico/> Acesso em 20 jun. 2020

GÊNERO E CRIMINALIDADE: O PROTAGONISMO FEMININO ÀS AVESSAS?

Marlene Helena de Oliveira França¹

Resumo

Este artigo versa sobre a questão de gênero e a criminalidade feminina. De um modo geral, o conceito de gênero vincula-se à construção social do ser homem e ser mulher, atribuindo aos mesmos, características e papéis específicos, numa tentativa de escapar dos determinismos biológicos associados aos termos sexo e diferença sexual. Pode-se afirmar que os aspectos que envolvem o fenômeno da criminalidade feminina são mais complexos do que os relacionados aos homens, não somente porque elas cometem menos crimes, mas pelo fato de que o número reduzido implica em maiores dificuldades para pesquisar. Assim, o estudo objetiva discutir o fenômeno da criminalidade feminina enquanto um elemento que permeia a questão de gênero. Para subsidiar a discussão, recorreu-se as obras de: Scott (1995); Camacho (1997); Saffioti (1994); Almeida (2003). Utilizou-se da revisão bibliográfica como caminho metodológico, bem como o método hipotético-dedutivo, o qual toma por base a percepção e o aprofundamento teórico de um determinado problema. A conclusão preliminar revela a necessidade de abordar as questões de gênero, sem desprezar aspectos como a criminalidade em que muitas mulheres estão diretamente envolvidas, deixando-as numa situação ainda mais vulnerável, uma vez que são invisibilizadas pelo Estado no tocante ao tratamento que é dispensado para a legitimação das políticas de segurança autoritárias e para o controle das massas empobrecidas.

Palavras-chave: Gênero. Mulher. Criminalidade. Feminismo.

Gender and criminality: Is female protagonism upside down?

Abstract

This article is about gender and female crime. In general, the concept of gender is linked to the social construction of being a man and being a woman, attributing specific characteristics and roles to them, in an attempt to escape the biological determinisms associated with the terms sex and sexual difference. It can be said that the aspects involving the phenomenon of female criminality are more complex than those related to men, not only because they commit less crimes, but because the reduced number implies greater difficulties in research. Thus, the study aims to discuss the phenomenon of female criminality as an element that permeates the issue of gender. To support the discussion, the works of: Scott (1995); Camacho (1997); Saffioti (1994); Almeida (2003). The bibliographic review was used as a methodological path, as well as the hypothetical-deductive method, which is based on the perception and theoretical deepening of a given problem. The preliminary conclusion reveals the need to address gender issues, without neglecting aspects such as criminality in which many women are directly involved, leaving them in an even more vulnerable situation, since they are made invisible by the State regarding the treatment that is given for the legitimation of authoritarian security policies and for the control of the impoverished masses.

Keywords: Gender. Woman. Crime. Feminism.

¹Profa. Adjunta do Departamento de Habilitação Pedagógica/CE/UFPB. Membro do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos. Profa. do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (PPGDH/UFPB). Coordenadora do Projeto de Iniciação Científica PIBIC/CNPq: "Um Estudo Sobre Criminalidade Feminina e Prisão: A Interface com a Violência de Gênero". Avaliadora e Certificadora do MEC (Curso de Direito e Ciências Sociais). E-mail: marlenecel@hotmail.com.

1. Introdução

No tocante à questão de gênero, não podemos desconsiderar neste estudo que, esta categoria vem sendo utilizada, muitas vezes, no meio acadêmico e repetitivamente, fora dele, como sinônimo do termo "feminino" ou ainda quando diz respeito a situações específicas envolvendo a mulher. Nesse sentido, o uso inadequado desse conceito apenas tem contribuído para reforçar a despolitização quanto às referências históricas que apontam para as desigualdades entre homens e mulheres e que, ao longo do tempo, foram e ainda são tratadas enquanto diferenças hierarquizadas.

Na visão de Lauretis (1994), esse argumento implica que ao considerar homens e mulheres, será levada em conta tão somente a relação entre o sexo, os atributos culturais do masculino e do feminino e as hierarquias sociais ocupadas pelos indivíduos em função destes atributos. Ainda que tais práticas não se restrinjam às coerções, acabam legitimando valores e significados. Em direção oposta Scott (1995) define "gênero" como sendo uma categoria de análise histórica, pois identifica as experiências masculinas e femininas e a relação entre estas e as vivências atuais. Já Lemgruber (2002) esclarece que reconhecer gênero como categoria de análise, na comunidade acadêmica só foi possível através do movimento de mulheres.

Partindo dessa análise introdutória acerca dos elementos que interferem no conceito de gênero, o objetivo do artigo é buscar investigá-lo como construção histórico-social, sem desprezar a intersecção com a criminalidade feminina.

Historicamente, tem sido relegada às mulheres, a tarefa de cuidar e zelar pela família. No caso das mulheres presas, esse postulado foi transgredido, e em virtude disso, sua pena, aparentemente, torna-se mais "pesada" do que realmente é. Como a maioria possui filhos (antes ou durante a reclusão), é constante o receio de romper o vínculo total com eles ou até mesmo perder o direito legal de exercer essa maternidade. São tomadas ainda pelo sentimento de culpa, uma vez que essa mulher, na maioria dos casos, era a responsável direta pela agregação familiar, mas principalmente, pelas despesas domésticas.

Apesar de durante séculos, terem sido consideradas como seres de segunda classe, as mulheres alcançaram inúmeras conquistas e promoveram importantes mudanças sociais. Consideradas por muitos estudiosos como sendo menos inteligentes do que os

homens, e, portanto, menos perigosas, algumas delas, embaladas, talvez, pelo sentimento do desprezo, de inferioridade, desejaram ser vistas, ouvidas e reconhecidas, e para tanto, tiveram que romper com normas e valores estabelecidos, adentrando no mundo da criminalidade. Como consequência, assumiram outro papel: o de prisioneiras de um sistema jurídico-penal que não percebe as singularidades das prisões femininas, ou simplesmente, negligencia as diferenças de gênero (ANDRADE, 2010).

Nessa direção, esse artigo objetiva aprofundar a discussão acerca da criminalidade feminina e o conceito de gênero como um elemento de interseção do estudo. Parte-se da hipótese de que há uma interseccionalidade entre o fenômeno da criminalidade feminina e o perfil dessas mulheres que estão presas, uma vez que elas sempre passaram por algum tipo de omissão e violência durante toda a vida, por serem mulheres, por serem negras (em sua esmagadora maioria), por serem pobres. Mulheres que foram negligenciadas antes de cometerem crimes e mais ainda após essa ocorrência.

É, pois, numa tentativa de auxiliar nas reflexões que alguns pesquisadores têm se dedicado ao estudo do crime cometido por mulheres. São eles: Foucault (2004), Goffman (2004), Zaluar (2003), Salla (1997), Lemgruber (1999), Adorno (1998), Wacquant (2001a, 2001b, 2003), entre outros. A leitura desses teóricos foi fundamental para delinear os primeiros contornos da nossa problemática.

Para se delinear a metodologia científica, o estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, que buscou compreender os motivos que desencadeiam à prática de crimes cometidos por mulheres. Também se recorreu as bases de dados, bibliotecas digitais, doutrinas e leis. A pesquisa pode ser classificada como exploratória, pois visa um maior aprofundamento sobre o tema, pretendendo-se confrontar pensamentos distintos para ao final analisar se a hipótese inicial se sustenta.

O método de investigação escolhido foi o método dialético, em virtude da necessidade de produzir argumentos para uma melhor discussão do tema proposto, vez que é um método capaz de dialogar, ou seja, de argumentar e contra argumentar de forma fundamentada e consistente.

A partir deste marco inicial, direcionaremos nosso olhar para os conceitos de gênero e criminalidade feminina.

2. Uma breve conceituação sobre gênero

Para Joan Scott (1995), o gênero enquanto categoria de análise representa tanto um componente característico das relações sociais baseadas nas diferenças explícitas entre os sexos, bem como um elemento imprescindível e eficaz na simulação das relações de poder, em que determinados grupos, em função do domínio que exercem sobre os demais, são aceitos como naturais e inquestionáveis.

Nessa perspectiva, Camacho (1997, p. 31) afirma que o conceito de gênero possui as características necessárias para analisar as relações existentes entre a submissão das mulheres e as mudanças sócio-políticas, historicamente ocorridas. Sendo assim, o autor acredita que se o processo de “tornar-se” homem ou mulher passa por transformações históricas e culturais, ele pode, numa mesma perspectiva analítica, sofrer alterações por meio da luta política e da criação de políticas públicas. Para Saffioti (2004, p. 79) gênero é a maneira de existir do corpo como campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas, que “constitui uma verdadeira gramática sexual, normatizando as condutas femininas e masculinas”.

Barcellos (2003), por sua vez, declara que a construção da identidade social tanto do homem quanto da mulher é consolidada através da relação social que estes sujeitos firmam um com o outro, mas também da relação que estabelecem com as diferentes estruturas de poder (econômico-política e cultural), produzidas a partir dessa relação.

As feministas, sobretudo, as de vertente marxista, como é o caso de Saffioti, concordam que existem outras contradições, também de caráter estrutural, construídas numa sociedade dividida por classes. Nessa direção, sugerem uma releitura das produções científicas, principalmente no âmbito das ciências sociais, de modo que considere a mulher como elemento constitutivo e, por isso, indispensável no movimento histórico-cultural. Para elas, “a releitura da história da mulher significa necessariamente a releitura da história do homem, a rediscussão do papel feminino obrigatoriamente, significa a rediscussão do papel masculino” (BARCELLOS, 2003, p. 29).

Segundo Sohiet (1989), as sociedades (ocidentais e orientais) supõem a existência de características tipicamente masculinas e outras femininas. Para a autora, esses atributos são artificiais e resultantes de determinantes histórico-social. Na verdade, é mais

prudente pensar que tais características decorrem das relações sociais construídas por interferência do meio familiar, da escola e das demais conjunturas sociais.

Desde a antiguidade, tem persistido nas abordagens dos diferentes autores, a hipótese de que homens e mulheres são “naturalmente diferentes”. Laqueur (2001), ao aprofundar seus estudos no percurso histórico da “invenção do sexo”, por exemplo, assinala que as diferenças naturais nem sempre compuseram o mesmo discurso, uma vez que percorreu um caminho que variou entre o viés biológico e o político, envolvendo diferentes autores.

Os seus estudos possibilitaram descobertas interessantes sobre a construção do sexo, levando-a a definir dois modelos: o do sexo único e o dos dois sexos. O primeiro deles pode ser encontrado no discurso galeniano, influente anatomista da tradição ocidental.

Para Laqueur (2001), Galeno concebia as mulheres como se fossem homens. Na sua concepção, não se encontraria no corpo das mulheres nada que também não existisse no corpo dos homens. Assim, ao invés de serem separados por dois órgãos diferentes, eram na verdade, unidos por um único sexo. Afirmava ele: “mulheres são homens invertidos”. O filósofo grego insiste na existência de dois sexos: o masculino e o feminino. Porém, para ele, a característica que distingue o homem da mulher é imaterial. Desse modo, não atribui nenhuma importância às diferenças biológicas², já que diz respeito a observações contingentes e filosoficamente pouco interessantes.

Já para Aristóteles, o que hoje conceituamos como construções sociais de gênero, são consideradas, apenas verdades naturais. Ou seja, as categorias sociais tais como: divisão de trabalho e definição de papéis sociais são para ele, categorias naturais, portanto, no mesmo nível de explicação das características anatômicas ou biológicas.

Entretanto, essa distinção, empreendida pelo filósofo, acaba por conceber as mulheres como inferiores aos homens (LAQUEUR, 2001).

Num contexto social em que o espaço público era ocupado predominantemente pela figura masculina, o modelo do sexo único servia, sobretudo, para ratificar que o homem representava um padrão ideal para todas as coisas. Talvez por isso, o modelo aristotélico e galeniano do “sexo único” tenha durado tanto tempo,

²Representadas pelos seguintes elementos: pênis-vagina, testículos, ovários, líquido seminal, menstruação

Gênero e criminalidade: o protagonismo feminino às avessas?

só sendo parcialmente repudiado a partir do século XVIII, momento no qual passa a predominar o modelo dos dois sexos.

As categorias masculino e feminino são reconhecidas agora pelos sexos opostos e incomparáveis e, a produção cultural que no modelo do sexo único, era feita pelo gênero, passa agora a ser determinada pelo sexo. O fato é que, na medida em que velhos costumes são usados inaceitavelmente para explicar as relações sociais, os debates sobre a questão de gênero tendem a se concentrar no sexo biológico. Logo, é possível deduzir que os debates travados em torno da categoria gênero inspiraram diversas produções científicas, mas, ainda assim, não foi suficiente.

Para Laqueur (2001, p.193),

[...] a natureza da diferença sexual não é suscetível a exames empíricos. É logicamente independente de fatos biológicos, pois, já impregnada na linguagem da ciência, pelo menos quando aplicada a alguma construção culturalmente ressonante de diferença sexual, está à linguagem do gênero. Tudo menos as declarações mais restritas sobre sexo são, desde o início, carregadas de trabalho cultural feito por essas proposições. Dois sexos incomensuráveis eram e são, tanto os produtos da cultura como era e é o modelo de sexo único.

Ainda que, hoje, não seja difícil perceber que ambos os modelos (de sexo único e de dois sexos) são produções culturais, a separação entre o que é natural e o que é social, infelizmente, ainda não foi superada. Se antes essas noções demarcavam o espaço privado como sendo da mulher e o público, do homem, elas aparecem, ainda hoje, em relações sociais de natureza distintas, ora de forma disfarçada, ora revelada, porém, ainda deixando muitas mulheres numa posição submissa em relação aos homens.

Hoje, podemos afirmar que o termo sexo, quando apropriadamente utilizado, serve para distinguir homens e mulheres no que tange aos aspectos biológicos, anatômicos e reprodutivos, enquanto a categoria gênero é concebida para explicar os papéis sociais ocupados por homens e mulheres, representando as relações sociais, histórica e socialmente construídas, sobretudo, quando se reconhece que a existência das diferenças entre homens e mulheres, resulta de relações sociais mediadas pela cultura, o ideal de igualdade fica apenas no plano social.

Para Saffioti (1994a), não há como limitar ou mensurar as relações

entre os sujeitos sociais, tão pouco entre homens e mulheres. Independentemente de essas relações serem de gênero ou de classe, elas são partes umas das outras. Ao se (re)produzirem as relações de gênero, são sustentadas por uma lógica contraditória, pois refletem interesses e posições, às vezes, inconciliáveis, às vezes, expressando opiniões semelhantes nos homens e nas mulheres como o machismo, comportamento manifestado por muitas mulheres.

Se não formos capazes de entender a categoria gênero como um construto social, limitaremos nossa compreensão para os conflitos advindos das diferenças particulares de cada ser. Logo, estimular a discussão em torno das diferenças como uma categoria isolada – não considerando as relações sociais que perpassam tal categoria – acaba por contribuir para a manutenção dos discursos discriminatórios (SAFFIOTI, 1994a).

Nesse passo, é cediço concordar que a diferença entre os sexos (masculino e feminino) ainda ocupa lugar de destaque nas relações de poder. Esse poder pode ser facilmente encontrado nos discursos que distinguem as relações étnicas, de classe social e gênero nos mais diferentes contextos sociais, ainda que em momentos históricos diferentes. Por essa razão, somos levados a pensar que a denúncia e superação das atrocidades decorrentes das distintas relações de poder, inevitavelmente produzirão outros conflitos que exigirão dos seus interlocutores novos posicionamentos e assim por diante.

De acordo com Giddens (2002), há uma grande crença de que, na contemporaneidade, os atributos “femininos” são, em quase sua totalidade, determinados socialmente, logo, guardando semelhanças com as características masculinas. Embora a maioria das mulheres seja educada para cultivar/reproduzir valores sociais como afeto, bondade, respeito, tolerância etc., há uma tendência de os homens valorizarem aquelas com outras qualidades ou que exerçam papéis sociais diferentes dos que foram socializadas.

No entanto, afirma o autor que, o mito da “boa menina”, representado por um comportamento confinado e controlado, costuma prevalecer e tem recebido novos adeptos. Em outras palavras, apesar de não termos como negar que, notadamente, o século XX foi palco de inúmeras conquistas da mulher em vários segmentos, como por exemplo, nas relações trabalhistas, as desigualdades entre homens e mulheres continuam a existir, fruto, inegavelmente, de um modelo androcêntrico, que ainda prevalece

em diferentes modelos de sociedade.

Uma demonstração que apresenta um retrato fiel dessa situação são as prisões femininas. Pesquisadores das áreas jurídica e sociológica, entre eles, Fernandes (1995); Graziosi (1999); Smaus (1999); Moreno (1993); Parent (1986); Garcia (1998), nos estudos que realizou sobre criminologia e penologia femininas, aponta o descaso em relação às particularidades das mulheres presas, cujas tem seus direitos constantemente violados, denunciam ainda a condição de “invisibilidade” a que são submetidas no contexto das políticas públicas criadas para atender, sobretudo, às necessidades do sistema penal.

Nessa direção, para além dos estudos que possam ser realizados, nossa compreensão caminha na direção de que os motivos que explicam o tratamento diferenciado dispensado às mulheres presas passam antes de tudo, pela questão de gênero. Fica claro quão complexo e intrigante é o universo que envolve a mulher e o desvio. Ao procurar por respostas, encontramos, nas teorias, uma gama de dúvidas que, somadas às nossas, nos faz querer entender, ainda mais, a complexidade que o conceito de gênero carrega.

3. Gênero e Criminalidade: a figura da mulher no mundo do crime

Scavone (2001) aponta que, nas últimas três décadas, as Ciências Sociais, têm produzido um acervo bastante diverso em estudos acerca da situação social das mulheres. Apesar disso, constata-se que os processos violentos envolvendo mulheres, ainda representam um grave problema social, afetando grandes contingentes populacionais (SAFIOTTI, 2004).

Com relação à história da mulher criminosa, só iremos presenciar os primeiros sinais por volta do século XI, momento em que se constata a desobediência da mulher à lei. Evidentemente que a mulher já havia transgredido antes, no entanto, é somente neste período, que a delinquência feminina assume características específicas, até então inexistentes nas sociedades da época. Para Buglione (2011, p. 32), “é como se a lei ao preservar e prescrever determinadas condutas como certas ou erradas o faça separando aquelas tipicamente masculinas e femininas, mas é uma separação realizada através de um olhar masculino”.

Numa tentativa de explicar este processo, alguns estudos foram

realizados sobre a mulher e sua relação com a violência, com o crime e com o poder punitivo. Um desses trabalhos é o de Rachel Sohiet (1989) em *Condições femininas e formas de violência*. Nele, a autora apresenta as concepções históricas a respeito da “natureza” da mulher.

Para embasar seu estudo, a autora se apropria, em primeira instância, das teorias de Lombroso e Ferrero, conceituados representantes da corrente evolucionista e com grande influência nos meios jurídicos e policiais no fim do século XIX. Esses teóricos se empenharam em provar a inferioridade feminina, apontando inúmeras deficiências e infantilizando a mulher. Para eles, a natureza comanda a mulher, que é biológica e intelectualmente inferior ao homem.

Com base nas características das mulheres que consideravam “normais”, os autores buscaram analisar àquelas consideradas desviantes, compostas por prostitutas e criminosas, separando-as em três tipos: **as criminosas natas**, que constituíam um tipo mais perverso, em razão da grande quantidade de caracteres degenerativos (evoluíram menos do que os homens). Apesar dos “defeitos genéticos” era esse grupo que mais se aproximava das características masculinas, isto é, demonstravam um comportamento mais violento do que muitos homens; **as criminosas por ocasião**, portadoras de características femininas, porém, de forma dissimulada, demonstrava tendência delituosa em graus variados; e por fim, **as criminosas por paixão** que agem conforme a intensidade de suas paixões.

Lombroso e Ferrero não levavam em conta as questões socioculturais que perpassavam a vida das mulheres, defendiam apenas que a mulher era menos tendenciosa ao cometimento de crimes, pelo fato de evoluírem (biologicamente) menos que os homens. Do ponto de vista orgânico, assumiam uma posição de passividade e conservadorismo, notadamente, pela posição imóvel do óvulo comparada ao espermatozóide (excesso de mobilidade).

Estes teóricos desprezam uma relação mais estreita entre mulher e crime, elegendo exclusivamente a prostituição enquanto o único crime cometido pelas mulheres:

Se pudéssemos provar que a mulher é intelectual e fisicamente um homem parado em seu desenvolvimento [...] o fato mesmo é que ela é mais piedosa e menos criminal que ele e tenta compensar vantajosamente esta inferioridade [...]. Se os casos de prostituição

Gênero e criminalidade: o protagonismo feminino às avessas?

aparecessem na estatística criminal, desapareceria a diferença da criminalidade dos dois sexos e até se notaria o predomínio numérico das mulheres (LOMBROSO, apud SOHIET, 1989, p.121).

Outros teóricos, a exemplo de Lemos de Britto e Nelson Hungria também formularam hipóteses sobre as possíveis especificidades da criminalidade feminina. Com ideias próximas as de Lombroso, vinculavam a mulher às suas características biológicas. Tais concepções acabavam por dificultar a realização de estudos que remetesse à questão de gênero, já que o discurso jurídico se apropriava de algumas referências ditas científicas e, a maior parte delas era baseada nas diferenças de natureza anatômica e biológica. Nesse caso, os estudos revelam que na análise entre mulher e criminalidade, tende-se a considerar muito mais a natureza do que os aspectos culturais.

Assim, a mulher ficava mais suscetível à prática criminosa quando influenciada por elementos biológicos, tais como a puberdade, a menstruação, a menopausa, o parto, uma vez que, no período desses acontecimentos, ela se mostrava mais irritada, instável, agressiva e psicologicamente abalada (LOMBROSO, apud SOHIET, 1989).

De acordo com Soares; Ilgenfritz (2002) foi somente com Durkheim que à reflexão sobre a criminalidade feminina passou a ser feita à luz de uma abordagem sociológica. As práticas criminais da mulher começaram a ser vistas a partir da importância dos diferentes papéis que ela começa a ocupar na sociedade. Foi então, que se começou a entender com mais clareza porque os delitos cometidos pela mulher eram difíceis de serem descobertos, não só pelo tipo de infração, mas também pelo perfil de suas vítimas: crianças e velhos.

Para as autoras, esses estudos provaram que os crimes cometidos pelas mulheres se restringiam aos espaços privados, isto é, ao espaço doméstico. De fato, se considerarmos que, durante muito tempo, era reservado à mulher apenas o espaço do lar, já que era a responsável direta pelas tarefas de casa, educação e cuidado das crianças, não é de se surpreender que a maior parte de seus crimes tenha ocorrido nesse contexto. Sem mencionar que a restrição da mulher ao espaço privado, dava a ela maiores possibilidades de ocultar tais crimes. Assim, em não descobrindo a verdadeira autoria, elas jamais poderiam ser punidas.

De acordo com o pensamento de Lemgruber (1999), a relação entre mulher e crime envolve vários aspectos, entre eles: diferenças

biológicas e sócio-culturais, em que as conquistas sociais das mulheres, creditado, sobretudo, ao movimento feminista e, provocando a gradativa mudança de papéis, leva a supor segundo a autora que "à medida que as disparidades sócio-econômicas entre sexos diminuem, há um aumento recíproco da criminalidade feminina" (LEMGRUBER, 1999, p.6).

Por outro lado, com o aumento da precarização das condições sociais de sobrevivência para amplas parcelas sociais, independentemente de gêneros e papéis, há uma tendência no agravamento da questão da criminalidade.

O aumento das estatísticas no número de mulheres presas é um reflexo não apenas do aumento real dos delitos cometidos por ambos os sexos, mas também uma elevação dos níveis de reprovação do Sistema de Justiça Criminal em relação às mulheres delinquentes, que em outras conjunturas sociais eram submetidas a um julgamento diferente, isto é, os magistrados costumavam ser mais tolerantes nas suas decisões/sentenças, se baseando até mesmo no imaginário que envolvia os papéis de gênero (SOARES; ILGENFRITZ, 2002).

Ao mesmo tempo em que as detentas, ao adentrarem o caminho da criminalidade e da prisão, conseguindo entre seus pares uma espécie de "reconhecimento", são excluídas pelo resto da sociedade, que impõe regras, valores e condutas morais à vida dessas mulheres. Assim, elas são vistas como piores que os homens infratores, pois não seria da "natureza" feminina, na qual a sociedade acredita e que foi legitimado pelos discursos científicos, o cometimento de crimes (FRANÇA, 2013).

Almeida (2001), ao discutir a tese das representações jurídicas que envolvem a mulher criminosa, ressalta que a relação entre o Judiciário e a mulher delinvente tem ocupado um lugar de destaque, notadamente, quando se trata de entender os significados atribuídos aos crimes cometidos (historicamente pelas mulheres), construídos a partir desta relação.

Neste panorama, a autora aponta ainda, que mesmo com a emancipação da mulher na modernidade e todas as conquistas advindas desse processo, a condição feminina guarda uma estreita relação com o mundo privado. Em outras palavras, o lugar da mulher seria cultural e historicamente constituído no e para o espaço doméstico, pois foi desta forma que o direito construiu a imagem da mulher. Continuando, Almeida (2001, p. 67) assevera que,

São sociólogos como Durkheim, que dão à mulher o estatuto de 'pé de página' explicando o seu afastamento da criminalidade através do discurso da influência do meio familiar e da socialização diferenciada entre homens e mulheres.

Contraditoriamente à representação que se faz da mulher como restrita ao âmbito privado, esta autora adverte que alguns operadores do Direito costumam associar às lésbicas e prostitutas à figura masculina. Nesse sentido, afirma: "mais machucadas e mais habituadas à rua e à delinquência e, por isso, mais aptas a matar" (ALMEIDA, 2001, p.139).

Para Lemgruber (2002) dependendo do contexto em que estiver inserida e de sua predisposição ao crime; masculinizada ou movida pela paixão, à mulher poderá construir irreversivelmente um perfil de criminosa. Nos casos em que vivem sob uma condição de submissão em relação ao homem, algumas mulheres, ao se revoltar ou sentir ciúme, mata para se vingar ou libertar-se do companheiro ou companheira.

Para melhor embasar sua análise bem como contextualizar a relação entre as mulheres e os operadores do direito, Almeida (2011) costuma recorrer à história das práticas jurídicas. Para tanto, reafirma a ideia de que o campo jurídico representa, em última instância, um terreno de saber e de poder ocupado por poderosos, criando por seu turno, uma tensão permanente entre os próprios operadores do Direito, ilustrada da seguinte forma: de um lado, aqueles que pretendem, em seus atos públicos, aplicar sanções justas, julgando com equidade e, de outro, aqueles operadores que cumprem desmedidamente todas as normas legais, mesmo que, na maioria das vezes, sejam injustas, simplesmente por pertencerem a um poder (grupo) político criador das normas (ALMEIDA, 2011).

Para Lombroso (apud, ALMEIDA, 2011), a mulher moderna se distancia do homem antigo, do tipo atávico e, em função disso, a tendência para o crime ganha proporções alarmantes. No entanto, ainda, segundo esse autor, os únicos elementos que poderiam frear essa tendência criminosa são os sentimentos inatos ligados à maternidade e à piedade, de maneira que, somente quando esses sentimentos não conseguirem atuar como obstáculos, é que ela estará mais suscetível a cometer crimes violentos.

Sendo assim, as mulheres, embebidas por tais sentimentos, só cometeriam um assassinato, por exemplo, induzida por "forte emoção". Noutra direção, convive-se com o discurso da "não mulher", que a denomina "um monstro", tamanha é a frieza com

Gênero e criminalidade: o protagonismo feminino às avessas?

que comete crimes. Os casos em que a mulher é considerada um monstro, referem-se àqueles em que ela sai de sua condição maternal, de sua estrutura dita “normal”, e assume a condição de “fera”. São casos que envolvem maus tratos de todo tipo contra crianças, por exemplo, pois em tese, crimes dessa ordem vão de encontro à “natureza da mulher”.

Para melhor exemplificar essa questão recorreremos a um trecho da tragédia grega sobre o “Mito de Medéia” escrito por Eurípedes (2001, p.28).

Miserável! Tens então um coração de pedra ou de ferro, para ferir com tua mão teus próprios filhos, fruto de tuas entranhas? Não sabemos senão de outra mulher, uma só, antes de ti, que tenha ousado levantar a mão sobre os filhos queridos, Ino, castigada de loucura pelos deuses, quando a esposa de Zeus a fez errar em delírio longe de sua casa. A infeliz, para expiar esse ímpio assassinato, arremessa-se da elevada ribanceira sobre o mar, precipita-se nas ondas, e compartilha da morte de seus dois filhos. Que mais pode acontecer que seja tão horrendo? (Coro – Medéia de Eurípedes).

Conforme se pode perceber, a personagem mitológica Medéia, criada por Eurípedes, em 435 a.C, retrata a mulher que se torna transgressora em relação aos valores femininos, por assassinar os próprios filhos.

No Brasil, a história registra algumas mulheres que se destacaram no mundo do crime. Maria Bonita, por exemplo, é uma figura feminina, reconhecidamente como cruel e impiedosa, que reúne histórias durante o movimento do cangaço que perdurou no sertão nordestino durante as décadas de 1920 a 1930.

Para alguns pesquisadores e poetas, por um lado, Maria Bonita se enquadra na figura da mulher valente, forte, capaz de mostrar sua força pela violência, por outro, demonstra qualidades de uma mulher apaixonada, sensível e de grande beleza, características relacionadas à sensibilidade feminina.

É esta sensibilidade, que fará de sua violência não à gratuidade e brutalidade que envolvia os crimes no sertão nordestino, mas a violência com objetivos, direcionada para um fim, seja financeiro, seja de vingança ou motivação outra qualquer (ALMEIDA, 2001, p. 96).

Outra personagem feminina muito conhecida no Brasil dos anos 1970, que ganhou as páginas dos jornais e ocupou, por muitas vezes, o noticiário, foi Lili Carabina, apelido dado a Djanir Suzano

Ramos. Condenada a mais de 200 anos de reclusão por envolvimento em vários crimes, tais como: homicídios, assaltos, porte de armas, falsidade ideológica e tráfico. Do total a que foi condenada, cumpriu apenas vinte e dois anos de reclusão e fugiu seis vezes, mas logo em seguida era recapturada. Em abril de 2000, recebe o livramento condicional, mas, poucos meses depois, morre em decorrência de diabetes e infarto. Destacamos abaixo um trecho de uma entrevista concedida por ela à Revista Veja:

Mulher também é respeitada no mundo do crime. É só começar a matar que respeitam. Sou de Minas, meu pai escolheu meu primeiro marido e acabei casando sem amor. Larguei ele e me apaixonei por um bandido, mas mataram ele. Aí tive de tomar uma posição no crime, não é? Formei quadrilha. Todos podem errar. Errei, paguei por isso e sofri muito (Veja, 07 jun. 1995).

É lamentável que, historicamente, o pensamento jurídico feminino venha se esforçando no sentido de desqualificar a figura das mulheres, utilizando-se para tanto do Direito, enquanto estratégia de conhecimento e poder. Se, por um lado, a jurisprudência aponta para um senso comum masculino, por outro, o Direito o que faz é reforçar essa lógica, adotando um arquétipo de ser humano, o masculino. Essa constatação contraria totalmente o sistema penal, visto que não foi projetado para lidar com as particularidades femininas. E, apesar de uma série de conflitos derivados de um sistema excludente, eles não são capazes de gerar mudanças estruturais, contribuindo tão somente para manutenção do *status quo*. A esse respeito Buglione (2011, p. 12) afirma:

As normas penais e suas formas de execução foram estruturadas a partir de uma perspectiva masculina que desconsidera as especificidades femininas, onerando e, em alguns casos inviabilizando, o acesso à justiça.

As situações de exclusão envolvendo mulheres constatadas cotidianamente levam-nos a compreender, que o sistema penal, de um modo geral, é erguido sob um olhar masculino e, por essa razão, reserva às mulheres, sobretudo, às presas, um tratamento que é reflexo do papel social e histórico a elas atribuído, qual seja: de inferioridade.

4. A punição de mulheres: questões decorrentes do gênero

Como parte integrante das diferentes correntes do pensamento

feminista, podemos citar como fundamental, em primeiro lugar, a que entende a desigualdade pautada em gênero como decorrente do patriarcado, entendido como sistema de poder ainda vigente na sociedade atual, que perpetua a dominação/exploração de mulheres (SAFFIOTTI, 2004); um segundo grupo é o do feminismo marxista; e o terceiro inspira-se na psicanálise para explicar a produção e a reprodução de identidades de gênero.

Acerca da questão de que as categorias homem e mulher são categorias construídas, Thorne (1992) argumenta que o gênero é uma construção social complexa, com múltiplas dimensões, sendo a masculinidade ou a feminilidade posta através de formas múltiplas e centrais no processo de formação da identidade social.

No campo da criminologia, embora represente uma porcentagem menor do que a dos homens no conjunto dos dados internacionais do crime, a mulher é vista pelos estudiosos a partir de duas vertentes: a vertente psico-orgânica dá a entender que a composição psíquica e orgânica da mulher produz comportamentos considerados impróprios no seio de determinadas sociedades, no entanto, como uma forma de compensar uma provável tendência agressiva, algumas destas mulheres, acabam fazendo uso, por exemplo, da prostituição (ILGENFRITZ, 2009).

A segunda tendência, por seu turno, aponta para uma influência externa. Isto é, a mulher integrante de uma sociedade que a coloca, na maioria das vezes, numa situação de submissão em relação ao pai, marido ou companheiro, em tese, não teria contato com as condições que favorecem a criminalidade masculina. Porém, a conquista de outros papéis e o acesso a uma independência inusitada projetou, na mulher, a possibilidade de ocupar cargos e posições que, antes, lhe eram proibidos. Paralelamente à configuração deste novo cenário, a mulher mostrou-se mais ousada em externar agressividade, inclusive no que tange ao cometimento de crimes, cada vez mais violentos.

No decorrer da história, os crimes cometidos pelas mulheres eram considerados em sua maior amplitude, tomando-se por base os modelos de conduta da época. Nesse sentido, a natureza feminina é incriminada, sobretudo, por deixar-se embriagar pelo desejo do homem.

A criminologia positivista, ao aprofundar seus estudos sobre a mulher criminosa, induz ao entendimento de que a imagem da mesma se assemelha a um ser fraco, tanto físico como mentalmente. Seria,

portanto, “resultado de falhas genéticas”. Segundo Espinoza (2004), um dos primeiros estudos sobre a criminalidade feminina foi elaborado por Cesare Lombroso e Giovanni Ferrero na obra *La Donna delinquente*. Neste livro, os autores afirmam que a fisiologia da mulher determina uma posição social de passiva e inerte, qualidades que são inerentes à sua personalidade. Por essa razão, consegue se adaptar melhor às situações adversas e tende a tornar-se mais temerosa e obediente às normas do que os homens. Entretanto, segundo Espinoza (2004, p.55) “ela é potencialmente amoral, quer dizer, enganosa, fria, calculista, sedutora e malévola”.

Em relação às mulheres criminosas, o jurista Carminagni (apud GRAZIOSI, 1999), sugeria que fosse considerada no momento da sentença, a hipótese de abrandamento, redução ou até mesmo a eliminação da responsabilidade criminal. Para o jurista, bastava apenas que se tomasse como base o princípio da *infirmetas sexus*³, isto é, a própria condição feminina seria o principal impedimento para a condenação.

Esse princípio se baseava nas observações de fisiologistas. Segundo estes, a fisiologia das mulheres exercia forte influência sobre seus intelectos. Ao observar uma medula espinhal mais frágil, eles asseguravam que as mulheres, por possuírem uma alma mais delicada, seriam mais suscetíveis a se comportar conforme a natureza feminina. Assim, ser do sexo feminino era um bom motivo para a aplicação de uma pena menor ou a depender do caso, nenhuma pena (GRAZIOSI, 1999). No entanto, essas declarações bem como as exigências feministas, as quais sugeriam uma igualdade frente à lei, não foram capazes de pôr fim aos efeitos produzidos pelo princípio *infirmetas sexus*.

O pensamento jurídico, por sua vez, na medida em que aprofundava o debate acerca do corpo feminino, alimentava ainda mais a noção de que as mulheres eram naturalmente inferiores em relação aos homens. A educação, embora considerada como a principal bandeira do movimento de emancipação feminista no século XVIII, acabou servindo como o elemento que tornava homens e mulheres ainda mais distantes, mais desiguais, uma vez que ela (a educação) era destinada, nos seus primórdios, apenas aos homens.

Na esteira dos acontecimentos, muitas dúvidas surgiram sobre se a mulher era ou não dotada de inteligência, se compreendia as

³ Os termos *infirmetas sexus*, *imbecillitas sexus* ou *fragillitas sexus* eram frequentemente utilizados para estabelecer a discriminação e produzir o controle dos homens sobre as mulheres (GRAZIOSI, 1999).

questões que lhe cercavam ou se exprimia juízos de valor condizentes com as normas e a moral que regiam a sociedade, principalmente pelo fato de muitos acreditarem em sua fragilidade física e mental. A dúvida principal era ter a certeza se as mulheres criminosas eram semelhantes aos homens, ou se a conduta violenta poderia ser comparada aos velhos, aos menores ou aos loucos, ou seja, incapazes de responder pelos próprios atos.

Não há dúvidas de que, nas últimas décadas, a relação da mulher com a criminalidade tem sido tratada de uma forma mais abrangente, resultando na divulgação de estudos, documentários, reportagens sobre a “mulher criminosa”. No entanto, tais avanços ainda não conseguiram revelar a dimensão deste fenômeno, dado sua peculiaridade. Nas palavras de Perruci (1983), talvez isso possa ser explicado pela própria insignificância numérica da criminalidade feminina, cuja por ser considerada ainda como “parte” da criminologia geral, não representa um estudo específico dentro da ciência criminológica. Deste modo:

Embora a violência também fosse usada pelas mulheres era entre os homens que a prática dos crimes de paixão mais se fazia presente. As mulheres constituíram-se como duplo alvo em seu contorno de vítima, porque, se a sociedade via refletida nelas praticamente toda a imagem de moralidade que cabia à sociedade ter, ficava a cargo dos homens moldá-las para tal finalidade. Assim, como fruto dessa visão de mulher e dessa vida em sociedade, era geralmente relativo a crimes praticados por homens que tratava a legislação (CANCELLI, 2001, p.52).

Desde o final do século XIX até os dias atuais, os poucos trabalhos existentes sobre a criminalidade feminina têm sido encarados sobre diferentes abordagens teóricas, “apesar da presença feminina nos estudos positivistas, a tendência de tomar a mulher criminosa como objeto de estudo tem sido escassa, evitada em alguns casos e não raro, ignorada” (ESPINOZA, 2004, p. 58).

A bibliografia existente acerca desse assunto mostra outro trabalho de grande influência, datado do século XIX. Ernst Spangerberg⁴ assegurava que somente uma suposição transcendental seria capaz de negar às diferenças entre a alma masculina e a feminina (GRAZIOSI, 1999).

Por esta perspectiva, a representação, que se fazia da mulher em

⁴O estudo de Ernst Spangerberg, *Del sesso femminile*, considerava relativamente o direito da legislação criminal, foi escrito nos anos 20 do século XIX, e publicado na Itália. In Graziosi, M. *Infirmas sexus: La mujer en el imaginario penal* (1999, p.65).

comparação ao homem no século XIX, era de que, do ponto de vista racional, possuía menos capacidade em relação ao cumprimento das normas legais. Sendo assim, o entendimento da mulher se limitava apenas aos delitos naturais. Por outro lado, o homem – ao reunir os três pressupostos da condição humana: conhecimento, julgamento e desejo – sentia-se preparado para conter seus impulsos e capaz de entender o binômio querer *versus* responsabilidade.

Segundo Graziosi (1999), apesar de no final do século XIX, constatar-se praticamente a inexistência das penas por sexo, do discurso jurídico italiano, especialmente pelas mãos de Francesco Carrara⁵, a discussão sobre as diferenças entre os sexos permaneceu no meio acadêmico, induzindo sutilmente, as decisões dos magistrados.

No entendimento de Lombroso (2001), o cárcere e as penas aflitivas não deveriam ser ocupados por mulheres, tendo em vista que ao cometerem crimes – na maioria das vezes movidas pela paixão ou revolta – tornavam-se menos desprezíveis e não sofriam tanta rejeição social, visto que havia posto fim à vida de quem as atormentava: o marido ou o amante.

Para esse pensador, em função da vaidade das mulheres e da importância que davam ao vestuário, enfeites e mobílias de suas casas, nos casos em que cometessem pequenos furtos ou brigas, ao invés de serem condenadas à pena de prisão, poderiam receber como punição, penas que atingissem diretamente sua vaidade: cortar-lhes os cabelos, privá-las dos adornos pessoais (joias, relógios, maquiagem), entre outros. Em caso de serem presas, deveriam ser obrigadas a trabalharem sob pena de ficarem sem comida na prisão (GRAZIOSI, 1999).

O argumento jurídico de Ferri⁶ reconhecia que o sexo deveria circunstancialmente atenuar a pena. Porém, o problema era determinar de que modo a diferença entre os sexos poderia ser aceita pelos magistrados como pretexto legal para atenuar a responsabilidade penal da mulher delinquente. Para tanto, este jurista, após definir as razões que atenuavam a imputação penal em genéricas e específicas, estabeleceu que o sexo feminino (fisicamente mais débil e emocionalmente mais frágil) se encaixaria no campo das específicas, juntamente com a velhice e a falta de

⁵Carrara, F. *Programma Del corso didiritto criminale* – Florença, Cammelli, 1907. In Graziosi, M. *Infirmas sexos: La mujerenel imaginário penal* (1999, p.67).

⁶Ferri, E., *La teórica dell'imputabilita e La negazione Del libero arbitrio*, Florença, Barbera, 1878, in Graziosi, M. *Infirmas sexos: La mujere nel imaginário penal* (1999, p.69).

educação (GRAZIOSI, 1999).

As teses de Ferri acerca da diferença entre os sexos e a importância penal, cujas premissas se assemelham às ideias da Escola Positiva, recusam tanto a imputabilidade das mulheres quanto a dos homens. Após esse novo entendimento, a imputabilidade passa a ser considerado um pseudo-conceito, por isso passa a ser substituída pelo conceito de periculosidade.

De acordo com Graziosi (1999, p.70), essa mudança conceitual acabou explicando “cientificamente a diferença de sexo como desigualdade e precisamente como inferioridade da mulher em relação ao homem.” A implicação disso foi que as mulheres, sendo reconhecidamente menos inteligentes e incapazes de avaliar racionalmente suas ações, representariam, assim, menos perigo do que os homens.

Puglia⁷ (*apud* GRAZIOSI, 1999), no final do século XIX, ao concordar com os debates jurídicos acerca das penas imputadas às mulheres, assegurava que as diferenças biológicas entre os sexos poderiam ocasionar numa menor criminalidade nas mulheres, porém essa justificativa não deveria ser usada para estabelecer uma punição mais branda para elas. Por muito, ocupou-se também de classificar as mulheres delinquentes, dividindo-as em criminosas, loucas e ocasionais. Recomendou ainda, que para cada uma fosse destinado um tratamento específico, indicando respectivamente a casa de incorrigíveis, manicômios criminais e penas restritivas de liberdade das mulheres.

As incoerências no discurso jurídico, em torno da aplicação das penas, cujas implicações apontam para um duplo sistema punitivo, tornam-se mais evidentes quando se destaca, na voz de Benetti (1999), uma das principais expoentes do movimento feminista no início do século XX. Essa autora, ao citar o princípio de equidade, defende uma mudança de foco na aplicação da pena, que sai de uma concepção fundada em uma diferença exclusivamente biológica e atinge outros campos de discussão. A mulher passa a ser vista agora não como alguém que se encontra em uma condição mental de menor racionalidade, mas uma condição histórica de dependência e desigualdade social em relação aos homens (BENETTI *apud* GRAZIOSI, 1999).

Na verdade, o discurso jurídico e científico sobre as diferenças entre

⁷Puglia, F. Le donne delinquenti e la legge penale-LaScuola positiva nellagiuris prudência civile e penale e nella vita sociale.

os sexos, na realidade, escondia – e ainda o faz, só que de forma mais sutil – uma desigualdade social que mantinha a mulher em situação de total submissão. Por um longo período, as diferenças biológicas apenas reforçaram a condição de inferioridade da mulher e as punições a que foram submetidas. Porém, tal diferenciação na verdade não era mais do que um ato piedoso ou cortês.

Apesar de Benetti (apud GRAZIOSI, 1999) ter proporcionado, no início do século XX, uma reflexão inovadora acerca da responsabilidade penal feminina, a maior parte da produção bibliográfica na área da criminologia continuou elegendo o problema da criminalidade como basicamente masculino, isto é, “(...) los análisis se hacen desde las perspectivas del hombre y sus resultados considerados como verdades universales [...], invisibilizando a la mujer” (FERNÁNDEZ, 1995, p. 339).

Apenas nas últimas décadas do século XX, iremos observar o avanço dos estudos no âmbito da criminalidade. A partir daí qualquer análise que possa ser feita nesse âmbito, deve considerar as necessidades das mulheres e pôr em evidência a problemática de gênero e do papel de reprimidas, que ocupam nas relações sociais, sem desconsiderar as construções e os elementos que sustentam os privilégios de sexo (SMAUS, 1999; FERNÁNDEZ, 1995).

Desde a mudança de paradigma ocorrida na década de 70, os estudiosos da criminalidade têm insistido na ideia de que o caráter dos criminosos é de que seja construído com o passar do tempo, isto é, não é algo genético, presente desde o seu nascimento. Com isso, a ciência da criminologia feminista – que busca romper com o modelo centrado no sexo – precisa estar preparada para discutir sobre a realidade sexualizada. Mais do que isso, deve reconhecer a criminalidade como um elemento socialmente construído, compreendendo as relações que se estabelecem entre essas diferentes vertentes (SMAUS, 1999).

Reconhecer o cometimento de um delito por uma mulher como sendo uma falha de sua condição biológica (genética) e, como se não bastasse, considerar que sua conduta criminal representa menor impacto, logo, menos prejuízo para a sociedade do que a do homem, induzem a uma responsabilidade penal marcadamente discriminatória.

Um tratamento civilizado e cavalheiro, por mais que possa parecer estranho, acaba por ocultar a verdade de que, inegavelmente, as questões humanas têm levado em conta apenas as demandas

inerentes ao universo masculino, não considerando, portanto, nesse contexto, boa parte das vivências e experiências privativas das mulheres. Uma igualdade disfarçada, a que se faz presente na maior parte dos conflitos que envolvem as mulheres, aniquila a diferença, encobre a realidade e não contribui para a mudança no *status quo*. Ao contrário da verdadeira igualdade, que ao reconhecer as diferenças entre homens e mulheres, resgata as particularidades de cada um/a (PARENT, 1986).

Para Graziosi (1999), a proposição sobre um direito de gênero, apesar de dar sinais de que seu debate está mais avançado, ainda se mostra difícil e problemático. Isso ocorre, segundo a autora, pelo fato deste direito se vincular ao reconhecimento e garantia dos direitos fundamentais que, de certo modo, foram pensados normativamente em virtude de um tipo específico de gênero, o masculino.

No que se refere aos direitos inerentes às mulheres presas, é importante lembrar que as Regras Mínimas para o tratamento dos Reclusos, criadas em 1985, apesar de assinalarem, como princípio geral, a não distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, origem nacional, condição social ou qualquer outro aspecto, não podemos nos furtar de dizer que os próprios fatos históricos contrariam o disposto nessas regras, sobretudo no que tange às questões relativas a gênero.

Mesmo que, na concepção de alguns juristas/legisladores, o texto também contemple a perspectiva dos direitos das mulheres encarceradas, não há como negar que elas são mencionadas apenas algumas vezes. Na verdade, a realidade de quem se encontra preso sempre foi tratada de forma genérica, o que implica tratar as demandas das mulheres à luz do tratamento dispensado aos homens.

Em relação ao cumprimento da pena das mulheres, o texto das Regras Mínimas determina que esta deva ser cumprida em instituições prisionais diferentes dos homens. Nas situações em que ocuparem o mesmo prédio, deve haver uma ala ou pavilhão específico para abrigar as mulheres. Também devem ser estabelecidas normas específicas para controlar a segurança, a circulação e os contatos com essas mulheres.

A Lei Brasileira de Execução Penal nº 7.210/84 é considerada uma das mais avançadas do mundo, semelhante ao que ocorre com outros documentos. Ela legisla sobre diferentes aspectos que envolvem as pessoas presas. Porém, as menções que são feitas à

mulher, praticamente inexitem. A partir de uma leitura cuidadosa do texto penal, é possível verificar que, em vários momentos da análise, as especificidades referentes à questão de gênero são sutilmente omitidas. O Artigo 3º da Lei indica: "Ao condenado e ao interno serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei", e o parágrafo único acrescenta: "Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política".

Em face de tal constatação, torna-se possível supor que a não referência da palavra gênero no texto das Regras pode dar a entender um não reconhecimento, para não dizer, menosprezo em relação às diferenças que existem entre homens e mulheres e, sobre as quais não podemos nos omitir. E, mais: pode indicar formas discriminatórias de atendimento à mulher presa.

Na verdade, a mulher presa é mencionada uma única vez no texto penal. Isso ocorre no Artigo 19º, que trata da assistência educacional. E apresenta a seguinte redação: "O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico", e o Parágrafo único acrescenta: "A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição" (BRASIL, Lei de Execução Penal nº 7210/84).

Semanticamente, é possível deduzir que, pelo menos à primeira vista, o termo "condição", citado no Art. 19, diz respeito à maneira de ser, estado ou nível, mas também trata de um determinado modo de vida, resultante de uma dada situação. Não é necessário, pois, empreender mais nenhum esforço para se ter a certeza de que a LEP prevê, para a mulher, direitos vinculados à sua própria condição sexual.

Por visita íntima, entende-se o recebimento do parceiro no ambiente carcerário para um contato mais íntimo, isto é, uma relação sexual. Até 1999, o direito à visita íntima era garantido apenas aos homens. Mas, a partir da Resolução mencionada, o direito a relação sexual legalizada foi estendido também às mulheres. Sendo assim, os presídios femininos tiveram que se organizar administrativamente para garantir a visita às mulheres que a elas recorriam. Direito esse concedido, pelo menos uma vez por mês. No entanto, é importante que se diga que nem todos os estabelecimentos prisionais femininos do país cumprem com essa garantia legal. O principal motivo alegado reside na inexistência de estrutura física adequada, espaço e segurança favorável ao atendimento do pleito. No caso do Presídio Júlia Maranhão,

localizado no Estado da Paraíba, a visita íntima é permitida, desde que atenda a alguns requisitos determinados na Resolução 01/99 do CNPCP.

Um dado importante nessa questão é que a permissão da visita íntima dá as mulheres, o direito de praticar sua sexualidade com mais liberdade, uma vez que até então o fazia às escondidas. Por outro lado, ao fazer uso de preservativos, que são obrigatoriamente distribuídos pela unidade prisional, a mulher presa diminui os riscos de uma gravidez não desejada ou a contaminação por doenças. Além do mais, ousamos afirmar que a visita íntima carrega significados que extrapolam o simples contato sexual.

Há uma tendência de associar às mulheres a uma menor agressividade, isso talvez possa ser explicado pelo fato das mesmas praticarem uma quantidade menor de crimes em relação aos homens. Tal constatação acabou por contribuir para que o atendimento dispensado à mulher presa não contemple suas particularidades, ao contrário, é praticamente, o mesmo dispensado aos homens.

Entretanto, reconhecemos que embora as mulheres sejam biologicamente diferentes dos homens, justo pela construção social de gênero e os impactos que isso causou nos indivíduos, elas têm direitos humanos iguais, que devem ser levados em conta. Portanto, é preciso que se compreendam as particularidades do SER mulher, não tirando nenhum direito, como a liberdade sexual. Não se admite mais, que os agentes públicos, responsáveis pelo aprisionamento feminino, ignorem e continuem tratando as demandas da criminalidade feminina como “questões de homens”. Esse entendimento corresponde seguramente ao que Fernández (1995) nomeou direito de gênero.

Atualmente, as mulheres criminosas são condenadas à luz dos mesmos princípios jurídicos, que são usados na condenação dos homens, mas não podem nem devem receber tratamento semelhante àqueles, pela própria diferença de gênero.

É inegável que as mudanças sociais ocorridas, nas últimas décadas, tenham reflexo direto sobre as mulheres, colocando-as, de uma maneira geral, diante de vários e diferentes dilemas. Num curto espaço de tempo, os arranjos familiares sofreram uma drástica mudança, de modo que, hoje, muitas mulheres são chefes de família e são responsáveis pelo sustento dos filhos e do companheiro.

Sendo assim, quando uma mulher, que assume esse perfil social, é condenada à prisão, verifica-se um esfacelamento, quase que completo da estrutura familiar. E os desdobramentos desse processo causam, nas mulheres, comportamentos completamente diferentes daqueles demonstrados pelos homens submetidos às mesmas condições.

Muitas das mulheres encarceradas são muito jovens, com valores morais ainda em formação, de modo que a experiência do cárcere e todas as humilhações, regras e pressões lá vivenciadas podem reforçar ainda mais a inserção no mundo da criminalidade, representando, na maior parte dos casos, um caminho sem volta.

Conclusão

As questões abordadas neste artigo buscam atender uma perspectiva crítica que não procura justificar nem tampouco banalizar crimes ocasionais cometidos pela mulher. Essa constatação remete as seguintes questões: em que medida a justiça criminal tem sido mais conivente nas sentenças que envolvem delitos cometidos por mulheres? Será que estes delitos são subnotificados pelo simples fato de que seriam, em sua maioria, cometidos no espaço privado? O próprio aumento no índice de encarceramento feminino sugere respostas as questões acima, pois demonstra que as mulheres estão sendo, frequentemente, condenadas pelo cometimento de atos delituosos.

Na medida em que resgata e desvela situações existentes nesses contextos de exclusão social, esperamos que a leitura desse texto seja uma oportunidade de reflexão e compreensão de alguns aspectos acerca da questão de gênero e da criminalidade feminina. Nesse sentido, esperamos ter contribuído com os estudos acerca do encarceramento feminino e da ressocialização da mulher presidiária, para que a invisibilidade que existe em relação a esse segmento populacional possa ser diminuída e superada, através da compreensão de quem seja e o que pensa uma mulher que se envolve com o mundo da criminalidade.

As discussões apresentadas neste artigo sobre igualdade, desigualdade, diversidade e direitos de gênero entre homens e mulheres, revelam uma tentativa, mesmo que tímida às atuações derivadas do âmbito jurídico, que exclui das mulheres, sobretudo, as prisioneiras, o acesso aos direitos que lhes são devidos.

O sistema prisional feminino brasileiro, talvez mais do que em

qualquer outro lugar, mostra-se como um terreno fértil na reprodução de modelos masculinos, mas, contraditoriamente, constata-se a falta de um olhar sobre o “eu feminino”, pois as políticas públicas voltadas para o sistema prisional não levam em conta as diferenças relativas à questão de gênero, notadamente, no que diz respeito às consequências negativas provocadas pela permanência no cárcere.

Em face dessas observações, pode-se inferir que, durante um longo período, a tarefa do sistema penal, em torno do aprisionamento feminino, concentrou-se muito mais no controle de mulheres de uma maneira geral do que buscou reprimir socialmente o comportamento delituoso das mesmas, haja vista a negação de boa parte dos direitos que a ela são destinados.

É nessa direção, pois, que somos favoráveis à implantação de uma política penal que se diga igualitária e que inclua também os direitos da mulher no *rol* dos direitos humanos. Estes que foram por muito tempo entendidos como direitos masculinos. A inclusão dos direitos da mulher nos direitos humanos pode não ser na avaliação de alguns, uma boa alternativa, pois se corre o risco de perder as conquistas femininas já alcançadas, ou o esforço de promover a defesa dos direitos das mulheres e dos homens poderia ser em vão. Porém, se trata sim “(...) de incorporar a la teoria de los derechos humanos las experiencias y necesidades de los dos géneros” (FERNANDÉZ, 1995, p. 345).

A partir desta abordagem, podemos aludir que o sistema judiciário, com seu poder de estabelecer “verdades”, apenas se constitui como um saber inquestionável na medida em que as condições políticas e econômicas são determinadas socialmente, em outros termos: forem favoráveis do ponto de vista social.

Nessa perspectiva, é possível assinalar que a constituição histórico-cultural das práticas jurídicas influencia diretamente os estudos do chamado “crime feminino”, que, por sua vez, influenciaram o imaginário social sobre a desobediência civil e normativa das mulheres, levando-as ao cometimento de crimes.

Referências

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime no feminino. Relume Dumará: UFRJ. Núcleo de Antropologia Política, 2001.

ANDRADE, Juliana. **OEA recebe denúncia de violação dos direitos das mulheres presas no Brasil**. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/>

Gênero e criminalidade: o protagonismo feminino às avessas?

noticias/2007/03/08/materia. 2007-03-08.243388 1009/view. Acesso em: 29 mar. 2020.

BARCELLOS, Gilsa Helena. Atuação das Delegacias Especializadas da Mulher no Estado do Espírito Santo. In: CAMACHO, Thimóteo. (org). **Ensaio Sobre Violência**. Vitória: EDUFES, 2003.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1986.

BUGLIONE, Samantha. **A mulher enquanto metáfora do Direito penal**. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=946>. Acesso: 16 abr. 2011.

CAMACHO, Thimoteo. **Mulher, trabalho e poder: o machismo nas relações de gênero da UFES**. Vitória: EDUFES, 1997.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCrim, 2004.

FERNÁNDEZ, G.T. **Mujer, Cárcel y Derechos Humanos**. Capítulo Criminológico, Maracaibo, Venezuela, v.23, n.1, p.337-358, enero/junio, 1995.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência**. São Paulo: Editora USP. 2001. As Consequências da Modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

GRAZIOSI, M. **Infirmitas sexus: La mujer en el imaginário penal**, 1999.

HERMANN, Jacqueline (org.). **As Mulheres e os Direitos Humanos**. Traduzindo a legislação com a Perspectiva de Gênero. Rio de Janeiro: CEPIA, 2001. v.2, p.07.

LAURETIS, Tereza. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206 -231.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999.

LOMBROSO, César. **O homem delinquente**. Porte Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/NIPAS, Brasília: UNICEF, 1994.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

SCAVONE, LA Emergência das Questões Feministas nas Ciências Sociais. In: **Feminismo e Ciências Sociais**. (Tese de Livre Docência). Araraquara: UNESP, 2001. p.1-20.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade: SP. 1995.

SMAUS, G. Teoría Del conocimiento feminista y criminología de La mujer. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 7, n.27, p. 235-249, jul./set. 1999.

SOARES, B. M. e ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: Vida e Violência Atrás das Grades**. Rio de Janeiro, Ed. Garamond Ltda., 2002.

SOHIET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**. Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOHIET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, M. del.

Gênero e criminalidade: o protagonismo feminino às avessas?

História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/Unesp, 2000. p. 362– 400.

THORNE, B. Feminism and the Family: Two Decades of Thought. In: THORNE, B; YALOM, M. **The family:** some feminist questions. Boston: Northeastern University Press, 1992.

OS ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIROS: DO CONGRESSO NACIONAL AOS MUNICÍPIOS

Matheus Jones Zago¹

Anna Paula de Moraes Bennech²

Edilson José Graciolli³

Resumo

O campo de pesquisa sobre os Estudos Legislativos brasileiros é amplo, abrangendo análises institucionais e estudos sobre as relações entre Legislativo e Executivo, Legislativo e Judiciário. Ademais, há investigações sobre elites políticas, representação política, análise da atuação de Deputados, Senadores e Vereadores, bem como de suas trajetórias políticas e formas de poder em perspectiva histórica e sociológica. O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão teórica sobre Estudos Legislativos na Ciência Política brasileira, com especial atenção para a agenda de pesquisa sobre os municípios. Como metodologia, foi realizado um levantamento bibliográfico de pesquisas sobre os Estudos Legislativos no Brasil. O resultado da revisão de literatura comprova a relevância dos Estudos Legislativos para análises em âmbito nacional e local a respeito da relação entre poderes, representação parlamentar e desenvolvimento da democracia. Ainda, conclui-se que esses estudos legislativos necessitam abranger as três esferas federativas, sendo os estudos Legislativos municipais uma pauta essencial para a Ciência Política brasileira.

Palavras-chave: Estudos Legislativos. Municípios. Poder Local.

Brazilian legislative studies: from the national congress to municipalities

Abstract

The research on Brazilian Legislative Studies is broad, encompassing institutional analyses and studies on the relations between the Legislative and Executive, Legislative and Judiciary. Moreover, it includes studies on political elites, political representation, analysis of the actions of deputies, senators, and council members, as well as their political trajectories and forms of power from a historical and sociological perspective. This paper aims to present a theoretical discussion on Legislative Studies in Brazilian Political Science, with distinctive attention to the research agenda on municipalities. The methodology consists of a literature review on Brazilian Legislative Studies. The results prove the relevance of Legislative Studies for analysis at the national and local levels regarding the relationship between powers, parliamentary representation, and the development of democracy. Furthermore, it concludes that legislative studies need to cover the three federal spheres, with the local legislative studies being an essential agenda for Brazilian Political Science.

Keywords: Legislative Studies. Municipality. Local Power.

¹ Matheus Jones Zago, doutorando em Ciência Política pela Julius-Maximilians-Universität Würzburg (JMU). E-mail: mjzago@gmail.com

² Anna Paula de Moraes Bennech, doutoranda em Ciência Política pela Julius-Maximilians-Universität Würzburg (JMU). E-mail: annabennech@gmail.com

³ Dr. Edilson José Graciolli, professor titular no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: egraciolli@ufu.br

Introdução

Os Estudos Legislativos são um campo rico e plural de investigação na Ciência Política. O livro *The Oxford Handbook of Legislative Studies* (MARTIN; SAALFELD; STRØM, 2014) apresenta uma longa descrição e uma variedade de disciplinas acadêmicas que abordam os Estudos Legislativos e suas atividades. Este objeto de estudo possui uma longa tradição nas escolas do pensamento, incluindo Filosofia, História, Direito e, desde a segunda metade do século XX, Ciência Política.

Nos últimos 50 anos, os Estudos Legislativos se tornaram uma das maiores subáreas da Ciência Política. Muitas associações nacionais e internacionais (como *American Political Association*, *Political Studies Association*, *International Political Science Association* e *European Consortium for Political Research*) dedicaram seções completas aos Estudos Legislativos, com uma imensa variedade de publicações em jornais internacionais. Consolidaram-se, também, jornais científicos especializados nos Estudos Legislativos (como *Parliamentary Affairs* [1947], *Zeitschrift fur Parlamentsfragen* [1969], *Legislative Studies Quarterly* [1976], *Australasian Parliamentary Review* [1986] ou *The Journal of Legislative Studies* [1995]) (MARTIN; SAALFELD; STRØM, 2014).

Há, ainda, vasta literatura sobre o Congresso dos Estados Unidos (instituição que concentra o maior número de trabalhos na área da Ciência Política), importante para entender o funcionamento do Poder Legislativo (de forma institucional e política) e suas decisões que afetam diretamente a vida democrática. Pesquisadores do tema desenvolveram metodologias capazes de mensurar formas de avaliação e desempenho do Poder Legislativo, assim como o poder de sua capacidade representativa. Esses estudos desempenham papel essencial para o entendimento da produção legislativa e merecem rigor analítico e tratamento científico dos dados empíricos, uma vez que podem oferecer resultados com potencial para o fortalecimento de práticas democráticas.

No contexto brasileiro, todavia, os primeiros trabalhos sobre política e economia, de modo geral, deixaram em segundo plano, ou até ignoraram, o parlamento e os seus órgãos legislativos como arenas relevantes para debates e tomada de decisões. Inicialmente, o que significa antes da Constituição de 1988, poucos trabalhos evidenciaram teorias claras sobre o papel do Poder Legislativo e a sua capacidade de representação. Com o fim da ditadura militar e a reinstauração da democracia, crescem e desenvolvem-se os

Estudos Legislativos no Brasil, assim como ampliam-se as pesquisas que versam diretamente sobre o Poder Legislativo em âmbito nacional e regional. Entretanto, a pesquisa em âmbito local permanece, ao longo do tempo, ainda em segundo plano.

É a partir dessa reflexão que este artigo se propõe a apresentar uma discussão teórica sobre a Ciência Política brasileira e os Estudos Legislativos, em especial a agenda de pesquisa sobre os municípios. A revisão bibliográfica é dividida em dois momentos: primeiramente, discute-se os Estudos Legislativos que versam majoritariamente sobre o Legislativo federal e estadual antes e após a Constituição de 1988; o segundo momento é dedicado a debater a abordagem local.

1. A ciência política brasileira e uma abordagem nacional e regional dos estudos legislativos

Os estudos em Ciência Política relacionam-se e estão permeados pelo contexto histórico e social do objeto de estudo e do recorte temporal metodológico escolhidos. Nesse sentido, abordagens podem apresentar diferentes resultados, quando, por exemplo, analisa-se a produção legislativa de um determinado período, o comportamento disciplinado de parlamentares em determinada legislatura ou as relações de poderes em determinada esfera. Consideradas essas questões, este tópico é dedicado a apresentar como a Ciência Política brasileira abordou os Estudos Legislativos: no primeiro subtópico, o enfoque recai sobre a agenda de pesquisa antes da promulgação da Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, enquanto o segundo subtópico versa sobre o período pós-redemocratização.

1.1 Estudos legislativos pré Constituição de 1988

Até o final do regime militar, poucas pesquisas trataram sobre o funcionamento e as características do Poder Legislativo. Segundo Sérgio Soares Braga (2008), parte dos trabalhos sobre política e economia entre 1945-1964 ignora o Parlamento e os órgãos legislativos como arenas relevantes para debates e tomada de decisões. Ainda, deixam em segundo plano as análises sobre o papel do Legislativo, dos partidos políticos e das relações institucionais na discussão e na elaboração de políticas. Para Braga (2008), os autores do período se interessam “predominantemente pela repercussão de tais relações no desempenho do sistema

político no sentido estrito do termo” (BRAGA, 2008, p. 14). Assim, apenas indiretamente tais estudos abordam o papel relativo do Executivo e do Legislativo no processo de tomada de decisões da época.

Como primeiros trabalhos que envolvem a temática antes do período militar, Braga (2008) destaca os estudos de Trigueiro (1959), sobre a “crise legislativa” e a incapacidade do Parlamento de produzir uma legislação relevante; de Mello Franco, cuja a tese aponta o Congresso como um ator irrelevante e subalterno ao presidente da República; Furtado (1965 *apud* BRAGA, 2008) e a existência de uma “hipertrofia do Executivo”; e Pereira (1961) sobre o papel do Legislativo durante a Constituinte de 1946 como obstáculo à execução de reformas de base nacionalistas e distributivas para o desenvolvimento econômico e social do país.

Já logo após o golpe de 1964, Braga (2008) também menciona o estudo clássico de Furtado (1965) sobre as relações entre o Legislativo e o “desenvolvimento” econômico no período 1945–1964; o trabalho enxerga o papel do Legislativo “como principal obstáculo ao crescimento econômico”. Para Furtado, o Congresso Nacional poderia ser visto como um centro de poder dominado por “interesses particulares”, controlado por “oligarquias regionais” que legitimam uma política econômica excludente, capaz de manter o país em uma situação de subdesenvolvimento (FURTADO, 1965 *apud* BRAGA, 2008). De maneira semelhante a Furtado, a tese de Gabriel Cohn (1968) aponta que, após a redemocratização ocorrida em 1946, a restauração dos órgãos legislativos foi responsável pela presença de novos atores políticos, que se comportaram como obstáculos para a implementação de uma “política de desenvolvimento”.

Com uma perspectiva diferente, Clóvis Brigagão (1973) analisou os Projetos Lei (PLs) propostos e aprovados pelo Congresso brasileiro entre os anos de 1959 e 1966. O resultado obtido permitiu ao autor afirmar que o Poder Legislativo não funcionou como obstáculo à aprovação da agenda do Executivo, conforme afirmaram Furtado (1965 *apud* BRAGA, 2008) e Cohn (1968), pois as taxas de aprovação de PLs do Executivo mantiveram-se altas por todos os períodos governamentais. Ademais, o autor comprovou que a aprovação de projetos de lei variou de partido para partido. Na mesma linha, Sérgio Henrique Abranches (1973 *apud* BRAGA, 2008) criticou a visão do Legislativo como “obstáculo institucional”. Para o autor, o Congresso Nacional se comportou como um espaço político de articulação de um novo sistema de ação em um

contexto de “crise de hegemonia”, cuja função, no entanto, é eminentemente “conservadora” (BRIGAGÃO, 1973; ABRANCHES, 1973 *apud* BRAGA, 2008).

De acordo com Braga (2008), no período ditatorial, a literatura sobre o Legislativo trouxe estudos de pesquisadores e autoridades governamentais sobre a temática geral de relações entre o “Legislativo e o Desenvolvimento”. Entretanto, esses trabalhos apresentaram “poucas evidências sistemáticas sobre o processo decisório e elaboração legal no período” (BRAGA, 2008, p. 21).

Não há uma constante no que concerne os regimes políticos de governo no Brasil, cuja trajetória republicana conta com alternância entre períodos autoritários e outros democráticos. O desenvolvimento das instituições legislativas democráticas, dessa forma, é atravessado por intervenções discricionárias, o que reflete na relativa escassez de estudos sobre o Legislativo brasileiro antes da promulgação da Constituição de 1988, conforme pode-se observar nesta seção. A seção seguinte, por sua vez, trata sobre a crescente em pesquisas sobre o Poder Legislativo a partir da reinstauração da democracia no Brasil.

1.2 Estudos legislativos pós-redemocratização

A agenda de pesquisa sobre os Estudos Legislativos é impulsionada, principalmente, pela transição democrática. O período de desenvolvimento dos Estudos Legislativos no Brasil acontece, sobretudo, após o final do regime ditatorial, em que muitos pesquisadores preocuparam-se em analisar as características das instituições do novo período democrático.

Uma gama de estudos sobre Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Câmaras Municipais são impulsionados, em especial, pelo projeto pioneiro de Argelina Figueiredo e Fernando Limongi⁴, sediado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Além disso, as pesquisas recentes são fortemente influenciadas pela escola neoinstitucionalista, levando à revisão de uma série de teses convencionais sobre o papel do Legislativo e dos partidos políticos no sistema político brasileiro.

⁴ Figueiredo e Limongi são pesquisadores pioneiros sobre as relações Executivo–Legislativo no Brasil, principalmente através do projeto intitulado “terra incógnita”, um importante marco no campo da Ciência Política. Os estudos apresentaram uma sequência de pesquisas sistemáticas sobre o tema e eliminaram de vez muitos juízos negativos e afirmações sem embasamento empírico.

Quanto ao fim da ditadura militar, Manuel Santos (2008) afirma que a redemocratização do país e, especialmente, a nova ordem constitucional inaugurada em 1988 possibilitaram, para a Ciência Política brasileira, um esforço coletivo para produzir explicações sobre nossas instituições políticas. É nesse contexto que o Poder Legislativo se torna um privilegiado objeto de estudo.

De acordo com Limongi (2010) e Manuel Santos (2008), as pesquisas sobre os Estudos Legislativos funcionam como suporte para a estruturação de uma discussão acadêmica centrada no funcionamento efetivo do novo sistema político brasileiro. Segundo Limongi (2010), os Estudos Legislativos se inserem em um debate sobre a consolidação da democracia em perspectivas distintas. Assim, os trabalhos na área apresentam duas diferentes visões: fortalecimento ou fragilização da democracia como resultado de uma longa transição política e uma paulatina adoção de mecanismos típicos de regimes democráticos.

As reflexões a respeito dos órgãos legislativos ressaltam, em geral, as particularidades do processo decisório, como a relação entre os poderes Executivo e Legislativo, as características de partidos políticos, o perfil e o comportamento político dos parlamentares, as proposições legislativas e as tomadas de decisão. Nos regimes democráticos, as propostas apresentadas em cada legislatura e a produção legislativa constituem-se como recursos valiosos, podendo influenciar a agenda legislativa, assim como a direção e o alcance de políticas públicas (ALEMÁN; TSEBELIS, 2016).

Para Santos (2008), é possível testar e aplicar conceitos que explicam o funcionamento e a eficiência das instituições políticas no país. Estudos comparativos também podem ser realizados, permitindo examinar o Legislativo sob diferente óticas: formas de governo (presidencialismo vs. parlamentarismo); sistemas eleitorais (voto partidário vs. voto pessoal); e processo decisório (centralização vs. descentralização). Ademais, é possível a análise da relação do Poder Legislativo com outros poderes e atores.

Uma vasta literatura sobre o Legislativo é produzida na Ciência Política no início da década de 1990. O foco recai sobre as relações entre Executivo–Legislativo⁵ (LIMONGI, 1994; FIGUEIREDO; LIMONGI,

⁵ Grande parte das pesquisas que abordam o desempenho do Executivo Legislativo no Brasil trata da relação de aprovação/reprovação de propostas enviadas à Câmara ou ao Congresso. As pesquisas apontam para um consenso acerca do predomínio do Executivo na produção legal e ainda demonstram mecanismos institucionais que permitem colocar em vantagem as propostas do Executivo. Como exemplo, observa-se o alto número de medidas provisórias aprovadas, os pedidos de solicitações de urgência em tramitação de Projetos de Lei, além da centralização de decisões importantes nas figuras dos líderes de partido (ARAÚJO; SILVA, 2012).

1999; SANTOS, 2003; PEREIRA; MUELLER, 2002; AMORIM NETO, 2000; AMORIM NETO; TAFNER, 2002), sendo que os trabalhos estão dispostos em revistas e jornais especializados no tema, como: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB); DADOS – Revista de Ciências Sociais; ANPOCS–RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais; RSP – Revista de Sociologia e Política; Perspectivas – Revista de Ciências Sociais; e Novos Estudos Cebrap.

Estudos sobre o perfil social e a trajetória política dos parlamentares também integram a agenda de pesquisa sobre os Estudos Legislativos. A composição social e a trajetória política dos parlamentares eleitos ao longo do tempo trazem dados importantes para a compreensão do nosso sistema representativo. Indicadores de tempo de carreira, tipo de cargo ocupado, base eleitoral, posição ideológica e ocupação profissional antes do pleito, por exemplo, são algumas das variáveis utilizadas.

Leôncio Martins Rodrigues (2006), em seu estudo clássico, apresenta a crescente profissionalização e personalização da classe política brasileira, destacando os altos índices de políticos com passagem no funcionalismo público. Da mesma forma, Paulo Magalhães Araújo (2013) realiza um levantamento sobre o perfil social dos parlamentares da 48ª até a 52ª legislatura, destacando a sub-representação feminina nas casas legislativas. Em paralelo, o autor ainda aponta as ocupações profissionais, a idade madura e o alto nível de instrução dos parlamentares, em especial no Senado brasileiro.

André Marengo dos Santos (2000), por sua vez, levanta dados biográficos dos deputados federais brasileiros empossados no período pré e pós-ditatorial, uma pesquisa significativa em termos de análise de características e recorte temporal. O resultado encontrado pelo autor evidencia uma característica marcante: o fato de os deputados construírem sua carreira política sem necessitarem exclusivamente dela para sobreviver. De forma semelhante, Fabiano Santos (2000) organiza informações sobre a carreira política de parlamentares empossados de 1946 até 1999. O resultado demonstra que uma significativa quantidade de deputados federais inicia sua carreira política nas Assembleias Estaduais ou prefeituras.

Trabalhos sobre o perfil dos atores políticos são desenvolvidos em paralelo com os estudos de elites políticas (SANTOS, 1997 e 2000; KERBAUY, 2005; PERISSINOTTO *et al.* 2007; CODATO, 2008; RODRIGUES, 2006). Outros trabalhos evidenciam as taxas de

renovação das cadeiras no congresso de forma diretamente relacionada ao perfil dos parlamentares (SANTOS, 2003; PEREIRA; RENNÓ, 2001; ARAÚJO, 2013; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1996).

A revisão de literatura feita até aqui permite identificar que, após a redemocratização, destaca-se o aumento do interesse da Ciência Política brasileira sobre os Estudos Legislativos de modo geral, com ênfase nas relações entre os poderes, assim como nos perfis e no comportamento de parlamentares. A retomada da democracia, portanto, impulsiona as pesquisas sobre as características, as funções e as relações das instituições políticas brasileiras. Desse modo, constitui-se o Legislativo como uma relevante frente de pesquisa, dado seu caráter indispensável à democracia.

O enfoque desses estudos, contudo, possui majoritariamente as casas legislativas federais como protagonistas, sendo coadjuvantes os legislativos estaduais e municipais. Isso acontece ainda que os municípios tenham sido matéria preponderante na engenharia institucional implementada pela Constituição Cidadã. A próxima seção, considerada essa perspectiva, versa sobre uma abordagem local dos Estudos Legislativos.

2. Estudos legislativos municipais – uma abordagem local

O restabelecimento do regime democrático no Brasil é marcado pela forte ampliação da autonomia local. Em 1988, os municípios brasileiros foram elevados a entes federativos da União. O fato representou um marco histórico no processo de descentralização política no país e atribuiu aos municípios competências importantes. Para Maria Teresa Miceli Kerbauy (2005), a capacidade em criar leis próprias (leis orgânicas) e a relativa autonomia político-jurídica situam os municípios como relevantes atores no cenário político brasileiro.

O estudo da representação local se justifica, entre outras questões, pelo importante papel que os municípios, seus gestores e legisladores desempenham no país desde a promulgação da constituição. Em vista disso, é crescente o número de pesquisas que analisam o sistema político sob essa ótica. A relevância do tema também acompanha a “tendência internacional de valorizar os níveis subnacionais de governo” (KERBAUY, 2005, p. 338).

É possível afirmar que os estudos sobre o Congresso Nacional impulsionaram pesquisas tanto das Assembleias Legislativas quanto das Câmaras de Vereadores. As pesquisas sobre a representação

política e o perfil dos governos locais e regionais (KERBAUY, 2005; CAETANO, 2005; D'ÁVILA FILHO; LIMA; JORGE, 2011; COUTO; ABRUCIO, 1995; BOSCHI, 1999) ampliaram o debate dos Estudos Legislativos na Ciência Política brasileira e trouxeram elementos fundamentais para a estruturação da disciplina em torno dos municípios.

Kerbauy (2005) assinala que, em geral, as pesquisas sobre o Legislativo em âmbito municipal evidenciaram os aspectos negativos da instituição, como, por exemplo, características seculares, baixa capacidade de legislar e fraca atuação diante do poder Executivo⁶. Félix Lopez (2004, p. 170), a título de exemplo, demonstra que a estrutura do sistema político local se apoia fortemente na troca de favores, nas redes de dependência pessoal e na solidariedade clientelista do Legislativo. O autor, ao analisar a atividade política cotidiana dos Vereadores do município de Araruama-RJ, afirma que, sem o apoio do Executivo, os Vereadores ficariam impedidos de exercerem a função que julgam fundamental: "empreender as ações nas comunidades".

Do mesmo modo, ao verificarem a produção legislativa ordinária no município do Rio de Janeiro, Paulo D'Avila, Paulo Cesar G. de Cerqueira Lima e Vladimyr Lombardo Jorge (2011, p. 44-45) concluem que os vereadores participam de um jogo de "intermediação de interesses paroquiais", aprovando muitas indicações e homenagens, que permitem, entre outras coisas, maior grau de aprovação com o eleitorado e aumento da visibilidade na Câmara Municipal. As indicações, comumente vistas como "perfumaria" e produção legislativa insignificante, evidenciam-se como instrumentos de manutenção de redes políticas, sendo, por isso, importante sua análise.

Outras pesquisas sugerem que o forte poder de agenda dos membros do Poder Executivo, sobretudo em matérias de iniciativas exclusivas (expressas na lei orgânica do município), impedem o funcionamento do Legislativo local. Nessa perspectiva, Bruno Caetano (2005) apresenta prerrogativas institucionais que colocam os membros do Executivo em posição privilegiada quando comparados aos membros do Legislativo. Dentre os exemplos

⁶ Kerbauy (2005) também identifica relevância na produção legislativa oriunda dos vereadores. Segundo a autora, as principais análises sobre o Legislativo nos municípios demonstram as grandes diferenças entre rural e urbano, que marcam significativamente as práticas políticas locais. A autora também aponta que, em alguns casos, o Poder Legislativo local demonstra incentivos à participação política da sociedade civil, minimizando o patrimonialismo e a privatização da política, enfatizando os procedimentos participativos em detrimento da qualidade da decisão e da representação; um exemplo elencado são os conselhos municipais.

citados, estão a capacidade do Poder Executivo em vetar projetos e de nomear secretários municipais e subprefeitos. No levantamento realizado por Caetano (2005), quase a totalidade da produção legislativa em âmbito municipal se integrava no leque de preferências do prefeito⁷.

Ainda, existem estudos que dedicam-se a apresentar o desempenho do Legislativo na arena decisória (ANDRADE, 1998; COUTO, 1998; CAETANO, 2005; D'ÁVILA FILHO; LIMA; JORGE, 2011). Outras pesquisas, por sua vez, demonstram práticas de clientelismo, mandonismo, paternalismo e hipertrofia do Poder Executivo, com relações de dependência político partidária dos governos locais para com os governos estaduais. Uma parte da literatura sobre o poder local concentrou esforços no entendimento da organização partidária e na capacidade dos partidos de influenciar as decisões dos vereadores (KERBAUY, 2008; BRAGA; PIMENTEL JR., 2013; COUTO, 1998).

O trabalho de Carolina Mattos Roeder (2016), ainda na mesma linha de pesquisa, verifica que o controle exercido pelo Poder Executivo nos municípios cria incentivos para que os Vereadores se unam ao governo municipal, apoiando a sua agenda. A autora refuta a hipótese de que o Poder Executivo local com uma base de sustentação dividida (ou seja, um governo sem maioria partidária na Câmara) possuiria relações deficientes com o Legislativo, limitando a aprovação de projetos importantes para a gestão⁸.

De forma semelhante, Matheus Jones Zago (2018) analisa o processo legislativo da Câmara Municipal de Uberlândia-MG. O autor destaca que, durante os três primeiros anos de legislatura, o contingente de leis (complementares e ordinárias) com origem no Poder Executivo é visivelmente superior ao do Poder Legislativo.

⁷ Caetano (2005) estudou as relações Executivo-Legislativo na Câmara Municipal de São Paulo entre os anos de 2001 e 2004. O autor identificou que o Executivo local tem preponderância na formulação e na aprovação da agenda dos trabalhos legislativos no plenário em relação aos projetos de lei devido à sua composição partidária majoritária. O autor ainda identificou que o prefeito possui grande poder de interferir nos trabalhos Legislativos, estando respaldado pelo Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município. Para Caetano (2005), os poderes de agenda conferidos aos líderes partidários, aos presidentes das comissões e ao presidente da Câmara constroem os vereadores a uma atuação em bases partidárias.

⁸ Roeder (2016) avaliou dois municípios durante o período de 2005 a 2008 (Contagem-MG) e 2009 a 2012 (Joinville-SC). Em comum, esses municípios passaram por gestão de prefeitos do PT e se enquadraram como municípios com mais de 500.000 habitantes e menos de um milhão. A pesquisa de Roeder (2016) traz um levantamento muito interessante, visto que a maioria dos trabalhos na Ciência Política concentrou esforços na pesquisa de municípios com acima de 1 milhão de habitantes, preferencialmente nas capitais. A autora observou que o Poder Legislativo, tanto em Contagem como em Joinville, não se comportou como uma instância de veto, tampouco como uma barreira contra as ações do poder Executivo. O trabalho também destacou que não houve diferenças entre o período em que o Executivo contou com apenas uma minoria nas Câmaras Municipais, e quando ampliou essa base. Em todos os casos, os projetos do Poder Executivo foram aprovados.

Porém, ao analisar o último ano de legislatura, esse número é invertido, passando o Poder Legislativo a aprovar mais leis do que o Poder Executivo. Essa guinada está relacionada às tentativas de reeleição e à visibilidade dos membros do poder Legislativo⁹.

No campo da antropologia política, Karina Kuschnir (2000) analisa a questão legislativa sob um ponto de vista etnográfico. A autora discute o processo eleitoral e a representação política na cidade do Rio de Janeiro, dando ênfase às relações pessoais dos políticos com seus eleitores, o executivo municipal e a imprensa. Na mesma linha, Danilo César Souza Pinto (2013) faz uma análise dos processos simbólicos aprovados nas Câmaras Municipais de três localidades (Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal). O autor observa uma destacada quantidade de matérias, como denominação de logradouros e salas; simbologias; pedidos de convocação de sessões solenes e homenagens; datas comemorativas; e criação de honrarias figurando como parte essencial do processo legislativo. Ambos trabalhos contribuem para o debate sobre os Estudos Legislativos com discussões da área da antropologia política a respeito do funcionamento dos legislativos municipais.

Há, ainda, uma série de estudos de caso, organizados por Marta da Rocha Mendes e Kerbauy (2014), demonstrando a importância que municípios têm desempenhado na vida política do país. O foco dessas pesquisas engloba estudos sobre competição eleitoral, perfil das elites políticas locais, organização partidária e produção legislativa local.

Com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Bruno Souza Souza e Humberto Dantas (2016), em seu turno, analisam o perfil dos candidatos que venceram as eleições municipais para vereadores de 2000 a 2016 em todo Brasil. Os pesquisadores traçaram características de lideranças e das figuras políticas locais, mostrando discrepâncias na formação do pleito, disparidades de gênero, faixa etária e escolaridade, profissionalização da política local e acumulação de mandatos eleitorais.

Finalmente, esta seção permite apontar que estudos sobre o perfil dos parlamentares e o Legislativo (relações Executivo–Legislativo, produção legislativa, desempenho na arena decisória) revelaram

⁹ Zago (2018) analisou o processo legislativo da Câmara Municipal de Uberlândia e o perfil dos parlamentares da legislatura de 2013–2016. O autor verificou as relações entre os poderes Legislativo e Executivo em âmbito local através da análise dos principais atos normativos aprovados na Câmara Municipal e a capacidade de vereadores, partidos e coligações em atuar no processo decisório. A preponderância verificada do Poder Executivo no que concerne a aprovação de leis está em sintonia com outros trabalhos que estudam as relações Executivo e Legislativo (CAETANO, 2005; D'ÁVILA; LIMA; JORGE, 2011).

dados significativos para a ampliação do debate sobre a democracia representativa no Brasil. Especificamente quando o enfoque é o nível local, as análises posicionam os municípios como elementos chave para a compreensão do atual arranjo institucional brasileiro. Os estudos legislativos, portanto, necessitam abranger as três esferas federativas (nacional, estadual e municipal), uma vez que as dinâmicas que regem o Congresso Nacional não necessariamente são replicadas para os diversos contextos que todo o Legislativo brasileiro comporta. Estudos Legislativos municipais, destarte, são uma pauta essencial para a Ciência Política brasileira.

3. Considerações finais

A partir de 1988, as pesquisas sobre os Estudos Legislativos se intensificam e muitos artigos, dissertações e teses sobre o tema foram desenvolvidos. As pesquisas, prevalentemente, concentram-se em estudos que abrangem os âmbitos nacional e estadual, tratando temas como a relação entre os poderes Executivo e Legislativo, características de partidos políticos, perfil e comportamento político dos parlamentares, proposições legislativas e tomadas de decisão.

O crescimento do espaço destinado aos Estudos Legislativos na agenda de pesquisa da Ciência Política no período pós-redemocratização influenciou e fomentou estudos sobre os municípios brasileiros. Os municípios, por serem entes federativos da União com grande poder de atuação na esfera local, contribuíram para a ampliação do debate sobre Estudos Legislativos no país. Pesquisas recentes sobre o funcionamento do Legislativo em âmbito local, em especial sobre a produção legislativa, perfil dos vereadores e relações Executivo *vs.* Legislativo, proporcionaram importantes dados para a mensuração de resultados e análise dessas instituições, seus membros e funcionamento.

É válido destacar que os estudos sobre o Poder Legislativo local têm direcionado suas pesquisas no eixo Sul e Sudeste e, preponderantemente, estão focados em capitais ou municípios de grande porte. De modo a enriquecer os trabalhos e as discussões na área, é vital a realização de estudos comparativos entre capitais e outros municípios de diferentes regiões do país. Estudos longitudinais envolvendo um maior recorte temporal também podem contribuir nessa perspectiva.

Os estudos legislativos brasileiros: do congresso nacional aos municípios

De modo geral, os pesquisadores foram capazes de desenvolver metodologias e análises importantes para a compreensão do sistema político brasileiro em âmbito nacional e local. Os resultados da revisão de literatura especializada apontam na direção da formação de um campo fértil e promissor para o avanço nas análises da relação entre poderes e produção legislativa, incorporando outras dimensões como políticas públicas, elites políticas e processos eleitorais. Desse modo, os Estudos Legislativos, tanto local como nacional, se constituem enquanto um campo essencial para compreensão dessa dinâmica

Referências

ALEMÁN, Eduardo; TSEBELIS, George (eds.). **Legislative Institutions and Lawmaking in Latin America**. New York: Oxford University, 2016.

AMORIM NETO, Octavio. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 479-519, 2000.

AMORIM NETO, Octavio; TAFNER, Paulo. Governos de Coalizão e Mecanismos de Alarme de Incêndio no Controle Legislativo das Medidas Provisórias. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 5-38, 2002.

ANDRADE, Regis de Castro (org.). **Processo de governo no município e no Estado**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. Parlamentares no Congresso Nacional: uma abordagem longitudinal e comparada do perfil de deputados e senadores brasileiros. 37º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

ARAÚJO, Suely; SILVA, Rafael. Reflexões e Novas Agendas de Pesquisa para os Estudos Legislativos no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos**, v. 2, p. 58-74. 2012.

BRAGA, Maria do Socorro; LEINE, Priscila; SABBAG, Gustavo. Partidos e representação na política local: perfil sócio-demográfico e vínculos político-partidários dos vereadores paulistas. **Colombia Internacional**, v. 91, p. 117-150, 2017.

BRAGA, Maria do Socorro; PIMENTEL JR., Jairo. Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012. **Cadernos ADENAUER**, v. 2, p. 13-36, 2013.

BRAGA, Sérgio Soares. **As relações entre o executivo e o Legislativo e a elaboração da política econômica na primeira experiência de democracia presidencialista pluripartidária brasileira (1946-1964)**. 2008. 285f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade de Campinas, Campinas, 2008.

BRIGAGÃO, Clóvis. **Poder e legislativo no Brasil: análise política da produção legal de 1959 a 1966**. Rio de Janeiro. 1973. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1973.

Os estudos legislativos brasileiros: do congresso nacional aos municípios

CAETANO, Bruno. Executivo e legislativo na esfera local. **Revista Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 71, p. 101-125, mar. 2005.

COHN, G. **Petróleo e nacionalismo**. São Paulo: Difel, 1968.

COUTO, Cláudio G. Negociação, decisão e governo: padrões interativos na relação Executivo-Legislativo e o caso paulistano. *In*: ANDRADE, R. de C. (org.). **Processo de governo no município e no Estado**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

COUTO, Cláudio G.; ABRUCIO, L. F. Governando a cidade? A força e a fraqueza da Câmara Municipal. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 57-65, 1995.

D'AVILA FILHO, Paulo. O que o conceito de clientelismo explica? Uma abordagem da tensão entre as dimensões normativa e volitiva da política. *In*: **6º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política**. Sessão Temática Teoria Política coordenada por Wanderley Reis. Campinas: Associação Brasileira de Ciência Política, 2008.

D'AVILA FILHO, Paulo; LIMA, Paulo Cesar G. de Cerqueira; JORGE, Vladimyr Lombardo. Produção legislativa na Câmara Municipal de Rio de Janeiro: indicações, representação política e intermediação de interesses. **Desigualdade e Diversidade** – Dossiê Especial, segundo semestre, p. 185-206, 2011.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Congresso Nacional: organização, processo legislativo e produção legal. **Cadernos de Pesquisa Cebrap**, São Paulo, n. 5, p. 5-18, 1996.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opin. Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 337-365, out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v11n2/26418.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As Eleições Municipais de 2008: Federações Partidárias ou Partidos Nacionais. **Perspectivas – Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, p. 15-34, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2286>. Acesso em: 09 jun. 2020.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Legislativo municipal, organização partidária e coligações partidárias. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 13, n. 53, p. 65-83, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4852>. Acesso em: 09 jun. 2020.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LIMONGI, Fernando. Estudos Legislativos. *In*: LESSA, R. (org.), **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 163-189.

LIMONGI, Fernando. Modelos de Legislativo: o legislativo brasileiro em perspectiva comparada. **Plenarium – Revista da Câmara dos Deputados**, Brasília, n. 1, p. 41-56, 2004. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20979_arquivo.pdf. Acesso em: 09 jun. 2020.

CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 32 (2020).

Os estudos legislativos brasileiros: do congresso nacional aos municípios

LIMONGI, Fernando. O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte americana recente. **BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, n. 37, p. 3-38, 1994. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-37/444-o-novo-institucionalismo-e-os-estudos-legislativos-a-literatura-norte-americana-recente/file>. Acesso em: 09 jun. 2020.

LOPEZ, Felix G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 22, p. 153-177, jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n22/n22a12.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.

MARENCO DOS SANTOS, A. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)**. 2000. 257f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77818/000297246.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 jun. 2020.

MARTIN, Shane; SAALFELD, Thomas; STRØM, Kaare. **The Oxford Handbook of Legislative Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

MELO FRANCO, A. A. **Evolução da crise brasileira**. São Paulo: Companhia Nacional, 1965.

MENDES, Marta da Rocha; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: EdUFJF – Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. **Dados**, v. 45, n. 2, p. 265-301, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000200004>

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 44, n. 2, p. 133-172, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582001000200004>

PEREIRA, O. D. **Quem faz as leis no Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

PERISSINOTTO, R.; CODATO, A.; BRAGA, S. S.; FUKS, M. (Orgs). **Quem governa?** Um estudo das elites políticas no Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

PINTO, Danilo César Souza. **Homenagens do legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado**. 2013. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/244/4929.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 jun. 2020.

RANGEL, Alan. Notas sobre os estudos legislativos dos municípios brasileiros: as diferentes abordagens metodológicas. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 4, n. 1-2, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/33620/21579>. Acesso em: 09 jun. 2020.

Os estudos legislativos brasileiros: do congresso nacional aos municípios

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na Classe Política Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2006.

ROEDER, Carolina Mattos. **Relação Executivo-Legislativo na esfera local: os governos petistas em Contagem (MG) (2005 a 2008) e Joinville (SC) (2008 a 2012)**. 2016. 93f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/batse/4078>. Acesso em: 09 jun. 2020.

SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946–99. In: BOSCHI, R.; DINIZ, E.; SANTOS, F. **Elites políticas e econômicas no Brasil**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. p. 89–117.

SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes. **O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizção**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes. Patronagem e poder de agenda na política brasileira. **Dados**, v. 40, n. 3, p. 465–491, 1997. <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000300007>

SANTOS, Manoel Leonardo. Teoria e método nos estudos sobre o Legislativo brasileiro: uma revisão da literatura no período 1994–2005. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, São Paulo, n. 66, p. 65–89, 2º sem. 2008. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-66/614-teoria-e-metodo-nos-estudos-sobre-o-legislativo-brasileiro-uma-revisao-da-literatura-no-periodo-1994-2005/file>. Acesso em: 09 jun. 2020.

SILVA, Bruno Souza da; DANTAS, Humberto. Quem são eles? Identificando e caracterizando os vereadores brasileiros (2000–2016). **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 48, p. 11–45, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/10906/7058>. Acesso em: 09 jun. 2020.

TRIGUEIRO, Osvaldo. A crise legislativa e o regime presidencial. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 7 (extraordinário), p. 45–74, nov. 1959.

ZAGO, Matheus Jones. **Os estudos do legislativo: ações e interações de poderes na Câmara Municipal de Uberlândia**. 2015. 57f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

ZAGO, Matheus Jones. **Produção Legislativa e Perfil dos Agentes Legislativos em Uberlândia – 2013 a 2016**. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1325>

PODER E TERRITÓRIO: UMA AVALIAÇÃO DOS PADRÕES DE COMPETIÇÃO POLÍTICA NO ESTADO DO PARÁ

Carlos Augusto da Silva Souza¹

Acrisio Pereira Victorino²

Resumo

Examinar os padrões de competição eleitoral observado no Estado do Pará, a partir de uma análise geográfica que contemple o município como cenário privilegiado do jogo político, é a proposta deste trabalho. O enfoque adotado procura entender o funcionamento do sistema político que se desenvolve nas eleições legislativas para a Câmara dos Deputados, a partir dos efeitos produzidos pelas regras que orientam o processo eleitoral. Com isso, a intenção é procurar identificar a existência de algum padrão territorial que orienta as ações dos deputados na construção de suas bases eleitorais.

Palavras-chave: Competição eleitoral. Geografia do voto. Redutos eleitorais.

Power and territory: an evaluation of the standards of political competition in the state of Pará

Abstract

To examine the patterns of electoral competition observed in the State of Pará, based on a geographical analysis that contemplates the county as a privileged scenario of the political game, is the purpose of this paper. The approach adopted seeks to understand the functioning of the political system that develops in the legislative elections for the Lower House, from the effects produced by the rules that guide the electoral process. With this, the intention is to try to identify the existence of some territorial pattern that guides the actions of the deputies in the construction of their electoral bases.

Keyword: Electoral Competition. Geography of the vote. Electoral strongholds.

¹ Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, professor da Universidade Federal do Pará. E-mail: carlossouza@ufpa.br

² Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas (PPGCPOL/UFPEL). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). E-mail: acrisio.victorino@gmail.com

Introdução

No Brasil, desde 1932, a legislação eleitoral apresenta como critério institucional para a composição dos corpos legislativos dois princípios básicos: representação proporcional com lista aberta e circunscrições eleitorais definidas pelas fronteiras dos estados e municípios.

Esses componentes de nossas regras eleitorais, vêm produzindo caloroso debate entre duas correntes presente na literatura política brasileira. De um lado há aqueles que defendem a manutenção do atual sistema político, advogando que o modelo brasileiro tem permitido a inclusão de diferentes forças políticas existentes tanto na sociedade quanto nos estados que compõem a federação brasileira, garantindo a diversidade necessária para a existência de uma democracia plural e mais inclusiva.

Do lado oposto estão aqueles que entendem que o sistema proporcional de lista aberta, aliado ao sistema federativo com voto uninominal, tem produzido mais problemas que benefícios. Em primeiro lugar, o sistema eleitoral brasileiro favorece o personalismo eleitoral, uma vez que reduz o papel exercido pelas legendas partidárias como canalizadoras das demandas entre a sociedade e o governo. Além disso, como a maioria dos estados brasileiros possui áreas territoriais extensas, as campanhas eleitorais se tornam caras, levando os deputados a reduzir seu espaço de atuação política, o que produz um sistema eleitoral pautado no caciquismo e no privilegiamento dos interesses locais em detrimento de interesses nacionais.

É nessa perspectiva que esta pesquisa se insere. Nela pretende-se entender a relação dos deputados com seus redutos eleitorais, tendo como base as pesquisas que indicam que no país, em razão do sistema eleitoral adotado, a relação do deputado com o território se estabelece num cenário marcado pela concentração do voto em poucas unidades municipais. A pesquisa tem como *locus* de investigação as eleições legislativas ocorridas no estado do Pará em 2014 e se concentra apenas nos deputados eleitos.

O sistema eleitoral brasileiro

No Brasil, o sistema proporcional orienta as eleições legislativas para a composição das bancadas estaduais na Câmara dos Deputados e as fronteiras geográficas dos estados e municípios que compõem

o sistema federativo servem como unidade legal de transformação da vontade do eleitor em mandato representativo.

A fórmula eleitoral utilizada desde 1945 é a fórmula *Hare Quota* – conhecida popularmente como quociente eleitoral – em que se divide o total de votos recebidos pelos partidos (ou coligação) pelo número de cadeiras existentes em cada circunscrição eleitoral, no caso os estados. Para efeito do cálculo das quotas é considerado tanto o voto dado aos candidatos individualmente quanto o voto na legenda, que consiste no voto oferecido às siglas partidárias.

A distribuição das bancadas deveria seguir a distribuição da população no desenho federativo, mas, devido o crescimento desigual da população entre os estados, a Constituição de 1988 definiu um número mínimo de oito e um máximo de setenta deputados por estado, o que acabou produzindo certa desproporcionalidade na relação entre o tamanho da população e a magnitude dos distritos, pois alguns estados estão sub representados enquanto outros estão sobrerrepresentados na composição do poder legislativo federal .

A definição dos eleitos é orientada pelo sistema de lista aberta, sendo considerado vitorioso aquele candidato que recebeu mais votos na lista do partido em ordem crescente até o limite das cotas. No caso de haver coligação, é permitida uma única lista de candidatos independentemente dos partidos que compõem a coligação. Os candidatos mais votados ocuparão as cadeiras conseguidas pela coligação.

O sistema eleitoral adotado no Brasil tem sido alvo de diversas críticas, principalmente por aqueles que veem neste sistema um ambiente favorável para a adoção de práticas clientelistas, poucos responsivas na relação entre o representante e os representados, além de altamente favoráveis à corrupção e ao favorecimento político de grupos mais poderosos economicamente.

Para Nicolau (1996), o sistema proporcional combinado com lista aberta e voto uninominal não oferece praticamente nenhum estímulo à unidade partidária e à solidariedade entre pares. Muito ao contrário, possibilita a formação de estruturas partidárias desagregadas, pouco coesas e com reduzida fidelidade ao programa partidário.

Um dos elementos de desagregação está justamente na utilização do voto personalizado em detrimento do voto partidarizado. Como se adota no Brasil um sistema proporcional com lista aberta, os candidatos são praticamente compelidos a buscar todos os votos

para si, disputando com candidatos de seu próprio partido. Desaparece, nesta situação qualquer estímulo a uma campanha solidária em favor das legendas.

A lista aberta, por sua vez, oferece muito poder ao eleitor para negociar seu voto diretamente com o candidato, reduzindo o peso do partido nesta relação e favorecendo práticas clientelistas, pautadas na troca de favores, o que deturpa a relação republicana que a democracia deveria oferecer.

Além disto, o tamanho das circunscrições eleitorais favorece a manutenção deste sistema, pois, com áreas tão extensas, dificulta-se muito a existência de vínculos mais estreitos entre os candidatos e o eleitorado. Os candidatos, por disputarem votos em espaços muito grandes, mantêm apenas contatos superficiais com os eleitores, além de que a campanha se torna dispendiosa, exaustiva e com elevado grau de terceirização entre os candidatos e um conjunto de aliados necessários para que a campanha chegue aos diversos municípios. Neste sentido, nosso sistema eleitoral dificulta uma relação mais direta entre os deputados e os eleitores, e diminui o poder de fiscalização que a sociedade deveria estabelecer para com as ações do deputado durante o mandato.

Outro elemento importante reside no fato de que os municípios mais populosos e com maior poder de decisão no processo eleitoral são mais demandados pelos competidores. Isto diminui o peso relativo das pequenas cidades, fazendo com que muitos municípios fiquem sem representantes autênticos no parlamento, recebendo pouca ou nenhuma atenção por parte dos representantes.

Outra crítica estabelecida no sistema brasileiro está na adoção de coligações eleitorais, pois, esta medida acaba produzindo distorções na vontade do eleitor. Isto ocorre pelo fato de que as cadeiras conquistadas pela coligação não são distribuídas proporcionalmente à contribuição de cada partido para a votação final da coligação. Um partido elege um deputado caso consiga posicioná-lo entre os primeiros da lista, por esta razão a coligação nem sempre respeita a vontade do eleitor, pois seu voto pode ajudar a eleger um candidato de outro partido ou um representante de outro município sem a sua concordância.

O sistema eleitoral e as estratégias de competição política

O sistema eleitoral brasileiro afeta o processo de competição política e define as estratégias de relacionamento que os

candidatos estabelecem com os territórios. Segundo Ames (2003) e Martins (1983) o sistema brasileiro adota como premissa que os estados devem eleger representantes tendo o estado inteiro como elemento de competição eleitoral. Entretanto, as regras eleitorais adotadas no Brasil fazem com que os deputados selecionem áreas territoriais estratégicas, no caso os municípios, e procurem manter a fidelidade dos eleitores, gerando uma situação de concentração dos votos em fragmentos territoriais estratégicos.

Com base nessa afirmação, os autores passaram a reconhecer que o sistema de representação proporcional praticado no Brasil apresenta alguns problemas na relação entre poder e território. Em primeiro lugar, o sistema de representação proporcional parte da ideia que os representantes deveriam representar não apenas determinados municípios, mas, todo o estado, como membros de bancadas plurinominais, já que são os estados e não os municípios que funcionam como distritos nas eleições legislativas federais e estaduais adotadas no Brasil.

Como isto, na prática, não acontece, assiste-se no Brasil um processo eleitoral marcado pelo caciquismo e pela emergência de interesses localistas. Para Martins (1983), a concentração de votos que se estabelece nas eleições legislativas brasileiras provoca "um efeito contraditório, uma consequência não esperada da premissa proporcional". Para ele, o sistema proporcional deveria refletir as diversas correntes de opinião presentes na totalidade do espaço geográfico a ser representado. "Se, em lugar de fazer isso, limita-se a conferir mandatos a representantes de interesses locais, somos forçados a reconhecer que, de fato, a algo de errado com o método proporcional que estamos praticando" (MARTINS: 1983).

Da mesma visão compartilha Souza (2006), que, em estudo realizado sobre o estado do Pará, já indicava que o sistema proporcional adotado no Brasil leva a que os representantes adotem estratégias de competição eleitoral bastante diversa entre os estados e municípios. Para o autor, como os estados e municípios brasileiros possuem características socioeconômicas, culturais e políticas bastante diversas, as estratégias de competição política seguida pelos partidos e pelos candidatos tendem a assumir padrões bastante diversificadas territorialmente. Estados como Rondônia e São Paulo, por exemplo, apresentam diferenciação significativa em diversos aspectos (população, desenvolvimento econômico, estrutura rural/urbano, nível de escolaridade da população, renda per capita, infraestrutura física, etc.) que

impedem a homogeneização do padrão de competição eleitoral nessas unidades.

Em função dessa diferenciação, o autor supõe que a estratégia competitiva estabelecida por um candidato que disputa mandato parlamentar pelo estado do Amazonas, segue um padrão bastante diferente da de um candidato que disputa o mesmo mandato pelo estado do Rio de Janeiro. Por esta razão, há diversas possibilidades de padrões de competição eleitoral existentes entre os estados brasileiros

Padrões de competição política no estado do Pará

No caso do Pará, que se constitui como o segundo maior estado do Brasil em extensão territorial e o nono em tamanho populacional de acordo com o IBGE (2010), a representação na Câmara dos Deputados se estabelece com a eleição de 17 deputados federais entre os 513 que compõem esta casa legislativa. O estado do Pará possui 144 municípios que se constituem na base territorial onde a competição política/eleitoral se estabelece.

Segundo Souza (1999) é nos municípios que a preferência do eleitor pelo candidato se transforma em voto. Por isso, os municípios, para efeito de nossa análise, formam a unidade territorial para a construção de evidências sobre os padrões territoriais de competição política ocorridos no estado do Pará no período estudado.

Neste sentido, o problema de pesquisa proposto consiste em responder ao seguinte questionamento: qual o padrão municipal de votação dos deputados federais eleitos em 2014 no estado do Pará?

Para responder ao problema proposto, o artigo partiu de uma hipótese já destacada na literatura que a votação dos deputados federais eleitos no estado do Pará segue um padrão marcado pela concentração dos votos em poucos municípios.

Para testar a hipótese, o artigo procura, a partir da análise da votação de todos os candidatos que disputaram a eleição de 2014, distribuída pelos 144 municípios componentes da geografia política paraense, avaliar se o padrão de votação se estabelece numa lógica de concentração territorial do voto, o que indicaria, um processo forte de representação territorial em oposição a um processo de representação social, ou se, ao contrário, o relacionamento dos deputados com os municípios se estabelece

numa condição de dispersão do voto, o que indicaria uma situação de representação social em oposição a uma representação territorial.

Do ponto de vista metodológico, a relação dos deputados eleitos no estado do Pará com os municípios foi classificada a partir de quatro possibilidades: 1) dispersão alta de votos, 2) dispersão moderada de votos, 3) concentração moderada dos votos, e, 4) concentração alta de votos.

Concentração ou dispersão eleitoral no estado do Pará

No estado do Pará, na eleição de 2014 para composição das vagas referentes à Câmara dos Deputados participaram 174 candidatos para preencherem 17 cadeiras em disputa, com uma média de 10,2 candidatos por cadeira. Os deputados podem buscar votos em qualquer município componente da geografia territorial do estado, mas, trabalhamos com a hipótese de que os candidatos, para aumentarem suas chances de vitória, acabam selecionando áreas territoriais estratégicas, no caso os municípios, e estabelecem políticas para manter a fidelidade do eleitor ao seu nome, construindo o chamado reduto eleitoral. Portanto, os deputados ao invés de representar o estado inteiro, acabam representando territórios, concentrando seus votos em poucos municípios.

Para a avaliação do processo de concentração ou dispersão eleitoral, procurou-se medir, a partir da votação individual dos parlamentares, se essa votação estava distribuída entre poucos ou muitos municípios. Na operacionalização dos dados foi utilizado um procedimento matemático, que procurou quantificar o padrão de votação dos deputados federais nos municípios que compõem a geografia política do estado do Pará em relação à totalidade de municípios. Dentre os vários índices disponíveis, optou-se pelo índice G , desenvolvido na literatura política para avaliar os níveis de concentração e dispersão dos votos em dada eleição e em dado território. O índice G foi adaptado dos estudos econométricos desenvolvido inicialmente para avaliar o processo de concentração industrial nos Estados Unidos. Foi desenvolvido inicialmente por Glenn Ellison e Edward L. Glaeser (1994) e depois adaptado para os estudos que procuram medir determinados processos de concentração, entre os quais a concentração e a dispersão do voto.

O índice G parte da seguinte formulação matemática:

$$g = \sum_{i=1}^M (s_i - x_i)^2$$

Onde S_i representa, proporcionalmente, a participação de um estado na produção total de determinada indústria e X_i significa a participação dessa indústria no total da produção nacional. Entretanto, considerando que os diversos estados onde tal indústria se apresenta instalada possuem dimensões distintas, os autores chegaram à seguinte normalização:

$$G = \frac{g}{1 - \sum_i x_i^2}$$

Na análise política o índice G foi adaptado no estudo de Silva, Biderman e Avelino Filho (2009), que procuravam entender os níveis de concentração e dispersão dos votos na eleição para a Câmara dos Deputados realizada em São Paulo, em 2002. Vale ressaltar que esta adaptação do índice G é um índice bruto que, segundo os autores, “mede concentração espacial bruta”, sendo utilizado para conhecer “apenas se o candidato tem votação espacial concentrada”. Entretanto, o índice possibilita medir o número de votos do candidato em função do tamanho do eleitorado na medida em que considera proporcionalmente, município a município, em função do total de votos desse candidato em todo o distrito.

O índice adaptado parte da seguinte formulação:

$$G_d = \frac{\sum_d (P_{dm} - P_m)^2}{1 - \sum_d P_m^2}$$

Onde P_{dm} significa a proporção dos votos obtidos pelo candidato d no município m e P_m , a proporção dos votos do município m no total do distrito eleitoral. Para nossa análise, classificamos os números obtidos pelo índice G para cada distrito eleitoral nas eleições de 2006 e 2010 para deputado federal em:

Dispersão Alta: G até 0,025

Poder e território: uma avaliação dos padrões de competição política

Dispersão Moderada: G acima de 0,025 e até 0,050

Concentração Moderada: G acima de 0,050 e até 0,075

Concentração Alta: G acima de 0,075

Aplicando-se o índice na votação dos deputados paraenses eleitos em 2014, chegou-se à conclusão que os deputados eleitos neste ano elegeram-se com um formato competitivo marcado pela dispersão espacial do voto. De acordo com os dados da tabela abaixo, dos 17 deputados eleitos em 2014, 52,9% tiveram este padrão de votação de acordo com a metodologia utilizada em nosso estudo. A concentração do voto, apesar de significativa nas eleições federais, apresentou-se como uma minoritária, pois foi um padrão que representou a votação de 47,1% dos deputados. Esta evidência permite contrapor a hipótese inicial deste estudo, pois partimos da constatação que no estado do Pará a relação do deputado com os municípios se estabelece num formato marcado pela concentração espacial do voto. Entretanto, como a situação de dispersão foi apenas ligeiramente superior, acreditamos que estudos posteriores precisam ser realizados para avaliar a manutenção (ou não) desta situação.

Tabela 1 – Índice de Concentração e Dispersão dos Deputados Federais. Pará, 2014.

Votação	Frequência	Percentual
Dispersa	9	52,9
Concentrada	8	47,1
T o t a l	17	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Utilizando as possibilidades de desagregação dos dados permitida pelo cálculo do índice G , verificou-se, que apesar da dispersão se apresentar como condição majoritária, a maior proporção dos deputados que apareceram na pesquisa com este padrão de votação, situou-se numa condição de dispersão moderada do voto. Isto indica que, apesar de se estabelecer como uma situação que caracteriza a eleição dos deputados federais eleitos no estado do Pará, a eleição não atinge todos os municípios componentes

da geografia política do estado, o que não descaracteriza totalmente a premissa levantada pela literatura de que os parlamentares no processo eleitoral acabam representando territórios e não a população do estado.

Tabela 2 – Índice de Concentração e Dispersão dos Deputados Federais. Pará, 2014.

Votação	Frequência	Percentual
Dispersão Alta	2	11,8
Dispersão Moderada	7	41,2
Concentração Moderada	3	17,6
Concentração Alta	5	29,4
T o t a l	17	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

É válido lembrar que a concentração alta do voto também foi bastante significativa na eleição paraense, indicando que este padrão de votação também não pode ser menosprezado nas análises que procuram medir a relação dos deputados com os territórios. Isso indica que diversos deputados eleitos no estado do Pará optam por estratégias competitivas que privilegiam a delimitação de áreas geográficas menores, como forma de conquistar e manter a adesão do eleitor municipal a determinados representantes. Vários fatores podem ser apontados para explicar a ocorrência de estratégias de concentração de votos no estado do Pará. Entre eles, os mais relevantes são:

- 1) a dimensão territorial, já que o estado é muito grande geograficamente, o que implica em custos mais elevados para manter uma campanha e uma atuação que contemple muitas circunscrições eleitorais;
- 2) a existência de intensas clivagens sociais, em razão da forte migração e da presença de uma enorme diversidade de atores políticos que demandam representação e aumentam o grau de competição e incerteza em relação à conquista de lealdade. Por isso delimitar as áreas geográficas e procurar manter o controle

sobre elas é mais interessante do que alargar a fronteira da representação;

3) a precariedade na infraestrutura de comunicação e transporte que possibilite interligar os diversos territórios e permitir uma melhor circulação nas informações e, portanto, maior visibilidade nas ações dos parlamentares. Concentrar-se torna mais favorável para conferir visibilidade à atuação política do candidato;

4) permite definir melhor os opositores, pois reduzindo-se os espaços de disputa, maiores as chances de conhecer os eleitores e melhores as possibilidades de neutralizar os concorrentes potenciais;

5) possibilita melhor atuação do parlamentar no atendimento das demandas provenientes das bases eleitorais. Quanto mais concentrado é o espaço de atuação do político, mais eficiente se torna a alocação de recursos e melhores são as possibilidades de atender as diversas demandas que provém da esfera eleitoral.

Ames (2003) aborda que na política territorial a permanência de um jogo político do tipo concentrado ou disperso dependerá do comportamento dos atores políticos no transcurso de uma eleição para outra, da capacidade dos parlamentares em controlar recursos de poder, de sua decisão em continuar na carreira parlamentar, além do perfil socioeconômico dos municípios que se deseja conquistar. No Brasil, segundo Ames (2003) “considerando a fragilidade da identificação partidária, os deputados não encontram restrições para tentar invadir as bases eleitorais de seus adversários”. Além do mais “a maioria dos parlamentares realiza cálculos estratégicos focalizando os custos e benefícios de atrair qualquer grupo de eleitores potencialmente acessível” (AMES, 2003).

Por outro lado, também deve-se levar em consideração que “ofertas mais interessantes mudam a opinião de caciques locais, cuja lealdade depende de quem paga mais” (AMES, 2003). Nesta situação, tanto é possível alargar as fronteiras da representação, conquistando a adesão de novas lideranças e novos eleitores, através da incorporação de novos municípios na escala de votação do candidato, quanto, ao contrário, um candidato com votação dispersa pode perder territórios para novos concorrentes potenciais, reduzindo o tamanho de seu eleitorado total e dos municípios que podem contribuir com sua eleição.

Em ambos os casos se torna importante esclarecer que tanto a concentração do voto quanto a dispersão não são variáveis explicativas para garantir a eleição dos deputados. Em primeiro

lugar, a conquista de cadeiras não depende apenas do desempenho pessoal do candidato nos municípios, mas do desempenho partidário ou da coligação, para que o quociente eleitoral seja atingido. Por essa razão, o que os políticos mais temem é a redução da votação agregada do partido ou coligação que possa reduzir suas chances de vitória. Se a queda na votação agregada for muito grande, ficar bem votado no território não vai assegurar a conquista de mandato.

Talvez, por essa razão, muitos deputados utilizam a troca de legenda como mecanismo para melhorar seu posicionamento nas listas partidárias. A maioria dos deputados possui informações sobre as possibilidades do desempenho partidário no território e sobre os principais concorrentes dentro do partido e da coligação que podem comprometer suas chances de vitória. Por isso, trocar de partido, em algumas situações, pode se configurar como uma estratégia capaz de garantir a reeleição. Em segundo lugar, a vitória eleitoral também vai depender do desempenho dos outros candidatos e dos outros partidos, que igualmente procuram votos e também podem estabelecer padrões concentrados ou dispersos de votação no território. Nessa situação, é possível afirmar que independentemente da natureza da votação geográfica, a competição política no Brasil se estabelece num ambiente de intensa incerteza eleitoral.

As análises realizadas sobre o padrão territorial de competição que se estabelece no estado do Pará parecem coincidir com os estudos de Ames (2003) que, ao analisar a concentração e a dominância espacial do voto no Brasil, percebeu várias motivações que podem influenciar os deputados a optar por estratégias concentradas ou dispersas.

Em sua avaliação, os elementos que favorecem a votação concentrada vão desde o tamanho dos estados quanto os atributos socioeconômicos e padrões de carreira do parlamentar. Nos estados pequenos e pouco fragmentados como os nordestinos, por exemplo, existe maior favorecimento para uma atuação dispersa por parte dos deputados. "Como os estados nordestinos têm menor número de municípios, é mais fácil movimentar-se e fechar acordos com lideranças locais no estado inteiro" (AMES: 2003).

No estado do Pará a dimensão territorial tem efeito exatamente contrário. Como o estado é muito grande, mesmo que não disponha de muitos municípios, torna-se difícil e oneroso para o deputado fechar acordos com lideranças locais muito dispersas.

Por essa razão, no caso paraense, a concentração também se apresenta como uma estratégia interessante para o processo eleitoral.

Por outro lado, Ames (2003) também avalia que níveis educacionais elevados como os dos estados sulistas “estimulam a consciência política e contribuem para enfraquecer o controle dos caciques regionais, o que facilita a negociação de acordos com líderes distribuídos em vários fragmentos territoriais, favorecendo a dispersão do voto”.

No estado do Pará, por exemplo, o baixo nível de escolaridade registrado na maioria dos municípios, somado à reduzida renda per capita e ao elevado índice de desemprego, acaba por produzir forte dependência da população em relação a caciques locais poderosos. Essa peculiaridade desestimula em muitos casos a competição e a formação de novas lideranças potenciais no plano local, o que acaba por influenciar nas estratégias dos deputados por concentração de votos em áreas territoriais menores.

Também importante na definição de um padrão concentrado de votação, segundo Ames (2003), é a trajetória política do deputado. “Os candidatos de natureza local (antigos prefeitos ou vereadores) desenvolvem distribuições concentradas de eleitores porque o reconhecimento de seus nomes vai diminuindo à medida que cresce a distância do local em que atuam” (AMES: 2003). No estado do Pará, isso também pode ser considerado como um argumento que confere certa validade ao fenômeno da concentração, pelo fato de que uma fração significativa dos deputados que foram eleitos em 2014 já tiveram uma reconhecida atuação anterior como prefeitos, deputados estaduais ou vereadores, o que lhes confere certo poder de negociação com lideranças e populações municipais, firmando-se, no contexto da política paraense, como lideranças com atuação localista.

No caso dos deputados que recebem votação dispersa, Ames (2003) aborda duas situações particulares que também foram observadas no estado do Pará. Primeiramente, o autor afirma que a votação dispersa é mais favorável para aquele grupo de deputados que representam segmentos eleitorais específicos, como os evangélicos. A propósito, o autor observa: “Esses candidatos buscam votos em setores do eleitorado numericamente pouco expressivos em qualquer município (...), de modo que os candidatos que a eles se dirigem costumam coalizões em pequenas faixas de muitos municípios” (AMES: 2003). Por essa razão, a votação desses candidatos tende a ser dispersa.

Em segundo lugar, a dispersão do voto também é favorável para aqueles deputados que controlam determinados recursos de poder, seja de natureza econômica ou com capacidade de influir na opinião pública. Nesse caso, incluem-se os radialistas, que utilizam o monopólio da informação para cooptar grupos pouco coesos de eleitores, em faixas residuais de eleitores existentes em muitos municípios, e os “que já ocuparam cargos na administração pública como secretários de estado, ministros e diretores de órgãos do poder executivo” (AMES: 2003). Esses parlamentares geralmente controlam recursos de grande potencial na distribuição de vantagens clientelistas e conseguem, através desse mecanismo, estabelecer acordos com uma parcela maior de líderes locais que os levam a promover um padrão disperso em sua votação geográfica.

Considerações finais

Iniciamos esta pesquisa procurando identificar a existência de algum padrão de competição política que explicasse a relação que se estabelece entre os deputados e os municípios, que se constituem na unidade primária onde o jogo político efetivamente ocorre. Partimos da premissa, defendida pela literatura especializada, de que no Brasil competir por uma cadeira no parlamento é, antes de tudo, competir por espaço. Segundo Ames (2003), no Brasil “os candidatos às vezes disputam espaço ideológico, mas é mais frequente disputarem espaço físico”.

Neste artigo, mostramos que competir por espaço significa competir pelos votos alocados nos municípios, pois é esta unidade que funciona efetivamente como circunscrição eleitoral no país. O eleitor não mora no estado ou no país, mas, no município. A busca pelo espaço faz com que nossos parlamentares alimentem um jogo político caracterizado pela produção de políticas endereçadas ao atendimento de demandas localizadas, cujo objetivo é conseguir a adesão do eleitor e das lideranças municipais a determinados nomes que se consolidam como representantes destes territórios.

Do ponto de vista operacional, para entender a relação dos deputados com o território utilizamos como forma de análise o índice G que procura verificar se a votação dos deputados está concentrada em poucos ou muitos municípios. No caso da eleição de 2014, a metodologia demonstrou que o padrão de votação mais expressivo na relação dos deputados com suas bases eleitorais foi o padrão disperso, mas com uma participação também expressiva

dos deputados que adotam estratégias de competição concentrada.

Estas conclusões permitiram contestar a hipótese inicial levantada sobre a ocorrência de um padrão de concentração do voto. Entretanto, como se avaliou apenas uma eleição, acreditamos que pesquisas posteriores precisam ser melhor estabelecidas, com novas metodologias de investigação e que também incluam outras unidades federativas, pois o sistema político brasileiro e, como consequência, o sistema eleitoral, vem atravessando diversas mudanças que podem alterar esta configuração.

Situações como a redução do número de legendas devido o impedimento das coligações, a redução no financiamento das campanhas eleitorais, com o impedimento das doações provindas de agentes privados, podem mudar este quadro nas próximas eleições., Portanto, novas pesquisas precisam ser realizadas para esclarecer melhor os rumos que o processo eleitoral, na relação entre território e poder, vão alcançar no país.

Bibliografia

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**; tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

AYDOS, Eduardo Dutra. **O voto distrital e o aperfeiçoamento da democracia representativa no Brasil**. Porto Alegre, 1979.

BORGES, Tiago Daher Padovezi. Os partidos Políticos e o Financiamento empresarial das Campanhas Legislativas para a Câmara dos Deputados: Um estudo sobre as doações empresariais e as carreiras nas eleições de 2006. **36º encontro anual da ANPOCS**. Caxambu-MG, 2012.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CERVI, Emerson U. Voto, dinheiro e diferenças regionais nas eleições brasileiras: recursos financeiros e políticos para candidatos a deputado federal em 2010. **8º Encontro ABCP**. Gramado-RS, 2012.

ELLISON, G.; GLAESER, Edward L. Geographic Concentration in U.S. Manufacturing Industries: a dartboard approach. **National Bureau of Economic Research Working Paper Series**. 1994.

FLEISCHER, David V. **Concentração e dispersão eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais – 1966/1974**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Nº 4, 1976.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**; tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

Poder e território: uma avaliação dos padrões de competição política

MARTINS, Carlos Estevam. **A Reforma do Sistema Eleitoral**. DADOS, Vol. 26 N° 2, Rio de Janeiro, 1983.

NICOLAU, Jairo César M. **Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PEREIRA, Carlos & RENÓ, Lúcio. *O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados*. In DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 44, n° 2, pp. 323 a 362, 2001.

SANTOS, Julio Cesar Ferreira (2006). As questões de limites interestaduais do Brasil: transição política e instabilidade do território nacional na Primeira república (1889-1930). **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (17).

SILVA, Glauco P. da; BIDERMAN, Ciro e AVELINO FILHO, George. Indicadores para Avaliar o Comportamento Parlamentar como Resultante de Eleições. **33º Encontro Anual da ANPOCS**, 2009. Caxambu, MG.

SOUZA, Carlos Augusto da S. **Geografia eleitoral e padrões de competição política no estado do Pará**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2006 (Tese de Doutorado).

TRÊS CONCEPÇÕES ACERCA DOS DESASTRES

Sintilla Abreu Cartaxo¹

Ricardo Ramos Shiota²

Resumo

Este artigo de revisão bibliográfica objetiva apresentar três concepções sobre os desastres do ponto de vista sociológico. Na primeira abordagem, os desastres são a expressão de um agente externo intimidador, na segunda, os desastres traduzem a expressão social da vulnerabilidade e, por último, os desastres são vistos como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições. A reflexão sociológica oferece um conhecimento aprofundado acerca das conexões sócio práticas produtoras de riscos e vulnerabilidades múltiplas, que a prevenção e a ação nos episódios de desastres demandam. O reconhecimento do vocabulário e dos diversos usos do conceito de desastre é de extrema importância para a formação daqueles que intervêm nas ocasiões de danos.

Palavras-chave: Sociologia do desastre. Vulnerabilidade. Defesa civil.

Three conceptions about disasters

Abstract

This bibliographic review article aims to lay out three conceptions about disasters from the sociological point of view. According to the first approach, disasters are the expression of an external and intimidating agent. The second approach translates disasters as the social expression of vulnerability. As for the third one, disasters are seen as the result of an environment of uncertainties brought about by the institutional framework itself. Sociological reflection offers elaborated knowledge about social practical interactions that generate risks and multiple vulnerabilities to address the issue of prevention of disasters and to engender the proper actions required when they occur. Command of the proper terminology and of the usage of the concept of disaster is of paramount importance for the formation of those who intervene in events of damage.

Keywords: Sociology of disaster. Vulnerability. Civil Defense.

¹ Sintilla Abreu Bastos Cartaxo. Mestranda em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Email: asocialbm@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2421-1059>.

² Ricardo Ramos Shiota. Doutor em Sociologia pela Unicamp. Bolsista de Pós-Doutorado Capes pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. E-mail: rshiota@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8932-8130>.

Introdução

O estudo dos desastres é um objeto especial da Sociologia permeado por vários problemas, subtemas e debates. Entre eles destaca-se inclusive o próprio conceito de desastre (RIBEIRO, 1995; VALENCIO, 2011; PERRY, 2017). Para Quarantelli (2015), a falta de consenso mínimo no estudo sobre desastres pode ser um problema para o campo. Contudo, essa ausência de exatidão é uma das características das ciências humanas e sociais, nas quais o consenso é mínimo devido à diversidade de visões de mundo e de perspectivas teóricas. Perry (2017) defende que as polaridades de opiniões surgem devido às múltiplas disciplinas que permeiam o campo de estudos dos desastres, e isso traz o dinamismo para a temática, não obstante alguns consensos mínimos devam ser construídos para uma melhor compreensão do tema.

De acordo com os autores Ribeiro (1995) e Valencio (2010) a Sociologia dos desastres pode ser compreendida como situações de desigualdades que resultam em rupturas sociais e incapacidade dos grupos de oferecerem respostas aos eventos em seus territórios. As desigualdades preexistem aos eventos de desastre incluem fatores políticos, de saúde e econômicos que aumentam a vulnerabilidade de determinadas populações. As instituições tendem, por vezes, a não considerar a análise da teia de complexidades psíquicas e sociais dos grupos vulneráveis que são atingidos pelos desastres. Agentes que exercem as atividades em situação de sinistralidade, muitas vezes, possuem dificuldades de compreender os desastres a partir de uma perspectiva complexa, construtiva, dinâmica e escalar. A Sociologia dos desastres contribui para produzir conhecimento aprofundado acerca das conexões sócio-práticas, psicossociais, produtoras de riscos e das vulnerabilidades múltiplas que os estudos dos desastres demandam. A disciplina tem oferecido contribuições importantes para a formação daqueles que intervêm nas ocasiões de danos.

Ao longo dos anos, os estudiosos desse campo têm se dedicado a fazer um trabalho persistente acerca dos desastres, interrogando suas dimensões e questões que os envolvem, para que algumas definições e consensos mínimos sejam construídos. Perry (2017) enfatiza a importância da construção conceitual nos estudos sobre desastres nas ciências sociais.

[...] a comparação de várias definições pode auxiliar o processo de conceituação, iluminando diferentes perspectivas e dimensões de

desastres. A definição também permite a distinção de fenômenos semelhantes aos desastres, em diferentes arenas conceituais. A definição clara é necessária se os cientistas sociais quiserem agregar significativamente descobertas para criar modelos e teorias básicas no estudo dos desastres e compreensão de fenômenos. Esta é uma questão crítica, quando o conhecimento das ciências sociais forma a base para recomendar políticas e programas públicos [...] (PERRY, 2017, p. 1).

Mesmo diante da diversidade de problemas, subtemas e conceitos, é possível identificar na abordagem sociológica dos desastres algumas perspectivas básicas (RIBEIRO, 1995; VALENCIO, 2009 e 2011; PERRY 2017). Nesse artigo pretendemos elucidar três visões sobre os desastres mediante o ponto de vista sociológico, sem a pretensão de esgotar o assunto ou de reduzi-lo a elas. Este esforço objetiva contornar a fragmentação existente no campo, propondo uma perspectiva integradora que dê conta do entendimento analítico de toda a dimensão multiescalar dos desastres.

A visão fragmentada de alguns agentes e instituições atuantes em situações de desastres tendem, por vezes, a reproduzir o senso comum, fazendo com que o desastre seja visto como algo ameaçador, como uma punição ou um estado de insegurança. Esta concepção equivocada precisa ser superada para que os profissionais do assunto possam ter uma maior qualificação e consciência desses fenômenos sociais.

Nesta perspectiva, Valencio (2010), aponta para existência de descompassos entre a legislação e a prática da defesa civil brasileira em diversos pontos, sobretudo de ordem financeira, havendo uma possível vulnerabilidade institucional. O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) é composto por órgãos e entidades da administração pública federal, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e por entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil, centralizados na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, órgão que pertence o Ministério do Desenvolvimento Regional. Também fica a cargo do SINPDEC mobilizar a sociedade civil para atuar em situação de emergência ou estado de calamidade pública, coordenando o apoio logístico para o desenvolvimento das ações de proteção e defesa civil e a implementação da doutrina estabelecida na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

[...] uma contradição entre o objetivo supra e sua materialização através das práticas dos agentes do SINPDEC, as quais, ao invés de atenuarem, recrudescem a vulnerabilidade de grupos empobrecidos país afora. A cada ano, famílias que se veem na injunção de habitar moradias subnormais, sobretudo nas periferias urbanas, enfrentam os episódios de deslizamentos, inundações, enchentes, ventos fortes, que abatem seus frágeis imóveis e corroem sua capacidade de sobreviver. Diante o desastre vivenciado, as interpretações da defesa civil invisibilizam a responsabilidade pública pelo ocorrido e imputam-na aos próprios afetados. Associado a isso, há a prescrição de recomendações paliativas para que essas pessoas se adequem à desigualdade. [...] (VALENCIO, 2010, p. 751).

A vulnerabilidade institucional de defesa civil apontada por Valencio (2011) é a dificuldade de alguns agentes em lidarem com desafios que perpassam internamente a sua missão. Esses profissionais possuem dificuldades de interpretar os desastres em uma perspectiva complexa, construtiva e escalar e carecem de conhecimento aprofundado acerca de conexões socioambientais produtoras de riscos múltiplos, principalmente em relação às dimensões psicossociais que derivam dos desastres. Caminhar junto às demais instituições que intervêm em situações de desastres é primordial para equacionar situações de sinistralidades.

A Sociologia dos desastres oferece uma intersecção analítica que dá lugar a uma consciência do cenário de construção anterior ao sinistro. Revisões de literatura sobre o significado histórico-social dos desastres podem contribuir para o melhor entendimento desses fenômenos sob uma perspectiva científica. Os próximos tópicos foram divididos de modo a esclarecer para o leitor três modelos básicos de compreensão presentes na sociologia dos desastres. Primeiro, trataremos dos desastres como agente externo intimidador. Depois, apresentaremos os desastres como expressão social da vulnerabilidade. Em seguida, os desastres serão elucidados como resultantes de um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições. Por fim, teceremos as considerações finais.

1. Desastres como agente externo intimidador

Nesta via de análise, em que o desastre é considerado um agente externo temível. Marchezini (2009) sublinha que este primeiro paradigma teve origem em modelos de guerra, prioriza a ênfase

da análise no agente do dano³, deste modo, “são as chuvas que destroem as casas, são as chuvas que matam, e que deixam desabrigados.” Marchezini (2009, p. 49) Nessa concepção os habitantes dos territórios devem responder imediatamente com ações “problema-solução”. De acordo com Marandola (2004), o norte-americano Gilbert F. White na década de 70 foi um dos pioneiros a descrever o modelo de compreensão de desastre como um agente externo temível. Na interpretação analítica dos *nature hazard* (perigos naturais) cada parâmetro da biosfera está sujeito a sazonalidade anual ou a flutuação, logo, constitui um risco para o homem na medida em que seus ajustes, frequência, magnitude ou tempo de seus extremos não são previsíveis. Para o pioneiro nos estudos em desastres Gilbert F. White, os *nature hazard* foram definidos como uma interação entre pessoas e natureza eventos extremos que excedem o normal da capacidade do sistema humano absorvê-los ou se proteger. Sendo assim, os eventos naturais dentro da análise do desastre como agente intimidador traduzem uma ideia de causalidade, de *start* do acontecimento como fator incontrolável, quase que uma predestinação divina para aquele território (RIBEIRO, 1995). Como se as pessoas impactadas por esses eventos naturais fossem vítimas desafortunadas que possuem uma baixa capacidade de reação, cabendo-lhes apenas responder aos “ataques”.

Os *nature hazards* são descritos como efeitos de processos geofísicos e atmosféricos que cercam o mundo humano, ou seja, elementos do ambiente físico vistos como prejudiciais ao homem e causadores de eventos externos que são temíveis e inevitáveis. O fator que determina os *nature hazards* é atribuído à perspectiva física dos eventos, que separa humanidade e natureza, ressaltando características do prenúncio aos possíveis danos, como: inundações, terremotos, erupções vulcânicas, vendavais, furacões, nevascas, secas, ciclones tropicais, monções, erosões, geadas e avalanches (WHITE, 1974 apud MARANDOLA 2004 p. 98). Contudo, não são todos os terremotos ou furacões considerados *nature hazards*, mas, como descreveu Gilbert F. White, apenas aqueles que possuem relação ou estão ocorrendo em áreas ocupadas pelo

³ Marandola (2004) contribui ao tema com base em David Jones (1990) que aponta a orientação tecnocêntrica no estudo dos *hazards* até aquele momento e complementa sobre a complexidade e onipresença dos riscos e seus significados. Assim, divide os *hazards* em três categorias: *environmental hazards* (perigos ambientais) relacionados ambiente físico e biótico, *technological hazards* (perigos tecnológicos) se desenvolvem por meio das estruturas, processos e produtos tecnológicos e por último os *social hazards* (perigos sociais) resultado do comportamento humano. Na perspectiva dos autores, os diversos tipos de *hazards*, possuem nos dias atuais maior complexidade, gerando, além destes, outros *hazards* que podem ser híbridos e quasi-naturais, que possuem origens muito mais complexas do que aqueles que os geógrafos começaram a estudar no início do século XX.

homem, gerando danos, perdas e colocando em perigo estes territórios. Posteriormente, foi estabelecido que um *nature hazard* não é natural em si, mas trata-se de um evento que ocorre na interface da relação sociedade-natureza. Os chamados *nature hazards* possuem tal denominação por terem origem (força motriz) nos elementos geofísicos ou atmosféricos.

Com base em Marchezini (2009), a década de 1970 foi o período de ampliação das pesquisas sobre os desastres. Os estudos de Enrico Quarantelli propiciaram novos modelos de abordagem; os agentes externos intimidadores, vistos como motivos para sinistralidade passam a ser compreendidos não como resultantes dos desastres, mas sim como o prelúdio do período de uma crise, que está relacionada a determinantes de um dado contexto social. A ampliação dos estudos fez surgir diversas formas de taxonomias e o aperfeiçoamento de outras já existentes. Entre elas, está a classificação pelas causas primárias e ameaças, que podem ser humanas (antropogênicas) ou naturais (DUTRA, 2011; MARCHEZINI, 2009).

Dutra (2011) define os desastres humanos ou antropogênicos como aqueles resultantes de ações ou omissões humanas e estão relacionados às atividades do homem, sempre conectados ao agente ou autor. Como exemplos, é possível citar os desastres por contaminação de vazamento de produto químico, por acidente biológico, por rompimento de barragens, por queda de avião e tantos outros.

Os desastres naturais são descritos por Dutra (2011) como aqueles cuja causa é desencadeada por fenômenos da natureza. Esses atuam "independentemente" da ação humana, tais como: chuvas, terremotos e nevascas. Em contribuição, Perry (2017) relacionou demais significados comuns a desastres para a sociologia: eventos sociais ocorridos historicamente (com influência da ação humana), episódios que interrompem as atividades rotineiras e que devem ser compreendidos em um contexto de mudança social, pois evidenciam as condições latentes de vulnerabilidade socioambiental e que se encontram relacionadas às desigualdades sociais, econômicas e ambientais que afetam as populações. Neste contexto de urgência causado pelo dano, algumas funções essenciais da sociedade são impedidas ou precarizadas, salientando desigualdades que se materializam ainda mais durante a exposição das populações a estes eventos. Neste cenário de sinistralidade também ocorrem consequências mais graves sobre a

saúde e sobre as condições de vida, reduzindo a capacidade de governança para estratégias de redução do risco. O desastre pode ser descrito como um

[...] evento identificável no tempo e no espaço, no qual uma comunidade é afetada em seu funcionamento normal, com perda de vidas e danos de magnitude em suas propriedades e serviços, que impedem o cumprimento das atividades normais e essenciais a sociedade[...] (WILCHES-CHAUX, 1993, p. 3).

Portanto, inicialmente as concepções acerca da compreensão em torno dos desastres tendia a focar causas externas e naturais, os chamados perigos naturais *nature hazards*, possuíam uma visão dualista, na qual sociedade e natureza eram separados. O prognóstico de estudo pautava-se nos possíveis agentes (chuvas, nevascas, erupções vulcânicas) e na contenção destes. A lapidação e o desenvolvimento dos estudos no campo dos desastres fez com que os pesquisadores reconhecessem a interface existente na relação sociedade-natureza, e a ação ou omissão humana passou a ser um fator de extrema relevância para a compreensão desses eventos que atingem as mais diversas populações.

2. Desastres como a expressão social da vulnerabilidade

As contribuições dos cientistas sociais pioneiros em compreender os desastres não como fenômenos eminentemente externos naturais e temíveis, mas como resultantes de relações sociais e de influência mútua entre homem e natureza abriu novas veredas para compreensão da relação estrutural que desencadeia os desastres. A discussão da temática desloca sua compreensão para os processos de continuidade, com ênfase às condições sociais precedentes ao impacto. Poderia essa condição anterior explicar a destruição encontrada no pós-impacto? Seria possível compreender e responder a questões da emergência sem tratar também das condições anteriores? Esses questionamentos provêm do contínuo desenvolvimento de informações e estudos relacionados principalmente com as ações ambientais. A sociedade e natureza deixam de ser consideradas como entes separados. A interlocução entre o natural-social se transforma em pontos de análise sócio técnica. Desse modo, a modificação das concepções de interação natureza-homem faz com que, inclusive, eventos que historicamente eram considerados como exteriores à

sociedade passem a ser considerados como produzidos socialmente, pois correspondem ao conjunto de fatores decorrentes do desenvolvimento da sociedade industrial moderna.

Uma das grandes contribuições ao campo de estudos dos desastres advém da teoria do risco do sociólogo alemão Ulrich Beck (2011). Conforme o autor, no desenvolvimento da sociedade moderna “a produção social da riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social dos riscos” (BECK, 2011, p. 23). A sociedade industrial moderna, segundo ele, estaria caminhando para uma fase em que há sobreposição dos problemas, quais sejam, a distribuição desigual de renda nas classes sociais e as questões pertinentes aos riscos gerados pela ciência e tecnologia e degradação da natureza.

Beck (2011) interpreta o mundo contemporâneo em uma nova configuração, uma transição do paradigma distributivo da riqueza para um paradigma reflexivo no qual se deve pensar os riscos na sociedade contemporânea e suas formas de distribuição. Os riscos estariam cada vez mais diversificados, tamanha a capacidade de desenvolvimento das forças produtivas. A enorme proliferação das forças destrutivas relacionadas aos riscos pode assumir escala global, de modo que as instituições responsáveis pelo controle, defesa e proteção social não estariam à altura dos novos desafios.

O risco é, para Beck (2011), um estágio intermediário entre a segurança e a destruição, e a percepção dos riscos ameaçadores determina o pensamento e a ação. O risco do passado pode não ser o mesmo do presente. Desse modo, deve-se manter vigilância constante aos possíveis riscos do presente, pois o futuro é algo a ser construído, devendo ser pensado no presente. Os riscos devem ser constantemente analisados, pois estes possuem fatores locais e globais, assumindo uma dimensão transescalar com potencial ameaça a todas as classes sociais.

À luz da reflexão de Beck (2011) os riscos são objeto de distribuições desiguais, tal como a riqueza. Os riscos para o autor parecem reforçar, e não revogar, a sociedade de classes. Possuem suas origens de distribuição nas posições ocupadas por classes sociais específicas e bem definidas, são fabricados e disseminados, havendo algumas disposições de maior risco. Porém, devido à dimensão transescalar dos fenômenos na sociedade contemporânea, mais cedo ou mais tarde, conforme Beck (2011), todos poderão ser vítimas dos perigos envolvidos nos riscos. Os riscos distribuem “males” e não bens materiais, educação ou

propriedade. Os riscos geram situações de perigo social que afetam as diversas camadas da sociedade de modo desigual, como, por exemplo: poluição das águas e do ar que incide de forma diferenciada na vida das pessoas, havendo uma tendência a prejudicar os menos favorecidos economicamente. Contudo, esse exemplo de tipo risco vai afetar em algum momento os mais favorecidos economicamente e, também, aqueles que os produzem ou se beneficiam na produção destes riscos. No comentário de Ribeiro (1995), os riscos compõem uma das faces sombrias da sociedade moderna que está em busca de progresso e de novos padrões de qualidade de vida.

A revisão bibliográfica acerca das definições sobre risco revelou a amplitude de questões que envolvem o tema. Vários fatores como riscos econômicos, grupos de riscos biológicos, risco social, etc. A palavra risco está sempre relacionada a agentes, possibilidades futuras e ameaças. Cada vez mais, a temática do risco vem sendo incorporada em vários campos disciplinares, na economia, na medicina e nas ciências sociais. Os riscos, em geral, relacionam-se com futuro, com incertezas e com a insegurança, mas também podem estar atrelados a danos potenciais. Por conseguinte, os riscos possuem estreitas relações entre os agentes (natural, biológico e tecnológico) e os seus atingidos (pessoas, territórios). Localizar e entender essas relações estabelecidas caracteriza um grande desafio interdisciplinar (RIBEIRO, 1995; VALENCIO, 2011; PERRY, 2017; QUARANTELLI, 2015).

O risco é comumente entendido como a relação entre perigo e exposição. Marandola (2004) diz que o perigo é a realização de um risco, enquanto o desastre é o resultado de um perigo procedente de um risco, com determinada magnitude. Os perigos incluem um grupo de agentes que pode ser: natural, biológico ou tecnológico. Os riscos podem se relacionar algumas vezes a fatores do clima tais como: inundações, secas, vendavais, e essas situações afetam o cotidiano das populações (MARCHEZINI, 2017).

Conforme Valencio (2011), um desastre é a princípio a materialização de um risco, estivesse ele ou não elencado no rol dos que amedrontavam um território. Já Beck (2011) estabelece a ligação entre risco e determinadas vulnerabilidades a que a sociedade como um todo estaria exposta, independentemente de classe social. Todos estão vulneráveis na sociedade contemporânea. A despeito de afetar desigualmente, o risco é

[...] inerente a ricos e pobres, empresários e assalariados todos sofrem e ou podem sofrer as consequências da poluição industrial do ar, do envenenamento dos bens alimentícios pelos resíduos químicos, entre outros, pois os riscos não relativizam as posições de classes. [...] (DUTRA, 2011, p. 76).

A vulnerabilidade possui sua construção social em fatores culturais, econômicos, políticos e sociais, que condicionam as respostas individuais e coletivas. Ela também determina a intensidade do dano causado pela ocorrência efetiva de risco para dado território.

Há uma estreita relação entre os conceitos de risco e de vulnerabilidade. Este relacionamento proporciona o entendimento de que os estudos dos desastres devem ser analisados como processos construídos pela própria sociedade. Diante disso as visões restritivas, casuais e tecnocráticas sobre o tema devem ser desmitificadas. A ideia de que os desastres são fenômenos ou processos sociais resultantes de falhas do sistema social desigual deve ser portanto fortalecida. Os desastres não devem ser vistos como manifestações meramente externas, divinas e socialmente inimputáveis.

Quarantelli (2015) afirma que a perspectiva da construção social deve adotar como principal foco os desastres e não os riscos. A palavra risco para o autor remete a uma abordagem estratégica que representa um pressuposto crucial e um ponto de partida. Quando o foco é direcionado para os riscos, há a tendência em enfatizar os fenômenos físicos e naturais. O foco sobre os riscos faz também, em muitas vezes, que os desastres sejam vistos como "epifenômenos". Para esse autor, a visão de que os riscos levam aos desastres é equivocada. O perigo pode às vezes existir, no entanto, na medida em que ele está presente, representa um fator e não necessariamente um dos elementos mais importantes nos desastres que ocorreram. Este ponto é coerente com a visão dos estudiosos das ciências sociais que preconizam que todos os desastres são essencialmente resultado das ações humanas e das interações que em algum momento sofrem rupturas, estando fragilizadas e assim mais suscetíveis aos desastres.

A perspectiva de Quarantelli (2015) aponta que o foco correto para a compreensão de um desastre deve ser a identificação das vulnerabilidades, que são capazes de reconstruir o caminho até a fragilidade que culminou no desastre. O esfacelamento social que desencadeou o desastre é resultante da exposição extrema da situação de risco e precisa ser considerado nos estudos. Um

desastre tem suas raízes nas deficiências de uma estrutura social que se manifestam de maneira dinâmica no cotidiano dos territórios.

Embora tenham relações de proximidade, os conceitos de risco e de vulnerabilidade são distintos. Janczura (2012) esclarece que o risco deve ser relacionado à situação fragilizada de indivíduos, e a vulnerabilidade, à situação de grupos. Wilches-Chaux (1993) compreende risco como qualquer fenômeno de origem natural ou humana que traduza alguma mudança no ambiente de um território específico, vulnerável a esse fenômeno. A vulnerabilidade é descrita pelo mesmo autor como a incapacidade de uma comunidade “absorver”, através de si mesma, os efeitos de certa mudança em seu ambiente, e seu grau também determina a intensidade dos danos causados.

Desse modo, riscos e vulnerabilidades abrangem diferentes processos de construção multiescalar. Os desastres relacionam-se a tais categorias, pois ambas revelam os problemas sociais e expõem as fragilidades da estrutura social. A ilustração de Wilches-Chaux (1993) nos auxilia a compreender melhor a relação entre as três categorias.

[...] Vamos, por exemplo, desempenhar o papel de um cidadão que abriu seu telhado para reparos, tornando sua casa temporariamente vulnerável ao fenômeno de chuva (risco). A probabilidade de uma chuva cair durante o período em que a casa não possui um teto (probabilidade manifestada em nuvens negras e trovões próximos) constitui uma ameaça ao cidadão. A ocorrência efetiva do aguaceiro naquele momento o tornará um desastre. A intensidade do mesmo (isto é, os danos que produz) dependerá da magnitude (quantidade de água, duração) da chuva e do grau de vulnerabilidade da casa (parte da casa sem teto), valor e quantidade dos produtos expostos em risco (o desastre será maior se a biblioteca for descoberta do que se o pátio de roupas estivesse) [...] (WILCHES-CHAUX, 1993, p. 7).

Ao considerarmos os desastres em sua amplitude, devemos partir das estruturas sociais envolvidas na questão, em vez de somente olharmos para as vítimas e os danos. Neste sentido, Valencio (2010) aponta que, ao adotar medidas reducionistas ao problema, tais como implantação de abrigos temporários com fornecimento de roupas, colchões, alimentos, etc., se “desagregam dimensões psicossociais das dimensões econômicas e políticas envolvidas na destruição dos sujeitos [...]” (VALENCIO, 2010, p. 753). As ações emergenciais desenvolvidas pela defesa civil são de extrema

relevância, porém devem ser ampliadas principalmente antes da situação crítica. A atenção aos desastres deve ser pensada em múltiplas dimensões, de forma a contemplar o maior número de necessidades dos sujeitos atingidos. É imprescindível que estratégias de resiliência nas comunidades sejam desenvolvidas pela defesa civil.

Os desastres, diante da perspectiva de construção e do reconhecimento das vulnerabilidades, independentemente da sua causalidade atribuída, refletem um processo de ruptura social e esfacelamento das intuições, e envolvem o grau de preparação do grupo social afetado para lidar com os desastres (naturais ou tecnológicos). O benefício ao adotar-se esse posicionamento estratégico é que as previsões sobre possíveis desastres podem ser feitas de antemão; não havendo necessidade de esperar que o desastre aconteça, é viável elaborar táticas para casos possíveis.

Marchezini (2017) contribui para a discussão ao afirmar que as causas profundas da vulnerabilidade envolvem estruturas sociais e econômicas cujas características exprimem relações de poder, riqueza e distribuição de recursos na sociedade. Quando a vulnerabilidade é o referencial de partida para a compreensão do desastre, o olhar deve ser direcionado para as organizações e arranjos sociais, uma vez que estes são lugares nos quais incide a mudança de rotina e o enfraquecimento dos grupos (PERRY, 2017).

O termo vulnerabilidade, de acordo com Perry (2017), começou a aparecer com destaque na literatura sobre desastres a partir da década de 1970 e, posteriormente, foi relacionado com a palavra resiliência. Comumente, os estudiosos usavam as terminologias com viés ecológico ou de mudança social. Doravante, esses conceitos, segundo Perry (2017), vêm sendo empregados por sociólogos que adotam a compreensão dos desastres como construção social e que estes devem ser prevenidos por meio de mudanças de comportamento sociais, figurando assim a resiliência como um antídoto às vulnerabilidades. Porém, tornar-se resiliente é um caminho, uma forma consciente e estratégica de refletir sobre as fraquezas, no qual o planejamento é um dos fatores essenciais, de forma que um plano prévio de recuperação ao dano deve ser traçado. Atualmente, essa nomenclatura (vulnerabilidade e resiliência) tem tido seu emprego utilizado em várias áreas do saber.

Ribeiro (1995) complementa dizendo que o grau de disposição por parte de um grupo ao enfrentar danos está relacionado ao seu sistema social e às instituições existentes. A vulnerabilidade de dada

comunidade ao desastre é, assim, entendida como uma manifestação resultante do processo de desenvolvimento das relações sociais e da estrutura social. A vulnerabilidade enfatiza Ribeiro (1995) torna explícitos os conteúdos que estão dentro do contexto social refletindo insegurança e fragilidade frente às demandas sociais.

A contribuição de Perry (2017) no debate chama atenção para as variáveis que devem ser consideradas para a obtenção de indicadores de vulnerabilidade, quais são as causas proximal e distal e quais são simplesmente correlatos de vulnerabilidade. O autor aponta uma direção dentro deste contexto para melhor compreender as fragilidades sociais múltiplas, e assim, sustenta a noção de que vulnerabilidade é conceitual, operacionalmente ambígua, que se faz necessário identificar e realizar recortes para melhor compreensão da categoria.

Sendo assim, Dutra (2011) define que o conceito de vulnerabilidade deve incorporar distintas dimensões globais (física, econômica, cultural e social) e incluir aspectos teóricos, entre eles as perspectivas que correlacionam o risco.

[...] a vulnerabilidade resulta da interação de uma série de fatores e características de fragilidade da população que vive num determinado território, seja ele local, como setor de risco, ou uma escala mais ampla. O resultado dessa interação é determinante para definir a capacidade de uma comunidade em responder adequadamente em consequência ao desastre. Focar na vulnerabilidade é vincula-la aos demais componentes de risco, inserindo a questão social, em sua total amplitude, na temática do risco de desastre [...] (DUTRA, 2011, p. 400).

Quando a vulnerabilidade é posta sobre o prisma da interação entre as estruturas e as instituições envolvidas, é possível o reconhecimento de que, por meio da produção de normas e orientações de preparação para o impacto de ameaças, pontos passíveis de vulnerabilidades podem ser identificados (VALENCIO, 2009; 2010; 2011).

A vulnerabilidade em desastres é categoria complexa, estando formada de diversas dimensões, confluindo com aspectos que estão inseridos na dimensão das relações sociais; portanto, é vital que seja realizado um recorte para que sua compreensão gere avanço no entendimento do estudo em desastres (DUTRA, 2011). Os avanços nas disciplinas acerca das vulnerabilidades em desastres, de acordo com Ribeiro (1995), devem buscar o centro na dinâmica

social que os determina, considerando sempre o âmbito multidisciplinar e as diversas vulnerabilidades sociais envolvidas.

Sendo assim, é possível observar, nesta segunda perspectiva, que os desastres passaram a ser compreendidos como resultados da interação entre forças físicas e humanas cuja combinação determina o valor e o impacto do evento. Nela também ocorre a diferenciação entre risco, vulnerabilidade, resiliência e desastres, bem como usos diversos que estabelecem relações entre essas categorias. O contexto social de construção que culminou na sinistralidade também passou a receber grande relevância. Conceitos e temáticas que o permeiam são de grande valor para o eixo explicativo.

3. Desastres como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições

Na terceira perspectiva, os desastres figuram como incertezas produzidas pelas sociedades contemporâneas complexas e suas frágeis articulações entre as especialidades científicas e as instituições atuantes na ponta. As lacunas entre representações e práticas tornam populações incapazes de reduzir os riscos e interpretar da realidade.

No final da década de 1980, conforme descreve Marchezini (2009), a análise desses três paradigmas propostos por Gilbert F. White foi aprofundada por Dombrowsky (1998). Este percebeu que, para algumas instituições (companhias de seguros, governos, instituições de emergência, etc.), a definição do desastre é diretamente relacionada com a resposta que cada instituição tem a oferecer. Por conseguinte, relacionar o desastre com um agente externo intimidador é muito mais oportuno do que considerá-lo como um processo social construído complexo e dinâmico. A leitura do desastre é pautada naquilo que pretendem fazer em relação a um processo social e “não propriamente para elucidar as razões dos problemas que levaram ao desastre buscando, a partir disso, políticas públicas que focassem na redução dos desastres” (MARCHEZINI, 2009, p. 51).

Conceber os desastres como processos construídos socialmente e resultantes de vulnerabilidades resultaria na necessidade de responder a perguntas que essas instituições – públicas, particulares, Estado ou seguradoras – não estariam preparadas ou não gostariam de responder. Outra vantagem de abordar os desastres

Três concepções acerca dos desastres

como um evento social é evidenciada na forma pela qual as organizações o definem, em vista da própria autopreservação.

De acordo com Marchezini (2009),

[...]diferentes instituições tais como a Cruz Vermelha, algumas empresas de seguro, instituições de emergência, governos etc [...] [ao definirem] o desastre, na verdade, acaba declarando aquilo que pretendem fazer em relação a um processo social chamado desastre. As companhias alemãs de seguro, por sua vez, definem o desastre como uma situação que envolve danos e/ou perdas de vidas que ultrapassam determinados valores ou número de mortes. Já para o Estado, o desastre seria sinônimo de perda da ordem pública, razão pela qual a segurança pública seria a maior prioridade, devendo ser garantida sob quaisquer circunstâncias, independentemente da avaliação dos fenômenos que causaram os problemas. Isto é, a identificação de desastres específicos que passa a ser importante para delinear as medidas apropriadas para recuperação da ordem e da segurança, e não propriamente para elucidar as razões dos problemas que levaram ao desastre buscando, a partir disso, políticas públicas que focassem na redução dos desastres.[...], (MACHEZINI,2009, p. 51)

Um desastre pode admitir o sentido mais conveniente dentro da lógica solução-problema. Este fato ocorre em consequência da falta de planejamento, das frágeis articulações entre o conhecimento científico e as instituições executoras. Quando não há conectividade entre as especialidades científicas e as instituições executoras, o vazio de informações é preenchido pelas “soluções que estão em seu poder. O foco não estaria na realidade do desastre como um todo, mas sim na ênfase de aspectos dessa realidade que pudessem ser abraçados pela capacidade funcional de lhes prover soluções.” (Marchezini, 2009, p. 51). Neste cenário, pode se destacar o fenômeno atual das fake news, notícias falsas que são difundidas entre populações, por vezes já fragilizadas, como no caso de Brumadinho⁴, quando uma onda de informações inverídicas surgiu pelo país, tornando essas soluções ainda mais dramáticas. A compreensão de conceitos envolvidos

⁴ O portal UOL publicou em sua página o artigo “A tragédia da informação e a fake News de Brumadinho”, por Carlos Afonso. O jornalista aponta a importância do discernimento de notícias incompletas e oportunistas da informação esclarecedora principalmente em momentos de crise. < <https://tecfront.blogosfera.uol.com.br/2019/02/06/a-tragedia-da-informacao-e-as-fake-news-de-brumadinho/>>. Acesso em: 06/02/2019.

O portal do OGLOBO na sessão # Fato ou #Fake publicou em sua página o artigo “Mensagem sobre suposto ataque terrorista e vídeos fora de contexto viralizaram nas redes sociais; Polícia Militar de Minas Gerais já alertou sobre boatos.”, por Letícia Lopes. A jornalista descreve várias notícias fakes que circularam durante o desastre em Brumadinho dentre elas, uma atribuía a ruptura da barragem a um ataque terrorista por guerrilheiros das FARC. < <https://oglobo.globo.com/fato-ou-fake/veja-que-fato-ou-fake-sobre-desastre-em-brumadinho-23407833> >. Acesso em: 01/02/2019.

na temática dos desastres, para Valencio (2012), não seria nem as respostas, nem os instrumentos mais adequados para o entendimento desses problemas, mas ferramentas no auxílio à governança de fenômenos tão complexos chamados de desastres.

A contribuição de Perry (2017) a essa discussão é sobre a complexidade de ocorrências a serem interpretadas nos desastres e suas consequências, como processos particularmente dramáticos de mudança social e formas de recuperação, que geram múltiplas visões, as quais devem ser sempre consideradas. A organização e compreensão de conceitos e um diagnóstico subsequente podem proporcionar ao campo de estudo dos desastres o entendimento melhor dos fenômenos.

[...] Os conceitos que organizam e delimitam o sujeito e a sua ação sobre o mundo, não se trata de algo trivial, sobretudo quando remete a processo de desestruturação e reordenamento social. Devem ser apreciados pela sociologia, como nas ciências humanas em geral, em toda a sua extensão e profundidade a fim de que os desdobramentos analíticos – sobretudo os que subsidiem as arenas políticas – sejam influenciados auspiciosamente as decisões e as fazendo avançar diante dos que consideram os desastres apenas uma questão das engenharias ou das ciências naturais [...] (VALENCIO, 2010, p. 750).

Desse modo, é de extrema importância a produção de conhecimento sobre os conceitos envolvidos na temática dos desastres, porquanto se abre um novo quadro à análise com essa compreensão, sistematização, diferenciação e estabelecimento de relações entre os conceitos para dar conta do fenômeno.

Nesta terceira perspectiva, um dos determinantes para a situação de desastres é atribuído às próprias instituições, que geram incertezas ao não disporem de conhecimentos científicos para elaborar um planejamento adequado, ao colocarem a própria sobrevivência ante o propósito para o qual foram criadas. Por vezes, a narrativa de algumas instituições tende a explicar os desastres de agentes naturais e tecnológicos sob a ótica de seus interesses (políticos ou econômicos), gerando um estado de incertezas na população. Essa visão, que considera as inseguranças provocadas pelas próprias instituições, segundo Marchezini (2009), desconsidera as dimensões interpretativas críticas dos sujeitos sociais acerca dos fenômenos desastres, ou seja, ignora a capacidade de reflexividade dos atores.

Conclusões

O estudo da Sociologia dos desastres pode fornecer subsídios à mitigação das sinistralidades, pois seu enfoque passa pela necessidade de compreender a vulnerabilidade social precedente ou circunstancial do grupo, comunidade ou classe social que integrará o fator da ameaça, analisando as relações sociais e políticas que se refletem no território (RIBEIRO, 1995; MARCHEZINI, 2009; VALENCIO, 2011; PERRY, 2017). A ênfase no enfoque ao desastre apreendendo que todos eles são resultados das ações humanas. Parafraseando Quarantelli (2015, p. 40) “não há nenhum tipo de calamidade que tenha ocorrido com um homem, descendo das nuvens como um raio, ou explodindo na escuridão como uma peste poderia sozinha fornecer enredo”. Neste artigo argumentamos que a atenção às nuances conceituais, presentes nos estudos sobre os desastres, pode proporcionar conhecimentos cruciais para a compreensão deste fenômeno por parte das autoridades que atuam nas instituições estatais e, até, para o esclarecimento de pessoas afetadas por algum desastre ou que tenha interesse no assunto.

Apresentamos três concepções acerca dos desastres na sociologia sem a pretensão de esgotar o assunto, mas chamando a atenção para a necessidade de novos estudos sobre o estado da arte da sociologia dos desastres, com vistas a uma construção de conhecimento, de conceitos e de vocabulários que contribuam para o planejamento e atuação das instituições de defesa civil e para o esclarecimento da população.

A primeira concepção parte de uma visão que concebe a relação entre natureza e sociedade de modo cartesiano, dualista. O estudo dos *nature hazard* (perigos naturais) foca nos aspectos físicos e geológicos que estão relacionados aos desastres. Os eventos naturais dentro desta análise traduzem uma ideia de causalidade, de deflagrador do acontecimento como fator incontrolável, quase que uma predestinação divina para as populações atingidas, cabendo a estas somente a capacidade de resposta à crise.

A segunda visão estabelece a relação entre natureza e sociedade. Os impactos passam a ser vistos como resultados da organização social que atingem as pessoas de forma diferente. A pressuposição nesta abordagem indica que as condições de vulnerabilidade existentes no período pré-impacto se convertem em destruição no período pós-impacto, e que os desastres são um fenômeno inerentemente social; isto é, estão enraizados na estrutura social e

refletem os processos de interação social e ambiental. Desse ponto de vista, o desastre natural não é algo conjuntural momentâneo, com delimitações temporais e espaciais bem definidas, mas exprime as condições sociais estruturais que precedem o impacto.

Por fim, a terceira concepção trata os desastres como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições. Embora exista o consenso disciplinar formado sobre a importância de considerar os desastres como um fenômeno social decorrente do contínuo processo de interação homem e natureza, ainda há um trabalho para se conseguir construir um acordo teórico e conceitual, tendo em vista os múltiplos problemas que envolvem a temática. Outro ponto é que um desastre pode admitir o sentido mais conveniente dentro da lógica solução-problema. Este fato ocorre em consequência da falta de planejamento, das frágeis articulações entre os conhecimentos científicos e as instituições executoras.

Enfim, com base nas abordagens apresentadas neste artigo, o estudo da Sociologia dos desastres se mostra necessário para sairmos de um ciclo de ação exclusivamente pós-desastre. A importância do trabalho de redução de desastres e o reconhecimento que grupos sociais, comunidades e classes sociais sofrem impactos desiguais com a sinistralidades é uma forma de encarar as raízes das deficiências. A Sociologia do desastre pode subsidiar as ações governamentais que, atualmente, restringem-se basicamente ao investimento em obras de contenção e recuperação pós-desastre, com pouca ou nenhuma preocupação com o modelo de desenvolvimento adotado na região, fator este que impulsiona e intensifica as sinistralidades. Direcionar a formulação de uma política pública que contemple de forma orgânica os saberes acadêmicos, profissional (civil e militar) e o saber popular é o melhor caminho para conduzir comunidades à resiliência a desastres.

Referências

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco. Rumo à outra modernidade**. Ed 34. São Paulo 2011.

BRASIL, **Noções Básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos**. Livro Base Brasília. 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil**. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm. Acesso em: 22/09/2019.

Três concepções acerca dos desastres

DUTRA, Rita de Cássia. **Indicadores de Vulnerabilidade: No contexto da habitação precária em área de encosta sujeita a deslizamento.** Dissertação de mestrado UFSC– Florianópolis. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94975>. Acesso em 21/09/2019.

JANCZURA, Rozane. **Risco ou Vulnerabilidade Social.** Textos e Contextos. vol II nº2, pág 301– 308. ago / dez.2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view>. Acesso em: 27/09/2019.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. **Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos.** Campinas, vol. 7, nº. 2, pp. 95–110, Dezembro. 2004.. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2004000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 /01/2020.

MARCHEZINI, Victor. **Desafios para redução de vulnerabilidade no Brasil: Insights da estrutura do PAR.** Em: Redução da vulnerabilidade a desastres: do conhecimento à ação. Ed,nº 1,pp 55–96, Cap: 1, Ed: Rima. Disponível em: <https://preventionroutes.weebly.com/livrobooklibro.html>. Acesso em: 05/10/2019.

MARCHEZINI, Victor. **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** org: Norma Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Juliano Costa Gonçalves – São Carlos. EdRima, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Victor_Marchezini2/publication/288003997_Colapso_de_barragens_aspectos_sociopoliticos_da_ineficiencia_da_gestao_dos_desastres_no_Brasil/links/567db0e608aebccc4e040573/Colapso-de-barragens-aspectos-socio-politicos-da-ineficiencia-da-gestao-dos-desastres-no-Brasil.pdf#page=62. Acesso em: 23/09/2019

PERRY,Ronald. **Defining Disaster: Na Evolving Concept.** 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321135952_Defining_Disaster_An_Evolving_Concep. Acesso em: 13/09/2019.

QUARANTELLI, Enrico Louis. **Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional.** Tradução: Raquel Brigatte. O Social em Questão – Ano XVIII – nº 33. 2015. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_33_0_Quarantelli.pdf. Acesso em 22/09/2019.

RIBEIRO, Manuel João. **Sociologia dos desastres.** Revista Sociologia Problemas e práticas nº 18, pp2343,1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000150&pid=S1414-753X201400040001100032&lng. Acesso em: 27/09/2019

VALENCIO, Norma. **A Sociologia dos Desastres. Da morte da Quimera á procura de Pégaso: a importância sociológica na análise do fenômeno denominado desastre.** São Carlos Editora Rima, 2009.

VALENCIO, Norma. **Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa civil: o contexto brasileiro.** In: Revista Saúde e sociedade. vol:19 nº 14. Pp:748–762. São Paulo. 2010. Disponível em: http://www.ceped.ufsc.br/wpcontent/uploads/2014/07/desastres_ordem_social_e_planejamento_em_defesa_civil-1.pdf. Acesso em: 21/10/2019.

VALENCIO, Norma. **Os desastres como indícios da vulnerabilidade do sistema nacional de defesa civil o caso brasileiro.** In: Revista Territorium. nº 18; pp 147–156.

Três concepções acerca dos desastres

Portugal. 2011. Disponível em:
<https://impactumjournals.uc.pt/territorium/article/view/3116>. Acesso em:
21/10/2019.

WILCHES-CHAUX, Gustavo. **La vulnerabilidad global** In: Maskrey, Andrew, comp. Los desastres no son naturales. s.l, Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, oct. 1993. p.9-50. Disponível em:
<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/des-4083?lang=pt>. Acesso em:
11/02/2020.

INTERNACIONALISMO COMO TEMA E COMO PROJETO DE VIDA – ENTREVISTA COM ROSANA PINHEIRO–MACHADO¹

Danira Morais da Silva²

Gustavo Fernandes Paravizo Mira³

Leonardo Francisco de Azevedo⁴

Acreditar nos espaços de diálogo é uma obrigação em tempos nos quais o negacionismo e o despreço por informação verificada se fazem presentes na cena pública. Vivenciamos uma inédita pandemia acompanhada do aumento das desigualdades e da pobreza, bem como do crescimento das migrações por guerra e desastres, além da intensificação de conflitos étnico-identitários e de uma significativa descrença nas instituições, com impacto global. Neste cenário onde as ideias e os conflitos parecem ser difíceis de decifrar, a reafirmação do compromisso com a ciência e diversificação dos espaços de debate, especialmente no Brasil, transforma-se em um ato de resistência ante o obscurantismo rasteiro que tem atrapalhado o entendimento sobre questões centrais para convívio.

Tendo em vista a importância da ciência como instância de análise, debate e crítica da realidade, o corpo editorial da CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais propõe, a partir deste número, uma nova seção dedicada à escuta de pesquisadoras e pesquisadores de renome na cena pública e acadêmica. Nosso objetivo, a partir de entrevistas cuidadosamente elaboradas por nossa equipe, é alargar as fronteiras de discussão de temas de interesse e, ao mesmo tempo, de forma sensível, conhecer as trajetórias e as percepções de figuras relevantes nas Ciências Sociais. Entendemos que a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia têm muito a contribuir na construção de debates acessíveis e qualificados em direção a uma sociedade mais plural, justa e participativa.

A primeira entrevistada escolhida, fruto de um intenso trabalho de curadoria, é a professora Rosana Pinheiro-Machado. Doutora em

¹ Agradecemos publicamente a pronta disponibilidade da Professora Rosana Pinheiro-Machado em nos conceder essa entrevista.

² Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Contato: daniram.silva@gmail.com.

³ Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Contato: gustavoparavizo@gmail.com.

⁴ Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Contato: leonardoazevedof@gmail.com.

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rosana trabalhou em grandes universidades no Brasil e no exterior, como a Universidade de Oxford, e atualmente é professora de Desenvolvimento Internacional na University of Bath, no Reino Unido. Em uma de suas pesquisas mais conhecidas, estudou o circuito de circulação de produtos chineses até sua chegada ao Brasil, via Paraguai. Sua tese ganhou os principais prêmios no Brasil, como o prêmio de melhor tese da Associação Brasileira de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e da CAPES. Além disso, se tornou uma das principais vozes acadêmicas, no debate contemporâneo, contra as intransigências do governo Bolsonaro e avanço do conservadorismo e de movimentos antidemocráticos, no Brasil e no mundo.

Ela nos concedeu essa entrevista em novembro de 2020 em um contexto bastante rico, porém turbulento e repleto de acontecimentos importantes. No Brasil, logo após o fim do primeiro turno das eleições municipais brasileiras, ainda havia expectativa pela realização das eleições, em segundo turno, de prefeitos e prefeitas nas cidades mais populosas. Entre os nossos vizinhos, fatos importantes também estavam em curso: a Bolívia havia enfrentado a maior tensão desde a deposição de Evo Morales, com retorno do MAS à presidência do país; no Chile, o processo de reedição da constituinte havia sido aprovado em plebiscito; nos Estados Unidos, a apuração dos votos na corrida pela Casa Branca, entre Trump e Biden, gerava medo e preocupação. Por meio de chamada de vídeo, Rosana respondeu a uma série de perguntas a respeito de suas pesquisas, sobre o papel da intelectualidade no debate público, sobre as universidades no Brasil e na Europa e também em relação a diferentes temas como saúde mental na academia, interdisciplinaridade e política contemporânea. Convidamos você a conferir a íntegra da entrevista que segue publicada abaixo.

Você sempre realizou pesquisas que não se circunscreveram a apenas um “lugar”. A sua pesquisa de mestrado foi sobre o circuito Paraguai – Brasil, realizando trabalho de campo com os vendedores ambulantes que iam até país vizinho comprar mercadorias mais baratas para revender em Porto Alegre, e depois você ampliou esse campo de estudos no seu doutorado, investigando o circuito completo China – Paraguai – Brasil. Considerando que grande parte das pesquisas antropológicas se concentram em certos lugares

específicos, bem demarcados, quão desafiante foi realizar etnografia em uma perspectiva transnacional, que talvez não estivesse tão em voga quando você realizou sua pesquisa?

RPM: Bom, eu sempre tive uma perspectiva de globalização, eu já vinha trazendo desde a militância, na adolescência, e depois juventude, então sempre tive uma visão focada nas questões de globalização. E aí eu tive um orientador que me ajudou muito, o Ruben Oliven. Eu sempre falo da importância dos orientadores nas nossas vidas porque eles podem ser pessoas que abrem portas e que, como diria o Appadurai, aumentam a nossa capacidade de aspirar, que mostram que existe um mundo enorme, ou podem ser pessoas que fecham muitas barreiras e nos limitam. E o Ruben teve um papel fundamental para mim. O Ruben escreveu um dos livros mais importantes sobre globalização, "A Parte e o todo"⁵ – um clássico dos anos 80 sobre globalização publicado no mundo todo. E ele pensava o Rio Grande do Sul sobre a perspectiva do transnacionalismo. Então uma das coisas que o Ruben me ensinou, desde o final da minha graduação, é que não importa onde a gente esteja – e acho que isso hoje está muito mais claro por causa da pandemia – a gente pode alargar a visão em uma perspectiva transnacionalista muito maior. Quando eu fazia já o mestrado, globalização era um tema da moda, digamos assim. Na Antropologia todo o debate sobre transnacionalismo era muito emergente, então tinha espaço para fazer isso. Mas eu chamava, e sempre chamei minha pesquisa de uma etnografia multissituada em diversas etnografias multissituadas e multilocalizadas. Porque eu fiz etnografias clássicas em cada lugar que eu morei. Eu não fiz a etnografia tradicional, eu diria, que é esperada, de transnacionalismo e cosmopolitismo, que essa era uma discussão muito na moda nos anos 90 e início dos anos 2000, que é de ficar circulando entre Estados-nação. Eu fiz etnografias muito clássicas, então eu tive muita facilidade para dialogar com uma Antropologia muito clássica quando eu precisava de alguma legitimidade no meu próprio campo, porque eu tinha cinco anos de etnografia no camelódromo, de etnografia diária. Depois eu morei no Paraguai, depois morei na China. Então eu fui costurando essas diferentes localidades, então ao mesmo tempo eu pude dialogar com a sinologia clássica, quando estava na China, ou com quem estuda o Paraguai. E os desafios são sempre muitos. Eu acho que o primeiro dele é esse impulso do orientador – no caso do meu orientador – de mostrar que é possível fazer qualquer tipo de

⁵ OLIVEN, R. G. **A Parte e O Todo: A Diversidade Cultural No Brasil – Nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

etnografia. Agora os estudantes... é impressionante como isso mudou com a pandemia, todo mundo pensando em fazer qualquer coisa, porque viram que é possível pela internet. E os desafios existiam, de fato, porque você encarar um trabalho de campo na época, na fronteira Brasil-Paraguai, e encarar os riscos quando você é uma mulher de 22 anos, e ainda sozinha, sem financiamento, e passar por diversas situações como eu passei. Eu fui assaltada, porque eu viajava com os sacoleiros de Porto Alegre para o Paraguai, fiquei com uma arma apontada na minha cabeça, de refém, por uma hora, com muitos tiros. Isso durante o trabalho de campo. Então esses trabalhos que envolvem deslocamento entre fronteiras são trabalhos que colocam o corpo da gente em situações de risco, que é muito diferente de uma zona de conforto, como quando eu estava no camelódromo, que era um lugar em que eu me sentia plenamente segura. E aí também lidar com o trabalho de campo no Paraguai foi lidar com o trauma físico mesmo, de acordar toda noite berrando, de fazer etnografia em um processo pós-traumático. E ao mesmo tempo seguir. Nem sei se foi o mais correto ter seguido, mas eu era cabeça dura e teimosa. Mas segui, completei. E depois fui pra China, onde passei por outras situações, e que foi a coisa mais desafiadora da minha vida. Também era relativamente jovem, tinha 25 anos, e foi a minha primeira experiência internacional, porque o doutorado, para muitos de nós, é a oportunidade que a gente tem. Isso, quando tinha bolsas, era uma época de ouro, com bolsa-sanduíche, financiamento, de muitos estudantes como eu poderem fazer a primeira viagem internacional, pegar avião e de ampliar esse mundo. Então a China foi esse salto... eu saí do localismo de Porto Alegre para a China direto. Eu aprendi chinês antes de aprender inglês. Eu sempre digo que na minha etnografia eu fui puxando fios, sem abandonar a etnografia clássica, eu ia puxando fios. Era como novelo. Quando eu estava em Porto Alegre, desde o primeiro ano da minha etnografia, que foi em 99, eu olhava para as mercadorias e pensava: 'de onde vem isso?'. A curiosidade foi me levando para o campo. Eu sempre fui muito curiosa e estímulo muito que os meus estudantes hoje sejam curiosos, que eles possam se colocar perguntas: de onde vem, para onde vai, como vai? E eu fui seguindo a rota dos objetos e aí cheguei nas fábricas da China, numa época em que eu tive muita sorte, porque quando eu comecei o projeto, todo mundo ria de mim, eu era meio a piada: "ah, a paraguaia, vai fazer uma tese falsificada". Todas aquelas piadas de que meu assunto era muamba, não era muito sério... aí quando eu terminei o doutorado, a China tinha virado o maior

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

parceiro comercial do Brasil, o Lula e a Dilma tinham feito missões pra China, isso tudo durante o campo. E eu voltei da paraguaia para a principal especialista em China no Brasil. Então eu virei uma pessoa super importante, da paraguaia falsificada, com todo o preconceito que está por trás, para uma pessoa que estudava uma coisa muito importante – e isso estudando a mesma coisa, eu não mudei de objeto. Então as dificuldades foram muitas, eu sempre tive muito poucos pares para dialogar sobre a China no Brasil. Muito poucos mesmo. E hoje eu posso dizer, estamos em 2020, que eu tenho alguns pares e alguns estudantes no Brasil estudando a China, mas mesmo assim é muito pouco. Está longe de constituir um campo – porque é muito caro também, né? Mas não é só caro, a gente não é estimulado a saber que a gente pode ir, uma vez que a gente pode aprender... a gente também não é estimulado a buscar recursos. Eu não tinha dinheiro nenhum, trabalhava no doutorado, não tinha bolsa, e ao mesmo tempo tive pessoas que foram me dizendo que existia recurso. Depois veio a bolsa, já na metade do doutorado, mas as pessoas foram me dizendo como conseguir recursos, como estudar línguas de graça na universidade, quer dizer, todas essas possibilidades que a gente é pouco ensinada. Essa é uma pergunta ampla e eu falei muito porque são tantos desafios, desde o risco, desde o financiamento, desde o fato de eu ter passado nove anos da minha vida em um projeto etnográfico. Eu brinco que foram nove anos que eu não namorei, não fui a festas, não bebi, porque foram realmente nove anos dedicados a um projeto que exigiu a minha vida, meu corpo, exigiu a minha atenção. E foi o projeto da minha vida mesmo e que ao mesmo tempo me mostrou que o mundo é muito grande e que eu poderia fazer do internacionalismo um tema e um projeto de vida também.

Você consegue transitar em diferentes campos de estudos, indo desde pesquisas sobre desenvolvimento internacional, hábitos de consumo de camadas populares, conservadorismo e política. Considerando que há ainda muita resistência, por parte de alguns grupos mais especializados, em promover diálogos interdisciplinares e transitar em diferentes áreas de pesquisa, quais são as dificuldades e as potencialidades em transitar por diferentes temas e abordagens?

RPM: Ao mesmo tempo em que eu passei por muitos temas, a minha trajetória é muito coerente, quer dizer, eu consigo fazer a ilusão biográfica de um fio perfeito dela. Eu comecei estudando os

camelôs, economia informal e terminei a tese estudando produção de mercadorias falsificadas. E toda a minha trajetória nessa pesquisa é sobre produção de mercadorias falsificadas, né? E aí, uma pergunta natural do meu trabalho, que já começou durante o doutorado, que já aparecia na tese era: 'quem é que consome esses produtos?'. Isso me levou imediatamente a estudar consumo popular. E o consumo popular é um projeto que começou em 2009, quando eu terminei o doutorado, que eu defendi em 2008. Eu comecei esse projeto respondendo à pergunta que a minha tese tinha deixado. Então eu também fui jogando com o quanto eu precisava fazer isso. Eu fui jogando também com o *status quo*, com o establishment e como ele funciona para construir a minha trajetória. Bom, eu não mudei de tema e estou estudando consumo popular. Eu sempre estive estudando cultura material e produção de marcas como forma de identidade. Tanto que os primeiros anos na periferia de Porto Alegre, que eu estudei a pesquisa de consumo popular, é uma pesquisa que começou no camelódromo. Isso me levou a pensar, a começar a fazer isso, e a ver os processos de politização desse consumo que me levaram, conseqüentemente, quando eu voltei para o campo, a observar que aqueles consumidores da era Lula haviam virado bolsonaristas. Isso sim me joga num campo completamente diferente. Porque até então eu sempre fui muito aberta à interdisciplinaridade. Eu tenho uma preguiça profunda de preconceito, de olhos virados, quando um cientista político revira os olhos para a Antropologia e vice-versa. Quando eu fico sabendo disso, nem acredito. Nem quero saber que isso existe porque acho isso tão absurdo. Eu sempre tive um grande diálogo com diversas áreas, principalmente quando eu voltei da China. Quando eu voltei de lá, eu estava falando para economistas. A maioria das palestras que eu dei na volta da China foi, por dois anos, para economistas. Aí eu tive que aprender a ser uma antropóloga que sabia falar sobre economia da China, sobre desenvolvimento da China, desenvolvimento do Brasil. Eu não podia sair estudando só mercadoria. Eu era a pessoa que tinha que responder ao que esse mercado que eu estava respondia sobre modelo de desenvolvimento. Então eu sempre tive uma visão muito ampliada, sempre trabalhei em departamentos interdisciplinares, mas por outro lado – e era isso que eu estava falando, eu lidava muito com o *status quo* no sentido de que eu tive dois projetos muito consolidados. O primeiro era essa linha e o segundo era uma resposta natural e que até hoje quando eu falo de consumo e cultura material, que são áreas que atravessam minha vida toda, muitas vezes uso dados das duas pesquisas porque essas coisas têm

realmente uma continuidade. Isso também me colocou em um lugar de legitimidade, digamos assim, com o *status quo* antropológico. Eu negociava essa minha identidade com diferentes grupos. Mas o fato é que eu nunca trabalhei em departamento de Antropologia apesar de, entre aspas, eu ser uma antropóloga muito clássica em muitos sentidos. E ser reconhecida na Antropologia e por muitos colegas como alguém que fez etnografia muito clássica. Mas eu sou uma pessoa que sempre trabalhou fora. Sou uma pessoa ambígua. Meu primeiro emprego foi nas Relações Internacionais, meu segundo emprego foi na área do Desenvolvimento Internacional, na qual eu estou há sete anos – eu jamais trabalharia em outra coisa, eu nem sei trabalhar em outra coisa que não seja isso desde que eu fui professora de Oxford e agora em Bath, que são departamentos muito semelhantes. No desenvolvimento internacional, talvez a Antropologia e a Economia sejam as disciplinas mais importantes. E a gente divide disciplinas como teoria do desenvolvimento. Eu tenho um (colega) professor que fala muito de modelo de desenvolvimento, daí eu vou falar ‘não, a gente tem que olhar para a comunidade’. E eu passei a lidar com pessoas e grupos nos quais essa hierarquização de áreas não existe. Então, quando eu vejo isso no Brasil, e eu acho que a gente tem de ter identidade acadêmica, mas essa disputa de área para deslegitimar e desmoralizar o trabalho de outra área é burra, medíocre, porque você só perde com isso. Depois de um determinado tempo, já trabalhando em departamentos interdisciplinares, se eu for julgada como sendo menos antropóloga ou uma antropóloga não pura, vou dizer, ‘tchau, azar o seu’. Não estou mais preocupada com isso porque não tenho tempo para perder com pessoas que têm essa mentalidade. Me considero antropóloga, me vejo como uma antropóloga que dialoga com muitas áreas. Acho que no estudo do conservadorismo a minha interlocução amplificou demais entre as áreas e creio que a Antropologia, sem querer ‘puxar a brasa para o meu assado’ – e essa é uma expressão muito gaúcha (risos) – teve um papel muito importante. E eu não acho que ela tem um papel mais importante que as outras disciplinas porque cada uma delas tem um ponto de vista pelo qual a gente analisa um fenômeno social por algum lugar. A Antropologia, por ter seu pé fincado no chão, neste caso específico do bolsonarismo, foi uma disciplina que esteve muito à frente porque conseguiu ver processos que estavam margeando na base e que as instituições não mostravam. Todos os institucionalistas, cientistas políticos, estavam dizendo em 2018 que a polarização entre PT e PSDB ia se manter nas estruturas das

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

eleições. E o que aconteceu foi algo completamente não esperado e que a Antropologia estava dizendo há muito tempo. Por outro lado, tem elementos que a Antropologia não dá conta e eu preciso buscar outras explicações na História, na Ciência Política e na Sociologia para que a minha Antropologia seja melhor. Voltando à sua pergunta, eu acho que tem muitos desafios que são preconceitos mesmo, mas a gente só ganha com isso [interdisciplinaridade]. E eu acho que ninguém tem que abrir mão da sua identidade – eu nunca abri mão da minha identidade de antropóloga, inclusive trabalho em um departamento como antropóloga. Mas por outro lado a gente só ganha buscando outras perspectivas teóricas que enformam melhor o seu trabalho. Isso tem muito de como a gente se coloca no nosso campo. Tem uma postura em relação a como a gente vai escolher isso. Agora a gente está em um momento crucial, no qual a gente vai ser o profissional que quiser, em grande medida. Estamos em uma crise medonha, não há emprego, mas por outro lado eu também aprendi que a maneira pela qual eu via a interdisciplinaridade influenciava como a interdisciplinaridade me abraçava, porque eu sempre rejeitei essas fronteiras como limites, embora eu sempre tenha respeitado as linhas entre as disciplinas. Eu sempre rejeitei fronteiras e barreiras que impedissem o diálogo e com isso eu fui traçando colaborações com pessoas como eu, que também as rejeitavam. E hoje eu falo muito pouco para a Antropologia, quer dizer, eu falo muito para Antropologia, mas eu falo para todas as disciplinas do Brasil de Ciências Humanas e para todas eu acho que eu tenho alguma coisa a dizer, assim como eu tenho algo a aprender. Isso é uma postura que eu fui criando. Claro que é muito mais difícil para um acadêmico que vai fazer concurso especializado e que ainda não tem uma especialidade. É óbvio que eu estou falando de um processo que foi construído, mas que eu acho que é possível e que abre muitas portas, inclusive para o mercado de trabalho. Não estar restrito a uma área também ajuda muito no mercado.

A partir da sua experiência, você acredita que barreiras epistêmicas, que existem entre as diferentes áreas das Ciências Humanas, podem ser dirimidas/rompidas por meio de incentivos institucionais ou parte mais dos pesquisadores na tentativa de encontrar pontos comuns e de partilha na transdisciplinaridade? Seria uma postura mais individual ou institucional?

RPM: Eu diria, como uma boa estruturalista que sou, que a gente precisa mudar as instituições e o sistema. Mas por outro lado, em um cenário realista, eu sempre penso que as estruturas enformam o indivíduo. Mas o fato é que diante do contexto que nós estamos, com áreas muito delimitadas, com os programas interdisciplinares existentes – que muitas vezes não funcionam enquanto outros funcionam –, há muito pouco a se fazer nesse sentido, em termos institucionais. Eu acho mesmo que o que deve haver é uma mudança de perspectiva dos pesquisadores no sentido de construir isso e também trazer para o debate público. Penso que eu e tantas outras pesquisadoras que fazem isso – Debora Diniz e certas pessoas, estou falando do debate público, mas pensando em pessoas que vão também, a partir de uma posição relativamente pública, transformando essa visão, né? Eu sempre faço questão de dizer que em nada me importa essa divisão. Isso também vai influenciar uma geração – eu, Débora e tanta gente que está no debate público. Então, acaba que há muito pouco para fazer em termos de um projeto institucional. Em tempos de crise no Brasil, acho que essa é uma postura de nós pesquisadoras mesmo. Eu encontrei muito mais abertura – muito, muito mais abertura – do que preconceito nessa área. Muito mais. Mas é claro que isso vai como a gente joga com o capital simbólico de cada área. Como a gente constrói nossa reputação dentro da área e depois circula. É um jogo muito no limite, mas eu encontrei muito mais abertura e portas abertas do que fechadas. Muito mais.

Seus trabalhos tiveram grande repercussão e você acabou se tornando uma intelectual pública de relevância no Brasil, cujas pesquisas e entrevistas têm grande reverberação. Há uma grande discussão, nas Ciências Sociais, sobre qual é o papel dos e das intelectuais no debate público. Como é ser uma intelectual pública no atual contexto, com uma disputa de narrativas, no espaço público, tão acentuada? E como é ocupar esse lugar sendo mulher?

RPM: É, não tem como responder essa pergunta sem falar da questão de gênero. Eu nunca tive um plano de ser intelectual pública. Sempre fui uma etnógrafa que fazia etnografia e que tinha o Facebook fechado em 2013, só com a família. Aí escrevi um post sobre os rolezinhos que viralizou. E aí minha vida mudou de uma forma absurda. Já entrei no debate sendo atacada pelo Rodrigo Constantino e pelo Reinaldo Azevedo. Em um dia ou dois já estava em um lugar público. E aí fui aprendendo essas coisas na prática. Eu passei a ser, ao mesmo tempo, uma pessoa que era etnógrafa

do consumo e também alguém que era chamada para falar dos rumos da esquerda no Brasil. Minha primeira mesa, na qual fui chamada para falar dos rumos da esquerda no Brasil, foi com o Marcos Nobre, um dos principais analistas do Brasil, talvez o que eu mais respeite, uma pessoa extraordinária, uma experiência fantástica. E de um lugar de anonimato eu, de repente, estava discutindo o futuro da esquerda com o Marcos Nobre e com uma coluna na Carta Capital, que me foi oferecida. E tudo isso em questão de dias. Então eu fui aprendendo a ocupar esse lugar, um lugar ocupado a partir do ataque. Nunca ocupei esse lugar sem um ataque. Já começou com o Rodrigo Constantino e daí foi uma sequência de ataques do MBL⁶ até o ano passado. Não era perseguição, eu diria ataques mesmo, ataques de rede. E te coloca em um lugar, primeiro, de que você é atacada pela extrema direita de um modo terrível, de uma maneira que os homens não são atacados da mesma forma porque os atributos de uma mulher são sempre questionados, mas os desafios não são só esses. Os desafios são dentro do próprio campo acadêmico. Da própria esquerda. De ouvir uma mulher. De ouvir e aceitar esse lugar de uma mulher. E hoje vocês estão vendo que estou um pouco otimista. Mas tem uma questão de que o homem intelectual. O intelectual público, se você colocar no Google, vai aparecer a figura do Foucault. A figura de um homem de barba, careca, e ele é um 'pensador sério'. Essa é a figura do imaginário entranhado do intelectual público. Essa pessoa vai ser ouvida. Então para conquistar esse espaço de ser ouvida, às vezes a gente tem que correr mais além do senso comum. Mesmo que as pessoas digam que o que uma mulher diz é senso comum. Mas eu acho que teve algo muito poderoso, e que eu aprendi com a prática, que foi construir um lugar no debate público a partir do que eu tinha para oferecer, que é a etnografia. No início eu queria ser aquela intelectual que fala de tudo, mas faz anos que eu não faço mais isso. Hoje eu passo o dia dando contato dos meus colegas, dizendo 'olha, não falo sobre isso'. Não falo sobre gênero, por exemplo. Eu não sou uma pessoa que entende de gênero. Todo dia, por eu ser feminista, por eu ser uma ativista, a imprensa me chama para falar sobre eleição, e eleição de mulheres. Então, esse lugar de intelectual pública é um lugar de muito risco porque, se a gente é mulher, a gente vai ser julgada muito mais. Porque a mulher cai nesse lugar muito rápido. Ela pode passar por louca rapidamente, ela pode ser senso comum, repetitiva. Muitos homens falando obviedades não caem tão rápido. Então a maneira pela qual eu fui conquistando algum

⁶ "Movimento Brasil Livre". Um movimento fundado em 2014, de caráter conservador e de direita.

espaço foi a partir do que eu tinha para dizer mesmo, a partir do que eu ensino, de movimentos sociais, das minhas disciplinas de etnografia. Eu não falo mais do que eu não sei. Porque essa é uma tentação muito comum dos intelectuais públicos de falar qualquer bobagem e de responder sobre qualquer processo, e isso é uma coisa que eu não faço faz tempo, porque como mulher se é cobrada três vezes mais. Por outro lado, apesar de vivenciar um machismo absurdo e dentro da própria esquerda, dentro da própria academia, aquela coisa suave de '*intellectual like*'. As pessoas me chamam de tudo, dizem que eu sou empreendedora acadêmica. Então tem essa deslegitimação. Mas, por outro lado, eu sou muito ouvida. E eu acho importante lembrar disso. Principalmente mulheres. Se escrevo uma coluna hoje, ela vai ser lida por 100 mil pessoas, é o mais comum. Isso é muita coisa. Pensando em uma coluna normal, que não 'viralizou'. Um milhão, dois milhões é quando se fala para muita gente. E aí, tem algo que é o poder da palavra, o poder da etnografia, que é isso de você escutar pessoas, estar atenta a processos e trazer coisas. Eu acredito no meu trabalho. Eu acredito na escuta. Acredito na pesquisa acadêmica séria e sistemática. E aí é isso, se você traz coisas que informam...tem um mundo sedento por esse tipo de informação e tem muito no debate público para ser qualificado, para a gente qualificar. Eu não aceito essa ideia de que brasileiro não gosta de ler. Minhas colunas sempre foram lidas por uma média de 10 minutos por 100 mil, 200 mil, 300 mil, até 1 milhão de pessoas e que buscavam algo na minha coluna que eu tento trazer aqui, que é a nuance. Olha, o mundo é mais complexo no andar de baixo, as pessoas são contraditórias, nós somos mais contraditórios, e trabalhar com essa contradição e trazer algo para além de uma visão distanciada dos processos. E tem muito lugar ainda para nós todos conquistarmos e aprendermos. E acho que a grande lição foi isso, sempre falar de um lugar onde eu tenho que falar; falar quando tenho que falar, não cair na sedução de ficar ocupando esses lugares, de aceitar tudo que é *live*, etc. E, ao mesmo tempo, de ocupar espaços, de trazer o conhecimento mais nuançado e complexo para o grande público, porque existe um público sedento por esse tipo de informação. É um dever nosso hoje, principalmente com quem lida com esses temas, é vir a público. Claro que hoje a situação é um pouco diferente. Várias coisas que escrevo acabam se tornando públicas. E acho que tem espaço para todo mundo. E vejo isso, pessoas das novas gerações escrevendo nas redes, escrevendo para blogs, para jornais e vejo que está mudando muito. Porque na minha geração os professores

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

me diziam, eles tinham orgulho de dizer, que jamais davam entrevistas porque era medíocre ter seu pensamento reproduzido.

E ocupando esse espaço publicamente, há tensionamento dentro da academia? Ou já é um debate superado essa divisão entre ser reconhecido pelos pares ou ter influência na esfera pública, para além das universidades?

RPM: Eu acho que tem muito ainda. Acho que nós estamos em uma fase de transição ainda muito específica. Eu sou uma pessoa jovem e que estava estudando faz poucos anos. E ouvi isso em sala de aula, que não era pureza você aparecer na mídia. Quando eu fiz concurso no Brasil e fora do Brasil eu sempre escondi a minha questão pública no currículo. Eu jogo com o que há de tradicional no meu currículo. Ainda vejo muito disso, mas acho que está mudando porque nós temos uma geração de intelectuais públicos que ocuparam as redes. E isso é novo. Não tem dez anos, porque esse tipo de debate foi em um processo de dez anos para cá, com esse impacto que tem. Porque antes se tinha televisão, jornal, mas essa coisa de se ter a voz amplificada nesse nível é uma questão de dez anos para cá. Nós temos uma geração que nem sabe como ser diferente. Que cresce usando o Facebook e que vê suas referências lá e que nem vai entender essa coisa do *ethos* do campo de revirar os olhos para quem aparece na mídia. Mas acho que ainda tem muito isso e penso que a maneira mais perversa de se mostrar isso é por apelidos. E é tudo muito sutil, risadinha... é assim que o preconceito se forma no próprio campo e assim que a gente vai formando a subjetividade sobre o que é ser uma pessoa inteligente. Precisa dessa piadinha. Precisa dizer que 'não gosto da Rosana Pinheiro-Machado porque ela é pop', como que para afirmar que é puro, sofisticado, porque eu não gosto dessa coisa pop. E isso é muito do campo. E que está mudando demais. Acho que é uma questão dos tempos. Também tenho visto, cada vez mais, as pessoas que reviram os olhos, quando tem a primeira oportunidade para aparecer, para se colocar, para ir às mídias, vão. Então tem muita gente que fala mal, mas quando tem oportunidade vai lá e fala. Isso eu acho que essa geração nova vai romper e acho que está rompendo. Porque tem muita gente que se constitui como um pensador e intelectual nas redes, no Twitter, discutindo... acho que isso é realmente uma questão dos tempos. Isso não quer dizer que o *ethos* do campo vá mudar, mas especificamente quanto a isso, esse lugar de se tornar público é cada vez mais esperado. Claro, o problema é que sempre vai ter

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

limites disso, se for muito famoso, daí você é pop, já não dá. Mas cada vez mais esse lugar do público vai ser e já é um lugar natural. Vejo pela quantidade de estudantes que me procuram. Milhares de estudantes. E isso é um movimento de geração, que não compactua com outro modelo.

Mudando um pouco o tema, entrando mais na questão política, a crise de 2008 acabou sendo um marco para a contestar as ideias de mercado, Estado e democracia. No Brasil, isso meio que culminou em 2013, foi um certo estopim para manifestações de rua que levaram milhares às ruas e que naquela época uma das pautas era o acesso a serviços públicos: saúde, educação, transporte, apesar de todo o processo de inclusão que tinha acontecido nos anos anteriores e que até hoje há uma grande discussão sobre o que foi, o que significa, 2013, e que você até participa um pouco desse debate. Apesar desse debate e dos protestos que ganharam corpo tanto à direita quanto à esquerda, acabamos elegendo um presidente que se notabiliza por promover a destruição do aparato institucional que seria responsável por dar essas demandas todas reivindicadas que começou em 2013. Se pensarmos que estamos em um tipo de “guerra cultural”, não sei também se você concorda com esse termo ou não, como nos situar nesse campo de disputa, sendo que o foco é a destruição dessas políticas públicas e dos limites institucionais? Talvez, usando um termo utilizado por você, o “ódio” ainda se impõe sobre “esperança”, como você vê isso?

RPM: Nossa, que pergunta difícil nesse momento. Eu tenho pensado muito e esse é um momento muito infértil de esperança e de como a gente encontra saídas para esse momento atual. Não sei se concordo, não tenho conhecimento suficiente para dizer se concordo ou não com o termo “guerra cultural”, mas estamos em um processo de antagonismo, que por um lado você tem o modelo patriarcal, branco, de forma estereotipada inclusive, com hegemonia, com supremacia branca e mais do que misógina. Nós temos uma extrema direita que reivindica no mundo uma supremacia masculina, masculinista, é muito mais do que misoginia. É um processo que eu diria quase distópico de perceber a mulher, e por outro lado, nós temos um mundo, que é esse mundo pós 2013, mas no mundo pós-2011, em geral, que é também a emergência de novíssimos movimentos sociais, que é uma explosão de movimentos e de subjetividades. Penso ainda também que a gente tem muita dificuldade de perceber o quanto o Brasil mudou porque

são gerações muito jovens ainda, mas se a gente for olhar o processo de politização, quando eu fui estudar Ciências Sociais era muito diferente do que é hoje. As pessoas eram completamente apáticas. Não era uma discussão política, meus professores não se envolviam em política, ninguém se envolvia com política. Hoje a gente tem um processo em que todos nós estamos imbricados. E a gente teve uma explosão de novos movimentos, de novos movimentos negros, ainda que o movimento negro e feminista sejam muito antigos, de novos movimentos que atingem a capilaridade do projeto, da nação. Em cada lugar do Brasil você tem uma feminista, uma feminista negra, no sertão e na periferia. Então isso é um processo inédito de transformação. E esse é um projeto que veio para ficar. Penso que o grande desafio é dar força e segurança para esses movimentos. Estou trabalhando agora num projeto amplo de, por exemplo, pensar em como dar segurança para as mulheres nos protestos. Mas penso que esse papel das mulheres no “Ele Não”⁷, no protagonismo das mulheres negras nas ocupações secundaristas, é o lugar onde o Brasil expressa sua contrariedade a esse projeto autoritário, violento, assassino, genocida. E que a gente vive este mundo em que de um lado temos apoiadores nostálgicos de um Brasil que nunca existiu, e por outro lado essa efervescência absurda de movimentos de esperança, como chama a Ana Cecília Dinerstein, que escreve sobre organizar a esperança. E é um pouco disso, de como a gente vai renovar nossa esperança para vencer esse ódio. E como é importante para nós estudantes, intelectuais, estar junto dos movimentos e construir a nossa luta, em qualquer esfera, então a maneira como eu me encontro hoje, desde aqui, evidentemente pelas redes, falando com estudantes, mas como que a gente precisa resistir estando com pessoas do nosso lado, porque no coletivo a gente é capaz de romper com esse sentimento de alienação, que piorou durante a pandemia, que nos isolou fisicamente. Mas penso que hoje o desafio do Brasil dos próximos anos é que a gente consiga... falamos em frente ampla, mas sabemos que é muito difícil conseguir vencer, e tem um caminho grande pela frente. Transformar esse Brasil que luta em um projeto de acordo, no Brasil, para que a gente saia disso. A gente continua vendo candidatos que não desistem da sua candidatura em prol de uma candidatura que está na frente; a gente continua vendo o *modus operandi* de eleição como sempre foi. Na esquerda, o campo progressista, ainda muito pouco atuante nas redes sociais,

⁷ Movimento organizado por grupos de mulheres durante as eleições de 2018, contrário à candidatura de Jair Bolsonaro e em defesa das pautas feministas e dos direitos das mulheres.

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

atuando de uma maneira muito pragmática. Atuando não como um ecossistema, mas atuando como um meio de promoção. Quer dizer, eu te dou lá e você vota em mim, mas não como a criação de um ecossistema. Nós estamos ainda muito aquém do que a gente precisa. Então, por um lado eu acho que a gente tem toda uma força dos movimentos sociais, mas que a gente precisa transformar isso num projeto político que vença o autoritarismo. Nós temos dois anos e avançamos muito poucos passos em direção a isso.

Na obra “Amanhã Vai Ser Maior”, publicada em 2019, você apresenta uma série de textos produzidos a partir de 2013 nos quais se observa o protagonismo de grupos feministas, antirracistas e LGBTQI+s, hoje atacados pelo bolsonarismo. Há claramente um vetor progressista nestas pautas e que reage com o tradicionalismo da religião, da família e propriedade. De que forma a questão da identidade pode ser uma amálgama para uma democracia mais horizontal e quais são os desafios postos para uma atuação conjunta no âmbito destas subjetividades?

RPM: Acho que os movimentos de identidade precisam conseguir mostrar que os identitários são quem tem um projeto supremacista branco. Que os identitários são aqueles que estão reivindicando um projeto de poder branco e masculinista. Esse sim é um projeto identitário. E que as pautas identitárias, na verdade, são pautas transversais que pensam uma democracia que consiga falar para todos os grupos. E a gente tem aí os avanços de uma sociedade com as universidades, com cotas e com tantas coisas que tivemos nos últimos tempos. Por outro lado, precisamos conseguir criar canais de diálogo entre pautas identitárias e ir constituindo redes. Aliar o desafio como a gente alia a pauta feminista com grandes visões e projetos nacionais de um pacto pela democracia e pensar em grandes questões. Aí penso que um bom exemplo para isso, e como essas coisas se unem dentro de um projeto democrático, se dá, por exemplo, quando a gente discute a renda mínima, a renda básica, que é um plano que reorienta um projeto nacional, plano emergencial, feito pela sociedade civil, que transforma o Brasil profundamente. Assim como foi o Bolsa Família. Mas que também se consegue fazer esse debate a partir da pauta do movimento negro, a partir da Coalizão Negra por Direitos, a partir da violência doméstica sofrida por mulheres negras e, ao mesmo tempo, trazendo um projeto universal e talvez visionário no mundo todo, da sociedade civil, da união de mais de 160 instituições. Então o

modelo a ser seguido hoje, pensando nos limites e no avanço, entre essa combinação de pautas identitárias e pautas universalistas, penso que o modelo que a gente tem para olhar é o modelo da renda básica e de construção desse processo que são um dos casos de sucesso mais importantes do Brasil dos últimos tempos, em que se consegue endereçar as questões identitárias, a importância disso, sem deixar a importância e centralidade do que é ser uma mulher negra no Brasil. Ao mesmo tempo é conseguir falar de um projeto, para todo cidadão brasileiro, e entregar um plano emergencial para essa crise.

Mas para a gente fazer uma refundação dessa ideia de cidadania, porque tudo isso passa pela amálgama da ideia de cidadania, é necessário a gente refundar a ideia de nação? Como que a gente lida com essas duas dimensões: a ideia de cidadania e a ideia de nação ao mesmo tempo? Parece que o bolsonarismo se apropriou muito da ideia de nação, de nacionalismo, aliás, não é?

RPM: É uma pergunta ótima. Quero responder isso sem cair na ideia de democracia racial. Primeiro concordando com você de que o bolsonarismo se apropria de uma visão específica de nação e que é uma versão colonizadora, a partir do colonizado. E que isso acaba sendo fundante porque a gente tem um projeto de nação que é fundado na cisão entre modernidade e atraso. E tudo que é atrasado é negro, é vagabundo, vadio e basicamente é toda força trabalhadora brasileira negra. E que modernidade ela é branca, europeia e isso atravessa o Brasil ao longo de três séculos e isso está entranhado no Brasil como em qualquer outro lugar. Um país segregado no nível da intimidade. As pessoas quando pensam na ideia do brasileiro, do brasileiro moderno – na perspectiva moderna branca, do shopping center, etc. – e que se vê como europeu. Isso sempre foi crítico no Brasil. Eu estudei camelô a vida toda. A população nunca se solidarizou com o camelô apanhando da polícia e sendo morto pela polícia. Aí eu vou voltar para a cidadania. Se você tem uma ideia de nação que parte de uma cisão entre modernidade e marginalidade, esse marginal não é humano. Então tanto faz se ele morrer, se ele for assassinado. Não tem cidadania dentro desse projeto de nação, que é um projeto de cisão entre modernidade e marginalidade. Sendo que marginalidade é todo resto do Brasil. É uma população que odeia sua própria população. Que odeia a si própria. O Bolsonaro vem afirmando pela primeira vez esse projeto. Entre todos os governos que tivemos, houve poucos governos que conseguiram pensar um

novo modelo de nação, inspirados, por exemplo, em Darcy Ribeiro, nesses grandes pesquisadores, que pensaram o Brasil, como Lélia Gonzalez e tantos outros que pensaram nessas questões – em um Brasil criativo, misturado, dentro de uma positividade. E hoje a gente tem um presidente que afirma isso, como se nunca afirmou; tem a noção do vagabundo como central num projeto político, que legitima a sua morte. Não tem como fundar uma ideia de cidadania sem refundar uma ideia de nação enquanto uma nação plural e repensar nosso critério de marginalidade, que é figura do marginal e do vagabundo, que são figuras históricas, que em última instância só vê a população pobre e negra na condição de não-humano, não cidadão. E esses grupos estão cravando sua própria cidadania e isso tem um custo muito alto. Porque quando você tem as empregadas domésticas dizendo, 'eu vou usar esse *Ray-Ban* porque eu estou me achando gostosa', como dizem minhas interlocutoras, ou 'eu comprei isso, eu abri uma conta no banco porque minha filha vai estudar'. O ódio, o recalque disso, não é sociologia barata. E a gente paga um preço muito alto por isso socialmente. Nós temos uma população que está empurrando isso, mas isso precisa entrar em um projeto de nação, que mude a visão como o Brasil se vê. Eu diria que esse é talvez o maior projeto da minha vida, como intelectual. Eu gostaria de nos últimos anos da minha aposentadoria escrever sobre o papel do Darcy Ribeiro, por exemplo, em repensar a ideia de Brasil. Me fascina muito esse tema da cisão e de como isso está profundamente entranhado no nosso imaginário. Porque está no imaginário, no inconsciente das pessoas e de um país que odeia a si próprio. Eu queria isso. Como a gente transforma o popular, o marginal no centro do projeto de uma nova modernidade. Uma modernidade híbrida, colorida, criativa.

Sabemos que os fenômenos que ocorrem nos países da América Latina costumam antecipar fatos políticos entre os vizinhos. Em que pese as diferenças, o fim da “onda rosa” na América Latina culminou na chegada ao poder de diferentes perfis como Mario Abdo Benítez, de direita, no Paraguai, passando por Luis Alberto Lacalle Pou, como representante de centro-direita no Uruguai, até um autoritário, como Jair Bolsonaro, no Brasil. Considerando os fatos mais recentes, de que forma os casos da Bolívia, que se recupera democraticamente de um golpe de Estado, e do Chile, que aprovou a edição de uma nova constituição após derrubar uma herança da experiência neoliberal, podem inspirar o Brasil no amadurecimento da participação e na construção de saídas plurais

e democráticas à crise política? E como a derrota do Trump entra nesse cenário?

RPM: Hoje nós estamos, como sempre, em um momento muito isolado da América Latina. Então, o que acontece na América Latina acaba influenciando muito mais em termos de movimentos sociais e de produção de novos movimentos, como na Argentina e no Chile, do que necessariamente como projetos políticos de diferentes eleições. Por que eu estou falando isso? Porque eu penso que nós estamos em um momento em que essa onda da América Latina, tanto de eleições progressistas, que caracterizam os anos 1990 e 2000, e um certo progressismo da onda rosa, a chamada *pink tide*, é um momento que acabou. Mas o mundo hoje vem de outras ondas. A formulação política de cada país não necessariamente vem de uma onda latinoamericana. O que eu quero dizer é que a América Latina ainda tem, neste momento, poder de influenciar os movimentos. Tem muita conexão com movimento social, seja camponês ou feminista. Mas a onda dos governos... nós estamos em momentos muito díspares para ter uma retomada de governos progressistas, mas de ter, ao mesmo tempo, o WhatsApp atuando em níveis absurdos na Colômbia, na Bolívia e no Uruguai, o WhatsApp da direita. Então é muito difícil falar em qualquer onda para a América Latina sendo que o mundo do WhatsApp, por exemplo, que é um mundo que eu acompanho, a partir, por exemplo, do WhatsApp bolsonarista, que é muito parecido. Nós temos ondas na Bolívia, na Colômbia, no Uruguai, de extrema direita, e até em Cuba, de grandes financiamentos de igreja. Em Cuba, por exemplo, você tem isso, o que fará com que a gente tenha muitas ondas de direitas em muitos países, e retomadas de projetos progressistas. Então, eu não consigo ver um padrão. E aí talvez a minha incapacidade como antropóloga de responder isso... mas olhando hoje pela perspectiva de como as redes impactam as eleições, eu penso que nós vamos ter processos muito divergentes de direita-esquerda na América Latina. É claro que a derrota de Trump tem um impacto, assim como a vitória teve no impulsionamento de Bolsonaro em 2016. Ela [a derrota] vai ter um impacto simbólico muito grande no bolsonarismo. Mas o contexto é tão fugaz, tem mudado tão rápido no cenário de pandemia, que é muito difícil hoje alguém que vai dizer, afirmar, que a perda da eleição de Trump vai impactar a eleição de Bolsonaro em 2022. Eu diria que é impossível afirmar isso porque o mundo do WhatsApp continua absurdamente ativo em níveis que a gente não consegue nem imaginar. São milhares, milhões de mensagens sendo patrocinadas, vindo de tudo que é lugar. E por

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

outro lado nós temos aí exemplos como Manuela D'Ávila, em Porto Alegre, Boulos... conseguindo aprender a lidar com isso, fazer respostas e vencer esse modelo. O que eu quero dizer com isso é que eu acho impossível a gente ter uma previsão de qualquer onda progressista ou de extrema-direita em termos de América Latina, apesar de as lutas serem sempre muito conectadas, ou mesmo do Trump, porque o cenário é muito fluído e muito marcado por antagonismos. Então a possibilidade que eu vejo, e tenho dito, para América Latina, é que a gente vai ter uma onda de 20 anos de direita-esquerda em batalhas específicas, muito mais do que uma onda de esquerda, como se agora estivéssemos retomando uma onda progressista. Penso que, nacionalmente, de diferentes formas, ainda que haja importantes influências de diferentes projetos, nós vamos ver muitas disparidades no âmbito da América Latina entre direita-esquerda porque estamos no meio desse processo marcado pelo antagonismo.

Em 2016 um texto seu na Carta Capital obteve amplo alcance e provocou debate entre estudantes universitários a respeito da saúde mental e das desigualdades na academia. Já em 2019, em um outro texto, agora no *The Intercept Brasil*, você fala sobre o agravamento dessa situação no Brasil, graças ao contexto político do país. Há uma tensão evidente entre o processo de expansão vivido pelas universidades brasileiras a partir dos anos 2000 – que diversificou os grupos sociais que acessaram o ensino superior, e o atual momento de corte de gastos e interferência política por parte do governo federal. Como isso afeta essas novas gerações e o trabalho acadêmico no Brasil?

RPM: A expansão do ensino superior criou um problema. Um problema bom. A gente ampliou uma estrutura que é aristocrática marcada por um *ethos* acadêmico aristocrático, branco, um *ethos* do campo mesmo no sentido bourdiano – marcado por poder, prestígio e um certo *habitus* específico, que é aristocrático por centenas de anos. E você tem uma política que inclui populações negras e pobres nesse sistema aristocrático e que se amplia também em termos quantitativos. Ao mesmo tempo você tem uma universidade que não está preparada epistemologicamente para receber esses grupos e isso acontece num momento de cortes universitários em níveis globais, no momento de neoliberalização da academia. Porque eu estou falando isso? Porque eu penso que tem um encontro diacrônico e sincrônico entre um *ethos*, que se perpetua, um *ethos* aristocrático, com seu próprio modelo, da

reprodução de calhordas. Tem uma autora que eu gosto que fala muito disso, da humilhação e da reprodução de calhordas, da micro humilhação e do quanto isso é legitimado por dezenas de anos dentro das universidades, pois foram criadas dentro de um sistema medieval, murado, cercado. Por outro lado, você tem um sistema que é restrito e, por outro lado, você tem um efeito sincrônico que é o liberalismo no mundo todo pedindo mais e oferecendo menos. Cortando, mas pedindo mais. Mais artigos para doutorando, mestrando. Até pouco tempo atrás, quando eu fiz, imagina se iam pedir artigo para doutorando, mestrando. Ou que alguém para entrar no mestrado ou doutorado precisaria ter um artigo publicado. Isso não existia. Hoje você tem que ter dois artigos para qualificar dependendo de onde estiver. Quer dizer, você tem menos tempo para fazer tese e te pedem mais coisas além da tese. Então a gente tem esse sistema neoliberal com cortes de bolsas, corte de investimento e, ao mesmo tempo, uma multidão que entra na universidade e encontra um sistema muito precarizado, sob o ponto de vista da política econômica e que é hostil com a diferença. Isso é o que eu chamo de uma bomba relógio. Esse sistema é uma bomba relógio na saúde mental dos estudantes. É uma universidade que não se abre na sua estrutura de dominação apesar de ter oferecido acesso. Essa estrutura de dominação do campo, no sentido bourdiano, se mantém. E você tem uma universidade que corta tudo nos últimos anos. Então você tem uma onda de esperança que joga as pessoas na universidade e depois, não só os cotistas, mas todos os estudantes; eu por exemplo fiz sanduíche, tive bolsa de doutorado. Na minha turma de doutorado a gente dizia: "Onde você vai fazer seu sanduíche?". Era uma pergunta que a gente fazia para todo mundo. E depois você tem uma geração que acabou tudo. Até as aulas presenciais, se for pensar hoje. Então isso é devastador. Por outro lado, acho melhor a gente lembrar dos números, pelo menos do que a gente tem disponível a depressão no meio acadêmico é parecida no mundo todo, mesmo na Noruega, que tem um sistema, em tese, que é muito bom e funciona. Esses números todos muito parecidos demonstram que essa fusão entre neoliberalismo, cobrança, com um *ethos* acadêmico, que não muda, é uma bomba relógio em todos os países. Mas é interessante que 50% dos estudantes do mundo todo estão com algum tipo de sofrimento mental e 33% dos estudantes em todos os países, com pouquíssima variação, com depressão. Essas depressões não são depressões do neoliberalismo. As pessoas dizem que não existe depressão acadêmica, não existe sofrimento acadêmico, existe sofrimento no neoliberalismo. Não é

verdade. A profissão acadêmica é uma das mais propensas à depressão. Aí é importante voltar para o ponto da extensão e ensino, porque segundo os dados que a gente tem no exterior, tem talvez 30% de homem branco com depressão. Eu estou chutando mais ou menos por cima, porque eu não estou com os dados aqui, mas o homem branco dá 27%, na questão de saúde mental. A mulher 50%, pessoas transgênero, 56%. São números muito claros que mostram que esse sofrimento tem um rosto específico, ele tem uma cor, tem um corpo específico também. Também está mudando isso, e eu quero voltar para a pergunta, sobre o indivíduo e a estrutura. A gente não consegue ter uma mudança de estrutura hoje. Essa pergunta que todo mundo me faz. Como mudar o sistema? Como faz? Isso é um exemplo que eu tenho visto mudar de baixo para cima mesmo, porque hoje em dia tem movimento de estudantes nas universidades que dão basta para assédio moral, sexual, que não tem paciência para esse mundo de humilhações e que não têm paciência para assédio moral e que vem desse movimento de rede mesmo, debater essa depressão, de autoajuda. Esse é um movimento puramente de baixo para cima, porque de cima vem muito pouco. E pressionam as instituições e as instituições estão respondendo, muito aos poucos, mas estão. A gente vê. Em uma universidade federal do Centro-Oeste demitiram o professor que assediou. Quando é que um professor de federal ia ser demitido por assédio? Mas a gente está mudando. A força de baixo para cima está mudando as instituições, as universidades estão sendo obrigadas a responder para questões de saúde mental. Acho que aí é um bom exemplo de pensar em um movimento de baixo para cima mesmo e que vem da mudança dos indivíduos. A gente tem uma mudança, que partiu do debate público, de falar de sofrimento. As pessoas eram consideradas fracas. Você tem que segurar o tranco. É assim que as pessoas falam: "você tem que segurar o tranco se você está na academia". Se você está cansado é porque você não é bom o suficiente para isso. E hoje ainda tem muita gente que fala isso. Ainda é um *mainstream*. Tem muito professor que diz isso. Mas assim, você pega um professor que diz isso e você pega três feministas, aí acabou para ele. Não acabou, mas ele vai ter uma dor de cabeça. Não vai falar mais essas barbaridades de qualquer jeito.

Está obrigando, também, quem está estabelecido a repensar sua posição, sua postura.

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

RPM: Tenho ouvido isso: “Agora não posso mais. Tenho medo do que eu digo”. Eu penso, ‘que bom, meu filho! Que bom que você está repensando o que fala em sala de aula.’

Você falou que há uma similaridade na questão da saúde mental na academia em todo o mundo. Estando em uma universidade europeia, você percebe alguma diferença de percepção e aceitação do discurso e do debate sobre saúde mental em relação ao Brasil?

RPM: Sim, aqui o debate tanto da deficiência quanto da saúde mental são prioridade. Departamentos inteiros, toda Europa – eu estou falando do Reino Unido –, todos os estudantes iam para o *counselling* que tem uma estrutura universitária para dar suporte mesmo. Todos os alunos participavam do *counselling* que são grupos formados por pessoas que vieram de depressão, alunos, que falavam em pequenos grupos – e isso é institucionalizado – para conversar com estudantes que estão escrevendo tese angustiados. Isso fazia com que os estudantes nem procurassem mais ajuda do terapeuta porque só de ele ver que outros já passaram e todo mundo passando por isso, a pessoa de alguma maneira já alivia o *burden*, já alivia o peso. Porque a gente, nesse sistema neoliberal, individualista, ou mesmo acadêmico, do mito da genialidade, a gente individualiza, tem vergonha. Quando a gente vê que está todo mundo na mesma situação, isso ajuda demais. Eu acho que essa foi a grande coisa do curso de escrita acadêmica que eu organizei. É todo mundo dizendo “olha, tamo fodido, cara”, e as pessoas se reconhecendo. Porque se você for pensar as aulas do curso de escrita acadêmica, elas são muito normais. São aulas curtinhas, com bons professores, mas se você for pensar o efeito do curso é todo mundo ver que está enfrentando imensas dificuldades. Mas aí você vai ver junto que está todo mundo na mesma e desindividualiza o problema. E isso é totalmente legitimado no Reino Unido. O sistema de *counselling* e terapia é institucionalizado. A gente está tão acostumado que quando tem uma entrega de prova a gente já sabe que 30%, já está dentro da minha cabeça, que essa porcentagem não vai entregar porque vai ter problema de saúde mental. A gente só encaminha para o sistema e já consegue todo o processo de prazo. Já está adaptado para as pessoas com problema de sofrimento mental. E isso é 50% da turma. No Brasil, são os mesmos números. De novo, repito, nós temos nos programas de pós-graduação todo mundo sofrendo. Só que ainda, os Programas, muitas vezes, fazem assédio moral com os estudantes

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

porque têm que cumprir prazos com a CAPES. E a CAPES não está preparada para isso. Aqui no Reino Unido o sistema está todo adaptado. O estudante nem precisa falar, ele só clica lá [em espaço específico de acesso do aluno] para dizer que está com problema de saúde mental e ele já ganhou o prazo automático. A universidade já está toda preparada para isso. Mas também é muito doido porque a gente está enxugando gelo. A universidade oferece ioga, '*mindfulness* não sei o que', daí põe a musiquinha... daí você faz ioga, põe musiquinha para dormir. Daí a gente está assim, em uma - eu não gosto dessa expressão porque já fui corrigida por um epidemiologista, a gente fala entre aspas, mas em uma 'epidemia de depressão' e a gente está oferecendo apps de meditação e terapia. Mas a gente está enxugando gelo porque o problema é o sistema.

Somos críticos ao neoliberalismo e é como se introjetássemos mais do que todas as profissões essa lógica do “eu empresa de mim mesmo”, porque você só depende de você. Fica atômico e às vezes sem conexão com outras pesquisas. Até dentro de um grupo de pesquisa, mas sem uma amálgama. A sensação de solidão aumenta muito quando você não tem essa estrutura de coesão para compartilhar mais a experiência de estar na pós-graduação.

RPM: Totalmente, a questão da coesão também faz parte dos movimentos antibolsonaro, pelo menos nas universidades que eu passei. Esse mundo pós-2013 mudou muito também. As pessoas vão fazendo coletivos e quem está nos coletivos encontra lugar de subjetividade política e de repensar o próprio modelo acadêmico. A lógica de todo mundo entrar no Lattes de todo mundo e essa lógica da competição... é todo mundo de esquerda até abrir o Lattes do colega. É uma lógica muito perversa como a lógica neoliberal está incorporada no *ethos* acadêmico.

Recentemente você organizou um curso sobre escrita acadêmica na plataforma do YouTube. A iniciativa tem como objetivo auxiliar estudantes que podem encontrar dificuldades no momento de desenvolver seus textos e, até certo ponto, amenizar parte das suas angústias. Esse compartilhamento sobre o fazer acadêmico pode ser uma maneira de fortalecer a inserção profissional e acadêmica dessas novas gerações? Você consegue vislumbrar outras ações nesse sentido, que podem contribuir para amortecer as dificuldades do momento em que vivemos?

RPM: Eu acredito muito. Eu acho que uma das coisas mais bacanas da minha vida profissional foi a criação desse curso. E porque é um sucesso absoluto se vocês lerem os comentários, é o único canal do YouTube só tem comentários positivos e não tem *haters*. Vários comentários de bolsonaristas... eu não sei se tinha bolsominion fazendo, mas tinha aluno que votou nele fazendo. Não tinha bolsominion declarado, mas tinha aquele aluno de uma universidade privada, que ele é motorista de Uber, e ele tem que fazer o TCC de graduação em marketing no Senac, e que possivelmente votou no Bolsonaro. Tinha muito desse aluno, mas também tinha muito doutorando da USP – todos os doutorandos da USP, que eu saiba, de Ciências Humanas, estavam fazendo o curso. Então é muito bacana ver que o curso teve uma capilaridade grande no ambiente acadêmico e vai ficar para sempre. Penso que ele teve uma importância muito grande nesse momento terapêutico, mas como tudo que a gente vem fazendo no meio acadêmico desde 2013, ele vem como um movimento, ele se encaixa dentro de um movimento maior que aí você tem a ANPG⁸, os coletivos feministas, negros, e dessa onda por um mundo acadêmico mais justo. O curso multiplicou ações. Eu posso contar fácil dezenas de professores que foram para o YouTube imediatamente depois do curso. Isso é fantástico! O curso de escrita acadêmica que os departamentos começaram a oferecer por causa do curso, foram dezenas, eu estou falando de dezenas mesmo. Então, essas iniciativas, eu acho triste que elas tenham que acontecer no YouTube. Eu moro em um país em que isso é institucional. Um país rico – rico porque explorou, imperialista, sabemos. Mas é triste que isso tenha que acontecer para um grupo de professores que foi para o YouTube – não tinha que ir para uma plataforma como o YouTube, monetizado. Tinha que ser institucionalizado. Mas também penso que no Brasil, nesse governo, a gente só vai ter isso, isso vai forçando e vai fazendo uma onda de propagação e muitas pessoas estão abrindo cursos de escrita e metodologia. Assim, a vergonha que a gente deixou alguns professores e departamentos. “Cara, você não ensina seus estudantes a escreverem, né?”. E muita gente ficou com vergonha do espelho batendo na sua porta, dos estudantes de doutorado da USP irem para o YouTube aprender a escrever academicamente. Isso tem um papel terapêutico, mas também pedagógico e também acho que para esses novos grupos, penso que tem uma linguagem muito acessível para quem está na universidade e entra em instituições de ensino superior mais

⁸ Associação Nacional de Pós-graduandos.

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

mercantilizadas. E que vão encontrar lá também algo que é importante de falarmos que é uma paixão pela vida acadêmica. Esse é um curso de amor à vida acadêmica porque a gente fala que é possível, que apesar de tudo a gente gosta, que a gente tem que encontrar tesão na coisa toda. É por isso que a gente está aqui até agora conversando, nós todos. Então, o curso também tem esse papel, por um lado, pedagógico e terapêutico, e de multiplicador, sem dúvida. Tem agora iniciativas de tudo que é lado, imediatamente. Primeiro dia eu até fiquei mordida quando eu vi todo mundo copiando o curso. Depois eu falei, "ah, Rosana, seja uma pessoa adulta, é maravilhoso que as pessoas estejam fazendo isso". E é isso, é maravilhoso, está aí para a vida. Ficou ali o bebê.

Você já teve diferentes experiências em universidades brasileiras e estrangeiras. Olhando comparativamente, estando você hoje em uma universidade estrangeira, além das dificuldades conjunturais que a universidade brasileira vem passando, como financiamento e ataque político, quais são as dificuldades e limitações estruturais que você vê nas universidades brasileiras? Enquanto estrutura e modelo? E quais são as nossas potencialidades? Você está em um país que tem um modelo de universidade muito diferente, de financiamento, organização. Estando fora do país, como você vê a universidade brasileira, como ela funciona, as pessoas, etc.?

RPM: Essa é uma pergunta muito ampla e que exigiria muito de mim, então eu vou tentar responder sob algumas perspectivas específicas, porque a minha visão da universidade brasileira é um pouco romântica e não romântica. É romântica no sentido de que penso que nós temos os alunos mais criativos do mundo, e é um pouco romântico o que eu estou dizendo, estereotipado, mas tenho certeza de que temos. Mas é porque o sistema é mais flexível. O sistema aqui é muito rígido. Ele oferece muito, mas é um sistema muito rígido. Eu jamais teria feito meu doutorado, que é um doutorado bem-sucedido, ganhou todos os prêmios possíveis, nacionais, jamais teria feito meu doutorado aqui no exterior. Porque eu fui seguindo, fazendo, cavando, num espaço de criatividade que é um pouco o nosso caos, mas que nos permite esse espaço de criatividade. E eu acho que os alunos brasileiros eles leem muito mais, porque como não entrou nesse sistema tão rígido das caixinhas, a universidade brasileira resiste a isso. O estudante brasileiro é o estudante que mais lê no mundo, disparado. Eu estou falando tudo em ciências humanas. Isso não serve para as ciências exatas. Nós temos um estudante que é muito mais sofisticado

teoricamente, lê muito mais. Um aluno de graduação hoje nunca leu um texto do Foucault nas Ciências Sociais por aqui. Hoje, são poucos os que leram. Porque é um sistema tão “para o consumidor”, mesmo em Oxford... todas as universidades, tem tanta regra para como você vai dar aula que isso engessa um pouco. Por outro lado, você ainda tem no Brasil um sistema que é muito mais flexível, que os estudantes leem muito mais e que são mais criativos na hora de fazerem trabalho de campo. As vezes por questão negativa né, por falta de algumas regras inclusive éticas de como conduzir a pesquisa. A minha pesquisa não passaria por nenhum comitê de ética, o que não é bom. Porque eu quase morri. Sobrevivi do assalto por sorte. Mas eu acho que nós temos um sistema mais criativo, com estudantes que leem muito mais. Eu acho que nós estamos muito a frente num processo de descolonização do ensino, apesar de tudo, porque hoje assim, aqui, eu trouxe um capítulo do Akala, que é um *hip hoper*, e os alunos acharam uma coisa revolucionária, assim, “nossa, nós vamos ler autores negros”, uma coisa “uau”. No Brasil, apesar da universidade ser ainda muito branca, aristocrática, temos algumas mudanças desde os movimentos de 2013, tem tantos coletivos nas universidades, tem tanta política dentro da universidade, dos alunos, que essa discussão sobre epistemologias negras, epistemicídio, está muito mais forte no Brasil. A gente está muito à frente no processo que, inclusive, é tendência global de pensar a descolonização dos currículos. Então esse é o ponto positivo. O outro lado é que a gente tem um sistema que é muito baseado no ideal, nas ciências humanas, da genialidade, muito pouco institucional, e aí eu acho gravíssimo o fato de que a gente não institui nem uma política clara em nível nacional de saúde global, e que a gente não tem plano pedagógico – e para mim é o mais grave – no Brasil, plano didático. Então isso é gravíssimo. Eu, em Oxford, tive que fazer uma pós-graduação de dois anos de ensino, quando eu entrei, e aqui eu só não tive que fazer porque eu já tinha o certificado de que eu já tinha feito esse curso. Eu fiz dois anos de pedagogia, de didática, de como dar uma aula, porque no Brasil a gente tem aquele modelo do professor que entra e fala, fala, fala, que é muito lindo, inspirado no modelo francês, que é muito lindo, só que funciona para um professor que fala, fala, fala. Todos os outros são um bando de pirados que não vão, que entram e saem, que humilham, que às vezes começa a falar da avó. A gente sabe que isso acontece, o tempo todo. E a gente humilha os estudantes porque a gente não teve uma preparação didática. Então isso na pedagogia, eu aprendi na minha aula de pedagogia, de didática, que chama

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

modelo autobiográfico de ensino. Você pega o professor que você gostou e você reproduz o melhor e o pior dele. Você reproduz a humilhação que você sofreu, porque isso lhe coloca no lugar de poder, e você reproduz a aula boa. Só que, eu, por exemplo, que sou uma mulher, que não para de falar, os alunos, coitados, ficavam balançando cabeça na aula, porque eu queria reproduzir o meu professor, que era aquele que chegava e falava duas horas e a gente ficava assim babando. Só que isso não funcionou para mim. Eu só fui começar a ser uma boa professora quando eu entendi que eu tinha que colocar meus objetivos de forma clara: "hoje nós vamos estudar isso, isso, isso". Daí eu falo, eu permito que eu tenha um pouco de flexibilidade, mas que eu termino a aula dizendo: "hoje a gente viu isso, isso, isso etc". E coisas mínimas. E de pensar isso, porque todo currículo aqui no Reino Unido também está focado por um modelo totalmente inclusivo. Então a gente é treinado durante 1,2 anos, a ver se os estudantes asiáticos e negros, porque que eles estão falando menos. Então a gente é treinado nisso desde o primeiro dia que a gente é professor aqui. Quem é que está falando mais, homem ou mulher em sala de aula? Quem é que discute isso no Brasil em termos pedagógicos, em termos de currículo? Quer dizer, hoje, nas minhas aulas, pelo Zoom, eu tenho que legendar minhas aulas, porque eu tenho que pensar nos estudantes surdos. Alguns de vocês deve ter visto, a gente usa máscara transparente, para os estudantes poderem ler nossos lábios. Enfim, você tem todo um projeto adaptado e inclusivo para os estudantes. Eu acho que isso, no Brasil, a gente está muito aquém. Então eu acho que na institucionalização de processos pedagógicos inclusivos a gente está muito atrás.

Você publicou recentemente, com a antropóloga Cristina Martins, o texto "Futuro pós-pandêmico – como a mídia tradicional forja um novo indivíduo", na Revista Piauí. Através de publicações de jornais do mundo todo, vocês constroem uma personagem fictícia que vive a experiência de mobilidade, trabalho e sociabilidade em um futuro pós-pandemia, projetado por essa mídia. O futuro sempre foi um grande tema, fazendo com que muitos analistas e cientistas sociais se aventurassem em tentativas (em sua grande maioria, fracassadas) de prevê-lo. Considerando que projetos futuros também moldam nossas práticas presentes, como as Ciências Sociais, e a Antropologia em particular, podem ajudar a pensar o futuro? Como articular horizontes utópicos e distópicos com a nossa experiência cotidiana?

RPM: Primeiro vou falar rapidamente da pesquisa. A pesquisa mostra claramente que quem está pensando e imaginando o mundo novo são homens brancos – que escrevem no New York Times, no Financial Times e estão decidindo o mesmo mundo que eles vieram decidindo ao longo dos últimos séculos. E esse é um mundo do capitalismo, um mundo neoliberal. E esse discurso é produzido por homens. É claro, que a gente escreveu uma coisa fictícia, mas é um futuro distópico. Um futuro quase distópico em grande medida e de um processo de hiperindividualização máxima de um processo civilizador deleuziano, digamos assim. Por outro lado, o artigo a gente não desenvolveu muito, mas aproveitando o gancho, eu sou professora de discurso. Trabalho com discurso de desenvolvimento e sou professora há sete anos. E a gente sabe muito bem que há uma leitura de desenvolvimento enviesada. Atravessada pela leitura de Foucault, de que poder é conhecimento e conhecimento é poder. E que discursos criam e dominam o futuro. E o discurso é engessado, mas pode ser mudado a partir de contradiscursos, de contra narrativas. Então, a importância dessa pesquisa é de apontar pessoas como a Debora Diniz falando “o futuro pós-pandêmico será feminista”. E muita gente dizendo “porque ela tá dizendo isso?”, “A mulher está com muitos problemas”. E ela está claramente dizendo isso, porque está disputando uma narrativa, enquanto discurso. E oferecendo uma contranarrativa. Uma das pessoas que mais vem trabalhando feminismo na linha de frente, intelectualmente, nos últimos anos. Ela sabe o que ela precisa disputar nesse discurso. Então a gente precisa em primeiro lugar disputar discursos, que aqui é um pouco o Foucault mais otimista mais lá para o final da vida dele. Na verdade não. Foucault otimista jamais! (risos) Mas o que a obra do Foucault fez para os movimentos pós-1968. Também penso na obra que talvez mais me inspire, que é o meu lado menos público, mas que é essa coisa do desenvolvimento, é a obra do Arturo Escobar, que é pensar sobre criar discursos de transição, de como pegar o que existe e imaginar futuro, desenhar futuros possíveis. Mas aí nesse ponto eu volto para uma coisa freiriana, do Ernst Bloch, de uma pedagogia da esperança, e também pela Ana Cecília Dinerstein, que é pensar a esperança, a partir do que eles chamam de *not yet*. Que não é a esperança de um mundo que não existe. É a esperança a partir de um possível. De que já se tem as bases para isso. Então a gente precisa construir as saídas para o futuro a partir do que tem. É por isso que eu insisto tanto nessa questão de pensar no que tem no Brasil de positivo pós 2013 nas universidades, nos movimentos por cidadania, por direitos, nos movimentos da sociedade civil e a partir

Internacionalismo como tema e como projeto de vida

daí criar esse *not yet*, que é a esperança não num futuro tolo, que é muito diferente de otimismo, mas a partir de utopias concretas. O que já existe hoje, mas que a partir desses fios a gente pode criar uma narrativa e tomar o discurso da história por nós mulheres, vulneráveis, estudantes, latinoamericanos. E se apropriar do discurso e criar novos discursos a partir do que existe. Porque o mundo, a dominação é feita por discursos, eles não são só palavras. A gente sabe que os discursos criam modelos de dominação, eles criam um modelo de verdade. Criam verdade universais. Então é hora de contestar verdades, já que estamos em uma crise. E criar novos discursos. Mas não se faz isso inventando a roda. Se faz isso a partir de um processo do que já existe no concreto. Quais são os elementos hoje que a gente tem no Brasil e a partir dos quais a gente pode imaginar um outro futuro, uma nova nação.

Referências

MARINS, Cristina; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Futuro Pós-Pandêmico: como a mídia tradicional forja um novo indivíduo.** Revista Piauí. 9 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/futuro-pos-pandemico>>. Acesso em: nov. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Precisamos falar sobre a vaidade na acadêmica.** In; Blog Rosana Pinheiro-Machado. Fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://rosanapinheiomachado.com.br/pt/precisamos-falar-sobre-a-vaidade-na-vida-academica>>. Acesso em: nov. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **A guerra na educação piora a já frágil saúde mental nas universidades.** The Intercept Brasil. 14 de outubro de 2019. Disponível em <<https://theintercept.com/2019/10/14/guerra-universidades-piora-saude-mental>>. Acesso em: out. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2019.

OLIVEIRA, R. P. **Sem revoluções: os dilemas das democracias neoliberais andinas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. 117p.

Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz¹

O início do século XXI foi marcado pelo giro à esquerda no subcontinente. Da ascensão de Hugo Chávez em 1999 na Venezuela à eleição de Fernando Lugo em 2008 no Paraguai, um novo ciclo de críticas e de crise do modelo neoliberal na América do Sul foi iniciado. Embora o giro à esquerda tenha tido diferentes dimensões e significados em grande parte dos países sul-americanos, Chile, Peru e Colômbia mantiveram o mesmo perfil político-institucional, assentado no modelo neoliberal e em uma concepção de crescimento econômico pautada na espoliação do patrimônio nacional, nos cortes de investimentos para os serviços públicos, nas privatizações e na flexibilização. Por quê este quadro permaneceu nos três países se a tendência regional era contrária? A resposta está no contexto histórico e político-institucional dos três países andinos, e em seus respectivos arranjos entre os interesses das elites nacionais e as alianças externas.

No livro, *“Sem revoluções: os dilemas das democracias neoliberais andinas”*, a autora Renata Peixoto de Oliveira analisa o cenário econômico das democracias andinas neoliberais (Chile, Peru e Colômbia), a partir da dinâmica dicotômica da política regional baseada na alternância de poder entre a esquerda e a direita. A análise proposta pela autora permite compreender como o quadro político adotado nas democracias dos três países andinos corroboraram para o aprofundamento do neoliberalismo na América do Sul.

O livro está dividido em cinco capítulos. Embora a autora não tenha dividido oficialmente o livro em partes, sua estrutura sugere três partes principais. A primeira equivale ao primeiro capítulo *“A formação político-social de nossas repúblicas andinas”*, no qual a autora indica os antecedentes históricos dos três países analisados. A segunda parte, é composta pelos capítulos dois *“O modelo chileno: entre enclaves democráticos e a manutenção do neoliberalismo”*, três *“O sendero peruano rumo ao modelo de desenvolvimento neoliberal”*, e quatro *“O terror, o neoliberalismo e os impasses democráticos colombianos”*, nos quais Renata Peixoto

¹ Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz – Doutora, mestra e graduada em Geografia pela FCT/UNESP. Docente no Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Registro). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5611-593X>. E-mail: d.dayana@hotmail.com

de Oliveira apresenta individualmente o caso de cada democracia andina analisada no livro. A terceira parte equivale ao último capítulo "*Articulação de políticas externas em torno de uma integração neoliberal*", que trata sobre as políticas externas adotadas para a integração regional no subcontinente, ressaltando o papel da Aliança do Pacífico em oposição à Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba) nesse processo.

No primeiro capítulo "*A formação político-social de nossas repúblicas andinas*", a autora parte do início do século XIX indicando o período de crise da exploração colonial que fizeram emergir os movimentos autonomistas e os processos de independência na América Latina. O primeiro marco para a emancipação das ex-colônias latinas foi a Revolução Haitiana (1791-1804), a partir daí, outros movimentos surgiram no continente que levaram a proclamação da independência de Nova Granada (Colômbia e Panamá) em 1811, a proclamação da Colômbia em 1819, a vitória chilena dos libertadores na Batalha de Chacabuco em 1817, a proclamação da independência peruana em 1821. Na condição de independentes, Chile, Colômbia e Peru vivenciaram tensões internas protagonizadas pelas elites locais, as quais no final do século XIX e ao longo do século XX conformaram um quadro político-institucional que permeia o cenário dos países na atualidade.

No caso da Colômbia, Renata Peixoto de Oliveira relata a alternância de poder entre os partidos Liberal e Conservador, cujo processo pendular entre a tendência conservadora e centralizadora e a tendência federalista, contribuíram para a conformação do Estado débil colombiano, incapaz de articular um projeto nacional das elites locais e controlar o território. A alternância entre as diferentes tendências citadas foi legitimada através do pacto bipartidarista denominado como Frente Nacional, firmado em 1958. A incapacidade de controle do território colombiano pelo Estado agravou-se com o surgimento de grupos paramilitares e com a ascensão do narcotráfico, que tornou ainda mais complexo o jogo de forças no cenário político nacional.

A instabilidade política também é destacada pela autora no contexto da organização da república chilena em 1823. Oliveira (2019) menciona que a política chilena só encontrou estabilidade mais de um século depois (em 1950), quando remodelou o sistema partidário entre centro, direita e esquerda. Todavia, a estabilidade

foi breve, já que em 1973 instituiu-se a ditadura de Pinochet que durou até 1990.

Semelhantemente, o Peru também passou por um período de grande instabilidade pós-independência. Um dos marcos foi a perda da Guerra do Pacífico para o Chile (1879–1883) que resultou na necessidade de uma reconstrução nacional feita às bases de uma República Aristocrática e oligárquica (1895–1919), seguido por períodos de instabilidade e ditaduras, cujos resultados devastaram a economia do país, desvalorizando o câmbio e aumentando a dívida externa.

Como mencionado anteriormente, no capítulo dois "*O modelo chileno: entre enclaves democráticos e a manutenção do neoliberalismo*"; a autora apresenta novos elementos sobre o caso do Chile, com ênfase para os efeitos na política chilena da ditadura de Pinochet. Oliveira (2019, p. 36) argumenta que "os desafios, obstáculos e dilemas da democracia chilena e da sociedade chilena, na contemporaneidade, resultam diretamente da experiência vivenciada no período de 17 anos em que Augusto Pinochet esteve no poder". Dentre os efeitos de uma das ditaduras mais sangrentas da América Latina estão: desmobilização política, perda de direitos sociais e econômicos, crise econômica, fomento da cultura individualista, do consumismo e da produtividade.

A associação entre o neoliberalismo e o regime ditatorial chileno, remodelou a política no país, cujo impacto alterou todas as esferas da sociedade. O fim da ditadura não foi a garantia de democracia, Renata Peixoto de Oliveira argumenta que a transição democrática chilena (1988–2005) foi incompleta pois a herança do antigo regime estava instaurada no arcabouço político-institucional, permanecendo a constituição do período ditatorial e boa parte dos agentes que fizeram parte da ditadura. Entre 1990 a 1997, "os comandantes chefes das Forças Armadas puderam permanecer em seus cargos, todos nomeados por Pinochet e até mesmo o próprio ex-ditador permaneceu como chefe do Exército durante todo esse período" (OLIVEIRA, 2019, p. 43).

No âmbito político, o período de transição democrática foi conduzido pelo bipartidarismo, inibindo o surgimento de partidos menores e a pluralidade de ideias. Esse arranjo do sistema eleitoral que privilegiava as grandes coalizões vigorou até o ano de 2015. Já do ponto de vista econômico, o período de transição democrática herdou da ditadura o neoliberalismo.

A reforma constitucional de 2005 durante o governo de Ricardo Lagos foi uma tentativa de diminuir o que a autora do livro chama de “enclaves autoritários do regime de Pinochet” (OLIVEIRA, 2019, p. 45). Renata Peixoto de Oliveira chama atenção para o fato dos demais países sul-americanos terem passado pela transição democrática na década de 1980, enquanto o Chile conseguiu fazer isso apenas a partir de 2005. Após o governo de Ricardo Lagos, houveram dois mandatos de Michele Bachelet e Sebastian Piñeda intercalados. Os governos foram marcados pelo acirramento da rivalidade entre direita e esquerda, por greves e manifestações, bem como por algumas reformas no primeiro governo de Michele Bachelet, que embora tenham representado um avanço, não alteraram a estrutura econômica do Chile.

No capítulo três, “*O sendero peruano rumo ao modelo de desenvolvimento neoliberal*”, a autora aprofunda-se no caso peruano. Renata Peixoto de Oliveira chama atenção para a oscilação frequente entre períodos democráticos e de interrupção da democracia na história recente do Peru, marcados pela rivalidade entre esquerda e direita. “Ao largo da história política peruana existiram breves interregnos democráticos, algumas experiências de governo, sempre interrompidas por golpes, regimes autoritários e modelos competitivos marcados por instabilidade política, violência e crise econômica” (OLIVEIRA, 2019, p. 64).

A virada neoliberal no país aconteceu no governo de Alberto Fujimori (1990–2000), o mesmo governo que foi eleito democraticamente em 1990, mas que protagonizou o autogolpe de Estado em 1992, e que seguiu à risca as prerrogativas do Consenso de Washington como saída para a crise econômica e para o controle da inflação. Para a autora, o quadro atual da política peruana é resultado da década de 1990, denominada no livro como a década perdida da democracia peruana. As consequências desse período que perduram até hoje são: cenário político envolto em esquemas de corrupção e escândalos, sistema político marcado pelo autoritarismo, marginalização da esquerda, patrimonialismo e clientelismo.

Diferente do Chile e do Peru, a Colômbia é o país da região com o título de democracia mais longeva. O caso colombiano é tratado no quarto capítulo do livro, “*O terror, o neoliberalismo e os impasses democráticos colombianos*”.

A Guerra dos Mil Dias (1899–1902) foi um marco na formação do Estado colombiano, o qual tornou-se “fragmentado, dificultando o

comércio e a comunicação, além de demonstrar a incapacidade em torno de um projeto nacional" (OLIVEIRA, 2019, p. 65). Tais aspectos perduram até hoje. A fim de compreender os resultados da herança histórica colombiana no cenário político-institucional, a autora analisa detalhadamente o contexto político e econômico a partir da década de 1950.

Após o assassinato de Eleazar Gaitán e o fim da ditadura de Rojas Pinilla (1948–1958), os líderes partidários da Colômbia assinaram um pacto bipartidarista denominado como Frente Nacional. O pacto vigorou de 1958 a 1974 baseado na alternância de poder entre o Partido Liberal e o Partido Conservador. O fim deste modelo fez emergir um sistema partidário fragmentado e a conformação de novas alianças locais. Concomitante ao remodelamento do cenário político colombiano, novos arranjos de poder ganharam força, como as guerrilhas e o narcotráfico. Neste sentido, a autora menciona que

A dinâmica política colombiana é muito particular já que o Estado disputa espaço com outros poderes paralelos, ao mesmo tempo em que fomenta alguns deles, como os grupos paramilitares, ou se torna fomentado por outro grupo como o crime organizado que se infiltrou nas bases institucionais de sua democracia (OLIVEIRA, 2019, p. 71 e 72).

A complexidade do contexto de desinstitucionalização política da Colômbia incluiu a violência, o clientelismo e a corrupção, acompanhada pela liberalização da economia e pela abertura política na década de 1980. Entretanto, foi na década de 1990 que o Estado colombiano lançou mão da estratégia de adoção de um conjunto de reformas neoliberais (alfandegária, cambial, tributária, do comércio exterior, dos investimentos estrangeiros, da habitação, da flexibilização do trabalho, da previdência social etc.) baseadas na privatização. Essas medidas geraram descontentamento na população, resistência de lideranças sindicais e assassinato desses líderes. O clima de violência e hostilidade na sociedade colombiana propiciou a aprovação do Plano Colômbia. Dentre outras coisas, o plano abriu as portas para uma atuação mais próxima dos Estados Unidos na América Latina, tendo como pretexto a luta contra o narcotráfico na Colômbia.

A autora chama atenção para o conflito entre diferentes agentes que integram a disputa de poder no cenário político colombiano, sobretudo no que tange ao acordo entre o Estado e as Fuerzas Armadas Revolucionaria de Colômbia (Farc) em uma tentativa de

construção da paz no país e da entrada das Farc na disputa eleitoral de 2018 como partido político.

Após analisar as experiências de cada democracia andina individualmente nos capítulos dois, três e quatro, Renata Peixoto de Oliveira analisa as estratégias de inserção internacional do Chile, do Peru e da Colômbia, e também cita as outras experiências de integração regional na América do Sul no capítulo cinco, *“Articulação de políticas externas em torno de uma integração neoliberal”*.

A autora apresenta as estratégias de inserção internacional neoliberal conformadas por meio da Aliança do Pacífico e da aproximação política com os Estados Unidos, argumentando que a escolha deste perfil de integração regional forjado aos moldes do Consenso de Washington evidencia a manutenção da colonialidade e dos padrões de dominação do sistema-mundo. Enquanto outras iniciativas tentaram romper esse padrão, como a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e principalmente a Alba, Colômbia, Peru e Chile buscaram permanecer em sob um velho padrão que não correspondia às estratégias tomadas pelos países vizinhos durante o giro à esquerda. Inclusive, se a Alba foi uma resposta à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a Aliança do Pacífico foi criada para contrapor o eixo bolivariano sul-americano.

Com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff no Brasil, a eleição de Maurício Macri na Argentina e a crise na Venezuela, recentemente, a região tem vivenciado um novo período de reorientação política. “O neoliberalismo voltou ao cenário latino-americano com força, indicando o fim do ciclo progressista. Parece que o dissenso deu espaço a um novo consenso, com graves implicações para a democracia e para o desenvolvimento da região” (OLIVEIRA, 2019, p. 101).

Ao finalizar os cinco capítulos do livro, a autora conclui que a transição democrática dos países andinos analisados (Chile, Peru e Colômbia) demonstra que a crise democrática vivida atualmente na América do Sul, é uma realidade nos países analisados desde as últimas décadas do século passado.

A análise dos países andinos feita no livro demonstrou que a alternância política, as coalizões e os arranjos complexos de poder constituem-se como parte do perfil político-institucional das economias neoliberais do Chile, da Colômbia e do Peru. Embora

cada país tenha as suas particularidades advindas da herança histórica, a transição democrática e a transição para o neoliberalismo também foram acompanhadas por um contexto desigual, marcado pela violência e pela perda de direitos. Ainda que a desigualdade social tenha sido um elemento importante na contestação da eficácia do neoliberalismo, Renata Peixoto de Oliveira afirma que nas democracias andinas não houveram condições políticas ou eleitorais que propiciassem uma reorientação do cenário econômico. O contexto interno dos países reverberou nas escolhas tomadas na política externa que é observada na participação de Chile, Colômbia e Peru na Aliança do Pacífico.

Referências bibliográficas

OLIVEIRA, R. P. *Sem revoluções: os dilemas das democracias neoliberais andinas*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. 117p.